



CONCURSO PÚBLICO 2011
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL



DECISÃO DE RECURSOS
GABARITOS PRELIMINARES

Justificativas de anulação/alteração de itens do gabarito
PROVA TIPO 4 - AZUL

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA
PROVA TIPO 4: AZUL

QUESTÃO 01

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No trecho "Aquele que age na direção da lei como que age contra a moral caracterizada pelo "fazer como a grande maioria" é possível identificar a ocorrência de oração subordinada adverbial comparativa, verifica-se o sentido de comparação entre "aquele que age na direção a lei" e "que age contra a moral..." pela conjunção "como". "As orações subordinadas adverbiais comparativas são iniciadas principalmente por que, do que e como, e representam o segundo termo de uma comparação." "A subordinação ou hipotaxe é o relacionamento de termos dependentes e também de orações dependentes dentro de um período. Dentro de um período, na subordinação uma oração depende de outra." Não é o que ocorre com as coordenadas, "na coordenação há nexos semântico, mas não nexos sintático entre as orações, porque no plano sintático não há dependência entre uma e outra." Portanto, não há propriedade em afirmar que orações subordinadas são coordenadas, ou são coordenadas ou são subordinadas.

Fonte: SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática, Teoria e Prática. São Paulo: Atual, 1994. p. 329, 332, 336.

QUESTÃO 02

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

"Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar, mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na..." "qualquer" usado depois de um substantivo, com artigo indefinido, antes deste, adquire valor adjetival pejorativo.

"...o mundo da vida no qual ética e moral se cindiram há muito tempo..." "muito", neste caso, exerce função pronominal já que: trata-se de pronome indefinido antecedendo o substantivo, expressa quantidade e/ou qualidade indefinidas. "há muito tempo" denota que a quantidade de

tempo está indefinida. Para que “muito” exerça” função adverbial de intensidade deverá ser determinante de adjetivo significando extremamente ou exageradamente (muito rico, muito pobre), determinante do verbo significando excessivamente, demais (bebeu muito, doeu muito) ou determinante de outro advérbio (muito cedo, muito perto), o que não ocorre no trecho destacado.

“A mesma polícia que combate o narcotráfico nas favelas das grandes cidades poderia ocupar o Congresso e outros espaços do governo onde a corrupção é a regra.” “onde” pode exercer a função de advérbio interrogativo de lugar. Pode aparecer tanto nas orações interrogativas diretas quanto nas indiretas, o que não é o caso. No período em destaque, o pronome “onde” se relaciona com o termo antecedente “o Congresso e outros espaços do governo”. “Onde” é empregado como pronome relativo, aquele que se relaciona com um termo antecedente, dando início a uma oração, chamada adjetiva.

Fonte: DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUES. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 1327, 1584.

SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática, Teoria e Prática. São Paulo: Atual, 1994. p. 183, 253.

QUESTÃO 04

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

transvalorada = a honestidade foi transvalorada. O prefixo latino tras- (e variações: tres-, trans-) possui como significado: movimento ou posição para além de, atravésde, ou mudança de estado. Desta forma, o vocábulo “transvalorada” possui no contexto o sentido de que a honestidade teve uma extrapolação quanto ao seu valor, foi além daquele valor original.

A) transbordar : o mesmo prefixo e significado estão em transbordar.

B) trasantontem: dia que precedeu o de anteontem. tras + anteontem. (extrapolou ontem,)

C) tresnoitar: passar a noite, ou grande parte dela, sem dormir, tirar o sono a , não deixar dormir.tres + noite + -ar (“ir além” da noite, ficar em claro)

D) trastejar: ganhar a vida negociando trastes ou coisas pouco valiosas,cuidar de móveis e utensílios da casa, vigiar, controlar, verificar o andamento dos serviços do lar, vagar de um lado para outro, agir mal, sair da linha, colocar trastos em instrumento, esfregar as cordas do violão contra os trastos. Etimologia: traste ou trasto + -ejar.

Portanto, “trastejar” não possui o prefixo trans (ou variações) .

Fonte:

- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUES. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 1872, 1877.
- PASQUALE E ULISSES. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Scipione: 2008. p.84.

QUESTÃO 05

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) *Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar – mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever, é porque – no sistema da corrupção –, o valor da honestidade, que garantiria ao sujeito a sua autonomia, foi substituído pela vantagem do dinheiro.*

GABARITO: D) *Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar – mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever –, é porque, no sistema da corrupção, o valor da honestidade – que garantiria ao sujeito a sua autonomia – foi substituído pela vantagem do dinheiro.*

O travessão substitui com vantagem a vírgula, pois imprime maior força expressiva à palavra, expressão ou frase que ele separa. A vírgula deve ser usada para separar termos ou orações que, deslocados, quebram uma sequência sintática. Após “dever” omitiu-se o travessão na opção A.

C) *Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar, mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever, é porque, no sistema da corrupção, o valor da honestidade – que garantiria ao sujeito a sua autonomia –, foi substituído pela vantagem do dinheiro.*

A vírgula antes de “foi” na opção C foi usada indevidamente, os travessões têm a função de separar a oração “que garantiria ao sujeito a sua autonomia”, desta forma ao usar a vírgula antes de “foi” há uma incorreção separando-se sujeito e predicado.

Fonte: SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática, Teoria e Prática. São Paulo: Atual, 1994. p. 458, 467

QUESTÃO 08

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Pode-se encontrar **sujeito paciente** em duas estruturas distintas: 1^a) com o verbo *ser* + participípio (voz passiva analítica). Ex.: Muita gente é assaltada diariamente em São Paulo. Muita gente = sujeito paciente. 2^a) com verbo transitivo direto + o pronome *se* (voz passiva sintética). Ex.: Assalta-se muita gente diariamente em São Paulo. Muita gente = sujeito paciente. O termo que recebe a ação verbal será sempre o sujeito paciente da estrutura **verbo transitivo direto + o pronome se**. Em “É por meio dela que se faz o cálculo do “sentido” no qual, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário.”, “o cálculo” é sujeito paciente, já que: faz = verbo transitivo direto + pronome se. Quanto à frase “Honesto é sempre o pobre elevado a cidadão exótico.” “honesto” é o predicativo do sujeito. O núcleo do predicado nominal recebe o nome de predicativo. Pode haver **predicativo do sujeito e predicativo do objeto**, conforme se refira a um e outro. O predicado nominal sempre traz um verbo de ligação. **Verbo de ligação** é o que não indica ação alguma por parte do sujeito; é vazio de significado, já que sozinho não apresenta nenhuma noção. Sua função é indicar estado, qualidade ou condição do sujeito. Entre outros, indica estado permanente com o verbo *ser*, *viver*. É o caso de “Honesto é sempre o pobre...” a qualidade de honesto é um estado permanente (predicativo) atribuído ao pobre elevado à condição de cidadão exótico.

“No vão que as separa vem à tona a incompreensibilidade diante do mistério da honestidade.” No vão: adjunto adverbial, modifica o verbo.

Fonte: SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática, Teoria e Prática. São Paulo: Atual, 1994. p. 295,299, 321.

QUESTÃO 09

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Verdade é que (1) a ação em nome de um universal por si só caracteriza qualquer moral.” As orações subordinadas substantivas subjetivas atuam como sujeito do verbo da oração principal. É o que ocorre no período anterior. O período é composto. Nele, *“a ação em nome de um universal por si só caracteriza qualquer moral.”* é uma oração subjetiva, já que desempenha a função de sujeito da forma verbal *é*. Ela é introduzida pela conjunção “que”.

“É por meio dela que (2) se faz o cálculo do “sentido” no qual, fora da vantagem que (3) define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário. (L. 43-47)” Os pronomes relativos se referem a um termo anterior – chamado antecedente - , projetando-o na oração seguinte, subordinada a esse antecedente. Cumprem, portanto, duplo papel: substituem ou especificam um antecedente e introduzem uma oração subordinada. Atuam, assim, como pronomes e conectivos a um só tempo. A palavra **que** é, na frase em destaque, um pronome relativo. O antecedente a que se relaciona é a “por meio dela”, veja: “por meio dela se faz o cálculo do “sentido” no qual, ...” e em “que define”, o que se refere a “vantagem”.

Fonte: PASQUALE E ULISSES. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Scipione: 2008. p.289, 415.

QUESTÃO 10

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) *Se a moral é medida em dinheiro, não entregar-se a ele poderá parecer um luxo. (L. 48-49) / Se a moral em dinheiro é medida, poderá parecer um luxo não se entregar a ele.* O sujeito de “é medida em dinheiro” é “a moral” nas duas versões do trecho em destaque. O que ocorre é que em “Se a moral em dinheiro é medida”, os elementos não estão na ordem direta, a expressão “em dinheiro” foi apenas deslocada.

B) *Mas teria também todo o perdão? (L. 59) / Mas teria também todo perdão?* O artigo tem a função de determinar o substantivo, a sua omissão resulta em mudança semântica generalizando-o.

C) *O simples fato de que essa pergunta seja colocada implica o pressuposto de que uma verdade ética tal como a honestidade foi transvalorada. (L. 29-31) / O simples fato que essa pergunta seja colocada implica no pressuposto que uma verdade ética tal como a honestidade foi transvalorada.* A omissão da preposição “de” é feita indevidamente. Fato: ação ou coisa feita, ocorrida ou em processo de realização , ex.: fato de conversar.

D) *É por meio dela que se faz o cálculo do “sentido” no qual, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário. (L. 44-47) / É através dela que*

faz-se o cálculo do “sentido” onde, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário. O “que” é um fator de próclise (pronome substantivo).

Fonte:

- PASQUALE E ULISSES. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Scipione: 2008. p.236, 346.
- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUES. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 877.
- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática, Teoria e Prática. São Paulo: Atual, 1994. p. 426.

QUESTÃO 11

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O cidadão exótico – pobre e honesto – que deixa de agir na direção de uma vantagem pessoal como que estaria perdoado por antecipação ao agir imoralmente sendo pobre, mas não está. A frase de Brecht seria sua jurisprudência mais básica: “O que é roubar um banco comparado a fundar um?”

Jurisprudência: **1.** Ciência do direito e das leis. **2.** conjunto das decisões e interpretações das leis pelos tribunais superiores, adaptando as normas às situações de fato. **3.** fig. uso estabelecido, aquilo que serve como modelo ou exemplo para agir, pensar, dizer.

A expressão “mas não está” no período, demonstra que o cidadão pobre e honesto ao agir imoralmente não é desculpado. O enunciado da questão faz referência à frase de Brecht que completa o período, e a frase é seu modelo de pensar (sua jurisprudência) .

E ainda, não se trata de argumento jurídico já que não é um texto da lei ou com tal formalidade,mas sim um juízo de valor.

Fonte: DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUES. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 1140.

QUESTÃO 12

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) substituído (L. 37): Quando a segunda vogal do hiato for i ou u, tônicos, acompanhados ou não de s, haverá acento.

A regra de acentuação das paroxítonas é a seguinte:

Acentuam-se as paroxítonas terminadas em: i, is, us, um, uns, l, n, r, x, os, ã, ãs, ao, aos, ditongo oral, crescente ou decrescente, seguido ou não de s. Portanto a palavra paroxítona que apresentar quaisquer das terminações indicadas enquadra-se dentro desta mesma regra.

É o caso de polícia, jurisprudência e saqueável.

Fonte: PASQUALE E ULISSES. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Scipione: 2008. p. 57, 58, 60.

QUESTÃO 13

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

I. *O humor do quadrinho se constrói com um jogo de palavras com semelhança sonora.*

VERDADEIRA: O humor do quadrinho está no jogo sonoro das palavras "cereal" e "serial"

II. *A noção do verbo dever na segunda fala é de probabilidade.*

VERDADEIRA. “deve ser” = hipótese, probabilidade. Não existe uma certeza,mas uma possibilidade.

III. *O humor do quadrinho é construído na articulação entre texto e imagem.*

FALSA. A imagem de dois rapazes conversando não demonstra qualquer relação com o humor do quadrinho, o diálogo entre eles poderia ter qualquer outro conteúdo sem que houvesse necessidade de alteração da imagem.

Fonte: O próprio texto.

QUESTÃO 14

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “*Assinale a alternativa em que a alteração da primeira fala do quadrinho tenha respeitado a norma culta.*”, a exigência é de que seja respeitada apenas a norma culta, e não o sentido do texto.

Vossa Senhoria ouvistes falar do menino que morreu comendo sucrilhos? A frase está incorreta de acordo com a norma culta, já que: “a chamada segunda pessoa indireta ocorre quando se empregam pronomes que, apesar de indicarem o interlocutor (portanto, a segunda pessoa), exigem o verbo na terceira pessoa. É o caso dos chamados pronomes de tratamento.

Fonte: O próprio texto.

PASQUALE E ULISSES. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Scipione: 2008. p.282.

QUESTÃO 15

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Você ouviu falar do menino que morreu não obstante comer sucrilhos?

A frase acima é a única que NÃO poderia substituir a fala do primeiro quadrinho conforme requer o enunciado, pois, a locução conjuntiva “não obstante” expressa ideia de oposição, o que não ocorre no quadrinho em que a ideia expressa é de causa.

Fonte: SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Teoria e Prática. P. 270.

QUESTÃO 16

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida não foi aplicada no turno matutino para o cargo de Técnico Judiciário, não ferindo portanto o princípio da isonomia.

QUESTÃO 18

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na opção B, o ícone apresentado, quando clicado, permite navegar no site do TSE, que foi previamente adicionado à Barra de Favoritos.

Na opção C, quando se clica no ícone apresentado, uma nova janela pop-up é exibida e nesta nova janela é possível adicionar um site à Barra de Favoritos, entretanto a adição à Barra de Favoritos não foi através do ícone apresentando no item C, e sim através de outro ícone que se encontra nesta janela pop-up mostrada.

Na opção D, este ícone não se encontra no Internet Explorer 8 (idioma Português – Brasil).

A opção correta é a A, pois através deste ícone pode-se adicionar o endereço do site desejado à Barra de Favoritos.

QUESTÃO 21

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

O art. 20, § 2º, da Lei 8.112/90 dispõe que o servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, não sofrendo reversão, o que torna a assertiva “b” incorreta. No tocante à alternativa “c”, embora a Lei 8.112/90 disponha que o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa, a EC nº19/98, que deu nova redação ao art. 41 da CRFB, trouxe outra possibilidade de perda do cargo:

41. (...)

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - **mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho**, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. ([Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998](#))

Como o enunciado não delimitou o diploma legal segundo o qual o conhecimento específico seria exigido na questão, a alternativa “c” é incorreta quando contraposto ao texto constitucional. Por haver duas alternativas que atendem ao enunciado da questão (incorretas) a banca decide pela anulação.

Fonte: art. 20, §2º da Lei 8.112/90 e art. 41, §1º da CRFB/88.

QUESTÃO 22

RECURSO PREJUDICADO – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os argumentos recursais não se referem à questão.

QUESTÃO 23

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Enunciado da questão fala em “triênio legal necessário à aquisição do benefício”, quando a Lei 8.112/1990 exige o transcurso de cada quinquênio de efetivo exercício. Logo, a específica

pretensão de Carlos para concessão da licença para participação de curso de capacitação profissional não será possível, posto que o período de efetivo exercício desenvolvido (quatro anos) não é suficiente à concessão da licença (e não afastamento) pleiteada, como afirmado na alternativa indicada como única correta.

Fonte: art. 87 da Lei 8.112/90

QUESTÃO 26

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em comento, por sua objetividade, encontra respaldo na literalidade de dispositivos da Resolução TSE nº 21 538/2003 (que dispõe sobre o alistamento e serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, a regularização de situação de eleitor, a administração e a manutenção do cadastro eleitoral, o sistema de alistamento eleitoral, a revisão do eleitorado e a fiscalização dos partidos políticos, entre outros).

Analizando:

A alternativa “A” está correta, porquanto coerente com o disposto no art. 29 da Resolução TSE nº 21 538/2003 (“Art. 29. As informações constantes do cadastro eleitoral serão acessíveis às instituições públicas e privadas e às pessoas físicas, nos termos desta resolução”);

A alternativa “B” está correta, por reproduzir o art. 29, § 1º da Resolução retromencionada (“Em resguardo da privacidade do cidadão, não se fornecerão informações de caráter personalizado constantes do cadastro eleitoral”);

A alternativa “C” está correta, por reproduzir o disposto no art. 32 da Resolução: “O uso dos dados de natureza estatística do eleitorado ou de pleito eleitoral obriga a quem os tenha adquirido a citar a fonte e a assumir responsabilidade pela manipulação inadequada ou extrapolada das informações obtidas”.

A alternativa “D” está errada, por contrariar o art. 30 da Resolução, que diz: “Os tribunais e juízes eleitorais poderão, no âmbito de suas jurisdições, autorizar o fornecimento a interessados, desde que sem ônus para a Justiça Eleitoral e disponíveis em meio magnético, dos dados de natureza estatística levantados com base no cadastro eleitoral, relativos ao eleitorado ou ao resultado de pleito eleitoral, salvo quando lhes for atribuído caráter reservado”.

QUESTÃO 27

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em comento, por sua objetividade, encontra respaldo na literalidade do art. 18, caput e § 1º da Resolução TSE nº 21 538/2003 (que dispõe sobre o alistamento e serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, a regularização de situação de eleitor, a administração e a manutenção do cadastro eleitoral, o sistema de alistamento eleitoral, a revisão do eleitorado e a fiscalização dos partidos políticos, entre outros).

O dispositivo é autoexplicativo:

Art. 18. A transferência do eleitor só será admitida se satisfeitas as seguintes exigências:

I – recebimento do pedido no cartório eleitoral do novo domicílio no prazo estabelecido pela legislação vigente;

II – transcurso de, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência;

III – residência mínima de três meses no novo domicílio, declarada, sob as penas da lei, pelo próprio eleitor;

IV – prova de quitação com a Justiça Eleitoral.

§ 1º O disposto nos incisos II e III não se aplica à transferência de título eleitoral de servidor público civil, militar, autárquico, ou de membro de sua família, por motivo de remoção ou transferência.

QUESTÃO 30

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ab initio cumpre informar que a questão em análise não é a mesma apresentada na prova de Técnico Judiciário da Área Administrativa (questão 29, prova tipo 1), como mencionaram os poucos recorrentes. Vejamos a íntegra da questão de Técnico:

29. Com base no Código Eleitoral e suas atualizações, NÃO compete ao juiz eleitoral

- (A) decidir habeas corpus e mandado de segurança, em matéria eleitoral, desde que essa competência não esteja atribuída privativamente a instância superior.*
- (B) representar sobre a necessidade de nomeação dos preparadores para auxiliarem o alistamento eleitoral, indicando os nomes dos cidadãos que devem ser nomeados.*
- (C) tomar conhecimento das reclamações que lhe forem feitas verbalmente ou por escrito, reduzindo-as a termo, e determinando as providências que cada caso exigir.*
- (D) fornecer aos que não votaram por motivo justificado e aos não alistados, por dispensados do alistamento, um certificado que os isente das sanções legais.*

O fato de uma assertiva ser coincidente em ambas as provas não é idôneo a causar a anulação das questões, nem mesmo passível de colocar em questionamento a moralidade do certame.

Analisemos, pois, as assertivas da questão 30 (prova branca) de Analista Judiciário (Área Administrativa e demais áreas):

Assertiva “A”: CORRETA. Em conformidade com o art. 35, II do CE;

Assertiva “B”: CORRETA. Em conformidade com o art. 35, IV do CE;

Assertiva “C”: CORRETA. Em conformidade com o art. 35, VI do CE;

Assertiva “D”: ERRADA. O art. 35, VII do CE (que dizia: “representar sobre a necessidade de nomeação dos preparadores para auxiliarem o alistamento eleitoral, indicando os nomes dos cidadãos que devem ser nomeados”) foi revogado pela Lei 8868/94.

QUESTÃO 31

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre os tipos de departamentalização, mais especificamente sobre as desvantagens de um dos tipos denominado estrutura divisional.

Para Cury (2005), uma estrutura divisional compreende a divisão da estrutura organizacional existente em unidades orgânicas de maior flexibilidade operacional. O mesmo autor afirma que esse tipo de estrutura é conceituado como uma estrutura em que atividades diferentes, mas vinculadas a um objetivo final específico, são agrupadas em uma mesma unidade organizacional, geralmente denominada “divisão de produção de...”, também, denominadas de grupos e/ou departamentos.

Chiavenato (2004) define a estrutura divisional, o agrupamento de departamentos juntos, em divisões com base nos resultados organizacionais.

Cury (2005) ainda elenca uma série de características, vantagens e desvantagens da estrutura divisional. Nessa relação, no que se refere às desvantagens, ele aponta que um grupo de produtos possui pouca consideração ou integração com os outros grupos de produtos dentro da organização, dificultando a coordenação e integração entre as linhas de produtos.

Logo, a resposta correta é a letra D.

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto. **Administração nos novos tempos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CURY, Antônio. **Organização e métodos: uma visão holística**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

QUESTÃO 32

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre a estrutura funcional.

Oliveira (2007) afirma que uma das vantagens da estrutura funcional é ser melhor para empresas que trabalhem com poucas linhas de produtos ou serviços. Portanto, a alternativa A corresponde a uma vantagem.

Outra vantagem apontada por Oliveira (2007) diz respeito ao fato de possibilitar à empresa concentrar esforços e recursos para atingir metas funcionais. Portanto, a alternativa B também corresponde a uma vantagem.

A alternativa C, que tem como afirmativa “ser veloz no tempo de resposta às mudanças organizacionais” não corresponde uma vantagem da estrutura funcional.

Oliveira (2007) aponta outra vantagem da estrutura funcional, se refere à permitir economias de escala pela utilização máxima de máquinas e de produção em massa. Portanto, a alternativa D corresponde também a uma vantagem da estrutura funcional.

Logo, a resposta correta é a letra C.

Fonte: OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

QUESTÃO 33

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre técnicas .. utilizadas para a implantação da gestão da qualidade.

Oakland (1994, p. 231-32) quando se refere às ferramentas e técnicas para a melhoria da qualidade apresenta como uma das ferramentas denominada análise de causa e efeito e *brainstorming*. O mesmo autor salienta que a Técnica de Grupo Nominal (TGN) “é uma forma de *brainstorming* de grupo, usada para evitar o domínio de determinados indivíduos”. Após a apresentação do problema pelo facilitador o grupo, em várias etapas, apresenta ideias e sugestões que se caracterizam em possíveis soluções que passam por etapas de discussão para o processo de refinamento das ideias e sugestões pelo grupo. Após essas várias etapas de refinamento chega-se ao resultado, considerado “um conjunto de ideias classificadas próximas de uma visão consensual do grupo, obtida sem o predomínio de um ou dois indivíduos” (OAKLAND, 1994, p. 231-32).

A alternativa A refere-se a um processo de tomada de decisão com base no consenso para estabelecimento das prioridades. Logo, a alternativa A representa de forma concisa a TGN ao considerar que envolve um processo decisório baseado em uma visão consensual, sem o predomínio das ideias de um ou poucos indivíduos e sim um refinamento das ideias e sugestões coletadas.

Fonte: OAKLAND, John S. Gerenciamento da qualidade total. São Paulo: Nobel, 1994.

QUESTÃO 34

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre os pontos de qualidade instituídos por Deming.

O comando da questão solicitou a marcação da alternativa que não corresponde a uma característica da gestão da qualidade total.

A alternativa A refere-se ao ponto III no que se refere ao fato de acabar com a dependência da inspeção em massa e construir a filosofia de qualidade junto com o produto. Dessa forma eliminam-se custos desnecessários com inspeções em massa.

A alternativa B refere-se ao ponto IV no que tange ao fato de cessar a prática de comprar apenas com base no preço. Deve-se, na verdade, minimizar o custo total.

A alternativa C refere-se ao ponto X que diz respeito à eliminação de *slogans*, exortações e metas para os empregados, pedindo zero defeito e níveis altos de produtividade. O próprio empregado deve estabelecer seus conceitos e filosofias da qualidade, o que é denominado “bandeiras da qualidade”. Portanto, essa alternativa refere-se a permitir que o próprio empregado crie suas concepções de qualidade e participe da implantação de sistemas, já que o principal problema de má qualidade e má produtividade encontra-se no sistema fora do alcance da força de trabalho.

A alternativa D não se refere a nenhum ponto específico de qualidade definido por Deming.

Fonte: MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Teoria geral da administração:** da revolução urbana à revolução digital. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

QUESTÃO 36

RECURSO PROCEDENTE – Gabarito alterado para alternativa A.

O enunciado da questão nº 35 (da prova tipo 1, branca) menciona: “*São entes federativos que podem ser divididos em municípios*”. No gabarito oficial fora dada a seguinte alternativa como correta: “*c) Estados e Territórios*”. Ocorre que, pela Constituição Federal de 1988, os Territórios Federais não são entes federados, não dispõem de autonomia política e não integram o Estado Federal. São meras descentralizações administrativo-territoriais pertencentes à União. Embora não seja possível negar que os Territórios possam ser divididos em municípios, o que está em discussão é o fato de que Territórios não são, de fato, entes federativos. Desta feita, dentre as alternativas disponíveis na questão *sub examen*, os únicos entes federativos que podem ser divididos em municípios são os Estados. *Ex positis*, forçoso é reconhecer a necessidade de alteração do gabarito oficial (de “C” para “A” na prova tipo 1, branca).

Fonte: Gilmar Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco (*Curso de Direito Constitucional, Saraiva, 2011, p. 850*), Alexandre de Moraes (*Direito Constitucional, Atlas, 2009, p. 291*), Luiz Alberto David Araújo e Vidal Serrano Nunes Júnior (*Curso de Direito Constitucional, Verbatim, p. 340*) e José Afonso da Silva (*Curso de Direito Constitucional, Malheiros, 2006, p. 473*).

QUESTÃO 38

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em comento, por sua objetividade, encontra respaldo na literalidade dos dispositivos constitucionais abaixo relacionados.

- A alternativa “A” (prova branca) está errada. Para a perda ou suspensão dos direitos políticos a CF/88 exige o trânsito em julgado da sentença (art. 15, III);
- A alternativa “B” (prova branca) está errada, pois a CF/88 somente menciona a incapacidade civil absoluta no art. 15, II;
- A alternativa “C” (prova branca) está correta, nos termos do art. 15, V;
- A alternativa “D” (prova branca) está errada, pois contraria o disposto no art. 15, V, CF/88 (ora, o TRE não possui competência para determinar cancelamento de naturalização).

QUESTÃO 41

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre o processo de seleção, especificamente sobre identificação das características pessoais do candidato.

Chiavenato (1999) afirma que a característica de inteligência geral refere-se ao aspecto da execução da tarefa em si, que a característica de atenção abrangente refere-se ao aspecto da interdependência com outras tarefas e que a característica quociente emocional refere-se ao aspecto interdependência com outras pessoas.

A alternativa que apresenta a ordem respectiva de aspectos é a letra C.

Logo, a resposta correta é a letra C.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

QUESTÃO 42

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre as desvantagens do recrutamento interno.

A alternativa A (O impacto negativo na motivação dos funcionários da organização) é uma desvantagem do recrutamento externo (CHIAVENATO, 2002).

A alternativa B (a necessidade de desenvolvimento de esquemas de socialização) é uma desvantagem do recrutamento externo (CHIAVENATO, 2002).

A alternativa C (funcionar como um sistema fechado de reciclagem contínua) é uma desvantagem do recrutamento interno (CHIAVENATO, 2002).

A alternativa D (ser o processo mais oneroso de recrutamento) é uma desvantagem do recrutamento externo (CHIAVENATO, 2002).

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

QUESTÃO 45

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

A questão versa sobre conhecimentos acerca da cultura organizacional.

Chiavenato (2003, p. 372) afirma que a “cultura organizacional é um conjunto de hábitos, crenças, valores e tradições, interações e relacionamentos sociais típicos de cada organização”.

Chiavenato (2003) salienta ainda que a cultura organizacional possui aspectos formais e abertos (visíveis) e aspectos informais e ocultos (invisíveis).

Para Chiavenato (2003), padrões de interação formais, medidas de produtividade, políticas de pessoal e estrutura organizacional representam aspectos visíveis da cultura organizacional.

Portanto, a questão não possui uma alternativa que a responda.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

QUESTÃO 46

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre conhecimentos acerca da liderança, mais especificamente a liderança transformacional.

Oliveira (2010) salienta que a liderança transformacional é compreendida como um processo de influenciar mudanças relevantes nas atitudes e no comportamento dos colaboradores, criando um comprometimento com a missão e os objetivos da organização.

Robbins (2005) afirma que os líderes transformacionais estão atentos às preocupações e às necessidades de desenvolvimento de cada um de seus liderados. O líder transformacional tem

como características o carisma, a inspiração, o estímulo intelectual e a consideração individualizada.

Portanto, as alternativas a (visão e missão por meio do carisma), b (estímulo intelectual) e c (consideração pessoal) são características da liderança transformacional.

Já alternativa d (administração ativa por exceção) não corresponde a uma das características da liderança transformacional e sim da liderança transacional.

Logo, a resposta correta é a letra D.

Fonte:

- OLIVEIRA, Marco A. **Comportamento organizacional para a gestão de pessoas.** São Paulo: Saraiva, 2010.
- ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional.** 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

QUESTÃO 47

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre os conhecimentos acerca da liderança.

Robbins (2005) afirma que liderança significa a capacidade de uma pessoa de influenciar um grupo visando alcançar metas.

A liderança pressupõe, em primeiro lugar, a existência de liderados para que seja exercida. Portanto, a liderança focaliza a pessoa, já que diz respeito à capacidade de alguém em influenciar um grupo a atingir as metas estabelecidas.

Logo, a resposta correta é a letra C.

Fonte: ROBBINS, Stephen P. **Comportamento organizacional.** 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

QUESTÃO 48

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

A questão versa sobre a Teoria de Herzberg.

Segundo a teoria de Herzberg, os fatores higiênicos são extrínsecos, ou seja, localizam-se no ambiente que rodeia as pessoas e compreendem as condições dentro das quais elas desempenham seu trabalho (CHIAVENATO, 2003). Portanto, a afirmativa I está correta.

Os fatores motivacionais são intrínsecos e estão relacionados com o conteúdo do cargo e com a natureza das tarefas executadas pela pessoa. Os fatores motivacionais quando são precários, evitam a satisfação e não provocam insatisfação (CHIAVENATO, 2003). Portanto, a alternativa II está correta.

Os fatores higiênicos quando são ótimos, apenas evitam a insatisfação. Portanto, a afirmativa III não está correta (CHIAVENATO, 2003).

O trabalho em si é considerado um fator intrínseco, devido ao fato de estar relacionado ao conteúdo do cargo e à natureza das tarefas que o indivíduo executa. É intrínseco, pois está sob o controle do indivíduo. Envolve situações de sentimentos de crescimento individual,

reconhecimento profissional e autorrealização. Portanto, o trabalho em si é um fator motivacional ou intrínseco (CHIAVENATO, 2002, 2003; MARRAS, 2010; OLIVEIRA, 2010; ROBBINS, 2005).

Mediante análise, as afirmativas I, II e IV estão corretas. Porém, não existe uma alternativa no conjunto de alternativas da questão que corresponda a essa resposta. Logo, a questão deve ser anulada.

QUESTÃO 49

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre a Teoria das Necessidades de Maslow, mais especificamente sobre as necessidades de autorrealização.

Chiavenato (2003) salienta que a autorrealização são necessidades humanas mais elevadas. Estão relacionadas com a realização do próprio potencial e autodesenvolvimento contínuo.

As alternativas da questão representam as seguintes necessidades, de acordo com a teoria de Maslow:

- a) responsabilidade: necessidade de estima;
- b) crescimento pessoal: necessidades de autorrealização;
- c) reconhecimento: necessidades de estima;
- d) integração com clientes: necessidades sociais.

Conforme mencionado anteriormente, o crescimento pessoal representa a realização do próprio potencial e desenvolvimento contínuo do indivíduo.

Logo, a resposta correta é a letra B.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

QUESTÃO 50

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre conhecimentos acerca das teorias da motivação.

Maximiano (2002) afirma que as teorias da motivação se dividem em dois grupos, a saber:

- a) Teorias de processo: que procuram explicar como funciona o mecanismo da motivação. São as seguintes teorias: modelo de comportamento; teoria da expectativa ou expectância; teoria da determinação de metas ou teoria da definição de objetivos e teoria da equidade.
- b) Teorias de conteúdo: que procuram explicar quais são os motivos específicos que fazem as pessoas agir. São as seguintes teorias: teorias das necessidades de Maslow; teoria da existência (E), relacionamento (R) e Crescimento (ERC); teoria da necessidade de realização e teoria dos dois fatores de Herzberg.

Em relação ao comando da questão, somente a alternativa A não é considerada uma teoria de processo no campo de estudo da motivação.

Logo, a resposta correta é a letra A

Fonte: MAXIMIANO, Antonio Carlos Amaru. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 2002.

QUESTÃO 52

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conceito de serviço de utilidade pública abrange a prestação de serviços de natureza social ou assistencial de forma desinteressada à coletividade, suprindo-lhe determinadas necessidades. O serviço considerado de utilidade pública é voltado para a sociedade ou um determinado setor dela e não para a obtenção de lucro ou vantagens pessoais. Assim, o Estado não depende dos serviços de utilidade pública, sendo que lhe cabe a regulamentação ou controle, bem como o seu reconhecimento como tal. Ratifica-se, portanto, o gabarito original.

QUESTÃO 53

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema da questão está devidamente explicitado no item V do conteúdo programático de Conhecimentos Específicos para o cargo, Anexo I do Edital nº 1 – TSE, de 11 de novembro de 2011.

QUESTÃO 54

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, ao estabelecer as modalidades de licitação, dispõe sobre as condições e requisitos em que se realizarão cada processo. Consta no art. 23, § 4º, que nas condições em que a Administração Pública puder aplicar a modalidade “convite”, poderá também aplicar a modalidade “tomada de preços”. Também no mesmo dispositivo está expresso que em qualquer caso poderá a Administração realizar a modalidade “concorrência”. Assim, ratifica-se o gabarito original.

QUESTÃO 55

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão trata dos Limites com Despesas de Pessoal, conforme determinado pela Lei Complementar nº. 101/2000, sobre o que o referido instituto legal dispõe:

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

[...]

Art. 19. [...]

§ 1º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

VI - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes: a) da arrecadação de contribuições dos segurados; b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição; c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade.

(grifos nossos)

Analisando-se as afirmativas apresentadas, tem-se:

I. Os proventos de aposentadoria não são computados como despesa total de pessoal – Afirmativa verdadeira, conforme disposto no art. 18 da LRF, os proventos de aposentadoria de uma forma geral, exceto quando custeadas por recursos provenientes da arrecadação de contribuições dos segurados, da compensação financeira entre fundo, são computados como despesa de pessoal.

II. As gratificações são computadas como despesa total de pessoal – Afirmativa verdadeira, conforme disposto no art. 18 da LRF.

III. As horas- extras são computadas como despesa total de pessoal – Afirmativa verdadeira, conforme disposto no art. 18 da LRF.

IV. Os gastos com mandatos eletivos não são computados como despesa total de pessoal – Afirmativa falsa, conforme disposto no art. 18 da LRF, os gastos com mandatos eletivos são computados como despesa total de pessoal.

Estando, dessa forma, as afirmativas II e III corretas.

Fonte: BRASIL. **Lei complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 18 fev. 2012.

QUESTÃO 57

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão trata sobre o Orçamento-Programa, que segundo Giacomini (2010, p. 155) constitui-se em “um sistema em que se presta particular atenção às coisas que um governo adquire, tais como serviços pessoais, provisões, equipamentos, meios de transporte etc., naturalmente, sendo meios que emprega para o cumprimento das suas funções”.

Segundo Giacomini (2010, p. 166), os elementos essenciais do Orçamento-Programa são:

- os objetivos e propósitos perseguidos pela instituição e para cuja consecução são utilizados os recursos orçamentários;

- os programas, isto é, os instrumentos de integração dos esforços governamentais no sentido da concretização dos objetivos;
- os custos dos programas medidos por meio da identificação dos meios ou insumos (pessoal, material, equipamentos, serviços etc.) necessários para a obtenção dos resultados;
- medidas de desempenho com a finalidade de medir as realizações (produto final) e os esforços despendidos na execução dos programas.

As afirmativas apresentadas na questão para análise foram:

I. Os programas são os instrumentos de integração de esforços do governo para concretização de objetivos.

II. Os custos dos programas são medidos por meio da identificação dos meios ou insumos.

III. As medidas de desempenho têm a finalidade de mensurar a execução de programas.

Estando, dessa forma, todas corretas.

Fonte: GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

QUESTÃO 60

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre os processos de recursos humanos.

Segundo Chiavenato (1999), os processos de recursos humanos são os seguintes:

- Processos de agregar pessoas: recrutamento e seleção.
- Processos de aplicar pessoas: desenhos de cargos e avaliação de desempenho.
- Processos de recompensar pessoas: remuneração e benefícios e serviços.
- Processos de desenvolver pessoas: treinamento, mudanças e comunicações.
- Processos de manter pessoas: disciplina, higiene, segurança e qualidade de vida no trabalho e relações com o sindicato.
- Processos de monitorar pessoas: banco de dados e sistemas de informações gerenciais.

De acordo com o exposto, avaliação de desempenho refere-se ao processo de aplicação de pessoas.

Logo, a resposta correta é a letra A.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

QUESTÃO 61

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre conhecimentos relacionados de seleção, mais especificamente aos modelos de colocação, seleção e classificação.

Segundo Chiavenato (2002), o modelo de classificação corresponde ao fato de existirem vários candidatos para cada vaga e várias vagas para cada candidato. Já o modelo de colocação, segundo o mesmo autor, diz respeito à situação onde existe um só candidato para uma única vaga.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

QUESTÃO 62

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre a área de recursos humanos como responsabilidade de linha e função de *staff*.

Chiavenato (1999 e 2002) afirma que a responsabilidade de linha da função de recursos humanos ocorre quando cada gerente dentro da sua área de atuação toma decisões em relação aos seus subordinados, decidindo sobre novas admissões, promoções, transferências, avaliação de desempenho, treinamento etc.

Chiavenato (1999 e 2002) salienta ainda que a área de recursos humanos desempenha função de *staff* quando presta assessoria e consultoria, proporcionando às chefias a devida orientação sobre como gerir seus subordinados.

A área de recursos humanos ou gestão de pessoas desempenha função de *staff* quando da aplicação de testes psicométricos relacionados ao processo de seleção. Tal atividade é específica da área de recursos humanos, pois somente os profissionais da área possuem orientação e conhecimento técnico para tal.

Logo, a resposta correta é a letra D.

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- **Recursos humanos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

QUESTÃO 63

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre os papéis gerenciais.

Os gerentes, atualmente, possuem como características:

- a) ênfase nos resultados, ou seja, na eficácia;
- b) foco na qualidade e melhoria contínua;
- c) descentralização das decisões.

Dividir o trabalho entre as pessoas de forma que tarefas sejam executadas sem a coordenação e conhecimento dos esforços por parte de todos os colaboradores não constitui uma característica dos gerentes. Estes priorizam a participação da equipe e o conhecimento de todo processo por todos os envolvidos.

QUESTÃO 64

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre conhecimentos relacionados à aprendizagem organizacional, mais precisamente às características da tensão criativa.

Senge (1990) ressalta que a tensão criativa é uma tensão criada pelo descontentamento com o presente conhecido e a ambição por um futuro de sucesso nas organizações. Essa tensão gera ou impulsiona o processo de mudança.

Senge (1990) identifica a reflexão crítica como uma das principais características da tensão criativa, visto que a tensão criativa requer a utilização de modelos mentais e o confronto entre a visão pessoal e a realidade presente.

Logo, a alternativa correta é a letra A.

Fonte: SENGE, Peter. **A quinta disciplina**. São Paulo: Nobel, 1990.

QUESTÃO 66

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre aprendizagem organizacional, mais especificamente sobre o entendimento do conceito de dado e informação.

Chiavenato (1999; 2002; 2003) apresenta a definição de dado, considerando que é um índice, uma manifestação objetiva, passível de análise subjetiva.

Um dado é capturado de forma simples e isolada, tem pouco valor.

Também é considerado, pela definição de Chiavenato (2003) um conjunto de fatos quaisquer acerca do mundo.

Possui natureza eminentemente quantitativa. Não significa dizer que é exclusivamente quantitativo. A palavra eminentemente dá a conotação de que o dado é, em maior grau, quantitativo. Isso não exclui a possibilidade do dado também ser quantitativo. Apenas indica que, na maioria das situações, é quantitativo.

Porém, um dado, isoladamente, não pode ser utilizado para definir ações coordenadas. Para que isso aconteça, é necessário que os dados sejam interpretados, classificados, armazenados e relacionados entre si (CHIAVENATO, 1999;2002; 2003).

Logo, a alternativa que não corresponde a uma característica de um dado é a letra B.

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- **Recursos humanos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- **Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos: como incrementar talentos na empresa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

QUESTÃO 67

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre elaboração e gerenciamento de projetos.

O Guia PMBOK® (2004) salienta que a maior margem de erro no que se refere à estimativa de custos de um projeto em virtude do seu menor grau de detalhamento é a ordem de grandeza (*order of magnitude*)

QUESTÃO 68

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre gestão de projetos, mais especificamente sobre a definição do escopo do projeto.

A definição do escopo do projeto tem com objetivo apontar o que está e o que não está contido na estrutura do projeto através de um documento denominado declaração de escopo do projeto.

O Guia PMBOK® (2008) apresenta como um dos itens principais do gerenciamento do projeto o dicionário da Estrutura Analítica do Projeto (EAP). O mesmo Guia salienta que o EAP é uma ferramenta de decomposição do trabalho do projeto em partes manejáveis. É uma ferramenta primária e primordial e tem o intuito de identificar elementos terminais (produtos e serviços) e serve de base para o planejamento do projeto.

Logo, a resposta correta é a letra B.

Fonte: PROJECT MANAGEMENT BODY OF KNOWLEDGE (PMBOK®). 4 ed.

QUESTÃO 69

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre conhecimentos relativos à elaboração e ao gerenciamento de projetos.

Maximiano (2002), afirma que a definição de projetos passa por três variáveis críticas, a saber:

- a) é um empreendimento temporário;
- b) tem por objetivo fornecer um produto singular;
- c) dentro das restrições orçamentárias.

Maximiano (2002) evidencia ainda que um projeto, à medida que é entendido pelos responsáveis, maior é a sua riqueza de detalhes.

O Guia PMBOK® (2008) apresenta um conjunto de características que definem projetos, a saber:

- a) são temporários (possuem um início e um fim definidos);
- b) são planejados, executado e controlado;
- c) entregam produtos, serviços ou resultados exclusivos;
- d) são desenvolvidos em etapas e continuam por incremento com uma elaboração progressiva: à medida que são compreendidos são mais bem detalhados;
- e) são realizados por pessoas;
- f) com recursos limitados.

As características elencadas pelo Guia PMBOK® (2008) constantes nas letras **a**, **c** e **d**, salientam as características de temporários, exclusivos e progressivos, respectivamente.

Portanto, as afirmativas I, II e III estão corretas.

Logo, a resposta correta é a letra D.

Fonte:

- MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. **Administração de projetos:** como transformar ideias em resultados. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- PROJECT MANAGEMENT BODY OF KNOWLEDGE (PMBOK®). 4 ed.

QUESTÃO 71

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo programático prevê a exigência de conhecimento acerca dos temas: Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado.

Embora o Tribunal de Contas exerça, dentro de suas atribuições, o “julgamento” das contas dos administradores, não é técnico e correto afirmar que tais tribunais tenham função jurisdicional, posto que a amplitude desta função transcende a mera verificação e julgamento da regularidade contábil, financeira e orçamentária.

Nas palavras de Alexandre de Moraes, a função jurisdicional consiste “na imposição da validade do ordenamento jurídico, de forma coativa, toda vez que houver necessidade”. No mesmo sentido, citando Arruda Alvim, o autor explica que a função jurisdicional “é aquela realizada pelo Poder Judiciário, tendo em vista aplicar a lei a uma hipótese controvertida mediante processo regular, produzindo, afinal, coisa julgada, com o que substitui, definitivamente, a atividade e vontade das partes”.

Formalmente e no sentido técnico da palavra, a doutrina majoritária sustenta que os Tribunais de Contas não possuem função jurisdicional, já que dentre outros motivos, suas decisões não produzem coisa julgada, de forma que resta impossibilitado tal enquadramento como órgão jurisdicional ou detentor de jurisdição.

Nesse sentido, Eldir Coelho:

“O Tribunal de Contas não exerce uma função jurisdicional em relação às contas do Presidente (âmbito federal). Ele não julga pessoas, julga contas, e o efeito de suas decisões não fazem coisa julgada, pois são de cunho administrativo. O Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Legislativo, emitindo um parecer técnico a respeito das contas a ele apresentadas”.

Desta feita, tem-se que o Tribunal de Contas é órgão auxiliar e de orientação do Poder Legislativo, embora a ele não subordinado, praticando atos de **natureza administrativa**, concernentes, basicamente, à fiscalização.

No que concerne à veracidade do afirmado na alternativa “B”, esclarece-se que a Administração tem a prerrogativa de rever seus próprios atos, anulando-os, quando eivados por vícios de legalidade, ou revogá-los, por motivos de conveniência e oportunidade (princípio da autotutela).

Entendimento sumulado pelo STF.

Fonte: OLIVEIRA, Éldir Coelho de Souza. Apontamentos de direito financeiro. p. 44
MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

QUESTÃO 74

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão trata do conteúdo programático de Administração de Recursos Materiais, na qual emprega-se basicamente como capital, incorrendo-se em custos para produzir algo de valor econômico, o **estoque**.

Dessa forma, a gestão de estoques é o principal objetivo da área de Administração de Recursos Materiais, constituindo-se em função primordial da mesma abranger todas as atividades relacionadas com a obtenção de materiais ou mercadorias (estoques), manuseio, guarda, transporte, antes de sua incorporação ao processo de produção ou de sua venda.

No que diz respeito à questão, o comando aponta para a análise e indicação da afirmativa correta sobre gestão de estoques com base na teoria sobre o tema, sem referência específica a sua aplicação à área privada ou pública.

De acordo com Martins (2002 p. 162), a análise ABC é uma das formas mais usuais de se examinar estoques. Essa análise consiste na verificação, em certo espaço de tempo do consumo, em valor monetário ou quantidade, dos itens de estoque, para que eles possam ser classificados em ordem decrescente de importância. Aos itens mais importantes de todos, dá-se a denominação itens classe A, aos intermediários, classe B, e aos menos importantes, classe C.

Conforme Pozo (2002, p. 61 - 62), estoque mínimo ou estoque reserva, é uma quantidade mínima de peças que tem que existir no estoque com a função de cobrir as possíveis variações do sistema, que podem ser: eventuais atrasos no tempo de fornecimento (TR) por nosso fornecedor, rejeição do lote de compra ou aumento na demanda do produto. Sua finalidade é não afetar o processo produtivo e, principalmente, não acarretar transtornos aos clientes por falta de material e, conseqüentemente, atrasar a entrega de nosso produto ao mercado.

De acordo com Pozo (2001, p. 60), o nível máximo de estoque é normalmente determinado de forma que seu volume ultrapasse a somatória da quantidade do estoque de segurança como lote em um valor que seja suficiente para suportar variações normais de estoque em face de dinâmica de mercado.

Para Pozo (2001), custo de armazenagem é responsável por onerar bastante a lucratividade das empresas. Os programas de melhoria de produtividade baseados em just-in-time têm como objetivo principal manter esse custo próximo a zero.

Dessa forma, a única alternativa correta é a letra A.

FONTE:

- MARTINS, P. G.; ALT, P. R. c. **Administração de materiais e recursos patrimoniais**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- POZO, Hamilton. **Administração de recursos Materiais e Patrimoniais**. São Paulo, Atlas, 2001.

QUESTÃO 75

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta como alternativa correta apenas a letra “B”, conforme o gabarito original, e está fundamentada no art. 71 da CRFB. Somente ao Congresso Nacional cabe julgar as contas do Presidente da República, sendo que o seu julgamento é soberano. O auxílio do Tribunal de Contas se dá com a análise das contas e a emissão do seu parecer prévio, que poderá ou não ter seu entendimento aquiescido pelo Congresso. Portanto, a decisão do Congresso Nacional com relação às contas do Presidente da República não estará vinculada ao parecer do TCU. Assim, ratifica-se o gabarito original.

QUESTÃO 76

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta como alternativa correta apenas a letra “A”, conforme gabarito original. Isto porque a CRFB em seu art. 175 estabelece expressamente que a concessão ou permissão para a prestação de serviços públicos deverão ser precedidas de licitação. Lado outro, os argumentos apresentados nos recursos não prosperam uma vez que a Carta Magna estabelece ainda em seu art. 37, XXI, que as ressalvas previstas na legislação específica (lei 8.666/93), onde poderá ser dispensada ou inexigível a licitação, envolvem apenas a contratação de obras, serviços, compras ou alienações pelo Poder Público, sem qualquer previsão para a concessão ou permissão de serviços públicos. Por fim, a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em seu art. 25 estabelece que na inviabilidade de competição, a licitação é inexigível. Os casos de dispensa estão previstos no art. 24 e não contemplam a impossibilidade de competição. Assim, ratifica-se o gabarito original.

QUESTÃO 77

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O tema abordado nesta questão está previsto no item V do conteúdo programático de Conhecimentos Específicos previstos no edital para o cargo, e não permite alternativa de resposta correta senão aquela indicada no gabarito preliminar. Isto porque a Lei Federal nº 11.107/2005 determina em seu art. 1º, § 1º, que o consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado, determinação esta reiterada no seu art. 6º. São exemplos de consórcios públicos com natureza jurídica de direito privado, os consórcios de saúde, presentes em quase todos os municípios. Assim, ratifica-se o gabarito original.

QUESTÃO 78

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

O princípio da sindicabilidade significa que a administração pública é controlável, sindicável. Entretanto, a questão poderia ensejar duas respostas, na medida em que o princípio da legalidade também remete a limites, controles. Com efeito, além da terminologia utilizada na questão ser de difícil identificação na doutrina, o controle da administração é umbilicalmente vinculado ao princípio da legalidade.

QUESTÃO 79

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa correta está de acordo com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Uma vez adjudicada a licitação, a preferência de contratação é do licitante que teve a melhor proposta aceita (ganhador), que tem a prerrogativa de desistir do processo e não pode ser obrigado a formalizar o contrato. Em caso de recusa por parte do licitante depois da adjudicação oficial concedida, ocorre perda de direito e o segundo colocado passa a ser a principal opção. Assim, ratifica-se o gabarito original.

QUESTÃO 80

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo programático prevê a exigência de conhecimento acerca dos temas: Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado.

Embora o Tribunal de Contas exerça, dentro de suas atribuições, o “julgamento” das contas dos administradores, não é técnico e correto afirmar que tais tribunais tenham função jurisdicional, posto que a amplitude desta função transcende a mera verificação e julgamento da regularidade contábil, financeira e orçamentária.

Nas palavras de Alexandre de Moraes, a função jurisdicional consiste “na imposição da validade do ordenamento jurídico, de forma coativa, toda vez que houver necessidade”. No mesmo sentido, citando Arruda Alvim, o autor explica que a função jurisdicional “é aquela realizada pelo Poder Judiciário, tendo em vista aplicar a lei a uma hipótese controvertida mediante processo regular, produzindo, afinal, coisa julgada, com o que substitui, definitivamente, a atividade e vontade das partes”.

Formalmente e no sentido técnico da palavra, a doutrina majoritária sustenta que os Tribunais de Contas não possuem função jurisdicional, já que dentre outros motivos, suas decisões não produzem coisa julgada, de forma que resta impossibilitado tal enquadramento como órgão jurisdicional ou detentor de jurisdição.

Nesse sentido, Eldir Coelho:

“O Tribunal de Contas não exerce uma função jurisdicional em relação às contas do Presidente (âmbito federal). Ele não julga pessoas, julga contas, e o efeito de suas decisões não fazem coisa julgada, pois são de cunho administrativo. O Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Legislativo, emitindo um parecer técnico a respeito das contas a ele apresentadas”.

Desta feita, tem-se que o Tribunal de Contas é órgão auxiliar e de orientação do Poder Legislativo, embora a ele não subordinado, praticando atos de **natureza administrativa**, concernentes, basicamente, à fiscalização.

No que concerne à veracidade do afirmado na alternativa “B”, esclarece-se que a Administração tem a prerrogativa de rever seus próprios atos, anulando-os, quando evitados por vícios de legalidade, ou revogá-los, por motivos de conveniência e oportunidade (princípio da autotutela). Entendimento sumulado pelo STF.

Fonte:

- OLIVEIRA, Éldir Coelho de Souza. Apontamentos de direito financeiro. p. 44
- MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA – CONTABILIDADE

PROVA TIPO 4: AZUL

QUESTÃO 02

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar, mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na...” “qualquer” usado depois de um substantivo, com artigo indefinido, antes deste, adquire valor adjetival pejorativo.

“...o mundo da vida no qual ética e moral se cindiram há muito tempo...” “muito”, neste caso, exerce função pronominal já que: trata-se de pronome indefinido antecedendo o substantivo, expressa quantidade e/ou qualidade indefinidas. “há muito tempo” denota que a quantidade de tempo está indefinida. Para que “muito” exerça” função adverbial de intensidade deverá ser determinante de adjetivo significando extremamente ou exageradamente (muito rico, muito pobre), determinante do verbo significando excessivamente, demais (bebeu muito, doeu muito) ou determinante de outro advérbio (muito cedo, muito perto), o que não ocorre no trecho destacado.

“A mesma polícia que combate o narcotráfico nas favelas das grandes cidades poderia ocupar o Congresso e outros espaços do governo onde a corrupção é a regra.” “onde” pode exercer a função de advérbio interrogativo de lugar. Pode aparecer tanto nas orações interrogativas diretas quanto nas indiretas, o que não é o caso. No período em destaque, o pronome “onde” se relaciona com o termo antecedente “o Congresso e outros espaços do governo”. “Onde” é empregado como pronome relativo, aquele que se relaciona com um termo antecedente, dando início a uma oração, chamada adjetiva.

Fonte:

- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUES. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 1327, 1584.
- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática, Teoria e Prática. São Paulo: Atual, 1994. p. 183, 253.

QUESTÃO 04

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

transvalorada = a honestidade foi transvalorada. O prefixo latino tras- (e variações: tres-, trans-) possui como significado: movimento ou posição para além de, atravésde, ou mudança de estado. Desta forma, o vocábulo “transvalorada” possui no contexto o sentido de que a honestidade teve uma extrapolação quanto ao seu valor, foi além daquele valor original.

A) transbordar : o mesmo prefixo e significado estão em transbordar.

B) trasantontem: dia que precedeu o de anteontem. tras + anteontem. (extrapolou ontem,)

C) tresnoitar: passar a noite, ou grande parte dela, sem dormir, tirar o sono a , não deixar dormir.tres + noite + -ar (“ir além” da noite, ficar em claro)

D) trastejar: ganhar a vida negociando trastes ou coisas pouco valiosas,cuidar de móveis e utensílios da casa, vigiar, controlar, verificar o andamento dos serviços do lar, vagar de um lado para outro, agir mal, sair da linha, colocar trastos em instrumento, esfregar as cordas do violão contra os trastos. Etimologia: traste ou trasto + -ejar.

Portanto, “trastejar” não possui o prefixo trans (ou variações) .

Fonte:

- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUES. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 1872, 1877.
- PASQUALE E ULISSES. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Scipione: 2008. p.84.

QUESTÃO 05

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) *Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar – mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever, é porque – no sistema da corrupção –, o valor da honestidade, que garantiria ao sujeito a sua autonomia, foi substituído pela vantagem do dinheiro.*

GABARITO: D) *Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar – mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever –, é porque, no sistema da corrupção, o valor da honestidade – que garantiria ao sujeito a sua autonomia – foi substituído pela vantagem do dinheiro.*

O travessão substitui com vantagem a vírgula, pois imprime maior força expressiva à palavra, expressão ou frase que ele separa. A vírgula deve ser usada para separar termos ou orações que, deslocados, quebram uma sequência sintática. Após “dever” omitiu-se o travessão na opção A.

C) *Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar, mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever, é porque, no sistema da corrupção, o valor da honestidade – que garantiria ao sujeito a sua autonomia –, foi substituído pela vantagem do dinheiro.*

A vírgula antes de “foi” na opção C foi usada indevidamente, os travessões têm a função de separar a oração “que garantiria ao sujeito a sua autonomia”, desta forma ao usar a vírgula antes de “foi” há uma incorreção separando-se sujeito e predicado.

Fonte: SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática, Teoria e Prática. São Paulo: Atual, 1994. p. 458, 467

QUESTÃO 10

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O cidadão exótico – pobre e honesto – que deixa de agir na direção de uma vantagem pessoal como que estaria perdoado por antecipação ao agir imoralmente sendo pobre, mas não está. A

frase de Brecht seria sua jurisprudência mais básica: “O que é roubar um banco comparado a fundar um?”

Jurisprudência: **1.** Ciência do direito e das leis. **2.** conjunto das decisões e interpretações das leis pelos tribunais superiores, adaptando as normas às situações de fato. **3.**fig.uso estabelecido, aquilo que serve como modelo ou exemplo para agir, pensar, dizer.

A expressão “mas não está” no período, demonstra que o cidadão pobre e honesto ao agir imoralmente não é desculpado. O enunciado da questão faz referência à frase de Brecht que completa o período, e a frase é seu modelo de pensar (sua jurisprudência).

E ainda, não se trata de argumento jurídico já que não é um texto da lei ou com tal formalidade, mas sim um juízo de valor.

Fonte: DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUES. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 1140.

QUESTÃO 11

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida não foi aplicada no turno matutino para o cargo de Técnico Judiciário, não ferindo portanto o princípio da isonomia.

QUESTÃO 13

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na opção B, o ícone apresentado, quando clicado, permite navegar no site do TSE, que foi previamente adicionado à Barra de Favoritos.

Na opção C, quando se clica no ícone apresentado, uma nova janela pop-up é exibida e nesta nova janela é possível adicionar um site à Barra de Favoritos, entretanto a adição à Barra de Favoritos não foi através do ícone apresentando no item C, e sim através de outro ícone que se encontra nesta janela pop-up mostrada.

Na opção D, este ícone não se encontra no Internet Explorer 8 (idioma Português – Brasil). A opção correta é a A, pois através deste ícone pode-se adicionar o endereço do site desejado à Barra de Favoritos.

QUESTÃO 16

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

O art. 20,§ 2º, da Lei 8.112/90 dispõe que o servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, não sofrendo reversão, o que torna a assertiva “b” incorreta. No tocante a alternativa “c”, embora a Lei 8.112/90 disponha que o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa, a EC nº19/98, que deu nova redação ao art. 41 da CRFB, trouxe outra possibilidade de perda do cargo:

41. (...)

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

Como o enunciado não delimitou o diploma legal segundo o qual o conhecimento específico seria exigido na questão, a alternativa “c” é incorreta quando contraposto ao texto constitucional. Por haver duas alternativas que atendem ao enunciado da questão (incorretas) a banca decide pela anulação.

Fonte: art. 20, §2º da Lei 8.112/90 e art. 41, §1º da CRFB/88

QUESTÃO 21

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A matéria encontrava-se sim prevista no edital. Para o cargo de Analista Judiciário – Especialidades Biblioteconomia, Contabilidade, Pedagogia, Análise de Sistemas, Arquivologia, Engenharia Mecânica, Estatística e Psicologia era cobrado o conteúdo de Noções de Direito Administrativo. Veja-se que o tema era previsto para a todos os cargos, exceto Analista Judiciário – Área Judiciária, Analista Judiciário Área Administrativa e Técnico Judiciário – Área Administrativa. A questão pretendia a assinalação da alternativa que não contivesse uma dispensa de licitação. As alternativas de “B”, “C” e “D” estão previstas, respectivamente, nos incisos XXVIII, X, e XV do art. 24 da Lei 8.666/93, que trata das hipóteses de dispensa de licitação. A alternativa “A” traz uma hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do inciso I, do art. 25 da referida lei. Portanto, de todas, a única que não indica uma hipótese de dispensa e sim de inexigibilidade é a alternativa “A”.

Fonte: artigos 24 e 25 da Lei 8.666/93

QUESTÃO 22

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A matéria encontrava-se sim prevista no edital. Para o cargo de Analista Judiciário – Especialidades Biblioteconomia, Contabilidade, Pedagogia, Análise de Sistemas, Arquivologia, Engenharia Mecânica, Estatística e Psicologia era cobrado o conteúdo de Noções de Direito Administrativo. Veja-se que o tema era previsto para a todos os cargos, exceto Analista Judiciário – Área Judiciária, Analista Judiciário Área Administrativa e Técnico Judiciário – Área Administrativa. A alternativa “C” está de acordo com o artigo 23, §4º da Lei 8.666/93, *in verbis*: “Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.” Portanto, em virtude de expressa autorização legal há sim possibilidade de substituição de uma modalidade de licitação por outra.

Fonte: Lei nº 8.666/93.

QUESTÃO 23

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A matéria encontrava-se sim prevista no edital. Para o cargo de Analista Judiciário – Especialidades Biblioteconomia, Contabilidade, Pedagogia, Análise de Sistemas, Arquivologia, Engenharia Mecânica, Estatística e Psicologia era cobrado o conteúdo de Noções de Direito Administrativo. Veja-se que o tema era previsto para a todos os cargos, exceto Analista Judiciário – Área Judiciária, Analista Judiciário Área Administrativa e Técnico Judiciário – Área Administrativa. O inciso XI, do art. 78 da Lei 8.666/93 dispõe que apenas as alterações que prejudiquem a execução do contrato são motivos para a rescisão, enquanto a alternativa “B” trata de qualquer alteração. Portanto, a alternativa estava incorreta.

Fonte: Edital e Lei 8.666/93.

QUESTÃO 24

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A matéria encontrava-se sim prevista no edital. Para o cargo de Analista Judiciário – Especialidades Biblioteconomia, Contabilidade, Pedagogia, Análise de Sistemas, Arquivologia, Engenharia Mecânica, Estatística e Psicologia era cobrado o conteúdo de Noções de Direito Administrativo. Veja-se que o tema era previsto para a todos os cargos, exceto Analista Judiciário – Área Judiciária, Analista Judiciário Área Administrativa e Técnico Judiciário – Área Administrativa. Os incisos do art. 79 da Lei 8.666/93 trazem as hipóteses de rescisão dos contratos administrativos e não há possibilidade de rescisão extrajudicial sem a concordância da administração. E se a Administração toma a iniciativa da rescisão é claro que ela está concordando com ela. Mesmo para aqueles que admitem a aplicação da arbitragem aos contratos administrativos, seria necessário que a administração previamente anuísse à arbitragem. De mais a mais o tema arbitragem não consta do edital, que se resume à lei de licitações. Deve ser salientado que o “e” constante da alternativa “A” deve ser lido como adição, de modo que a rescisão ali citada é aquela em que não há acesso ao judiciário e ao mesmo tempo a administração não concorda. E tal possibilidade é vedada pelo ordenamento jurídico.

Fonte: Art. 79 da Lei 8.666/93

QUESTÃO 25

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A matéria encontrava-se sim prevista no edital. Para o cargo de Analista Judiciário – Especialidades Biblioteconomia, Contabilidade, Pedagogia, Análise de Sistemas, Arquivologia, Engenharia Mecânica, Estatística e Psicologia era cobrado o conteúdo de Noções de Direito Administrativo. Veja-se que o tema era previsto para a todos os cargos, exceto Analista Judiciário – Área Judiciária, Analista Judiciário Área Administrativa e Técnico Judiciário – Área Administrativa. A doutrina, em peso, explica que a Administração Pública, ao contratar, possui em seus contratos, cláusulas que exorbitam do direito comum. E segundo esta mesma doutrina, o artigo 58 da Lei 8.666/93 traz o rol das chamadas cláusulas exorbitantes:

“Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado; II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei; III - fiscalizar-lhes a execução; IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo. § 1º **As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.** § 2º Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.” Todos os incisos são considerados pela doutrina como cláusulas exorbitantes, ou seja, que exorbitam do direito comum. Com efeito, sobre a fiscalização que foi objetivo de recurso, há de se ressaltar que não se trata de uma fiscalização como a de qualquer outro contrato, mas sim fulcrada na Lei 8.666/93, possuindo características que lhe são próprias. Por fim, do citado artigo 58, percebe-se que as cláusulas econômico-financeiras dependem da concordância do contratado para serem alteradas. Em sentido oposto ao estatuído na norma, a alternativa “A” trata de modificação unilateral das cláusulas econômico-financeiras o que não é admitido. Portanto, a alternativa “A” é que deveria ter sido marcada pelo candidato.

Fonte: CHARLES, Ronny. **Leis de Licitações Públicas Comentadas.** 4ª ed. Salvador: Juspodivm, 2011. E também MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo** – 5ª edição, ver. amp., ref. e atual até 01/01/2011. Niterói: Impetus, 2011.

QUESTÃO 26

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em comento, por sua objetividade, encontra respaldo na literalidade de dispositivos da Resolução TSE nº 21 538/2003 (que dispõe sobre o alistamento e serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, a regularização de situação de eleitor, a administração e a manutenção do cadastro eleitoral, o sistema de alistamento eleitoral, a revisão do eleitorado e a fiscalização dos partidos políticos, entre outros).

Analizando:

A alternativa “A” está correta, porquanto coerente com o disposto no art. 29 da Resolução TSE nº 21 538/2003 (“Art. 29. As informações constantes do cadastro eleitoral serão acessíveis às instituições públicas e privadas e às pessoas físicas, nos termos desta resolução”);

A alternativa “B” está correta, por reproduzir o art. 29, § 1º da Resolução retromencionada (“Em resguardo da privacidade do cidadão, não se fornecerão informações de caráter personalizado constantes do cadastro eleitoral”);

A alternativa “C” está correta, por reproduzir o disposto no art. 32 da Resolução: “O uso dos dados de natureza estatística do eleitorado ou de pleito eleitoral obriga a quem os tenha

adquirido a citar a fonte e a assumir responsabilidade pela manipulação inadequada ou extrapolada das informações obtidas”.

A alternativa “D” está errada, por contrariar o art. 30 da Resolução, que diz: “*Os tribunais e juízes eleitorais poderão, no âmbito de suas jurisdições, autorizar o fornecimento a interessados, desde que sem ônus para a Justiça Eleitoral e disponíveis em meio magnético, dos dados de natureza estatística levantados com base no cadastro eleitoral, relativos ao eleitorado ou ao resultado de pleito eleitoral, salvo quando lhes for atribuído caráter reservado”.*

QUESTÃO 30

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ab initio cumpre informar que a questão em análise não é a mesma apresentada na prova de Técnico Judiciário da Área Administrativa (questão 29, prova tipo 1), como mencionaram os poucos recorrentes. Vejamos a íntegra da questão de Técnico:

29 . Com base no Código Eleitoral e suas atualizações, NÃO compete ao juiz eleitoral

- (A)** *decidir habeas corpus e mandado de segurança, em matéria eleitoral, desde que essa competência não esteja atribuída privativamente a instância superior.*
- (B)** *representar sobre a necessidade de nomeação dos preparadores para auxiliarem o alistamento eleitoral, indicando os nomes dos cidadãos que devem ser nomeados.*
- (C)** *tomar conhecimento das reclamações que lhe forem feitas verbalmente ou por escrito, reduzindo-as a termo, e determinando as providências que cada caso exigir.*
- (D)** *fornecer aos que não votaram por motivo justificado e aos não alistados, por dispensados do alistamento, um certificado que os isente das sanções legais.*

O fato de uma assertiva ser coincidente em ambas as provas não é idôneo a causar a anulação das questões, nem mesmo passível de colocar em questionamento a moralidade do certame.

Analisemos, pois, as assertivas da questão 30 (prova branca) de Analista Judiciário (Área Administrativa e demais áreas):

Assertiva “A”: CORRETA. Em conformidade com o art. 35, II do CE;

Assertiva “B”: CORRETA. Em conformidade com o art. 35, IV do CE;

Assertiva “C”: CORRETA. Em conformidade com o art. 35, VI do CE;

Assertiva “D”: ERRADA. O art. 35, VII do CE (que dizia: “*representar sobre a necessidade de nomeação dos preparadores para auxiliarem o alistamento eleitoral, indicando os nomes dos cidadãos que devem ser nomeados*”) foi revogado pela Lei 8868/94.

QUESTÃO 32

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Iudícibus e Marion (2011), o quociente de liquidez seca “é uma variante adequada para avaliar a situação de liquidez da empresa. Eliminando-se os estoques do numerador estamos eliminando uma fonte de incerteza”. A fórmula apresentada na literatura da área para cálculo do indicador tem a seguinte estrutura:

Liquidez Seca = Ativo Circulante – Estoques/Passivo Circulante

Pela fórmula apresentada, os fatos que causam alterações no indicador são àqueles que movimentam contas do Ativo Circulante e do Passivo Circulante, dos quais financiamentos não faz parte.

Conforme Iudícibus et al. (2010, p. 167), “Passivo Não Circulante – as contas representativas das obrigações com vencimentos após o término do exercício social seguinte. Exemplos: **Financiamentos**, Debêntures, Encargos Financeiros a Pagar [...]”

Portanto, a única opção correta para a questão é a letra B.

Fonte:

- Iudícibus, S.; Marion, J.C. Contabilidade para não contadores. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- Iudícibus, S. et al. Contabilidade introdutória. 11ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

QUESTÃO 33

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Iudícibus e Marion (2011), “[...] liquidez e rentabilidade interagem uma sobre a outra, levando a uma determinada configuração empresarial”.

Para Iudícibus (2010, p. 329), “os quocientes de liquidez referem-se às possibilidades da empresa pagar seus compromissos”.

O enunciado da questão limita a análise a ser feita: “Um banco deseja analisar a capacidade de pagamento de uma empresa ...”

Dessa forma, com base na literatura, a capacidade de pagamento deve ser analisada a partir dos índices de liquidez, sendo a única resposta correta, considerando a solicitação, a letra A.

Fonte:

- Iudícibus, S.; Marion, J.C. **Contabilidade para não contadores**. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- Iudícibus, S. et al. **Contabilidade introdutória**. 11ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

QUESTÃO 35

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03, a “demonstração dos fluxos de caixa deve apresentar os fluxos de caixa do período classificados em atividades operacionais, de investimento e de financiamento” (CPC_03(R2), p. 5). [...] “De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: (a) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; (b) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial quando aplicável; e (c) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento” (CPC_03 (R2), p. 9)

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 27, item 6, “valor depreciável é o custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual” (CPC_27, p. 3).

Assim, com os dados da questão temos:

Contas	Saldo Inicial	Movimento		Saldo Final	Resultado	
		D	C		Receita	20.000,00
Caixa	15.000,00	2.000,00	7.000,00	10.000,00	Despesas	
Clientes	2.000,00	20.000,00	2.000,00	20.000,00	Provisão	(1.000,00)
P perdas	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	Depreciação	(5.000,00)
Imóvel	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	Salários	(2.000,00)
DA	90.000,00	0,00	5.000,00	95.000,00	Gerais	(6.000,00)
Salários a Pagar	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	Resultado	6.000,00
Contas a Pagar	0,00	0,00	6.000,00	6.000,00		
Capital	18.000,00	0,00	0,00	18.000,00		
Reserva de Lucros	4.000,00	0,00	6.000,00	10.000,00		

Lucro do Exercício	6.000,00	Fluxo de Caixa de Investimentos	0,00
(+) Depreciação	5.000,00	Fluxo de Caixa de Financiamentos	0,00
(+) Provisão	1.000,00	Fluxo de Caixa Gerado	(5.000,00)
(=) Lucro Ajustado	12.000,00	Variação de Caixa	(5.000,00)
(-) Variação Clientes	(18.000,00)	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO	
(-) Variação Salários Pg.	(5.000,00)		
(+) Variação Contas Pg.	6.000,00		
Fluxo de Caixa Operacional	(5.000,00)		

Fonte:

- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC03.pdf>>. Acesso em 19 fev. 2012.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC27.pdf>>. Acesso em 19 fev. 2012.

QUESTÃO 36

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

14. Os fluxos de caixa advindos das atividades operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da entidade. Portanto, eles geralmente resultam de transações e de outros eventos que entram na apuração do lucro líquido ou prejuízo. Exemplos de fluxos de caixa que decorrem das atividades operacionais são:

[...]

(f) pagamentos ou restituição de caixa de impostos sobre a renda, a menos que possam ser especificamente identificados com as atividades de financiamento ou de investimento;

[...]

34 A. Este Pronunciamento encoraja fortemente as entidades a classificarem os juros, recebidos ou pagos, e os dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades operacionais, e os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento.

Dessa forma, com base nos dados da questão temos: restituição do imposto de renda (recebimento); demonstração dos dividendos (recebimento), sendo a única opção correta, a classificação dos eventos com Fluxo de Caixa gerado pela Atividade Operacional.

Fonte: Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC03.pdf>>. Acesso em 19 fev. 2012.

QUESTÃO 38

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida questão versa sobre o cálculo da depreciação. Segundo Marion (2009, p. 174),

O custo do Ativo Imobilizado é destacado como uma despesa nos períodos contábeis em que o Ativo é utilizado pela empresa. O processo contábil para esta conversão gradativa do Ativo Imobilizado em Despesa chama-se Depreciação.

O método de cálculo de depreciação por Quotas Constantes ou Linha Reta caracteriza-se pela distribuição do custo do bem diminuído do valor residual em função do tempo.

Custo do bem	5.500,00
(-) Valor Residual	(500,00)
(=) Total da depreciação a ser considerada como despesa	5.000,00
Vida útil estimada	5 anos
Taxa anual de depreciação	100%/5 anos = 20%
Valor anual de depreciação	5.000,00 x 20% = 1.000,00

Com os dados da questão, analisamos com exemplo numérico:

	Considerando o valor residual	Sem considerar o valor residual
	10.000,00	10.000,00
	3.000,00	
Depreciação	7.000,00	10.000,00
	700,00	1.000,00
	10.000,00	10.000,00
Ativo Imobilizado	(700,00)	(1.000,00)
	9.300,00	9.000,00
	6.000,00	6.000,00
Lucro	(700,00)	(1.000,00)

Líquido	5.300,00	5.000,00
---------	----------	----------

Dessa forma, o cálculo da despesa com depreciação ter sido feito de forma que a mesma fosse superavaliada, tem como consequência a redução do valor do lucro do período e do Patrimônio Líquido. Por outro lado, a despesa com depreciação tem como contrapartida a depreciação acumulada, que por ser uma conta redutora do Ativo, faz com que o valor do mesmo seja subavaliado.

Dessa forma, a única questão que aponta corretamente o impacto da superavaliação do valor da depreciação é a C.

Fonte: Marion, J. C. Contabilidade básica. 10ª Ed. São Paulo: 2009.

QUESTÃO 39

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida questão versa sobre o reconhecimento de provisões, que constituem-se em “passivos de prazo e valor incertos” (CVM 489/2005). De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25,

14. Uma provisão deve ser reconhecida quando:

- (a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;
- (b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e
- (c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

No que diz respeito a provisões passivas, toma-se como exemplo as provisões para férias e 13º salário, cuja obrigatoriedade de pagamento da parcela referente a cada mês de trabalho é constituída com sua ocorrência, assim, refere-se a “obrigação legal com base em evento passado”. Já em relação às provisões ativas, como para perdas prováveis e clientes incobráveis, o fato que gerou a constituição das mesmas referem-se a “eventos passados”, qual seja a aquisição de estoques ou venda a prazo de mercadorias.

Em relação ao valor a ser provisionado, o conceito da provisão aponta para seu caráter estimativo: “Provisão é um passivo de prazo ou valores incertos”. Dessa forma, ao efetuar-se uma estimativa confiável do valor da obrigação significa que para reconhecimento de uma provisão é necessário que o valor a ser pago deve ser o estimado e não determinado.

Assim, com as afirmativas apresentadas na questão tem-se:

(A) A entidade tem uma obrigação presente, decorrente de um evento passado. – Afirmativa correta, com base no CPC 25.

(B) A responsabilidade da empresa não constitui uma obrigação formalizada. – Afirmativa incorreta, com base no CPC 25, é condição para reconhecimento a obrigação ser Legal ou não Formalizada, não se configurando em condição o fato da responsabilidade não ser obrigação formalizada.

(C) A saída de recursos para liquidar a obrigação é provável. – Afirmativa correta, com base no CPC 25.

(D) O montante da obrigação pode ser estimado de modo confiável. – Afirmativa correta, com base no CPC 25.

Dessa forma, a única questão que aponta corretamente o solicitado é a letra B.

Fonte: Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Disponível em: <
<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC25.pdf>>. Acesso em 19 fev. 2012.

QUESTÃO 40

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida questão versa sobre o que em contabilidade denomina-se “Gastos Antecipados” ou “Despesas Diferidas”.

De acordo com o regime contábil da competência de exercícios, que repousa sobre os preceitos do Princípio da Competência “as receitas e despesas são consideradas em função do seu fato gerador e não em função do recebimento da receita ou pagamento da despesa (IUDÍCIBUS et al., 2010, p. 74).

Ainda de acordo com Iudícibus et al. (2010, p. 78-79)

Existem certos ativos oriundos de desembolsos realizados no período corrente que beneficiam o exercício seguinte ou subperíodos de tal exercício. É o caso do prêmio de seguro pago antecipadamente, usualmente remunerando a seguradora por um ano de cobertura de seguro. Nesse caso, temos um típico exemplo de Despesa Paga Antecipadamente classificável no Ativo Circulante.

Assim, com os dados da questão, os lançamentos contábeis corretos, com base no método das partidas dobradas e no princípio da competência seriam:

Aquisição da apólice:

D – Seguro a Apropriar (Ativo Circulante)

C – Valores a Pagar 1.800,00

Pagamentos das parcelas do prêmio à seguradora, nos meses de março, abril e maio/2010:

D – Valores a Pagar

C – Caixa (ou Bancos) 600,00

Apropriações mensais (de abril de 2010 a março de 2011) das parcelas do seguro como despesa do período de referência:

D – Despesa com seguros (resultado)

C – Seguro a Apropriar (Ativo Circulante) 150,00

Dessa forma, a única questão que aponta corretamente a contabilização da despesa com seguro é a letra D.

QUESTÃO 42

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo a Resolução CFC nº 1235/2009,

Quando for necessário retificar as demonstrações contábeis auditadas, o auditor deve cumprir os requisitos relevantes da NBC TA 560 – Eventos Subsequentes, itens 10 a 17.

Segundo a Resolução CFC nº 1225/2009,

O auditor independente não tem obrigação de executar nenhum procedimento de auditoria em relação às demonstrações contábeis após a data do seu relatório. Entretanto, se após a data do seu relatório, mas antes da data de divulgação das demonstrações contábeis, o auditor tomar conhecimento de fato que, se fosse do seu conhecimento na data do relatório, poderia ter levado o auditor a alterar seu relatório, ele deve:

(a) discutir o assunto com a administração e, quando apropriado, com os responsáveis pela governança;

(b) determinar se as demonstrações contábeis precisam ser alteradas e, caso afirmativo;

(c) indagar como a administração pretende tratar o assunto nas demonstrações contábeis.

Segundo a Resolução CFC nº 1233/2009,

Para os fins das normas de auditoria, os termos a seguir possuem os significados a eles atribuídos:

Parágrafo de ênfase é o parágrafo incluído no relatório de auditoria referente a um assunto apropriadamente apresentado ou divulgado nas demonstrações contábeis que, de acordo com o julgamento do auditor, é de tal importância, que é fundamental para o entendimento pelos usuários das demonstrações contábeis.

Dessa forma, tendo conhecimento de fato que altera de forma substancial as demonstrações contábeis da organização, o auditor deve, conforme disposto na NBC TA 560, **determinar** a necessidade de alteração nas demonstrações contábeis, não cabendo neste caso, a emissão de relatório com parágrafo de ênfase, tendo em vista que a informação não se destina à elucidação dos usuários sobre assunto apresentado nas demonstrações.

Fonte:

- Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº 1.225, de 27 de novembro de 2009. Aprova a NBC TA 560 – Eventos subsequentes. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=20009/001225>. Acesso em 19 fev. 2012.
- Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº 1.235, de 27 de novembro de 2009. Aprova a NBC TA 720 – Responsabilidade do Auditor em Relação a Outras Informações.

Disponível em: <
http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=20009/001235>. Acesso em 19
fev. 2012.

- Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº 1.233, de 27 de novembro de 2009. Aprova a NBC TA 706 – Parágrafos de ênfase e parágrafos de outros assuntos no relatório do auditor independente. Disponível em: <
http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=20009/001233>. Acesso em 19
fev. 2012.

QUESTÃO 44

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Ferreira (2004),

Nos testes de transações e saldos, o auditor verifica se os fatos contábeis foram adequadamente registrados, de forma que as contas apresentem uma avaliação correta dos elementos patrimoniais e de suas variações no período considerado. Com a adoção dessa medida, o auditor poderá indicar no parecer se as informações divulgadas nas demonstrações contábeis são adequadas quanto ao conteúdo.

Apesar de não haver normatização sobre o conceito de passivos e ativos ocultos, na doutrina contábil é passível suas definições como:

Passivo Oculto: exigibilidade que, apesar de sua existência, a informação permanece encoberta ao usuário externo.

Ativo Oculto: direito ou bem que, mesmo existindo de fato, não tem sua existência revelada ao usuário externo.

Entretanto, os passivos ocultos, como são valores decorrentes de obrigações, implicam na apresentação de montante de exigibilidades inferior ao real.

Dessa forma, com as alternativas da questão tem-se

(A) o aparecimento de juros falsos com o aumento das despesas financeiras. – se foi verificada a existência de valores ocultos, a ocorrência de obrigações **falsas** contradiz a evidência.

(B) a interferência no cálculo do indicador do retorno do patrimônio líquido, para maior. – o indicador de retorno o PL é calculado com base no Lucro/PL, sem a interferência de valores exigíveis.

(C) a superavaliação do passivo: melhoria na aparência da empresa junto a credores. – a existência de valores não apresentados como obrigações tem como consequência a **redução** do valor do passivo exigível.

(D) os valores ocultos: interferência no cálculo do indicador de liquidez, para maior. – a existência de valores não computados como obrigações tem como efeito a redução do valor do passivo, que implica na melhora dos indicadores de liquidez.

Dessa forma, a única opção correta é apresentada na letra D.

Fonte:

- Ferreira, R. J. Auditoria. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2004.
- Pereira, Anísio Cândido e outros. A Relevância do Passivo Oculto no “ Disclosure” da Informação Contábil. Revista Álvares Penteado, v. 3, n. 6, p. 107-118, junho de 2000.

QUESTÃO 47

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme a Resolução CFC nº 986/2003,

12.2.1.1 – O planejamento do trabalho da Auditoria Interna compreende os exames preliminares das áreas, atividades, produtos e processos, para definir a amplitude e a época do trabalho a ser realizado, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela administração da entidade.

12.2.1.2 – O planejamento deve considerar os fatores relevantes na execução dos trabalhos, especialmente os seguintes:

a) o conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade;

b) o conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos e seu grau de confiabilidade da entidade;

c) a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados, alinhados com a política de gestão de riscos da entidade;

d) a existência de entidades associadas, filiais e partes relacionadas que estejam no âmbito dos trabalhos da Auditoria Interna;

e) o uso do trabalho de especialistas;

f) os riscos de auditoria, quer pelo volume ou pela complexidade das transações e operações;

g) o conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes ou relacionados;

h) as orientações e as expectativas externadas pela administração aos auditores internos; e

i) o conhecimento da missão e objetivos estratégicos da entidade.

12.2.1.3 – O planejamento deve ser documentado e os programas de trabalho formalmente preparados, detalhando-se o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados, em termos de natureza, oportunidade, extensão, equipe técnica e uso de especialistas.

12.2.1.4 – Os programas de trabalho devem ser estruturados de forma a servir como guia e meio de controle de execução do trabalho, devendo ser revisados e atualizados sempre que as circunstâncias o exigirem.

Dessa forma, a opção correta é apresentada na letra A.

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº 986, de 21 de novembro de 2003.

Aprova a NBC TI 01 – Auditoria Interna. Disponível em: <

http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2003/000986>. Acesso em 19 fev. 2012.

QUESTÃO 50

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme disposto na NBC T 11 – Normas de Auditoria Independente, aprovada pela Resolução CFC nº 820/1997 (revogada),

Na aplicação dos testes de observância e substantivos, o auditor deve considerar os seguintes procedimentos técnicos básicos:

- a) inspeção – exame de registros, documentos e de ativos tangíveis.
- b) observação – acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução.
- c) investigação e confirmação – obtenção de informações junto a pessoas ou entidades conhecedoras da transação, dentro ou fora da entidade.
- d) cálculo – conferência da exatidão aritmética de documentos comprobatórios, registros e demonstrações contábeis e outras circunstâncias.
- e) revisão analítica – verificação do comportamento de valores significativos, mediante índices, quocientes, quantidades absolutas ou outros meios, com vistas à identificação de situação ou tendências atípicas.

Segundo a NBC TA 520, aprovada pela Resolução CFC nº 1.221/2009, os procedimentos analíticos incluem, por exemplo, levar em consideração comparações de informações contábeis e financeiras da entidade:

- informações comparáveis de períodos anteriores;
- resultados previstos pela entidade, tais como orçamentos ou previsões, ou expectativas do auditor, como uma estimativa de depreciação;
- informações de entidades do mesmo setor de atividade, como a comparação entre índices de vendas e contas a receber com as médias do setor ou com outras entidades de porte comparável do mesmo setor.

Os procedimentos analíticos incluem, também, levar em consideração as relações, por exemplo:

- entre elementos das informações contábeis que se esperaria que se adequassem a um padrão previsível com base na experiência da entidade, como porcentagens da margem bruta;
- entre informações contábeis e informações não contábeis relevantes, como custos com folha de pagamento e número de empregados.

Dessa forma, a opção B é a única que apresenta de forma correta o conceito de revisão analítica, ainda que o termo tenha sido alterado para “procedimentos analíticos”.

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº 1.221, de 27 de novembro de 2009. Aprova a NBC TA 520 – Procedimentos Analíticos. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2003/000986>. Acesso em 19 fev. 2012.

QUESTÃO 52

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo a Resolução CFC nº 1.133/08,

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Em sua elaboração devem ser informadas as receitas orçamentárias, discriminando-as por ordinárias e vinculadas. Para os recebimentos extraorçamentários é necessário informar os valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, além dos valores ingressados a título extraorçamentário, como por exemplo o recebimento de caução.

Quanto às despesas orçamentárias, devem ser informadas todas as despesas empenhadas, mesmo que essas ainda não tenham sido desembolsadas. Para compensar os valores empenhados ainda não pagos devem ser informados os valores inscritos em restos a pagar na coluna dos ingressos, como receitas extraorçamentárias. Os pagamentos extraorçamentários, assim como os recebimentos, devem ser informados pelo seu fluxo.

Ainda deve ser informado, na coluna de ingressos, o saldo em espécie do período anterior e, na coluna de dispêndios, o saldo em espécie para o exercício seguinte. O saldo em espécie é obtido pela soma das contas de Caixa e equivalentes e de Depósitos restituíveis e valores vinculados.

Dessa forma, a opção correta da questão é a letra D.

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº 1.133, de 21 de novembro de 2008. Aprova a NBC T 16.6 – Demonstrações Contábeis. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em 18 fev. 2012.

QUESTÃO 53

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

Conforme disposto no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte VII, “o resultado orçamentário é encontrado confrontando o valor das receitas arrecadas daquele relativo às despesas executadas, seja, receitas e despesas realizadas”.

Assim, com os dados da questão, tem-se:

Resultado corrente:

Receitas correntes arrecadadas	R\$
	120.000,00
(-) Despesas correntes executadas	<u>R\$</u>
	<u>90.000,00</u>
	R\$
	30.000,00

Resultado de capital:

Receitas de capital arrecadadas	R\$
---------------------------------	-----

	40.000,00
(-) Despesas de capital executadas	<u>R\$</u>
	<u>50.000,00</u>
	(10.000,00)
Resultado Total	
Receitas arrecadadas	R\$
	160.000,00
(-) Despesas executadas	<u>R\$</u>
	<u>140.000,00</u>
	20.000,00

Dessa forma, a questão apresenta duas alternativas corretas:

(B) déficit do orçamento de capital de R\$ 10.000,00

e

(C) superávit do orçamento corrente de R\$ 30.000,00.

Fonte: BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. Parte VII – Exercício Prático. 4ª Ed. Brasília: STN/Coordenação-Geral de Contabilidade, 2011. Acesso em 18 fev. 2012.

QUESTÃO 58

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2011, parte IV, p. 97),

Os lançamentos contábeis só podem ser realizados utilizando contas de uma mesma natureza de informação, conforme detalhamento a seguir:

1º opção: lançamentos de natureza patrimonial (entre as classes 1 a 4)

2º opção: lançamentos de natureza orçamentária (entre as classes 5 e 6)

3º opção: lançamentos de natureza de controle (entre as classes 7 e 8)

Tal regramento impede que ocorra, por exemplo, o lançamento de uma conta de natureza patrimonial (p. ex. clientes) em contrapartida a uma conta de natureza orçamentária (p. ex. receita realizada).

Ainda segundo o MCPSP (2011, parte IV, p. 92) “os lançamentos de natureza orçamentária fecham-se dentro das classes 5 e 6, respectivamente ‘Controle da Aprovação do Planejamento e Orçamento’ e ‘Controle da Execução do Planejamento e Orçamento’.

Fonte: BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. Parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. 4ª Ed. Brasília: STN/Coordenação-Geral de Contabilidade, 2011. Acesso em 18 fev. 2012.

QUESTÃO 60

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a Resolução CFC nº 1.282/2010,

Art. 6º – O Princípio da Oportunidade refere-se ao processo de mensuração e apresentação dos componentes patrimoniais para produzir informações íntegras e tempestivas.

Parágrafo único. A falta de integridade e tempestividade na produção e na divulgação da informação contábil pode ocasionar a perda de sua relevância, por isso é necessário ponderar a relação entre a oportunidade e a confiabilidade da informação.

Conforme estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte II,

Para o setor público, o Princípio da Oportunidade é base indispensável à integridade e à fidedignidade dos registros contábeis dos atos e dos fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade pública, observadas as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público. A integridade e a fidedignidade dizem respeito à necessidade das variações serem reconhecidas na sua totalidade, independentemente do cumprimento das formalidades legais para sua ocorrência, visando ao completo atendimento da essência sobre a forma.

É importante destacar que, para atender ao Princípio da Oportunidade, a contabilidade não pode se restringir ao registro dos fatos decorrentes da execução orçamentária, devendo registrar tempestivamente todos os fatos que promovam alteração no patrimônio. Essa situação é verificada em fatos que não decorrem de previsão e execução do orçamento, como, por exemplo, um incêndio ou outra catástrofe qualquer.

Com base no exposto, a única alternativa que atende ao questionamento apresenta-se na letra C.

Fonte:

- Brasil. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais. 4ª Ed. Brasília: STN/Coordenação-Geral de Contabilidade, 2011. Acesso em 18 fev. 2012.
- Conselho Federal De Contabilidade. Resolução CFC nº 1.282, de 28 de maio de 2010. Analisa e consolida dispositivos da Resolução CFC nº 750/93, que dispõe sobre os Princípios de Contabilidade. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2010/001282>. Acesso em 18 fev. 2012.

QUESTÃO 62

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo o Pronunciamento Técnico CPC 27,

Custo é o montante de caixa ou equivalente de caixa pago ou o valor justo de qualquer outro recurso dado para adquirir um ativo na data da sua aquisição ou construção[...]

16. O custo de um item do ativo imobilizado compreende:

(a) seu preço de aquisição, acrescido de impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, depois de deduzidos os descontos comerciais e abatimentos;

- (b) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração;
- (c) a estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do item e de restauração do local (sítio) no qual este está localizado.

De acordo com Iudícibus et al. (2010, p. 249)

O custo de um elemento do imobilizado deve incluir não só o valor pago ao vendedor, como também todos os gastos feitos até que o elemento esteja em condições de entrar em atividade. Assim, ao valor faturado pelo vendedor devem ser acrescentados outros, tais como os relativos a fretes, custos de instalação, tributos na aquisição etc.

Dessa forma, em nenhum momento do Pronunciamento refere-se à exclusão de quaisquer impostos do custo de imobilizados quando os mesmos não são recuperáveis, o que se aplica à questão, pois, sendo o IPVA pago decorrente de obrigação não quitada pelo dono anterior e condição para utilização do veículo.

Em relação ao pagamento do IPVA do ano de 2010, a questão se refere ao fato de que “a empresa irá quitar o IPVA atrasado de R\$ 6.000,00”, pois, a partir da aquisição do veículo, o imposto para a ser um gasto periódico, não devendo ser considerado para cálculo do custo do imobilizado.

Fonte:

- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pdf/CPC27.pdf>>. Acesso em 19 fev. 2012.
- Iudícibus, S. et al. Contabilidade introdutória. 11ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

QUESTÃO 64

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo a Lei 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações,

Art. 187. A demonstração do resultado do exercício discriminará:

- I – receita bruta das vendas e serviços, deduções das vendas, os abatimentos e os impostos;
- II – a receita líquida das vendas e serviços, o custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto;
- III – as despesas com vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais. [...]

São considerados como Deduções de vendas: impostos incidentes sobre as vendas; devoluções e abatimentos de vendas; os descontos financeiros obtidos e concedidos são classificados como receitas e despesas financeiras, e não fazer parte do cálculo da Receita Líquida e conseqüentemente do Resultado Bruto.

Dessa forma, com os dados da questão temos:

Vendas Brutas		300.000,00
(-) Deduções		
Abatimentos Concedidos	(18.000,00)	
Devolução de Vendas	(10.000,00)	(28.000,00)
(=) Vendas Líquidas		272.000,00
(-) CMV		
Estoque Inicial		14.000,00
(+) Compras		200.000,00
(-) Devolução de Compras		(8.000,00)
(-) Estoque Final	(24.000,00)	(182.000,00)
(=) Resultado Bruto		90.000,00

Fonte: BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em 19 fev. 2012.

QUESTÃO 65

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo a Lei 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações,

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

I – no ativo circulante: as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social subsequente e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte;

II – no ativo realizável a longo prazo: os direitos realizáveis após o término do exercício seguinte, assim como os derivados de vendas, adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da companhia [...]

Dessa forma, com os dados da questão temos como componentes do Ativo Circulante:

Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 10.000,00
Estoques previstos para serem vendidos em 90 dias	R\$ 15.000,00
Cientes, com vencimento em 100 dias	R\$ 50.000,00
Provisão para Perdas nos Estoques	R\$ 2.000,00
Aluguel Pago Antecipadamente – parcela	R\$ 12.000,00
Total	R\$ 85.000,00

Fonte: BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em 19 fev. 2012.

QUESTÃO 66

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O artigo 187 da Lei das Sociedades por Ações disciplina a estrutura da Demonstração do Resultado do Exercício da seguinte forma:

Receita Bruta
(-) Deduções da receita (impostos incidentes sobre a receita, descontos e devoluções)
(=) Receita Líquida
(-) Custo (mercadoria, produto ou serviços)
(=) Resultado Bruto
(-) Despesas Operacionais
De Vendas (comerciais, marketing, distribuição, etc.)
Gerais e Administrativas (gastos com a direção, atividades que geram benefícios para todas as fases no negócio)
Outras despesas e receitas operacionais (decorrentes de atividades complementares ao negócio da empresa: receita de dividendos, ganho na equivalência patrimonial, aluguéis, arrendamento, reversão de provisões, etc.; despesa com perda na equivalência patrimonial, arrendamento de imóveis, etc.)
(=) Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro
Resultado Financeiro (Receitas Financeiras – Despesas Financeiras: decorrentes de rendimentos sobre aplicações, juros ativos ou passivos, etc.)
(=) Resultado antes do Imposto de Renda
(-) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social
(=) Lucro antes das participações
(-) Participações
(=) Lucro Líquido

A Demonstração do Resultado do Exercício é um demonstrativo contábil obrigatório, cuja estrutura é definida com base nos dispositivos da legislação societária, independentemente da forma de tributação a qual esteja sujeita a organização.

O cálculo do imposto de renda, no caso de tributação pelo lucro real, é feito através do LALUR (livro de apuração do lucro real), tendo como base os mecanismos de adições e exclusões previstos na legislação do IR.

Dessa forma, com base na estrutura apresentada e com os dados do exercício temos:

Receita de Vendas – 800.000,00 (-) CMV – 540.000,00 (-) Despesas Administrativas – 40.000,00 (-) Despesas de depreciação – 55.000,00 (-) Despesas de salários – 42.000,00 – (+) Reversão da Provisão Dev. Duvidosos – 30.000,00 (-) Resultado Financeiro – 20.000,00 = RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA = 133.000,00

Fonte: BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em 19 fev. 2012.

QUESTÃO 68

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Ferreira (2010), “a atualização monetária não foi abolida, mas passou a ser tratada dentro do princípio do Registro pelo Valor Original, como espécie de variações do custo histórico. A atualização monetária perdeu o status de princípio, mas continua a ter aplicação como elementos de mensuração dos elementos patrimoniais”.

A atualização monetária não representa aumento real de valor, e sim mecanismo de manutenção do poder aquisitivo original.

Conforme disposto na Resolução CFC nº 1.282/10,

Art. 7º O Princípio do Registro pelo Valor Original determina que os componentes do patrimônio devem ser inicialmente registrados pelos valores originais das transações, expressos em moeda nacional.

§ 1º As seguintes bases de mensuração devem ser utilizadas em graus distintos e combinadas, ao longo do tempo, de diferentes formas: [...]

II – Variação do custo histórico. Uma vez integrado ao patrimônio, os componentes patrimoniais, ativos e passivos, podem sofrer variações decorrentes dos seguintes fatores: [...]

e) Atualização monetária. Os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis mediante o ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

§ 2º São resultantes da adoção da atualização monetária:

I – a moeda, embora aceita universalmente como medida de valor, não representa unidade constante em termos do poder aquisitivo;

II – para que a avaliação do patrimônio possa manter os valores das transações originais, é necessário atualizar sua expressão formal em moeda nacional, a fim de que permaneçam substantivamente corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, o do Patrimônio Líquido; e

III – a atualização monetária não representa nova avaliação, mas tão somente o ajustamento dos valores originais para determinada data, mediante a aplicação de indexadores ou outros elementos aptos a traduzir a variação do poder aquisitivo da moeda nacional em um dado período.

Dessa forma, a única alternativa correta para a questão é a letra D.

Fonte:

- Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº 1.282, de 28 de maio de 2010. Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC nº. 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em:

<http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2010/001282>. Acesso em 19 fev. 2012.

- Ferreira, R. J. Contabilidade Básica. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Ferreira, 2010.

QUESTÃO 70

RECURSO PROCEDENTE – Gabarito alterado para alternativa A.

Segundo a Lei 6.404/76,

Art. 30. A companhia não poderá negociar com as próprias ações.

§ 1º Nessa proibição não se compreendem: [...]

b) a aquisição, para permanência em tesouraria ou cancelamento, desde que até o valor do saldo de lucros ou reservas, exceto a legal, e sem diminuição do capital social, ou por doação.

[...]

Art. 226. [...]

§ 1º As ações ou quotas do capital da sociedade a ser incorporada que forem de propriedade da companhia incorporadora poderão, conforme dispuser o protocolo de incorporação, ser extintas, ou substituídas por ações em tesouraria da incorporadora, até o limite dos lucros acumulados e reservas, exceto a legal.

Conforme disposto no item 10 da Resolução CFC nº1.313/10,

Os custos de transação incorridos na alienação de ações em tesouraria devem ser tratados como redução do lucro ou acréscimo do prejuízo dessa transação, resultados esses contabilizados diretamente no patrimônio líquido, na conta que houver sido utilizada como suporte à aquisição de tais ações, não afetando o resultado da entidade.

Dessa forma, o gabarito correto da questão corresponde à letra A.

Fonte:

- BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm>. Acesso em 19 fev. 2012.
- Conselho Federal de Contabilidade. Resolução CFC nº 1.313, de 9 de dezembro de 2010. Aprova a NBC TG 08 – Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários. Disponível em: < http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?codigo=2010/001313>. Acesso em 19 fev. 2012.

QUESTÃO 73

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo a Resolução CFC nº 1.133/08, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, Parte I,

Receita corrente - Tributária

Tributo é uma das origens da Receita Corrente na Classificação Orçamentária por Categoria Econômica. Quanto à procedência, trata-se de receita derivada cuja finalidade é obter recursos financeiros para o Estado custear as atividades que lhe são correlatas. Sujeitam-se aos princípios da reserva legal e da anterioridade da Lei, salvo exceções.

O art. 3º do Código Tributário Nacional – CTN define tributo da seguinte forma: "Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada".

[...]

O art. 5º do CTN e os incisos I, II e III do art. 145 da CF/88 tratam das espécies tributárias: impostos, taxas e contribuições de melhoria.

IMPOSTOS – Os impostos, segundo o art. 16 do CTN, são espécies tributárias cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte, o qual não recebe contraprestação direta ou imediata pelo pagamento.

[...]

TAXAS – As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito das respectivas atribuições, são, também, espécie de tributo na classificação orçamentária da receita, tendo, como fato gerador, o exercício regular do poder de polícia administrativa, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA – É espécie de tributo na classificação da receita orçamentária e tem como fato gerador valorização imobiliária que decorra de obras públicas, contanto que haja nexo causal entre a melhoria havida e a realização da obra pública.

Na elaboração da referida questão foi considerado o seguinte conteúdo programático, constante no Edital:

[...]

IV ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA. [...] Conceituação e classificação da receita pública. Classificação Orçamentária da receita pública por categoria econômica no Brasil.

Fonte: BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. Parte I – Procedimentos Contábeis Orçamentários. 4ª Ed. Brasília: STN/Coordenação-Geral de Contabilidade, 2011. Disponível em <<http://tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em 19 fev. 2012.

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA – PEDAGOGIA
PROVA TIPO 4: AZUL

QUESTÃO 02

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar, mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na...” “qualquer” usado depois de um substantivo, com artigo indefinido, antes deste, adquire valor adjetival pejorativo.

“...o mundo da vida no qual ética e moral se cindiram há muito tempo...” “muito”, neste caso, exerce função pronominal já que: trata-se de pronome indefinido antecedendo o substantivo, expressa quantidade e/ou qualidade indefinidas. “há muito tempo” denota que a quantidade de tempo está indefinida. Para que “muito” “exerça” função adverbial de intensidade deverá ser determinante de adjetivo significando extremamente ou exageradamente (muito rico, muito pobre), determinante do verbo significando excessivamente, demais (bebeu muito, doeu muito) ou determinante de outro advérbio (muito cedo, muito perto), o que não ocorre no trecho destacado.

“A mesma polícia que combate o narcotráfico nas favelas das grandes cidades poderia ocupar o Congresso e outros espaços do governo onde a corrupção é a regra.” “onde” pode exercer a função de advérbio interrogativo de lugar. Pode aparecer tanto nas orações interrogativas diretas quanto nas indiretas, o que não é o caso. No período em destaque, o pronome “onde” se relaciona com o termo antecedente “o Congresso e outros espaços do governo”. “Onde” é empregado como pronome relativo, aquele que se relaciona com um termo antecedente, dando início a uma oração, chamada adjetiva.

Fonte:

- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUES. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 1327, 1584.
- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática, Teoria e Prática. São Paulo: Atual, 1994. p. 183, 253.

QUESTÃO 05

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) *Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar – mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever, é porque – no sistema da corrupção –, o valor da honestidade, que garantiria ao sujeito a sua autonomia, foi substituído pela vantagem do dinheiro.*

GABARITO: D) *Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar – mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever –, é porque, no sistema da corrupção, o valor da honestidade – que garantiria ao sujeito a sua autonomia – foi substituído pela vantagem do dinheiro.*

O travessão substitui com vantagem a vírgula, pois imprime maior força expressiva à palavra, expressão ou frase que ele separa. A vírgula deve ser usada para separar termos ou orações que, deslocados, quebram uma sequência sintática. Após “dever” omitiu-se o travessão na opção A.

C) *Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar, mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever, é porque, no sistema da corrupção, o valor da honestidade – que garantiria ao sujeito a sua autonomia –, foi substituído pela vantagem do dinheiro.*

A vírgula antes de “foi” na opção C foi usada indevidamente, os travessões têm a função de separar a oração “que garantiria ao sujeito a sua autonomia”, desta forma ao usar a vírgula antes de “foi” há uma incorreção separando-se sujeito e predicado.

Fonte: SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa Gramática, Teoria e Prática*. São Paulo: Atual, 1994. p. 458, 467

QUESTÃO 09

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) *Se a moral é medida em dinheiro, não entregar-se a ele poderá parecer um luxo. (L. 48-49) / Se a moral em dinheiro é medida, poderá parecer um luxo não se entregar a ele.* O sujeito de “é medida em dinheiro” é “a moral” nas duas versões do trecho em destaque. O que ocorre é que em “Se a moral em dinheiro é medida”, os elementos não estão na ordem direta, a expressão “em dinheiro” foi apenas deslocada.

B) *Mas teria também todo o perdão? (L. 59) / Mas teria também todo perdão?* O artigo tem a função de determinar o substantivo, a sua omissão resulta em mudança semântica generalizando-o.

C) *O simples fato de que essa pergunta seja colocada implica o pressuposto de que uma verdade ética tal como a honestidade foi transvalorada. (L. 29-31) / O simples fato que essa pergunta seja colocada implica no pressuposto que uma verdade ética tal como a honestidade foi transvalorada.* A omissão da preposição “de” é feita indevidamente. Fato: ação ou coisa feita, ocorrida ou em processo de realização, ex.: fato de conversar.

D) *É por meio dela que se faz o cálculo do “sentido” no qual, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário. (L. 44-47) / É através dela que faz-se o cálculo do “sentido” onde, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário.* O “que” é um fator de próclise (pronomes substantivo).

Fonte:

- PASQUALE E ULISSES. *Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo, Scipione: 2008. p.236, 346.
- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 877.
- SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa Gramática, Teoria e Prática*. São Paulo: Atual, 1994. p. 426.

QUESTÃO 10

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O cidadão exótico – pobre e honesto – que deixa de agir na direção de uma vantagem pessoal como que estaria perdoado por antecipação ao agir imoralmente sendo pobre, mas não está. A frase de Brecht seria sua jurisprudência mais básica: “O que é roubar um banco comparado a fundar um?”

Jurisprudência: **1.** Ciência do direito e das leis. **2.** conjunto das decisões e interpretações das leis pelos tribunais superiores, adaptando as normas às situações de fato. **3.** *fig.* uso estabelecido, aquilo que serve como modelo ou exemplo para agir, pensar, dizer.

A expressão “mas não está” no período, demonstra que o cidadão pobre e honesto ao agir imoralmente não é desculpado. O enunciado da questão faz referência à frase de Brecht que completa o período, e a frase é seu modelo de pensar (sua jurisprudência).

E ainda, não se trata de argumento jurídico já que não é um texto da lei ou com tal formalidade, mas sim um juízo de valor.

Fonte: DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUES. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 1140.

QUESTÃO 13

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na opção B, o ícone apresentado, quando clicado, permite navegar no site do TSE, que foi previamente adicionado à Barra de Favoritos.

Na opção C, quando se clica no ícone apresentado, uma nova janela pop-up é exibida e nesta nova janela é possível adicionar um site à Barra de Favoritos, entretanto a adição à Barra de Favoritos não foi através do ícone apresentando no item C, e sim através de outro ícone que se encontra nesta janela pop-up mostrada.

Na opção D, este ícone não se encontra no Internet Explorer 8 (idioma Português – Brasil).

A opção correta é a A, pois através deste ícone pode-se adicionar o endereço do site desejado à Barra de Favoritos.

QUESTÃO 16

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

O art. 20, § 2º, da Lei 8.112/90 dispõe que o servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, não sofrendo reversão, o que torna a assertiva “b” incorreta. No tocante a alternativa “c”, embora a Lei 8.112/90 disponha que o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa, a EC nº19/98, que deu nova redação ao art. 41 da CRFB, trouxe outra possibilidade de perda do cargo:

41. (...)

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - **mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho**, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)
Como o enunciado não delimitou o diploma legal segundo o qual o conhecimento específico seria exigido na questão, a alternativa “c” é incorreta quando contraposto ao texto constitucional. Por haver duas alternativas que atendem ao enunciado da questão (incorretas) a banca decide pela anulação.

Fonte: art. 20, §2º da Lei 8.112/90 e art. 41, §1º da CRFB/88

QUESTÃO 18

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Enunciado da questão fala em “triênio legal necessário à aquisição do benefício”, quando a Lei 8.112/1990 exige o transcurso de cada quinquênio de efetivo exercício. Logo, a específica pretensão de Carlos para concessão da licença para participação de curso de capacitação profissional não será possível, posto que o período de efetivo exercício desenvolvido (quatro anos) não é suficiente à concessão da licença (e não afastamento) pleiteada, como afirmado na alternativa indicada como única correta.

Fonte: art. 87 da Lei 8.112/90

QUESTÃO 24

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A matéria encontrava-se sim prevista no edital. Para o cargo de Analista Judiciário – Especialidades Biblioteconomia, Contabilidade, Pedagogia, Análise de Sistemas, Arquivologia, Engenharia Mecânica, Estatística e Psicologia era cobrado o conteúdo de Noções de Direito Administrativo. Veja-se que o tema era previsto para a todos os cargos, exceto Analista Judiciário – Área Judiciária, Analista Judiciário Área Administrativa e Técnico Judiciário – Área Administrativa. Os incisos do art. 79 da Lei 8.666/93 trazem as hipóteses de rescisão dos contratos administrativos e não há possibilidade de rescisão extrajudicial sem a concordância da administração. E se a Administração toma a iniciativa da rescisão é claro que ela está concordando com ela. Mesmo para aqueles que admitem a aplicação da arbitragem aos contratos administrativos, seria necessário que a administração previamente anuísse à arbitragem. De mais a mais o tema arbitragem não consta do edital, que se resume à lei de licitações. Deve ser salientado que o “e” constante da alternativa “A” deve ser lido como adição, de modo que a rescisão ali citada é aquela em que não há acesso ao judiciário e ao mesmo tempo a administração não concorda. E tal possibilidade é vedada pelo ordenamento jurídico.

Fonte: Art. 79 da Lei 8.666/93

QUESTÃO 25

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A matéria encontrava-se sim prevista no edital. Para o cargo de Analista Judiciário – Especialidades Biblioteconomia, Contabilidade, Pedagogia, Análise de Sistemas, Arquivologia, Engenharia Mecânica, Estatística e Psicologia era cobrado o conteúdo de Noções de Direito Administrativo. Veja-se que o tema era previsto para a todos os cargos, exceto Analista Judiciário – Área Judiciária, Analista Judiciário Área Administrativa e Técnico Judiciário – Área Administrativa. A doutrina, em peso, explica que a Administração Pública, ao contratar, possui em seus contratos, cláusulas que exorbitam do direito comum. E segundo esta mesma doutrina, o artigo 58 da Lei 8.666/93 traz o rol das chamadas cláusulas exorbitantes: “Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado; II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei; III - fiscalizar-lhes a execução; IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo. § 1º **As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.** § 2º Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.” Todos os incisos são considerados pela doutrina como cláusulas exorbitantes, ou seja, que exorbitam do direito comum. Com efeito, sobre a fiscalização que foi objetivo de recurso, há de se ressaltar que não se trata de uma fiscalização como a de qualquer outro contrato, mas sim fulcrada na Lei 8.666/93, possuindo características que lhe são próprias. Por fim, do citado artigo 58, percebe-se que a as cláusulas econômico-financeiras dependem da concordância do contratado para serem alteradas. Em sentido oposto ao estatuído na norma, a alternativa “A” trata de modificação unilateral das cláusulas econômico-financeiras o que não é admitido. Portanto, a alternativa “A” é que deveria ter sido marcada pelo candidato.

Fonte: CHARLES, Ronny. **Leis de Licitações Públicas Comentadas.** 4ª ed. Salvador: Juspodivm, 2011. E também MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo** – 5ª edição, ver. amp., ref. e atual até 01/01/2011. Niterói: Impetus, 2011.

QUESTÃO 26

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em comento, por sua objetividade, encontra respaldo na literalidade de dispositivos da Resolução TSE nº 21 538/2003 (que *dispõe sobre o alistamento e serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, a regularização de situação de eleitor, a administração e a manutenção do cadastro eleitoral, o sistema de alistamento eleitoral, a revisão do eleitorado e a fiscalização dos partidos políticos, entre outros*).

Analizando:

A alternativa “A” está correta, porquanto coerente com o disposto no art. 29 da Resolução TSE nº 21 538/2003 (“Art. 29. *As informações constantes do cadastro eleitoral serão acessíveis às instituições públicas e privadas e às pessoas físicas, nos termos desta resolução*”);

A alternativa “B” está correta, por reproduzir o art. 29, § 1º da Resolução retromencionada (“*Em resguardo da privacidade do cidadão, não se fornecerão informações de caráter personalizado constantes do cadastro eleitoral*”);

A alternativa “C” está correta, por reproduzir o disposto no art. 32 da Resolução: “*O uso dos dados de natureza estatística do eleitorado ou de pleito eleitoral obriga a quem os tenha adquirido a citar a fonte e a assumir responsabilidade pela manipulação inadequada ou extrapolada das informações obtidas*”.

A alternativa “D” está errada, por contrariar o art. 30 da Resolução, que diz: “*Os tribunais e juízes eleitorais poderão, no âmbito de suas jurisdições, autorizar o fornecimento a interessados, desde que sem ônus para a Justiça Eleitoral e disponíveis em meio magnético, dos dados de natureza estatística levantados com base no cadastro eleitoral, relativos ao eleitorado ou ao resultado de pleito eleitoral, salvo quando lhes for atribuído caráter reservado*”.

QUESTÃO 28

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em comento, por sua objetividade, encontra respaldo na literalidade de dispositivos do Código Eleitoral (Lei 4737/65).

Vejamos a análise abaixo:

- A alternativa “A” (prova branca) está errada, uma vez que os juízes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão obrigatoriamente por dois anos, e nunca por mais **de dois biênios** consecutivos (art. 14, *caput* do CE);

- A alternativa “B” (prova branca) também está errada, vez que da homologação da respectiva convenção partidária **até a apuração final da eleição**, não poderão servir como juízes nos Tribunais Eleitorais, ou como juiz eleitoral, o cônjuge, perante consanguíneo legítimo ou ilegítimo, ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição (v. art. 14, § 3º do CE);

- A alternativa “C” (prova branca) está correta, por atender o estabelecido no art. 15 do mesmo diploma legal;

- A alternativa “D” (prova branca) está errada, por contrariar o disposto no art. 13 do CE (“*O número de juízes dos Tribunais Regionais não será reduzido, mas poderá ser elevado até nove, mediante proposta do Tribunal Superior, e na forma por ele sugerida*”).

QUESTÃO 31

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando apenas o item I do enunciado, o marco referencial é a instância “maior” macro (dito no suporte), portanto contempla com amplitude as questões da alternativa A (situacional, política e pedagógica).

Fonte: Gandin, Danilo, Planejamento na sala de aula, Ed. Vozes, 2006.

QUESTÃO 32

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa C ficaria correta, caso estivesse citado, conforme inciso II do ART. 14 da LDB: “participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.”

Art. 14º. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Fonte: Lei de Diretrizes e Bases Lei nº 9394/96

QUESTÃO 34

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A informação de que o PNE abarca uma década é veiculada não apenas nos textos da área como também nos meios de imprensa. O projeto de lei que cria o Plano Nacional de Educação (PNE) para vigorar de 2011 a 2020, foi enviado pelo governo federal ao Congresso em 15 de dezembro de 2010. O novo PNE apresenta dez diretrizes objetivas e 20 metas, seguidas das estratégias específicas de concretização. O texto prevê formas de a sociedade monitorar e cobrar cada uma das conquistas previstas. As metas seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tanto as metas quanto as estratégias premiam iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais. Além disso, há estratégias específicas para a inclusão de minorias, como alunos com deficiência, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida.

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16478&Itemid=110

7

LDB LEI Nº 9396/96

TÍTULO IX

Das Disposições Transitórias

Art. 87º. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 1º. A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos.

QUESTÃO 37

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Conforme determina a legislação vigente, LDB 9394/96 em

TÍTULO V Dos Níveis e das Modalidades de Educação e Ensino

CAPÍTULO I

Da Composição dos Níveis Escolares

Art. 21º. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.

QUESTÃO 42

RECURSO PROCEDENTE – Gabarito alterado para alternativa A.

O item IV não está correto. O enunciado solicita que indique os atributos imprescindíveis numa relação professor-aluno, cujo contrato didático seja construído a partir de laços de confiança. Potencializar progressivamente a autonomia e a dependência dos estudantes na definição de objetivos para o trabalho, está em desacordo com o enunciado.

Fonte: Perrenoud, P Avaliação, da excelência à regulação das aprendizagens. Ed. Artmed, 1999.

QUESTÃO 43

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O racional que tenta o diálogo com outras formas de conhecimento, deixando-se interpretar, pensar e interdisciplinar parte do princípio de que nenhuma forma de conhecimento é em si mesma por elas.

Perceber-se interdisciplinar é o primeiro movimento em direção a um ‘fazer’ interdisciplinar.

Repensar nos currículos escolares, construir os projetos pedagógicos, em seus mais diversos níveis, é necessário refletir sobre os impactos dos valores do mundo globalizado nas mais diversas áreas do conhecimento e que, a partir dessa reflexão, tentar conceber uma prática em que o aprendiz, como totalidade, esteja no centro do processo ensino-aprendizado e em que o projeto pedagógico delineie um projeto de País, que possa ser aplicado a um bairro, a uma cidade ou a uma região.

Portanto, as características apresentadas no enunciado da questão têm a interdisciplinaridade e a globalização do conhecimento como princípios para o tratamento dos conteúdos.

Fonte: Fazenda, Ivani; Práticas interdisciplinares na escola, Ed. Cortez.

QUESTÃO 44

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O ato de avaliar, devido a estar a serviço da obtenção do melhor resultado possível, antes de mais nada, implica a disposição de acolher. Isso significa a possibilidade de tornar uma situação de forma como se apresenta. Acolhê-la como está é o ponto de partida para se fazer qualquer coisa que possa ser feita com ela.

Avaliar o educando implica, antes de qualquer coisa, acolhê-lo no seu ser e no seu modo de ser, como está, para, a partir daí decidir o que fazer.

O acolhimento é o conceito central na obra clássica de Luckesi.

Fonte: Luckesi, C. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? Revista Pátio, ano 4, nº 12, Fev. 2000. Ed. Artmed.

QUESTÃO 45

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Numa gestão democrática o projeto não pode ser demandado pelo órgão gestor, mas pela comunidade como um todo.

Fonte: Veiaga, Ilma, (org) Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas, SP, Ed. Papirus, 1997.

QUESTÃO 48

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Neste caso, a equilibração é sobre as estruturas mentais e não sobre o pensamento.

Fonte: Coll, C. Psicologia e Currículo. Ed. Ática, 2002

QUESTÃO 51

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão faz referência às relações que se estabelecem entre educação e sociedade. Indicando na sequência, a relação entre pedagogia numa perspectiva bancária (Freire) com quais seriam as suas práticas, conforme mostra as sequências dadas.

Para Freire, a visão “bancária” anula o poder criador dos educandos, a educação é um mero ato de depositar, de transferir, transmitir valores e conhecimentos. Portanto, são consideradas práticas opressoras.

Fonte: Freire, P. Pedagogia do Oprimido, ED. Paz e Terra, 2007, 46ª Ed. P. 71.

QUESTÃO 53

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão trata dos dilemas éticos que os professores se deparam ao longo de sua prática pedagógica.

A solidariedade e o senso de responsabilidade são estritamente dependentes do sentimento de justiça. Entretanto, no caso do professor, em sua prática, não a justiça social isoladamente, mas a justiça em sua totalidade, porque o trabalho cotidiano nas relações pedagógicas depende disso. Não apenas a autoridade e o respeito às regras de sociabilidade. O professor trabalha com meios de que dispõe entre diversos princípios de justiça e a preocupação com que as consequências de qualquer decisão, pois uma opção justa nem sempre é eficaz.

Portanto, a alternativa correta é a B, conforme gabarito indicado.

Fonte: Perrenoud, P, Novas competências para Ensinar. Ed Artmed, 2000

QUESTÃO 54

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O principal elemento que caracteriza um trabalho com projetos é partir de um tema ou de um problema negociado com a turma. A alternativa C diz exatamente isto, ou seja, formula questões a partir de um problema comum.

Fonte: Hernandez, F.; Transgressão e Mudança na Educação: Os projetos de trabalho. Porto Alegre, RS. Artmed, 1998.

QUESTÃO 58

RECURSO PROCEDENTE – Gabarito alterado para alternativa B.

Conforme o comando dado na questão que solicita a alternativa incorreta, a alternativa b representa esta resposta, de acordo com o enunciado dado. Um trabalho com projetos pressupõe como uma das funções a formulação de hipóteses tal como numa pesquisa.

QUESTÃO 59

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A pesquisa participante é em primeiro lugar, uma atividade de investigação e tem como um dos princípios básicos a participação social e a transformação.

Fonte: Minayo, Maria Cecília de S.; `Pesquisa Social. Petrópolis, Vozes, 2002

QUESTÃO 60

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa B, conforme gabarito publicado, é verdadeira, pois o plano é uma projeção de futuro. A flexibilidade é necessária a um planejamento, mas não se constitui em verdadeira no item C, pois pode também causar insegurança num professor inexperiente.

Fonte: Sacristán, G. Compreender e Transformar o ensino o Ensino, Porto Alegre, Artmed, 2000, p. 278-280.

QUESTÃO 63

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Carisma não é habilidade, liberalidade não tem a ver com suporte. Empreendedorismo é substantivo e não adjetivo, como pressupõe a argumentação do enunciado. Segundo Chiavenato (1997), a motivação é uma das principais responsabilidades gerenciais. A influência gerencial sobre seus funcionários exige uma eficaz liderança e uma contínua motivação da equipe, funcionando como um dinamizador e impulsionador do comportamento humano

QUESTÃO 64

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Impregnar-se da vida cotidiano”, conforme dado no enunciado, significa que um currículo que propõe a co-educação como matéria transversal, deve permitir aos alunos estabelecer relações e ordenar os conteúdos curriculares a fim de aprender os fatos científicos, relacionando-os aos fatos cotidianos. A metodologia decorrente desta forma de pensar busca, portanto, organizar contextos para que meninos possam ter acesso a conteúdos curriculares diversos, de acordo com seus pontos de partida, ou seja, a partir do significado que lhe atribuam.

Fonte: Busquet, M. S.; Caizos, M.; Moreno, M. Et alli. Temas transversais em educação. Ed. Ática, 1997.

QUESTÃO 66

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O que constitui uma metodologia na qual o sujeito é o responsável pela aprendizagem, é aquela na qual o sujeito não fica numa postura passiva como nas alternativas B, C e D.

Fonte: Hernandez, Fernando. Transgressão e Mudança na Educação: os projetos de trabalho. Porto Alegre, RS. Ed. Artemed, 1998.

QUESTÃO 69

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado da questão cita acerca da argumentação do Espelho Mágico no que se refere à avaliação que este espelho teria, caso avaliasse a sua beleza. Para o espelho em questão, a avaliação constituirá um processo que envolve formulação de critérios que devem ser definidos *a posteriori*, subjetividade e tomada de decisão (alternativa C). “*Veja bem, respondeu o espelho. – Em primeiro lugar, preciso saber por que Vossa Majestade fez essa pergunta, ou seja, o que pretende fazer com minha resposta.*”

Ou seja, *a posteriori*, o que pretende fazer com o resultado!???

QUESTÃO 70

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O projeto político-pedagógico, ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão.

Quanto ao argumento recursal, é improcedente, pois o PPP, estabelece diretrizes educacionais que orientam as práticas pedagógicas, tais como objetivos, estratégias, atividades, avaliação,

entretanto, estão sim, em conformidade com as diretrizes nacionais, que são as orientações que normatizam a educação, porém é organizado, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade ressaltando ainda que o projeto político-pedagógico busca a organização do trabalho pedagógico da escola na sua globalidade.

Fonte: Veiga, Ilma Passos A. (Org) Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível. Campinas, SP Papirus, 1997.

QUESTÃO 72

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para elaboração estrutural de um currículo de ensino moderno, todas as tendências devem ser consideradas. Apenas com a contribuição de todas as tendências ocorre a concretização de um currículo adequado às necessidades gerais do aluno.

O que ensinar são as atividades intencionais, que tratam de responder alguns princípios propostos (objetivos) e perseguir a consecução de algumas metas (resultados).

Quando ensinar, relaciona os diferentes ciclos de ensino, embora mantendo a distinção entre análise de tarefas, está relacionado à lógica pedagógica, que consiste em estabelecer sequências de aprendizagem.

Como ensinar para atingir os objetivos e o domínio dos conteúdos/matérias. Sob esse aspecto, o currículo ocupa-se apenas do que será ensinado e, assim, após a definição e sequenciação dos objetivos e conteúdos, coloca-se a questão sobre como melhor

"o que ensinar, quando ensinar e como ensinar são três aspectos do currículo intimamente interrelacionados"

O Projeto Curricular deve incluir critérios gerais e exemplificá-los, mas não deve recomendar um método de ensino determinado.

Fonte: COLL.C. Psicologia e currículo, Ed. Ática, 2002.

QUESTÃO 73

RECURSO PREJUDICADO – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O questionamento do candidato não faz referência a referida questão.

QUESTÃO 78

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo Reis, a criação e o desenvolvimento de equipe de trabalho tem exigido grande esforço, principalmente porque a formação de profissionais, que estão atuando nas organizações, contemplam sempre as responsabilidades de desempenhos dos indivíduos, porém, a coesão grupal está ligada intimamente à formação de vínculos e permanência dos membros no grupo.

Portanto, o argumento é improcedente, tendo em vista que a fonte de pesquisa para esta questão não provém de sites da internet, como julga o candidato(a).

Fonte: Reis, Ana Maria Viegas; Tonet, Helena Costa et all. Desenvolvimento de Equipes. Editora FGV, 2005.

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – APOIO ESPECIALIZADO – ANÁLISE DE SISTEMAS

PROVA TIPO 4: AZUL

QUESTÃO 01

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No trecho "Aquele que age na direção da lei como que age contra a moral caracterizada pelo "fazer como a grande maioria" é possível identificar a ocorrência de oração subordinada adverbial comparativa, verifica-se o sentido de comparação entre "aquele que age na direção a lei" e "que age contra a moral..." pela conjunção "como". "As orações subordinadas adverbiais comparativas são iniciadas principalmente por **que, do que e como**, e representam o segundo termo de uma comparação." "A subordinação ou hipotaxe é o relacionamento de termos dependentes e também de orações dependentes dentro de um período. Dentro de um período, na subordinação uma oração depende de outra." Não é o que ocorre com as coordenadas, "na coordenação há nexos semântico, mas não nexos sintáticos entre as orações, porque no plano sintático não há dependência entre uma e outra." Portanto, não há propriedade em afirmar que orações subordinadas são coordenadas, ou são coordenadas ou são subordinadas.

Fonte: SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática, Teoria e Prática. São Paulo: Atual, 1994. p. 329, 332, 336.

QUESTÃO 02

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

"Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar, mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na..." "qualquer" usado depois de um substantivo, com artigo indefinido, antes deste, adquire valor adjetival pejorativo.

"...o mundo da vida no qual ética e moral se cindiram há muito tempo..." "muito", neste caso, exerce função pronominal já que: trata-se de pronome indefinido antecedendo o substantivo,

expressa quantidade e/ou qualidade indefinidas. “há muito tempo” denota que a quantidade de tempo está indefinida. Para que “muito” exerça” função adverbial de intensidade deverá ser determinante de adjetivo significando extremamente ou exageradamente (muito rico, muito pobre), determinante do verbo significando excessivamente, demais (bebeu muito, doeu muito) ou determinante de outro advérbio (muito cedo, muito perto), o que não ocorre no trecho destacado.

“A mesma polícia que combate o narcotráfico nas favelas das grandes cidades poderia ocupar o Congresso e outros espaços do governo onde a corrupção é a regra.” “onde” pode exercer a função de advérbio interrogativo de lugar. Pode aparecer tanto nas orações interrogativas diretas quanto nas indiretas, o que não é o caso. No período em destaque, o pronome “onde” se relaciona com o termo antecedente “o Congresso e outros espaços do governo”.“Onde” é empregado como pronome relativo, aquele que se relaciona com um termo antecedente, dando início a uma oração, chamada adjetiva.

Fonte: DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUES. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 1327, 1584.

SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática, Teoria e Prática. São Paulo: Atual, 1994. p. 183, 253.

QUESTÃO 04

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

transvalorada = a honestidade foi transvalorada. O prefixo latino tras- (e variações: tres-, trans-) possui como significado: movimento ou posição para além de, atravésde, ou mudança de estado. Desta forma, o vocábulo “transvalorada” possui no contexto o sentido de que a honestidade teve uma extrapolação quanto ao seu valor, foi além daquele valor original.

A) transbordar : o mesmo prefixo e significado estão em transbordar.

B) trasantontem: dia que precedeu o de anteontem. tras + anteontem. (extrapolou ontem,)

C) tresnoitar: passar a noite, ou grande parte dela, sem dormir, tirar o sono a , não deixar dormir.tres + noite + -ar (“ir além” da noite, ficar em claro)

D) trastejar: ganhar a vida negociando trastes ou coisas pouco valiosas,cuidar de móveis e utensílios da casa, vigiar, controlar, verificar o andamento dos serviços do lar, vagar de um lado para outro, agir mal, sair da linha, colocar trastos em instrumento, esfregar as cordas do violão contra os trastos. Etimologia: traste ou trasto + -ejar.

Portanto, “trastejar” não possui o prefixo trans (ou variações) .

Fonte:

• DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUES. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 1872, 1877.

• PASQUALE E ULISSES. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Scipione: 2008. p.84.

QUESTÃO 08

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Pode-se encontrar **sujeito paciente** em duas estruturas distintas: 1ª) com o verbo *ser* + participio (voz passiva analítica). Ex.: Muita gente é assaltada diariamente em São Paulo. Muita gente = sujeito paciente. 2ª) com verbo transitivo direto + o pronome *se* (voz passiva sintética). Ex.: Assalta-se muita gente diariamente em São Paulo. Muita gente = sujeito paciente. O termo que recebe a ação verbal será sempre o sujeito paciente da estrutura **verbo transitivo direto + o pronome se**. Em “É por meio dela que se faz o cálculo do “sentido” no qual, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário.”, “o cálculo” é sujeito paciente, já que: faz = verbo transitivo direto + pronome se. Quanto à frase “Honesto é sempre o pobre elevado a cidadão exótico.” “honesto” é o predicativo do sujeito. O núcleo do predicado nominal recebe o nome de predicativo. Pode haver **predicativo do sujeito** e **predicativo do objeto**, conforme se refira a um e outro. O predicado nominal sempre traz um verbo de ligação. **Verbo de ligação** é o que não indica ação alguma por parte do sujeito; é vazio de significado, já que sozinho não apresenta nenhuma noção. Sua função é indicar estado, qualidade ou condição do sujeito. Entre outros, indica estado permanente com o verbo *ser*, *viver*. É o caso de “Honesto é sempre o pobre...” a qualidade de honesto é um estado permanente (predicativo) atribuído ao pobre elevado à condição de cidadão exótico.

“No vão que as separa vem à tona a incompreensibilidade diante do mistério da honestidade.” No vão: adjunto adverbial, modifica o verbo.

Fonte: SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática, Teoria e Prática. São Paulo: Atual, 1994. p. 295,299, 321.

QUESTÃO 09

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Verdade é que (1) a ação em nome de um universal por si só caracteriza qualquer moral.” As orações subordinadas substantivas subjetivas atuam como sujeito do verbo da oração principal. É o que ocorre no período anterior. O período é composto. Nele, *“a ação em nome de um universal por si só caracteriza qualquer moral.”* é uma oração subjetiva, já que desempenha a função de sujeito da forma verbal *é*. Ela é introduzida pela conjunção “que”.

“É por meio dela que (2) se faz o cálculo do “sentido” no qual, fora da vantagem que (3) define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário. (L. 43-47)” Os pronomes relativos se referem a um termo anterior – chamado antecedente - , projetando-o na oração seguinte, subordinada a esse antecedente. Cumprem, portanto, duplo papel: substituem ou especificam um antecedente e introduzem uma oração subordinada. Atuam, assim, como pronomes e conectivos a um só tempo. A palavra **que** é, na frase em destaque, um pronome relativo. O antecedente a que se relaciona é a “por meio dela”,veja: “por meio dela se faz o cálculo do “sentido” no qual, ...” e em “que define”,o que se refere a “vantagem”.

Fonte: PASQUALE E ULISSES. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Scipione: 2008. p.289, 415.

QUESTÃO 10

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) *Se a moral é medida em dinheiro, não entregar-se a ele poderá parecer um luxo. (L. 48-49) / Se a moral em dinheiro é medida, poderá parecer um luxo não se entregar a ele.* O sujeito de “é medida em dinheiro” é “a moral” nas duas versões do trecho em destaque. O que ocorre é que em “Se a moral em dinheiro é medida”, os elementos não estão na ordem direta, a expressão “em dinheiro” foi apenas deslocada.

B) *Mas teria também todo o perdão? (L. 59) / Mas teria também todo perdão?* O artigo tem a função de determinar o substantivo, a sua omissão resulta em mudança semântica generalizando-o.

C) *O simples fato de que essa pergunta seja colocada implica o pressuposto de que uma verdade ética tal como a honestidade foi transvalorada. (L. 29-31) / O simples fato que essa pergunta seja colocada implica no pressuposto que uma verdade ética tal como a honestidade foi transvalorada.* A omissão da preposição “de” é feita indevidamente. Fato: ação ou coisa feita, ocorrida ou em processo de realização, ex.: fato de conversar.

D) *É por meio dela que se faz o cálculo do “sentido” no qual, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário. (L. 44-47) / É através dela que faz-se o cálculo do “sentido” onde, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário.* O “que” é um fator de próclise (pronomes substantivo).

Fonte:

- PASQUALE E ULISSES. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Scipione: 2008. p.236, 346.
- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 877.
- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática, Teoria e Prática. São Paulo: Atual, 1994. p. 426.

QUESTÃO 11

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O cidadão exótico – pobre e honesto – que deixa de agir na direção de uma vantagem pessoal como que estaria perdoado por antecipação ao agir imoralmente sendo pobre, mas não está. A frase de Brecht seria sua jurisprudência mais básica: “O que é roubar um banco comparado a fundar um?”

Jurisprudência: **1.** Ciência do direito e das leis. **2.** conjunto das decisões e interpretações das leis pelos tribunais superiores, adaptando as normas às situações de fato. **3.** fig.uso estabelecido, aquilo que serve como modelo ou exemplo para agir, pensar, dizer.

A expressão “mas não está” no período, demonstra que o cidadão pobre e honesto ao agir imoralmente não é desculpado. O enunciado da questão faz referência à frase de Brecht que completa o período, e a frase é seu modelo de pensar (sua jurisprudência).

E ainda, não se trata de argumento jurídico já que não é um texto da lei ou com tal formalidade, mas sim um juízo de valor.

Fonte: DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 1140.

QUESTÃO 12

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) substituído (L. 37): Quando a segunda vogal do hiato for i ou u, tônicos, acompanhados ou não de s, haverá acento.

A regra de acentuação das paroxítonas é a seguinte:

Acentuam-se as paroxítonas terminadas em: i, is, us, um, uns, l, n, r, x, os, ã, ãs, ao, aos, ditongo oral, crescente ou decrescente, seguido ou não de s. Portanto a palavra paroxítona que apresentar quaisquer das terminações indicadas enquadra-se dentro desta mesma regra.

É o caso de polícia, jurisprudência e saqueável.

Fonte: PASQUALE E ULISSES. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Scipione: 2008. p. 57, 58, 60.

QUESTÃO 13

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

iv. *O humor do quadrinho se constrói com um jogo de palavras com semelhança sonora.*

VERDADEIRA: O humor do quadrinho está no jogo sonoro das palavras "cereal" e "serial"

v. *A noção do verbo dever na segunda fala é de probabilidade.*

VERDADEIRA. “deve ser” = hipótese, probabilidade. Não existe uma certeza,mas uma possibilidade.

vi. *O humor do quadrinho é construído na articulação entre texto e imagem.*

FALSA. A imagem de dois rapazes conversando não demonstra qualquer relação com o humor do quadrinho, o diálogo entre eles poderia ter qualquer outro conteúdo sem que houvesse necessidade de alteração da imagem.

Fonte: O próprio texto.

QUESTÃO 14

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “*Assinale a alternativa em que a alteração da primeira fala do quadrinho tenha respeitado a norma culta.*”, a exigência é de que seja respeitada apenas a norma culta, e não o sentido do texto.

Vossa Senhoria ouvistes falar do menino que morreu comendo sucrilhos? A frase está incorreta de acordo com a norma culta, já que: “a chamada segunda pessoa indireta ocorre quando se empregam pronomes que, apesar de indicarem o interlocutor (portanto, a segunda pessoa), exigem o verbo na terceira pessoa. É o caso dos chamados pronomes de tratamento.

Fonte: O próprio texto.

QUESTÃO 16

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

O art. 20, § 2º, da Lei 8.112/90 dispõe que o servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, não sofrendo reversão, o que torna a assertiva “b” incorreta. No tocante a alternativa “c”, embora a Lei 8.112/90 disponha que o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa, a EC nº19/98, que deu nova redação ao art. 41 da CRFB, trouxe outra possibilidade de perda do cargo:

41. (...)

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - **mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho**, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

Como o enunciado não delimitou o diploma legal segundo o qual o conhecimento específico seria exigido na questão, a alternativa “c” é incorreta quando contraposto ao texto constitucional. Por haver duas alternativas que atendem ao enunciado da questão (incorretas) a banca decide pela anulação.

Fonte: art. 20, §2º da Lei 8.112/90 e art. 41, §1º da CRFB/88

QUESTÃO 18

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Enunciado da questão fala em “triênio legal necessário à aquisição do benefício”, quando a Lei 8.112/1990 exige o transcurso de cinco anos. Logo, a específica pretensão de Carlos para concessão da licença para participação de curso de capacitação profissional não será possível, posto que o período de efetivo exercício desenvolvido (quatro anos) não é suficiente à concessão da licença (e não afastamento) pleiteada, como afirmado na alternativa indicada como única correta.

Fonte: art. 87 da Lei 8.112/90

QUESTÃO 19

RECURSO PREJUDICADO – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais apenas corroboram a alternativa indicada como correta pelo gabarito preliminar.

QUESTÃO 24

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A matéria encontrava-se sim prevista no edital. Para o cargo de Analista Judiciário – Especialidades Biblioteconomia, Contabilidade, Pedagogia, Análise de Sistemas, Arquivologia, Engenharia Mecânica, Estatística e Psicologia era cobrado o conteúdo de Noções de Direito Administrativo. Veja-se que o tema era previsto para a todos os cargos, exceto Analista Judiciário – Área Judiciária, Analista Judiciário Área Administrativa e Técnico Judiciário – Área Administrativa. Os incisos do art. 79 da Lei 8.666/93 trazem as hipóteses de rescisão dos contratos administrativos e não há possibilidade de rescisão extrajudicial sem a concordância da administração. E se a Administração toma a iniciativa da rescisão é claro que ela está concordando com ela. Mesmo para aqueles que admitem a aplicação da arbitragem aos contratos administrativos, seria necessário que a administração previamente anuísse à arbitragem. De mais a mais o tema arbitragem não consta do edital, que se resume à lei de licitações. Deve ser salientado que o “e” constante da alternativa “A” deve ser lido como adição, de modo que a rescisão ali citada é aquela em que não há acesso ao judiciário e ao mesmo tempo a administração não concorda. E tal possibilidade é vedada pelo ordenamento jurídico.

Fonte: Art. 79 da Lei 8.666/93.

QUESTÃO 25

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A matéria encontrava-se sim prevista no edital. Para o cargo de Analista Judiciário – Especialidades Biblioteconomia, Contabilidade, Pedagogia, Análise de Sistemas, Arquivologia, Engenharia Mecânica, Estatística e Psicologia era cobrado o conteúdo de Noções de Direito Administrativo. Veja-se que o tema era previsto para a todos os cargos, exceto Analista Judiciário – Área Judiciária, Analista Judiciário Área Administrativa e Técnico Judiciário – Área Administrativa. A doutrina, em peso, explica que a Administração Pública, ao contratar, possui em seus contratos, cláusulas que exorbitam do direito comum. E segundo esta mesma doutrina, o artigo 58 da Lei 8.666/93 traz o rol das chamadas cláusulas exorbitantes: “Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado; II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei; III - fiscalizar-lhes a execução; IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo. § 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado. § 2º Na

hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.” Todos os incisos são considerados pela doutrina como cláusulas exorbitantes, ou seja, que exorbitam do direito comum. Com efeito, sobre a fiscalização que foi objetivo de recurso, há de se ressaltar que não se trata de uma fiscalização como a de qualquer outro contrato, mas sim fulcrada na Lei 8.666/93, possuindo características que lhe são próprias. Por fim, do citado artigo 58, percebe-se que as cláusulas econômico-financeiras dependem da concordância do contratado para serem alteradas. Em sentido oposto ao estatuído na norma, a alternativa “A” trata de modificação unilateral das cláusulas econômico-financeiras o que não é admitido. Portanto, a alternativa “A” é que deveria ter sido marcada pelo candidato.

Fonte: CHARLES, Ronny. Leis de Licitações Públicas Comentadas. 4ª ed. Salvador: Juspodivm, 2011. E também MARINELA, Fernanda. Direito Administrativo – 5ª edição, ver. amp., ref. e atual até 01/01/2011. Niterói: Impetus, 2011.

QUESTÃO 26

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em comento, por sua objetividade, encontra respaldo na literalidade de dispositivos da Resolução TSE nº 21 538/2003 (que dispõe sobre o alistamento e serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, a regularização de situação de eleitor, a administração e a manutenção do cadastro eleitoral, o sistema de alistamento eleitoral, a revisão do eleitorado e a fiscalização dos partidos políticos, entre outros).

Analisando:

A alternativa “A” está correta, porquanto coerente com o disposto no art. 29 da Resolução TSE nº 21 538/2003 (“Art. 29. As informações constantes do cadastro eleitoral serão acessíveis às instituições públicas e privadas e às pessoas físicas, nos termos desta resolução”);

A alternativa “B” está correta, por reproduzir o art. 29, § 1º da Resolução retromencionada (“Em resguardo da privacidade do cidadão, não se fornecerão informações de caráter personalizado constantes do cadastro eleitoral”);

A alternativa “C” está correta, por reproduzir o disposto no art. 32 da Resolução: “O uso dos dados de natureza estatística do eleitorado ou de pleito eleitoral obriga a quem os tenha adquirido a citar a fonte e a assumir responsabilidade pela manipulação inadequada ou extrapolada das informações obtidas”.

A alternativa “D” está errada, por contrariar o art. 30 da Resolução, que diz: “Os tribunais e juízes eleitorais poderão, no âmbito de suas jurisdições, autorizar o fornecimento a interessados, desde que sem ônus para a Justiça Eleitoral e disponíveis em meio magnético, dos dados de natureza estatística levantados com base no cadastro eleitoral, relativos ao eleitorado ou ao resultado de pleito eleitoral, salvo quando lhes for atribuído caráter reservado”.

QUESTÃO 27

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em comento, por sua objetividade, encontra respaldo na literalidade do art. 18, *caput* e § 1º da Resolução TSE nº 21 538/2003 (que dispõe sobre o alistamento e serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, a regularização de situação de eleitor, a administração e a manutenção do cadastro eleitoral, o sistema de alistamento eleitoral, a revisão do eleitorado e a fiscalização dos partidos políticos, entre outros).

O dispositivo é autoexplicativo:

Art. 18. A transferência do eleitor só será admitida se satisfeitas as seguintes exigências:

I – recebimento do pedido no cartório eleitoral do novo domicílio no prazo estabelecido pela legislação vigente;

II – transcurso de, pelo menos, um ano do alistamento ou da última transferência;

III – residência mínima de três meses no novo domicílio, declarada, sob as penas da lei, pelo próprio eleitor;

IV – prova de quitação com a Justiça Eleitoral.

§ 1º O disposto nos incisos II e III não se aplica à transferência de título eleitoral de servidor público civil, militar, autárquico, ou de membro de sua família, por motivo de remoção ou transferência.

QUESTÃO 28

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em comento, por sua objetividade, encontra respaldo na literalidade de dispositivos do Código Eleitoral (Lei 4737/65).

Vejam os a análise abaixo:

- A alternativa “A” (prova branca) está errada, uma vez que os juízes dos Tribunais Eleitorais, salvo motivo justificado, servirão obrigatoriamente por dois anos, e nunca por mais **de dois biênios** consecutivos (art. 14, *caput* do CE);

- A alternativa “B” (prova branca) também está errada, vez que da homologação da respectiva convenção partidária **até a apuração final da eleição**, não poderão servir como juízes nos Tribunais Eleitorais, ou como juiz eleitoral, o cônjuge, perante consanguíneo legítimo ou ilegítimo, ou afim, até o segundo grau, de candidato a cargo eletivo registrado na circunscrição (v. art. 14, § 3º do CE);

- A alternativa “C” (prova branca) está correta, por atender o estabelecido no art. 15 do mesmo diploma legal;

- A alternativa “D” (prova branca) está errada, por contrariar o disposto no art. 13 do CE (“*O número de juízes dos Tribunais Regionais não será reduzido, mas poderá ser elevado até nove, mediante proposta do Tribunal Superior, e na forma por ele sugerida*”).

QUESTÃO 32

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A integração contínua está no edital. Cruise Control é uma ferramenta de integração contínua.

Em relação à argumentação que a integração pode ser configurada de acordo com o desenvolvedor não inviabiliza a possibilidade de ser realizada todas as noites.

QUESTÃO 35

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

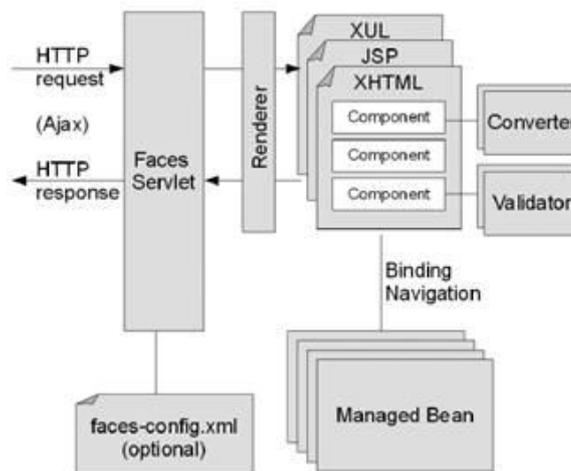
De acordo com o edital de abertura do concurso no item ANEXO I DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO (HABILIDADES E CONHECIMENTOS), para o cargo de CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE ANÁLISE DE SISTEMAS: O edital contém o item desenvolvimento Web em Java. Para se fazer uso de desenvolvimento de aplicações WEB em Java pode ser feito o uso de uma IDE, e o Eclipse é uma delas.

Fonte: Edital de Abertura do Concurso

QUESTÃO 38

RECURSO PROCEDENTE – Gabarito alterado para alternativa C.

The JSF architecture is represented in Figure:



This figure represents several important pieces of JSF that make its architecture rich and flexible:

- FacesServlet and faces-config.xml: FacesServlet is the main servlet for the application and can optionally be configured by a faces-config.xml descriptor file.
- Pages and components: JSF allows multiple PDLs such as JSP or Facelets.
- **Renderers: These are responsible for displaying a component and translating a user's input into the component's value.**
- Converters: These convert a component's value (Date, Boolean, etc.) to and from markup values (String).
- Validators: These are responsible for ensuring that the value entered by a user is valid.
- **Managed bean and navigation: The business logic is made in managed beans, which also control the navigation between pages.**

Fonte: Livro: Beginning Java EE 6 Platform with GlassFish 3 From Novice to Professional

QUESTÃO 41

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os recursos argumentaram que o SNMP não opera na camada de aplicação, contudo, conforme referências “SNMP” (Simple Network Management Protocol). Este protocolo foi desenvolvido na década de 80, inicialmente, para integrar a gerência de diferentes tipos de rede com um design simples e que causasse pouco estresse na rede. O SNMP opera na camada de aplicação, usando a camada de transporte do protocolo TCP/IP, podendo ignorar o hardware de rede das camadas inferiores.”

Ou seja, ele opera sob a camada de aplicação e pode usar as demais camadas.

Fonte:

- <http://www.teleco.com.br/pdfs/tutorialwan.pdf>
- <http://www.ravel.ufrj.br/sites/ravel.ufrj.br/files/publicacoes/teseberim.pdf>
- http://www.gta.ufrj.br/grad/10_1/snmp/versoes.htm

QUESTÃO 44

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o edital de abertura do concurso no item ANEXO I

DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO (HABILIDADES E CONHECIMENTOS), para o cargo de **CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA APOIO ESPECIALIZADO – ESPECIALIDADE ANÁLISE DE SISTEMAS:** o item “Redes de computadores” abrange cabeamento estruturado.

Fonte: Edital de Abertura do Concurso do TSE

QUESTÃO 49

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Replicação de dados tem sido extremamente estudada no contexto dos bancos de dados distribuídos [Ozsu, 1999]. No âmbito de agregados de bancos de dados, o principal assunto estudado é como prover escalabilidade, ou seja, como conseguir desempenho com um grande número de nodos, e ainda prover autonomia, para várias tipos de replicação, tais como mestre-escravo, multi-mestre e replicação parcial [Coulon, 2005]. A replicação de dados consiste em manter múltiplas cópias de dados, chamadas réplicas, em dispositivos diferentes em uma ou mais redes, sendo uma importante tecnologia para serviços distribuídos e alvo de muito estudo nos últimos anos. A replicação aprimora a disponibilidade dos dados, permitindo o seu acesso mesmo que algumas das réplicas estejam indisponíveis [Saito, 2005].

Desta forma, a questão pede para indicar um problema e não uma estratégia.

Fonte: MACEDO, Douglas; PERANTUNES, Hilton; MAIA, Luiz F. J.. Replicação Assíncrona entre Bancos de Dados Médicos Distribuídos: . In: ERBD, 5., 2008, Florianópolis.

QUESTÃO 51

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

A questão deve ser anulada, já que não especifica a versão dos produtos Windows Vista e Windows 7.

Conforme o site do fabricante destes sistemas, de fato as versões Starter tem um limite menor que as demais versões, o que deixa a questão ambígua.

Fonte:

<http://msdn.microsoft.com/en-us/library/windows/desktop/aa366778%28v=vs.85%29.aspx#physical_memory_limits_windows_vista>

QUESTÃO 52

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O argumento recursal é inválido, uma vez que o

criptossistema de chave pública é composto de $C = (P, E, D)$ onde:

- cada entidade possui um par de chaves $(SK, PK) \in K$; SK é dita chave privada e PK é dita chave pública;
- para um par de chaves (SK, PK) , a regra de ciframento é $e_{PK} \in E$ e a regra de deciframento é $d_{SK} \in D$.

Uma outra definição comumente utilizada é a seguinte: um criptossistema de chave pública é uma tupla de algoritmos (Gen, E, D) tais que

- Gen é o algoritmo de geração de chaves: recebe como parâmetro $1k$, onde k é um parâmetro de segurança, e devolve um par de chaves (SK, PK) ;
- E é o algoritmo de ciframento: dado um texto em claro x pertencente ao espaço de textos em claro P , o algoritmo $E_{PK}(x)$ devolve um texto cifrado y com tamanho polinomial $p(k)$;
- D é o algoritmo de deciframento: $D_{SK}(y)$ devolve o texto em claro x ou o símbolo \perp que representa um deciframento incorreto;

Fonte:

- Rafael Dantas de Castro, Ricardo Dahab e Augusto Jun Devegili. Introdução à Segurança Demonstrável. Instituto de Computação. Universidade Estadual de Campinas. VII Simpósio Brasileiro em Segurança da Informação e de Sistemas Computacionais. Pág. 103. Disponível em <<http://dainf.ct.utfpr.edu.br/~maziero/lib/exe/fetch.php/ceseg:2007-sbseg-mc3.pdf>>. Consultado em 26 Fev 2012.>
- Pedro Carlos da Silva Lar. Implementação de uma API para Criptografia Assimétrica Baseada em Curvas Elípticas. 2008. Disponível em <<http://www.lncc.br/~borges/doc/API%20para%20EEC.TCC.pdf>>. Consultado em 26 Fev 2012.>

QUESTÃO 53

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Menciona o recurso: "Segundo a Microsoft, em [http://technet.microsoft.com/en-us/library/cc728188\(v=ws.10\).aspx](http://technet.microsoft.com/en-us/library/cc728188(v=ws.10).aspx), todo Global Catalog é um Domain Controller. "A global catalog server is a domain controller that, in addition to its full, writable domain directory partition replica, also stores a partial, read-only replica of all other domain directory partitions in the forest.", cita o artigo.", mas de acordo com o livro Active Directory for Dummies: "One other option on a domain controller that you need to understand is the global catalog. A global catalog (GC) is a searchable index that enables users to locate network objects without needing to know their domain locations. A partial replica of the Active Directory, GCs contain a list of objects in the forest but don't necessarily list all the attributes of every object in the forest. GCs aren't separate from domain controllers: They're an option that you can select on the (Domain Controller) DC's configuration. In other words, **all GCs are DCs but all DCs aren't necessarily GCs.**"

E de acordo com o site da Microsoft: "The role of the global catalog

A global catalog is a domain controller that stores a copy of all Active Directory objects in a forest. The global catalog stores a full copy of all objects in the directory for its host domain and a partial copy of all objects for all other domains in the forest, as shown in the following figure.

The partial copies of all domain objects included in the global catalog are those most commonly used in user search operations. These attributes are marked for inclusion in the global catalog as part of their schema definition. Storing the most commonly searched upon attributes of all domain objects in the global catalog provides users with efficient searches without affecting network performance with unnecessary referrals to domain controllers.

You can manually add or remove other object attributes to the global catalog by using the Active Directory Schema snap-in. For more information, see Customizing the global catalog.

A global catalog is created automatically on the initial domain controller in the forest. You can add global catalog functionality to other domain controllers or change the default location of the global catalog to another domain controller. For more information, see Enable or disable a global catalog.

A global catalog performs the following directory roles:

Finds objects

A global catalog enables user searches for directory information throughout all domains in a forest, regardless of where the data is stored. Searches within a forest are performed with maximum speed and minimum network traffic.

When you search for people or printers from the Start menu or choose the Entire Directory option within a query, you are searching a global catalog. Once you enter your search request, it is routed to the default global catalog port 3268 and sent to a global catalog for resolution. For more information, see Finding directory information and "Finding information in Active Directory" at the Microsoft Windows Resource Kits Web site. "

O Global Catalog permite a realização de queries dentro de uma Organizational Unit: "Although it is possible for users to navigate a domain's organizational unit structure when

looking for resources, querying the global catalog to find resources is much more efficient. Therefore, it is not necessary to create an organizational unit structure that appeals to end-users. It is also possible to create an organizational unit structure that mirrors your business organization, but doing so can prove difficult and expensive to manage. Instead of creating an organizational unit structure to reflect resource location or departmental organization, design organizational units with administrative delegation and Group Policy settings in mind.”

Fonte:

- Steve Clines and Marcia Loughry. Active Directory FOR Dummies. 2nd Edition. Wiley Publishing, Inc.
- [http://technet.microsoft.com/en-us/library/cc736934\(v=ws.10\).aspx](http://technet.microsoft.com/en-us/library/cc736934(v=ws.10).aspx)
- <http://technet.microsoft.com/en-us/library/bb727030.aspx>

QUESTÃO 54

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O *Linux* é uma variante *open source* do *Unix*. De modo geral, o sistema de arquivos inclui o diretório raiz e um conjunto mínimo de arquivos e sub-diretórios. Dois diretórios são de grande importância; o primeiro, que armazena a maioria dos programas padrão, juntamente com manuais online e bibliotecas; o segundo, que abriga arquivos de configuração e dados específicos ao sistema, como diretórios spool, arquivos de log, além de informações contábeis. Esses diretórios são conhecidos, respectivamente, por

- (A) /usr e /lib.
- (B) /usr e /var.
- (C) /bin e /lib.
- (D) /bin e /var.

Na questão são feitas as seguintes ponderações:

- 1) o primeiro, que armazena a maioria dos programas padrão, juntamente com manuais online e bibliotecas;
- 2) o segundo, que abriga arquivos de configuração e dados específicos ao sistema, como diretórios spool, arquivos de log, além de informações contábeis.

A resposta certa é a B, já que não existem manuais no diretório /bin. O diretório /usr/man contém os manuais. Não existem manuais no diretório /bin, portanto não existe o diretório /bin/man.

Além disso, o diretório /usr contém vários subdiretórios que deste fazem parte.

Fonte: BALL, William.Sams’ Teach Yourself LINUX in 24 Hours. SAMS. 1998. 408 páginas. Página 43. <<http://www.kernel.org/doc/man-pages/online/pages/man7/hier.7.html>>

QUESTÃO 55

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Journaling é um recurso que pode ser configurado nos referidos Sistemas operacionais, e portanto é um recurso de administração, tópico contemplado pelo edital.

Fonte:

- Steve Clines and Marcia Loughry. Active Directory FOR Dummies. 2nd Edition. Wiley Publishing, Inc.
- <[http://technet.microsoft.com/en-us/library/cc736934\(v=ws.10\).aspx](http://technet.microsoft.com/en-us/library/cc736934(v=ws.10).aspx)>
- <<http://technet.microsoft.com/en-us/library/bb727030.aspx>>

QUESTÃO 60

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o site "A RMON MIB":

filter: permite ao monitor observar pacotes. pode capturar todos os pacotes que passem pelo filtro ou apenas gravar estatísticas baseadas nos pacotes."

e "o grupo filter permite que o monitor observe pacotes que atendam a certas características, permite portanto que o probe se torne um "analisador remoto de protocolos" para todos os pacotes que atendam (ou que não atendam) a uma certa condição, o probe pode:

adquirir estatísticas sobre os pacotes filtrados

capturar os pacotes filtrados (ver adiante).

Um filtro pode ser definido para:

examinar qualquer combinação de bits em qualquer lugar de um pacote (data filter);

filtrar pacotes com determinada condição de erro (tamanho, crc, enquadramento) (status filter)

vários filtros são combinados num canal (channel) um pacote satisfaz o canal (passou pelo canal) se passar por qualquer um dos filtros associados ao canal um pacote que passou pelo canal dispara um evento (do grupo event)"

Fonte:

<http://penta.ufrgs.br/gr952/trab1/rmon_mib.html>

<<http://jacques.dsc.ufcg.edu.br/cursos/gr/html/aplic/aplic5.htm>>

<<http://andredeo.blogspot.com/2012/01/protocolo-de-gerenciamento-rmon.html>>

QUESTÃO 61

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o livro "UML Guia do Usuário" dos autores Booch, Rumbaugh e Jacobson, segunda edição, página 428, as 5 visões são: de caso de uso, de projeto, da implantação, da implementação e de interação. Na versão original do mesmo livro e mesma versão "The Unified Modeling Language User Guide Second Edition", a figura "2-23 Modelling a System's Architecture" mostra as 5 visões intituladas: Design View, Implementation View, Interaction View, Deployment View e Use case View. Portanto as duas visões detalhadas na questão são: I - Visão de casos de uso e II- Visão de interação.

O recurso é impropriedade, uma vez que o modelo 4+1 é um modelo arquitetural sugerido pelo RUP e proposto por Philippe Kruchten. De acordo com o livro Rational Unified Process, The: An Introduction, Third Edition, a visão de processos: "The 4 + 1 View Model of Architecture

...

The Process View

This view addresses the concurrent aspects of the system at runtime—tasks, threads, or processes as well as their interactions. It addresses issues such as concurrency and parallelism, system start-up and shutdown, fault tolerance, and object distribution. It deals with issues such as deadlock, response time, throughput, and isolation of functions and faults. It is concerned with scalability.

Examples are a flight management process, flight plan entry processes, and an airspace management process.

The Use-Case View

This view plays a special role with regard to the architecture. It contains a few key scenarios or use cases. Initially, these are used to drive the discovery and design of the architecture in the inception and elaboration phases, but later they will be used to validate the different views. These few scenarios act to illustrate in the software architecture document how the other views work.

Examples are the entry of a flight plan and the handover of responsibility to another air traffic controller.”

Fonte: Philippe Kruchten. Rational Unified Process, The: An Introduction, Third Edition . Addison Wesley. 2003. 336 p.

QUESTÃO 67

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não havia outra opção de resposta que pudesse ser confundida ao incluir o termo “*máquina de*”.

Fonte:

OMG Unified Modeling Language™ (OMG UML),

Superstructure

Version 2.2

QUESTÃO 71

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Não foi indicada bibliografia padrão para o concurso. Além disso, a figura apresentada não se refere a nenhuma versão específica do ITIL, mas à interpretação a partir de níveis de maturidade de gerenciamento, e não de Modelos de Maturidade. Tais níveis não se referem a um modelo de maturidade específico, mas à maturidade de gerenciamento de uma organização, que pode ser maior, ou menor, de acordo com os serviços implantados.

O argumento que a figura refere-se à versão 2 do ITIL também não é válido. A Gartner publicou um relatório técnico que apresenta a mesma figura relacionada à versão 3 do ITIL.

Procede o argumento que o guia oficial não cita modelos de maturidade, mas conforme já foi dito, a questão não cobra Modelos de Maturidade, mas uma classificação de maturidade de gerenciamento de TI publicada por Magalhães e Pinheiro.

Fonte:

- Practical Advice for Leveraging ITIL Version 3.
<<http://www.cmpp.net/CMS/Media/Docs/ITIL%20and%20Metrics%20presentation%20by%20Gartner.pdf>, 2007. Ed Holub>
- Use product solutions from IBM Tivoli software.
<<http://www.mountainview.ca/Mountainview/downloads/ibm-tivoli-align-itol.pdf>>
- Ivan Luiz Magalhães • Walfrido Brito Pinheiro. Gerenciamento de Serviços de TI na Prática: Uma abordagem com base na ITIL

QUESTÃO 72

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O objeto recursal não apresenta fundamentação suficiente que possa vir anular a referida questão; vale ressaltar que a imagem da mesma encontra-se em total consonância ao que é solicitado no enunciado da questão.

QUESTÃO 77

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta a arquitetura de Computação nas Nuvens segundo uma abordagem em camadas e que é usada como referência, e não apresentada sob uma perspectiva de serviços.

De acordo com Chang, Abu-Amara, e Sanford:

“-Application Service Layer: This layer houses applications that are built for a Cloud environment. These applications are exposed to their end users via Web interfaces or Web Services that enable the multi-tenant hosting model.

-Platform Service Layer: Cloud platform services provide a set of capabilities exposed as services to assist Cloud users in developing, testing, integrating, and deploying their services. The services in this layer are integrated closely with the Security and Management layers to offer comprehensive enterprise grade products. Availability of platform services may differentiate one Cloud provider from another.

-Infrastructure Service Layer: This layer abstracts the platform and above services from the underlying computing, storage, and networking resources. It exposes the upper layers with a set of APIs, allowing service users to access and manage these resource abstractions based on the required scalability and availability specifications.”

É importante considerar que o usuário, conforme descrito na questão, pode ser o desenvolvedor de software que “utilizará” os recursos de programação disponibilizados pela nuvem.

A argumentação do recurso 73451 reforça a resposta do gabarito:

Segundo Buyya [1] apud Vecchiola [2], a arquitetura de Computação em Nuvem é formada por quatro camadas, descritas a seguir a partir da mais alta: C4: "User level (Cloud applications): The top layer focuses on application services (SaaS) by making use of services provided by the lower layer services." C3: "User-Level Middleware (Cloud programming: environments and tools): This layer includes the software frameworks (...) that help developers (...). The layer also

provides the programming environments and composition tools that ease the creation, deployment, and execution of applications in Clouds." C2: "Core Middleware (Apps Hosting Platforms): This layer implements the platform level services that provide runtime environment enabling Cloud computing capabilities to application services built using User-Level Middlewares. Core services at this layer includes Dynamic SLA Management, Accounting, Billing, Execution monitoring and management, and Pricing." C1: "System Level (Cloud resources): The computing power in Cloud computing environments is supplied by a collection of data centers, which are typically installed with hundreds to thousands of servers. At the System Level layer there exist massive physical resources (storage servers and application servers) that power the data centers."

E finalmente, Flávio R. C. Sousa afirma que: "No nível acima da camada de middleware, encontra-se a camada responsável por prover suporte para a construção de aplicações e que contem ferramentas ou ambientes de desenvolvimento. Estes ambientes possuem interfaces Web 2.0, marshups, componentes, recursos de programação concorrente e distribuída, suporte a work?ows, bibliotecas de programação e linguagens de programação. Esta camada de desenvolvimento não é utilizada pelos usuários ?nais, e sim, pelos usuários mais experientes, aqueles que desenvolvem as soluções para computação em nuvem.", ou seja, tal camada também é de usuário, e não de serviços, já que todas as camadas oferecem serviços. A resposta correta é aquela indicada no gabarito.

Fonte:

- William Y. Chang, Hosame Abu-Amara, Irvine. Transforming Enterprise Cloud Services. Springer. 2010
- <http://www.cloudbus.org/reports/AnekaCloudPlatform2009.pdf>
- Flávio R. C. Sousa, Leonardo O. Moreira e Javam C. Machado. Computação em Nuvem: Conceitos, Tecnologias, Aplicações e Desafios.
- Universidade Federal do Ceará (UFC). Disponível em http://www.es.ufc.br/~flavio/files/Computacao_Nuvem.pdf

QUESTÃO 78

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O objeto recursal argumenta que, "ITIL por ser um conjunto de melhores práticas só pode ser orientado a procedimentos, não processos. Se há na literatura especializada esse abuso de linguagem, não se pode alterar o significado das palavras na língua portuguesa. Práticas são sinônimos de procedimentos. Processo é um conjunto de procedimento que age como uma função que dá uma saída. A preocupação do ITIL são com as melhores práticas, como o aspecto operacional. O Cobit sim é um framework orientado a processos, já que descreve os processos e suas funções sem entrar no mérito do como fazer (procedimentos e práticas), que é justamente a área do ITIL. Por isso você pode usar os dois frameworks em conjunto, porque eles não atuam em áreas diferentes. O ITIL dá ênfase às práticas, aos procedimentos (nível operacional), já o Cobit dá ênfase aos processos (nível tático/estratégico)."

No entanto, de acordo com o ITIL v3 Intermediate Complete Certification Kit: Release, Control & Validation Best Practices:

“The concept of the Service Lifecycle is fundamental to the refresh of ITIL® for Version 3. Previously, **much of the focus of ITIL® was on the processes** required to design, deliver and support services for customers. As a result of this previous focus on processes, Version 2 of the ITIL® Framework provided best practices for ITSM based around the how questions. These included:

- How should we design for availability, capacity and continuity of services?
- How can we respond to and manage incidents, problems and known errors?

As Version 3 now maintains a holistic view covering the entire lifecycle of a service, no longer does ITIL® just answer the how questions, but also why?

- Why does a customer need this service?
- Why should the customer purchase services from us?
- Why should we provide (x) levels of availability, capacity and continuity?

By first asking these questions it enables a service provider to provide overall strategic objectives for the IT organization, which will then be used to direct how services are designed, transitioned, supported and improved in order to deliver maximum value to customers and stakeholders”

E ainda, de acordo com o “itSMF International. Foundation of IT Service Management based on ITIL v3.”:

For ITIL version 3 a completely new system of qualification was set up. There are four qualification levels:

Foundation level - This level is aimed at basic knowledge of, and insight into, the core principles and processes of ITIL version 3. At this level the qualification remains very similar to the old ITIL version 2 Foundation.

Fonte:

- itSMF International. Foundation of IT Service Management based on ITIL v3.
- ITIL v3 Intermediate Complete Certification Kit: Release, Control & Validation Best Practices

QUESTÃO 79

RECURSO PREJUDICADO – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os argumentos recursais não se referem à referida questão.

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – APOIO ESPECIALIZADO – ARQUIVOLOGIA
PROVA TIPO 4: AZUL

QUESTÃO 31

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As operações específicas da fase permanente são as de identificação de fundos, o arranjo, e a descrição, objetivando o acesso dos documentos a um público amplo, que não se restringe aos produtores diretos dos mesmos, ou aos cidadãos diretamente interessados nestes. Bellotto aborda esta questão de forma pontual no capítulo 11: O Sentido da Descrição Documental, (p.174 – 175) do livro “Arquivos Permanentes: tratamento documental”. Bellotto afirma: “A descrição é uma tarefa típica dos arquivos permanentes. Ela não cabe nos arquivos correntes, onde seu correspondente é o estabelecimento dos códigos do plano de classificação – que acabam por servir para recuperação da informação –, assim como outras categorias de controle de vocabulário e indexação que se usam para o mesmo fim. Tampouco a descrição faz sentido no âmbito dos arquivos intermediários, onde a frequência de utilização é secundária, é quase nula. Nesses depósitos, para fins de esclarecimento, de informações adicionais e testemunhos ainda decorrentes do uso primário, os instrumentos de busca resumem-se aos próprios planos de classificação, às listas de remessas de papéis, às tabelas de temporalidade e aos quadros gerais de constituição de fundos. Os conteúdos, a tipificação das espécies documentais, as databaliza, as subscrições, as relações orgânicas entre os documentos e a ligação entre função e espécie, enfim todos os elementos ligados às informações de interesse do historiador é que serão objeto do trabalho descritivo.” Neste contexto, não é correto afirmar que a expressão “correspondente” utilizada por Bellotto esteja significando “igual” ou “idêntico”. Para a identificação da opção correta desta questão é necessário considerar que ela está fundamentada de forma específica nos documentos da fase permanente; o que não admite que sejam aplicadas as considerações de caráter geral que visam mencionar as operações técnicas desenvolvidas nos arquivos como um todo.

Fonte: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O sentido da descrição documental. In: Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p.173-174.

QUESTÃO 33

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Todas as categorias de usuários, listados no enunciado da questão em foco, podem ter acesso aos documentos arquivísticos em sua fase corrente. Acesso este garantido pela Lei 8.159, capítulo I, artigo 4º e capítulo V que trata do Acesso e Sigilo dos Documentos Públicos.

Pelo exposto mantém-se como alternativa correta à questão de número 33, o enunciado registrado na alternativa de letra “D”.

Fonte: Lei Federal Nº 8159, de 8 de janeiro de 1991.

QUESTÃO 39

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

Todas as alternativas se aplicam de forma correta ao enunciado da questão.

QUESTÃO 40

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

Todas as alternativas se aplicam de forma correta ao enunciado da questão.

Fonte: ROUSSEAU, Jean – Yves, COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

QUESTÃO 44

RECURSO PROCEDENTE – Gabarito alterado para alternativa C.

A questão de número 57 está elaborada a partir dos princípios recomendados no âmbito da área de conhecimento da Conservação Preventiva. As opções registradas nas alternativas “A”, e “D” remetem à necessidade de realização de estudos de peso frente à carga a ser suportada pelo edifício que abrigará o arquivo, e são falsas uma vez que as especificações contidas nestas afirmativas não encontram respaldo na literatura. A opção de letra “B” é falsa, o carpete não é recomendado para revestir piso de arquivo porque este material acumula sujidades de difícil limpeza. A alternativa registrada na letra “C” é verdadeira, de acordo com a publicação “Como Fazer Conservação Preventiva em Arquivos e Biblioteca” de autoria Cassares e Moi. Na página 18 as autoras afirmam:

Algumas medidas podem ser tomadas para proteção dos acervos:

- As janelas devem ser protegidas por cortinas ou persianas que bloqueiem totalmente o sol; essa medida também ajuda no controle de temperatura, minimizando a geração de calor durante o dia.

Fonte:

- CASSARES, Norma Cianflone. MOI, Cláudia. Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000.p.18. Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf5.pdf>
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL) Conselho Nacional de Arquivos. Câmara Técnica de Conservação de Documentos. Recomendações para construção de arquivos. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/recomendaes_para_construo_de_arquivos.pdf>
- ARQUIVO NACIONAL (BRASIL). Conselho Nacional de Arquivos. Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Arquivos, 2005. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/recomendaes_para_a_produo.pdf>

QUESTÃO 54

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

A questão deve ser anulada porque em seu enunciado não cita em qual documento foi fundamentada a sua elaboração, e por não se tratar de um dado consolidado na literatura da área arquivística.

Fonte:

- FONSECA, Maria Odila. Arquivologia e Ciência da Informação. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2005.
- MARQUES, Angélica Alves da Cunha. RODRIGUES, Georgete Medleg. Os cursos de arquivologia no Brasil: conquista de espaço acadêmico institucional e delineamento de um campo científico. Disponível em: <www.aag.org.br/anaisXVCBA/conteudo/resur>

QUESTÃO 60

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está elaborada tendo como fundamentação o processo de classificação dos documentos arquivísticos. Para que ocorra este processo, a consideração dos elementos formais e de conteúdo das unidades de arquivamento se constitui em uma etapa fundamental deste processo.

Pelo exposto, mantém-se como opção correta à questão de número 60 a alternativa registrada na letra C.

Fonte: Subsídios para a implantação de uma política municipal de arquivos e o arquivo municipal a serviço dos cidadãos. Disponível em: WWW.conarq.arquivonacional.gov.br

QUESTÃO 61

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A professora Bellotto atesta que as singularidades do documento podem ser abarcadas pelo seu contexto de produção. Este contexto de produção por sua vez contempla vários aspectos: “cada documento singular se considera em relação funcional com outros que formam parte do fluxo burocrático de um determinado ato administrativo. Tem portanto a ver com os objetivos, as funções e a estrutura interna da entidade produtora.” De acordo com esta afirmação da professora Bellotto atesta-se que é o contexto de produção de um documento que determina os elementos de sua singularidade.

Fonte: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo. Disponível em WWW.arqsp.org.br

QUESTÃO 64

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística de forma alguma pode ser considerada como uma norma de caráter jurídico, o que torna as opções registradas nas alternativas “a”, “b” e “c” falsas. De acordo com o parágrafo 1.1, da introdução desta norma ela “estabelece *diretrizes gerais* para a preparação de descrições arquivísticas. Deve ser usada em conjunção

com as normas nacionais existentes ou como base para a sua criação”. Apesar de ser uma norma elaborada pelo Conselho Internacional de Arquivos, ela não possui força de lei.

Pelo exposto mantém-se como opção correta à questão de número 64, a alternativa registrada na letra D.

Fonte: <http://www.wien2004.ica.org/sites/default/files/isad_g_2TXT-POR_2.pdf>

QUESTÃO 65

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão de número 65 apresenta-se de acordo tanto com manuais como a legislação que regem os processos de microfilmagem dos documentos de caráter arquivístico.

Pelo exposto mantém-se como opção correta à questão de número 65 alternativa registrada na letra C.

Fonte: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf7.pdf>

QUESTÃO 76

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão de número 76 encontra-se fundamentada na Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR (CPF). E na estrutura desta norma a área que aborda esta questão é denominada de Elementos de descrição.

Pelo exposto mantém-se como opção correta, à questão de número 76, a alternativa registrada na letra B.

Fonte: www.ica.org/download.php?id=1653

QUESTÃO 77

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão foi elaborada a partir do princípio que deve nortear a prática da avaliação de documentos de arquivo. De acordo com o documento “Classificação, Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades – Meio da Administração Pública”, publicado como anexo da Resolução de nº14, pelo Conselho Nacional de Arquivos em 2001, encontram-se as seguintes passagens que justificam a FUNÇÃO como sendo a que fundamenta o processo de avaliação:

Cabe ressaltar que, por refletirem as funções e atividades dos órgãos, o Código de classificação de documentos de arquivo para a administração pública: atividade-meio e a Tabela básica de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividade-meio da administração pública são dinâmicos. (p.10)

No código de classificação, as funções, atividades, espécies e tipos documentais genericamente denominados assuntos, encontram-se hierarquicamente distribuídos de acordo com as funções e atividades desempenhadas pelo órgão. (p.11)

Pelo exposto mantém-se como opção correta, à questão de número 77, a alternativa registrada na letra B.

Fonte: Arquivo Nacional (Brasil). Conselho Nacional de Arquivos Classificação, temporalidade e destinação de documentos de arquivo; relativos as atividade-meio da administração pública/ Arquivo Nacional. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. Disponível em: <<http://www.dgdi.ufrj.br/images/documentos/temporalidade/ttdoarquivonacionalatividademeio.pdf>>

**CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – APOIO ESPECIALIZADO –
BIBLIOTECONOMIA
PROVA TIPO 4: AZUL**

QUESTÃO 02

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“*Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar, mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na...*” “qualquer” usado depois de um substantivo, com artigo indefinido, antes deste, adquire valor adjetival pejorativo.

“*...o mundo da vida no qual ética e moral se cindiram há muito tempo...*” “muito”, neste caso, exerce função pronominal já que: trata-se de pronome indefinido antecedendo o substantivo, expressa quantidade e/ou qualidade indefinidas. “há muito tempo” denota que a quantidade de tempo está indefinida. Para que “muito” exerça” função adverbial de intensidade deverá ser determinante de adjetivo significando extremamente ou exageradamente (muito rico, muito pobre), determinante do verbo significando excessivamente, demais (bebeu muito, doeu muito) ou determinante de outro advérbio (muito cedo, muito perto), o que não ocorre no trecho destacado.

“*A mesma polícia que combate o narcotráfico nas favelas das grandes cidades poderia ocupar o Congresso e outros espaços do governo onde a corrupção é a regra.*” “onde” pode exercer a função de advérbio interrogativo de lugar. Pode aparecer tanto nas orações interrogativas diretas quanto nas indiretas, o que não é o caso. No período em destaque, o pronome “onde” se relaciona com o termo antecedente “*o Congresso e outros espaços do governo*”. “Onde” é empregado como pronome relativo, aquele que se relaciona com um termo antecedente, dando início a uma oração, chamada adjetiva.

Fonte:

- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUES. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 1327, 1584.
- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática, Teoria e Prática. São Paulo: Atual, 1994. p. 183, 253.

QUESTÃO 07

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Pode-se encontrar **sujeito paciente** em duas estruturas distintas: 1ª) com o verbo *ser* + participípio (voz passiva analítica). Ex.: Muita gente é assaltada diariamente em São Paulo. Muita gente = sujeito paciente. 2ª) com verbo transitivo direto + o pronome *se* (voz passiva sintética). Ex.: Assalta-se muita gente diariamente em São Paulo. Muita gente = sujeito paciente. O termo que recebe a ação verbal será sempre o sujeito paciente da estrutura **verbo transitivo direto + o pronome se**. Em “É por meio dela que se faz o cálculo do “sentido” no qual, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário.”, “o cálculo” é sujeito paciente, já que: faz = verbo transitivo direto + pronome se. Quanto à frase “Honesto é sempre o pobre elevado a cidadão exótico.” “honesto” é o predicativo do sujeito. O núcleo do predicado nominal recebe o nome de predicativo. Pode haver **predicativo do sujeito** e **predicativo do objeto**, conforme se refira a um e outro. O predicado nominal sempre traz um verbo de ligação. **Verbo de ligação** é o que não indica ação alguma por parte do sujeito; é vazio de significado, já que sozinho não apresenta nenhuma noção. Sua função é indicar estado, qualidade ou condição do sujeito. Entre outros, indica estado permanente com o verbo ser, viver. É o caso de “Honesto é sempre o pobre...” a qualidade de honesto é um estado permanente (predicativo) atribuído ao pobre elevado à condição de cidadão exótico.

“No vão que as separa vem à tona a incompreensibilidade diante do mistério da honestidade.” No vão: adjunto adverbial, modifica o verbo.

Fonte: SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática, Teoria e Prática. São Paulo: Atual, 1994. p. 295,299, 321.

QUESTÃO 16

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

O art. 20,§ 2º, da Lei 8.112/90 dispõe que o servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, não sofrendo reversão, o que torna a assertiva “b” incorreta. No tocante a alternativa “c”, embora a Lei 8.112/90 disponha que o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa, a EC nº19/98, que deu nova redação ao art. 41 da CRFB, trouxe outra possibilidade de perda do cargo:

41. (...)

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - **mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho**, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

Como o enunciado não delimitou o diploma legal segundo o qual o conhecimento específico seria exigido na questão, a alternativa “c” é incorreta quando contraposto ao texto

constitucional. Por haver duas alternativas que atendem ao enunciado da questão (incorretas) a banca decide pela anulação.

Fonte: art. 20, §2º da Lei 8.112/90 e art. 41, §1º da CRFB/88

QUESTÃO 31

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta do gabarito está correta na letra D. A questão retirada da pág 19 do artigo de Sueli Angélica do Amaral cita no enunciado a palavra receptivo que utilizou de SHAPIRO, Stanley J. (71), n.11, p. 469-79, Nov. 1980. Mas a pergunta se refere à denominação do serviço de informação que agrega todas as características citadas no enunciado. Portanto, a resposta correta é responsividade e não receptividade.

Fonte: AMARAL, Sueli Angélica do. Do marketing à auditoria em serviços de informação.

QUESTÃO 32

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

As respostas segundo KOTLER: “a razão comum para se admitir uma auditoria de marketing é de que a organização se defronta com um problema importante que surge de seus mercados, de seus produtos ou de seus métodos de marketing”. A opção C, portanto, está incompleta.

Fonte: KOTLER, Philip. *Marketing para organizações que não visam ao lucro*. São Paulo: Atlas, 1978.

QUESTÃO 33

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No segundo item das respostas, a classificação correta é V e não F, pois “separar’ tem sinônimo (desunir, apartar, dividir, isolar), no sentido de descartar tópicos que contenham informações diferentes daquelas necessárias aos usuários. A resposta correta é então V, V, F, V, F, conforme gabarito.

Fonte: LANCASTER, F.W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

QUESTÃO 43

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

DDC22, sigla em inglês – correspondente a Classificação Decimal de Dewey Edição 22. Não se justificam os questionamentos por se tratar de uma questão de Biblioteconomia. Se trata da classificação utilizada para o processamento técnico de material bibliográfico, que em português corresponde a CDD (Classificação Decimal de Dewey).

A Classificação Decimal de Dewey (CDD ou DDC na sigla em inglês, também conhecido como Sistema Decimal de Dewey) é um sistema de classificação documentária desenvolvido por Melvil Dewey (1851–1931) em 1876.

QUESTÃO 57

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

O objeto recursal procede, não consta no conteúdo programático os “padrões bibliométricos-bibliometria”, desta forma a referida questão se torna nula.

Fonte: Edital do concurso

QUESTÃO 71

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

É um dos problemas do acesso às bibliotecas digitais as atividades de armazenamento em suportes digitais que é a função de “preservação”.

Fonte: TAMMARO, Anna Maria. A BIBLIOTECA DIGITAL.

QUESTÃO 72

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo Bibliotecas digitais- conceitos e definições implica em conhecimento de um projeto de digitalização que implica em gerenciamento dessas bibliotecas. O EMII e o DCF recomendam que ao iniciar um projeto próprio de digitalização se considere vários aspectos políticos, o DRM trata gerenciamento dos direitos digitais e o ECMS trata do controle das cópias digitais não-autorizadas.

Fonte: SIRINELLI, P. (2001). “The scope of the prohibition on circumvention of technological measures: exceptions”. En: *ALAI Congress 2001*, New York, June 13-17.

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – APOIO ESPECIALIZADO – ENGENHARIA ELÉTRICA

PROVA TIPO 4: AZUL

QUESTÃO 02

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“*Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar, mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na...*” “qualquer” usado depois de um substantivo, com artigo indefinido, antes deste, adquire valor adjetival pejorativo.

“*...o mundo da vida no qual ética e moral se cindiram há muito tempo...*” “muito”, neste caso, exerce função pronominal já que: trata-se de pronome indefinido antecedendo o substantivo, expressa quantidade e/ou qualidade indefinidas. “há muito tempo” denota que a quantidade de tempo está indefinida. Para que “muito” exerça” função adverbial de intensidade deverá ser determinante de adjetivo significando extremamente ou exageradamente (muito rico, muito pobre), determinante do verbo significando excessivamente, demais (bebeu muito, doeu muito) ou determinante de outro advérbio (muito cedo, muito perto), o que não ocorre no trecho destacado.

“A mesma polícia que combate o narcotráfico nas favelas das grandes cidades poderia ocupar o Congresso e outros espaços do governo onde a corrupção é a regra.” “onde” pode exercer a função de advérbio interrogativo de lugar. Pode aparecer tanto nas orações interrogativas diretas quanto nas indiretas, o que não é o caso. No período em destaque, o pronome “onde” se relaciona com o termo antecedente “o Congresso e outros espaços do governo”. “Onde” é empregado como pronome relativo, aquele que se relaciona com um termo antecedente, dando início a uma oração, chamada adjetiva.

Fonte: DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUES. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 1327, 1584.

SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática, Teoria e Prática. São Paulo: Atual, 1994. p. 183, 253.

QUESTÃO 13

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na opção B, o ícone apresentado, quando clicado, permite navegar no site do TSE, que foi previamente adicionado à Barra de Favoritos.

Na opção C, quando se clica no ícone apresentado, uma nova janela pop-up é exibida e nesta nova janela é possível adicionar um site à Barra de Favoritos, entretanto a adição à Barra de Favoritos não foi através do ícone apresentando no item C, e sim através de outro ícone que se encontra nesta janela pop-up mostrada.

Na opção D, este ícone não se encontra no Internet Explorer 8 (idioma Português – Brasil).

A opção correta é a A, pois através deste ícone pode-se adicionar o endereço do site desejado à Barra de Favoritos.

QUESTÃO 18

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Enunciado da questão fala em “triênio legal necessário à aquisição do benefício”, quando a Lei 8.112/1990 exige o transcurso de cada quinquênio de efetivo exercício. Logo, a específica pretensão de Carlos para concessão da licença para participação de curso de capacitação profissional não será possível, posto que o período de efetivo exercício desenvolvido (quatro anos) não é suficiente à concessão da licença (e não afastamento) pleiteada, como afirmado na alternativa indicada como única correta.

Fonte: art. 87 da Lei 8.112/90

QUESTÃO 24

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A matéria encontrava-se sim prevista no edital. Para o cargo de Analista Judiciário – Especialidades Biblioteconomia, Contabilidade, Pedagogia, Análise de Sistemas, Arquivologia, Engenharia Mecânica, Estatística e Psicologia era cobrado o conteúdo de Noções de Direito Administrativo. Veja-se que o tema era previsto para a todos os cargos, exceto Analista

Judiciário – Área Judiciária, Analista Judiciário Área Administrativa e Técnico Judiciário – Área Administrativa. Os incisos do art. 79 da Lei 8.666/93 trazem as hipóteses de rescisão dos contratos administrativos e não há possibilidade de rescisão extrajudicial sem a concordância da administração. E se a Administração toma a iniciativa da rescisão é claro que ela está concordando com ela. Mesmo para aqueles que admitem a aplicação da arbitragem aos contratos administrativos, seria necessário que a administração previamente anuísse à arbitragem. De mais a mais o tema arbitragem não consta do edital, que se resume à lei de licitações. Deve ser salientado que o “e” constante da alternativa “A” deve ser lido como adição, de modo que a rescisão ali citada é aquela em que não há acesso ao judiciário e ao mesmo tempo a administração não concorda. E tal possibilidade é vedada pelo ordenamento jurídico.

Fonte: Art. 79 da Lei 8.666/93

QUESTÃO 34

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

A questão apresenta três bobinas com reatância indutiva de 30Ω e resistência de 40Ω , individualmente ligadas e triangulo a um sistema trifásico de 200V. Solicita que o candidato calcule o fator de potência e a corrente em cada bobina.

Transformando a carga em triangulo para estrela a fim de simplificar os cálculos obtém-se uma bobina com a impedância igual a:

$$Z_y = \frac{Z_{\Delta}^2}{2 \cdot Z_{\Delta}} = 13,3 + j10\Omega$$

Neste momento o circuito trifásico se tornou uma carga em estrela alimentada pelo mesmo sistema trifásico de 200V. Então se utiliza LTK em todos os ramos e encontra-se as correntes como um módulo de 12A.

Como este valor não foi apresentado dentre as alternativas de resposta a questão está ANULADA.

Fonte:

- Circuitos Elétricos – JOSEPH A. EDMINISTER – Pearson Education do Brasil, 1991. (Coleção Schaum)
- Fundamentos de circuitos elétricos – CHARLES K. ALEXANDER e MATTHEW N. O. SADIKU – Bookman, 2003
- Fundamentos de Análise de Circuitos Elétricos – DAVID E. JOHNSON; JOHN L. HILBURN; JOHNNY R. JOHNSON – LTC

QUESTÃO 36

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão discorre sobre dois circuitos, um RC paralelo e outro RC série, portanto dois circuitos com cargas capacitivas.

Sabe-se que quando a carga é capacitiva a corrente fica adiantada em relação à tensão.

Por consequência a tensão fica atrasada em relação a corrente.

Portanto a alternativa (D) é a correta.

Fonte:

- Fundamentos de circuitos elétricos – CHARLES K. ALEXANDER e MATTHEW N. O. SADIKU – Bookman, 2003
- Fundamentos de Análise de Circuitos Elétricos – DAVID E. JOHNSON; JOHN L. HILBURN; JOHNNY R. JOHNSON – LTC
- Circuitos Elétricos – JOSEPH A. EDMINISTER – Pearson Education do Brasil, 1991. (Coleção Schaum)

QUESTÃO 47

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão discorre sobre a cogeração, que é o nome dado a um sistema de eficiência energética elevada, baseada na geração simultânea de energias elétrica e térmica a partir de um combustível renovável ou não renovável.

A questão solicita ao candidato que escolha uma alternativa dentre as apresentadas que contenha duas características da cogeração.

A alternativa (A) é correta pois a cogeração diminui os impactos ambientais e a dependência do supridor de energia elétrica já que o empreendedor está gerando energia.

A alternativa (B) não é correta, pois a cogeração diminui a dependência do supridor de energia elétrica já que o empreendedor está gerando energia e por consequência diminui o risco de falta de energia.

A alternativa (C) não é correta, pois a cogeração diminui o risco de falta de energia e o empreendedor terá uma receita extra e previsível decorrente da venda de energia em contrato de longo prazo.

A alternativa (D) não é a correta pois apesar de diminuir os impactos ambientais, utilizando a cogeração o empreendedor terá uma receita extra e previsível decorrente da venda de energia em contrato de longo prazo.

Portanto a alternativa correta é a (A).

Fonte:

- Gabriel de Jesus Azevedo Barja -A COGERAÇÃO E SUA INSERÇÃO AO SISTEMA ELÉTRICO - Universidade de Brasília - Dissertação de Mestrado Em Ciências Mecânicas - 2006

QUESTÃO 52

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

A questão discorre sobre a NR-15 do Ministério do Trabalho e Emprego, que trata de Atividades e Operações Insalubres. E remete o candidato aos limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente e solicita que o mesmo indique qual o valor máximo em dBA exposição diária permissível para 8 horas que de acordo com o Anexo 1 da NR-15 é 85 dB(A),

observa-se que ocorreu um erro de digitação na questão, esta escrito dBA onde o correto é dB(A)

Portanto a questão está anulada

Fonte:

NR-15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES; encontrado em:<http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>, acessado em 19/02/2012.

QUESTÃO 55

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

A questão afirma que com base na NR-10 do Ministério do Trabalho e Emprego, nos casos de processos ou equipamentos susceptíveis de gerar ou acumular eletricidade estática deve se protegida contra descargas elétricas.

Porém a NR-10 do Ministério do Trabalho e Emprego afirma o seguinte:

“...

10.9.3 Os processos ou equipamentos susceptíveis de gerarou acumular eletricidade estática devem dispor de proteção específica e dispositivos de descarga elétrica.

...”

Então fica claro que os processos e equipamentos devem dispor proteção específica adequada às particularidades do processo ou equipamento em questão e que disponha de dispositivos de descarga elétrica, os quais são destinados a dissipar as cargas elétricas.

Portanto a alternativa (C) não pode ser apresentada como correta, e como as demais alternativas não são abordadas pela NR-10 a questão está anulada.

Fonte:

NR-10 – SEGURANÇA EM INSTALAÇÕES E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE, encontrado em:<http://portal.mte.gov.br/legislacao/normas-regulamentadoras-1.htm>, acessado em 19/02/2012.

QUESTÃO 58

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

A questão discorre sobre a Lei nº 8.666/93, solicita que o candidato analise três afirmativas relacionadas aos anexos de Edital de Licitação e solicita que o mesmo responda quais das três afirmativas devem conter em um Edital de Licitação.

Com base na Lei nº 8.666/93, Art. 40, encontra-se:

“...

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I- o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;

II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários; (Redação dada pela Lei nº 8.883,

de 1994)

III - a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor;

IV - as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação.

...”

Logo se deduz que as afirmativas I e III da questão estão corretas e que a afirmativa II é incorreta. Induzindo o candidato escolher a alternativa (B).

Porém realizando uma análise mais cuidadosa na Lei nº 8.666/93, Art. 7, § 2º, Inciso I:

“...

§ 2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados empaticipar do processo licitatório;

...”

Tal trecho deixa claro que as obras e os serviços só poderão ser licitados quando houver um projeto básico.

Analisando a afirmativa I da questão, o uso da opção “ou” impossibilitaria o processo de Licitação, pois desta maneira conteria somente o projeto executivo. Desta maneira a afirmativa I da questão é incorreta, restando somente a afirmativa III como correta.

Como não existe alternativa onde consta somente a afirmativa III como correta a questão está anulada.

Fonte: Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993, encontrado em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm, acessado em 19/02/2012.

QUESTÃO 65

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

Apesar da opção (D) apresentar o valor correto a mesma não traz a unidade Ω (Ohm) que é a unidade referente à resistência, logo a resposta correta é $25 \times 10^3 \Omega \pm 5\%$, ou o equivalente $25k\Omega \pm 5\%$.

Portanto a questão está anulada.

Fonte: Os Fundamentos da Física 3 – Eletricidade – Francisco Ramalho Junior, Nicolau Gilberto Ferraro, Paulo Antônio de Toledo Soares – 6ª Edição – Editora Moderna

QUESTÃO 74

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

De acordo com as fontes citadas, a “SEGREGAÇÃO DOS RESÍDUOS” é uma etapa anterior ao “TRATAMENTO DE RESÍDUOS” na “GESTÃO DOS RESÍDUOS”. E no escopo do edital do concurso está explícito somente “TRATAMENTO DE RESÍDUOS”.

Portanto a questão está anulada.

Fonte:

- CONAMA - RESOLUÇÃO Nº 275 DE 25 DE ABRIL 2001, encontrada em: www.mma.gov.br/port/conama/res/res01/res27501.html, no dia 20/02/2011.

- CARTILHA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS PARA A CONSTRUÇÃO CIVIL – Nelson Boechat Cunha Júnior - SINDUSCON-MG

QUESTÃO 77

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão discorre sobre o assunto iluminação, com base na “NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão”, que conforme o item 1.2 aplica-se às instalações elétricas alimentadas sob uma tensão nominal igual ou inferior a 1 000 V em corrente alternada, com frequências inferiores a 400 Hz, ou a 1 500 V em corrente contínua. Também no item 1.2.1 informa que esta norma aplica-se às instalações elétricas de: edificações residenciais; edificações comerciais; estabelecimentos de uso público; estabelecimentos industriais; entre outros, os quais são compostos por sistema de iluminação.

A mesma NBR 5410 utilizou como referência normativa a “NBR 5413:1992 - Iluminância de interiores – Procedimento” como pode se ver em “2 Referências normativas”. Encontra-se também em “4.2.1.2.2 Iluminação” considerações sobre previsões de carga. Ainda em “6.5.8.2 Equipamentos de iluminação” considerações sobre seleção e instalação de componentes.

Portanto levando em consideração as inúmeras citações sobre iluminação em vários momentos da NBR 5410, que trata de Instalações elétricas de baixa tensão, evidencia-se que o sistema de iluminação compõe o objeto de estudo Instalações elétricas de baixa tensão o qual faz parte do conteúdo informado no edital.

Fonte: NBR 5410 - Instalações elétricas de baixa tensão.

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – APOIO ESPECIALIZADO – ENGENHARIA MECÂNICA

PROVA TIPO 4: AZUL

QUESTÃO 02

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“*Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar, mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na...*” “qualquer” usado depois de um substantivo, com artigo indefinido, antes deste, adquire valor adjetival pejorativo.

“*...o mundo da vida no qual ética e moral se cindiram há muito tempo...*” “muito”, neste caso, exerce função pronominal já que: trata-se de pronome indefinido antecedendo o substantivo, expressa quantidade e/ou qualidade indefinidas. “há muito tempo” denota que a quantidade de tempo está indefinida. Para que “muito” “exerça” função adverbial de intensidade deverá ser determinante de adjetivo significando extremamente ou exageradamente (muito rico, muito pobre), determinante do verbo significando excessivamente, demais (bebeu muito, doeu muito) ou determinante de outro advérbio (muito cedo, muito perto), o que não ocorre no trecho destacado.

“A mesma polícia que combate o narcotráfico nas favelas das grandes cidades poderia ocupar o Congresso e outros espaços do governo onde a corrupção é a regra.” “onde” pode exercer a função de advérbio interrogativo de lugar. Pode aparecer tanto nas orações interrogativas diretas quanto nas indiretas, o que não é o caso. No período em destaque, o pronome “onde” se relaciona com o termo antecedente “o Congresso e outros espaços do governo”. “Onde” é empregado como pronome relativo, aquele que se relaciona com um termo antecedente, dando início a uma oração, chamada adjetiva.

Fonte:

- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 1327, 1584.
- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática, Teoria e Prática. São Paulo: Atual, 1994. p. 183, 253.

QUESTÃO 10

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) *Se a moral é medida em dinheiro, não entregar-se a ele poderá parecer um luxo. (L. 48-49) / Se a moral em dinheiro é medida, poderá parecer um luxo não se entregar a ele.* O sujeito de “é medida em dinheiro” é “a moral” nas duas versões do trecho em destaque. O que ocorre é que em “Se a moral em dinheiro é medida”, os elementos não estão na ordem direta, a expressão “em dinheiro” foi apenas deslocada.

B) *Mas teria também todo o perdão? (L. 59) / Mas teria também todo perdão?* O artigo tem a função de determinar o substantivo, a sua omissão resulta em mudança semântica generalizando-o.

C) *O simples fato de que essa pergunta seja colocada implica o pressuposto de que uma verdade ética tal como a honestidade foi transvalorada. (L. 29-31) / O simples fato que essa pergunta seja colocada implica no pressuposto que uma verdade ética tal como a honestidade foi transvalorada.* A omissão da preposição “de” é feita indevidamente. Fato: ação ou coisa feita, ocorrida ou em processo de realização, ex.: fato de conversar.

D) *É por meio dela que se faz o cálculo do “sentido” no qual, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário. (L. 44-47) / É através dela que faz-se o cálculo do “sentido” onde, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário.* O “que” é um fator de próclise (pronome substantivo).

Fonte:

- PASQUALE E ULISSES. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Scipione: 2008. p.236, 346.
- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 877.
- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática, Teoria e Prática. São Paulo: Atual, 1994. p. 426.

QUESTÃO 16

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

O art. 20, § 2º, da Lei 8.112/90 dispõe que o servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, não sofrendo reversão, o que torna a assertiva “b” incorreta. No tocante a alternativa “c”, embora a Lei 8.112/90 disponha que o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa, a EC nº19/98, que deu nova redação ao art. 41 da CRFB, trouxe outra possibilidade de perda do cargo:

41. (...)

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - **mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho**, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

Como o enunciado não delimitou o diploma legal segundo o qual o conhecimento específico seria exigido na questão, a alternativa “c” é incorreta quando contraposto ao texto constitucional.

Fonte: art. 20, §2º da Lei 8.112/90 e art. 41, §1º da CRFB/88

QUESTÃO 21

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A matéria encontrava-se sim prevista no edital. Para o cargo de Analista Judiciário – Especialidades Biblioteconomia, Contabilidade, Pedagogia, Análise de Sistemas, Arquivologia, Engenharia Mecânica, Estatística e Psicologia era cobrado o conteúdo de Noções de Direito Administrativo. Veja-se que o tema era previsto para a todos os cargos, exceto Analista Judiciário – Área Judiciária, Analista Judiciário Área Administrativa e Técnico Judiciário – Área Administrativa. A questão pretendia a assinalação da alternativa que não contivesse uma dispensa de licitação. As alternativas de “B”, “C” e “D” estão previstas, respectivamente, nos incisos XXVIII, X, e XV do art. 24 da Lei 8.666/93, que trata das hipóteses de dispensa de licitação. A alternativa “A” traz uma hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do inciso I, do art. 25 da referida lei. Portanto, de todas, a única que não indica uma hipótese de dispensa e sim de inexigibilidade é a alternativa “A”.

Fonte: artigos 24 e 25 da Lei 8.666/93

QUESTÃO 22

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A matéria encontrava-se sim prevista no edital. Para o cargo de Analista Judiciário – Especialidades Biblioteconomia, Contabilidade, Pedagogia, Análise de Sistemas, Arquivologia, Engenharia Mecânica, Estatística e Psicologia era cobrado o conteúdo de Noções de Direito Administrativo. Veja-se que o tema era previsto para a todos os cargos, exceto Analista

Judiciário – Área Judiciária, Analista Judiciário Área Administrativa e Técnico Judiciário – Área Administrativa. A alternativa “C” está de acordo com o artigo 23, §4º da Lei 8.666/93, *in verbis*: “Nos casos em que couber convite, a Administração poderá utilizar a tomada de preços e, em qualquer caso, a concorrência.” Portanto, em virtude de expressa autorização legal há sim possibilidade de substituição de uma modalidade de licitação por outra.

Fonte: Lei nº 8.666/93.

QUESTÃO 23

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A matéria encontrava-se sim prevista no edital. Para o cargo de Analista Judiciário – Especialidades Biblioteconomia, Contabilidade, Pedagogia, Análise de Sistemas, Arquivologia, Engenharia Mecânica, Estatística e Psicologia era cobrado o conteúdo de Noções de Direito Administrativo. Veja-se que o tema era previsto para a todos os cargos, exceto Analista Judiciário – Área Judiciária, Analista Judiciário Área Administrativa e Técnico Judiciário – Área Administrativa. O inciso XI, do art. 78 da Lei 8.666/93 dispõe que apenas as alterações que prejudiquem a execução do contrato são motivos para a rescisão, enquanto a alternativa “B” trata de qualquer alteração. Portanto, a alternativa estava incorreta.

Fonte: Edital e Lei 8.666/93.

QUESTÃO 51

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

Resposta correta seria: Sala 1 = $16,32 \times 10^6 \text{ m}^3/\text{h}$ e Sala 2 = $4,08 \times 10^6 \text{ m}^3/\text{h}$, pois:

$$X + 4 X = 30.000 \text{ BTU} \rightarrow X = 6.000 \text{ BTU}$$

$$\text{SALA 2: } 6000 \cdot 680 = 4.080.000 = 4,08 \times 10^6 \text{ m}^3/\text{h}$$

$$\text{SALA 1: } 24000 \cdot 680 = 16.320.000 = 16,32 \times 10^6 \text{ m}^3/\text{h}$$

Porém, a potência de dez do resultado foi incorretamente representada por 106 ou invés de 10^6 na alternativa D, o que descaracteriza a resposta correta, levando à anulação da questão.

Fonte: Exercício elaborado pela Banca com base nos princípios básicos de refrigeração e suas unidades, envolvendo ainda raciocínio lógico e regra de três simples.

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – APOIO ESPECIALIZADO – ESTATÍSTICA
PROVA TIPO 4: AZUL

QUESTÃO 50

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão deve ser anulada, pois, utilizando-se os dados do enunciado, não é possível chegar corretamente a nenhuma das respostas disponíveis nas quatro alternativas de resposta. A função objetivo (Z) da alternativa colocada como correta, $Z = 11x_1 + 13,5x_2$, está correta, mas as restrições não estão. As restrições deveriam ser $(1,5x_1 + 3x_2 \leq 6000; 2x_1 + 3,5x_2 \leq 3000; x_1, x_2 \geq 0)$, as quais, aliás, não estão listadas em nenhuma das alternativas de resposta.

QUESTÃO 53

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para se calcular o segundo coeficiente de assimetria de Pearson (Spiegel e Stephens, 2008, capítulo 5, equação 12), deve-se calcular a média, a mediana e o desvio-padrão das observações. A média e a mediana dessas observações são 5.5 e 6, respectivamente, e deveriam ter sido calculadas pelo candidato. Usando-se o desvio-padrão fornecido pelo enunciado (6.67) e aplicando-se a expressão para o cálculo do segundo coeficiente de assimetria de Pearson, temos $(3*(5.5-6)/6.67)=-0.22486$, ou seja, -0.225 (com três casas decimais), que consta como alternativa de resposta. O valor 2.22, se utilizado como valor do desvio-padrão, não leva a nenhuma das alternativas de resposta.

Assim, utilizando as informações fornecidas pela questão e a expressão correta do coeficiente, que deveria fazer parte do conhecimento do candidato, este teria condições de chegar a uma das alternativas de resposta disponíveis na prova.

Fonte: Spiegel, M. R. Stephens, L. J (2008) Schaum's Outlines Theory and Problems of Statistics, 4a. Edição — Editora McGrawHill.

QUESTÃO 54

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão apresenta um erro no enunciado, que coloca o percentil 90 (13,40mm) *menor* que o percentil 75 (36,40mm), o que é incorreto e torna o conjunto de dados incoerente. Embora a expressão que permite chegar à resposta correta, se aplicada aos dados incorretos, leve à resposta do gabarito preliminar, o enunciado apresentando um conjunto de dados incoerente pode causar confusão aos candidatos.

Fonte: Mario F. Triola. Introdução à Estatística – Editora LTC, 10ª Edição

QUESTÃO 58

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Dentre as possíveis interpretações para a frase do enunciado

“a variância de $X + Y$ [$\text{Var}(X+Y)$] é”

fornecidas pelos candidatos em seus recursos, estão o cálculo de $\text{Var}(X+Y)$,

$\text{Var}(X + Y*[\text{Var}(X+Y)])$ e $\text{Var}(X) + Y*\text{Var}(X+Y)$. A terceira interpretação não faz sentido, visto que Y é variável aleatória. No caso da segunda interpretação, se a banca desejasse que esse fosse o cálculo a ser feito, teria usado o operador “ $\text{Var}()$ ” no lugar da palavra “variância de” e também usaria parênteses para englobar toda a expressão, assim como fez para expressar

matematicamente o que era realmente pedido: variância de $X + Y$, ou seja, $\text{Var}(X+Y)$, como aparece entre colchetes. Além disso, ao adotar a segunda interpretação, o candidato não encontraria a resposta entre as alternativas fornecidas. No entanto, durante esse cálculo, teria que ter encontrado o valor de $\text{Var}(X+Y)$, que é a primeira (e mais simples) interpretação, cuja resposta se encontra entre as alternativas fornecidas.

QUESTÃO 75

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Mesmo que o enunciado não diga que há somente duas alternativas de resposta (favorável ou desfavorável), esta questão poderia ser resolvida por eliminação, visto que todas as alternativas estão claramente incorretas, exceto a alternativa D, na qual se coloca a interpretação correta para um intervalo de confiança.

A margem de erro é de 5 pontos percentuais (metade da amplitude do intervalo). Alternativa A é incorreta.

A proporção de eleitores contrários ao voto obrigatório *não é* uma variável aleatória e sim um *parâmetro fixo* (constante). Portanto, não admite a interpretação probabilística da alternativa B, o que torna esta alternativa incorreta.

O valor 0,40 faz parte do intervalo de 99% confiança para a proporção de eleitores contrários ao voto obrigatório. Assim, a alternativa C está incorreta.

Fonte:

Mario F. Triola. Introdução à Estatística, Editora LTC, 10ª Edição

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – APOIO ESPECIALIZADO – PSICOLOGIA PROVA TIPO 4: AZUL

QUESTÃO 03

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Mas o problema é que a força da corrupção é a do costume, é a da “moral”, aquela mesma do malandro que age “na moral”, que é “cheio de moral”. Ela é muito mais forte do que a delicada reflexão ética que envolveria a autonomia de cada sujeito agente.”

Sinonímia é a equivalência de significado entre dois termos. É o fato de haver mais de uma palavra com semelhante significação, podendo uma estar em lugar da outra em determinado contexto, apesar dos diferentes matizes de sentido ou de carga estilística. A relação de sobreposição de espectros semânticos resulta, sobretudo, na relação de sinonímia. Para o senso comum, chamam-se sinônimas duas ou mais formas da língua que codificam a mesma informação. Os semanticistas costumam enfatizar que, por mais que a troca de uma palavra por outra mantenha inalterada a informação, é inadmissível a existência de sinônimos perfeitos. Sempre haverá entre os sinônimos algum traço que os diferencie e impeça que um ocupe o lugar

do outro em todas as ocorrências de ambos. O enunciado da questão porém, indica o comando em que deveria ser assinalada a alternativa em que os termos NÃO guardassem relação semântica de igualdade ou contiguidade.

Ética: 1. parte da filosofia responsável pela investigação dos princípios que motivam, distorcem, disciplinam ou orientam o comportamento humano, valores, prescrições e exortações presentes em qualquer realidade social. 2. conjunto de regras e preceitos de ordem valorativa e moral de um indivíduo, de um grupo social ou de uma sociedade.

Moral: 1. concernente a ou próprio da moral. 2. Pertencente ao domínio do espírito do homem. 3. Que denota bons costumes segundo os preceitos estabelecidos por um determinado grupo social. 4. Que ensina, educa; edificante. 5. disposição de espírito para agir com maior ou menor vigor diante de situações difíceis. 6. Conjunto de valores individuais ou coletivos, considerados universalmente como norteadores das relações sociais e da conduta dos homens. 7. cada um dos sistemas variáveis de leis e valores estudados pela ética, caracterizados por organizarem a vida das múltiplas comunidades humanas, diferenciando e definindo comportamentos proscritos, desaconselhados, permitidos ou ideais.

Como pode ser verificado, de acordo com o dicionário, as palavras “ética” e “moral” possuem sim uma aproximação quanto ao sentido. Porém, considerando-se o conceito de sinonímia, e em particular sua característica de que o contexto deverá ser sempre considerado. No período em análise a palavra moral é registrada devidamente entre aspas, tal fato indica que o sentido atribuído extrapola o usual. O trecho do período que reforça tal ideia expressa: *aquela mesma do malandro que age “na moral”, que é “cheio de moral”*. Assim, pode-se inferir que a “moral do malandro” não pode ser aquela que possui sentido próximo de ética.

“A tradição teológica e filosófica nunca conseguiu explicar o “mistério da iniquidade”, a existência do mal como potência do desejo e da ação humanas.” Aqui, há uma relação de contiguidade, já que o mal é apresentado como a potência do desejo e da ação humanas.

“É por meio dela que se faz o cálculo do “sentido” no qual, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário.” Honesto e otário estão sendo colocadas em aproximação de sentido, por isso mesmo não deve ser assinalada, já que o enunciado da questão requer aquela em que tal não haja tal relação.

Fonte:

- PASQUALE E ULISSES. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Scipione: 2008. p.131.
- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. 2ªed. – São Paulo: Publifolha, 2008. p. 436 e 437.
- BECHARA, Evanildo. Gramática escolar da língua portuguesa / 1.ed. – 6. Reimp. – Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.p. 550.
- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 847.

QUESTÃO 07

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Pode-se encontrar **sujeito paciente** em duas estruturas distintas: 1ª) com o verbo *ser* + participio (voz passiva analítica). Ex.: Muita gente é assaltada diariamente em São Paulo. Muita gente = sujeito paciente. 2ª) com verbo transitivo direto + o pronome *se* (voz passiva sintética). Ex.: Assalta-se muita gente diariamente em São Paulo. Muita gente = sujeito paciente. O termo que recebe a ação verbal será sempre o sujeito paciente da estrutura **verbo transitivo direto + o pronome se**. Em “É por meio dela que se faz o cálculo do “sentido” no qual, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário.”, “o cálculo” é sujeito paciente, já que: faz = verbo transitivo direto + pronome se. Quanto à frase “Honesto é sempre o pobre elevado a cidadão exótico.” “honesto” é o predicativo do sujeito. O núcleo do predicado nominal recebe o nome de predicativo. Pode haver **predicativo do sujeito** e **predicativo do objeto**, conforme se refira a um e outro. O predicado nominal sempre traz um verbo de ligação. **Verbo de ligação** é o que não indica ação alguma por parte do sujeito; é vazio de significado, já que sozinho não apresenta nenhuma noção. Sua função é indicar estado, qualidade ou condição do sujeito. Entre outros, indica estado permanente com o verbo ser, viver. É o caso de “Honesto é sempre o pobre...” a qualidade de honesto é um estado permanente (predicativo) atribuído ao pobre elevado à condição de cidadão exótico.

“No vão que as separa vem à tona a incompreensibilidade diante do mistério da honestidade.” No vão: adjunto adverbial, modifica o verbo.

Fonte: SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática, Teoria e Prática. São Paulo: Atual, 1994. p. 295,299, 321.

QUESTÃO 11

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida não foi aplicada no turno matutino para o cargo de Técnico Judiciário, não ferindo portanto o princípio da isonomia.

QUESTÃO 12

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na opção B (= 10%D4 e ) o ícone  não está disponível no Microsoft Office Excel 2007. Na opção C e D as fórmulas estão incorretas, pois na expressão =10%\$D4, o símbolo \$ não é válido quando combinado com a célula D4.

Opção correta A (=10%*D4 e )

QUESTÃO 13

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na opção B, o ícone apresentado, quando clicado, permite navegar no site do TSE, que foi previamente adicionado à Barra de Favoritos.

Na opção C, quando se clica no ícone apresentado, uma nova janela pop-up é exibida e nesta nova janela é possível adicionar um site à Barra de Favoritos, entretanto a adição à Barra de Favoritos não foi através do ícone apresentado no item C, e sim através de outro ícone que se encontra nesta janela pop-up mostrada.

Na opção D, este ícone não se encontra no Internet Explorer 8 (idioma Português – Brasil).

A opção correta é a A, pois através deste ícone pode-se adicionar o endereço do site desejado à Barra de Favoritos.

QUESTÃO 15

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A opção A (CC...) permite o envio de mensagens com cópia para outros destinatários, permitindo que os destinatários que receberam o e-mail tomem conhecimento de todos os que receberam o referido e-mail.

A opção B (Bcc...) que tem por significado (Blind Carbon Copy) tem o mesmo efeito que Cco, porém esta opção não está disponível na versão Português – Brasil do Microsoft Outlook 2007.

A opção C (Para...) simplesmente envia um e-mail para um destinatário ou vários destinatários, mas todos tomam conhecimento deste envio.

Opção correta é a D (Cco...) que tem como significado (Com cópia oculta).

QUESTÃO 16

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

O art. 20, § 2º, da Lei 8.112/90 dispõe que o servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, não sofrendo reversão, o que torna a assertiva “b” incorreta. No tocante a alternativa “c”, embora a Lei 8.112/90 disponha que o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa, a EC nº19/98, que deu nova redação ao art. 41 da CRFB, trouxe outra possibilidade de perda do cargo:

41. (...)

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - **mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho**, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

Como o enunciado não delimitou o diploma legal segundo o qual o conhecimento específico seria exigido na questão, a alternativa “c” é incorreta quando contraposto ao texto constitucional. Por haver duas alternativas que atendem ao enunciado da questão (incorretas) a banca decide pela anulação.

Fonte: art. 20, §2º da Lei 8.112/90 e art. 41, §1º da CRFB/88

QUESTÃO 21

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A matéria encontrava-se sim prevista no edital. Para o cargo de Analista Judiciário – Especialidades Biblioteconomia, Contabilidade, Pedagogia, Análise de Sistemas, Arquivologia, Engenharia Mecânica, Estatística e Psicologia era cobrado o conteúdo de Noções de Direito Administrativo. Veja-se que o tema era previsto para a todos os cargos, exceto Analista Judiciário – Área Judiciária, Analista Judiciário Área Administrativa e Técnico Judiciário – Área Administrativa. A questão pretendia a assinalação da alternativa que não contivesse uma dispensa de licitação. As alternativas de “B”, “C” e “D” estão previstas, respectivamente, nos incisos XXVIII, X, e XV do art. 24 da Lei 8.666/93, que trata das hipóteses de dispensa de licitação. A alternativa “A” traz uma hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do inciso I, do art. 25 da referida lei. Portanto, de todas, a única que não indica uma hipótese de dispensa e sim de inexigibilidade é a alternativa “A”.

Fonte: artigos 24 e 25 da Lei 8.666/93

Fonte: artigos 24 e 25 da Lei 8.666/93

QUESTÃO 25

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A matéria encontrava-se sim prevista no edital. Para o cargo de Analista Judiciário – Especialidades Biblioteconomia, Contabilidade, Pedagogia, Análise de Sistemas, Arquivologia, Engenharia Mecânica, Estatística e Psicologia era cobrado o conteúdo de Noções de Direito Administrativo. Veja-se que o tema era previsto para a todos os cargos, exceto Analista Judiciário – Área Judiciária, Analista Judiciário Área Administrativa e Técnico Judiciário – Área Administrativa. A doutrina, em peso, explica que a Administração Pública, ao contratar, possui em seus contratos, cláusulas que exorbitam do direito comum. E segundo esta mesma doutrina, o artigo 58 da Lei 8.666/93 traz o rol das chamadas cláusulas exorbitantes: “Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado; II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei; III - fiscalizar-lhes a execução; IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; V - nos casos de serviços essenciais, ocupar provisoriamente bens móveis, imóveis, pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato, na hipótese da necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, bem como na hipótese de rescisão do contrato administrativo. § 1º **As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.** § 2º Na hipótese do inciso I deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.” Todos os incisos são considerados pela doutrina como cláusulas exorbitantes, ou seja, que exorbitam do direito comum. Com efeito, sobre a fiscalização que foi objetivo de recurso, há de se ressaltar que não

se trata de uma fiscalização como a de qualquer outro contrato, mas sim fulcrada na Lei 8.666/93, possuindo características que lhe são próprias. Por fim, do citado artigo 58, percebe-se que as cláusulas econômico-financeiras dependem da concordância do contratado para serem alteradas. Em sentido oposto ao estatuído na norma, a alternativa “A” trata de modificação unilateral das cláusulas econômico-financeiras o que não é admitido. Portanto, a alternativa “A” é que deveria ter sido marcada pelo candidato.

Fonte: CHARLES, Ronny. **Leis de Licitações Públicas Comentadas**. 4ª ed. Salvador: Juspodivm, 2011. E também MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo** – 5ª edição, ver. amp., ref. e atual até 01/01/2011. Niterói: Impetus, 2011.

QUESTÃO 26

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em comento, por sua objetividade, encontra respaldo na literalidade de dispositivos da Resolução TSE nº 21 538/2003 (que dispõe sobre o alistamento e serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, a regularização de situação de eleitor, a administração e a manutenção do cadastro eleitoral, o sistema de alistamento eleitoral, a revisão do eleitorado e a fiscalização dos partidos políticos, entre outros).

Vejamos a análise abaixo:

A alternativa “A” está correta, porquanto coerente com o disposto no art. 29 da Resolução TSE nº 21 538/2003 (“Art. 29. As informações constantes do cadastro eleitoral serão acessíveis às instituições públicas e privadas e às pessoas físicas, nos termos desta resolução”);

A alternativa “B” está correta, por reproduzir o art. 29, § 1º da Resolução retromencionada (“Em resguardo da privacidade do cidadão, não se fornecerão informações de caráter personalizado constantes do cadastro eleitoral”);

A alternativa “C” está correta, por reproduzir o disposto no art. 32 da Resolução: “O uso dos dados de natureza estatística do eleitorado ou de pleito eleitoral obriga a quem os tenha adquirido a citar a fonte e a assumir responsabilidade pela manipulação inadequada ou extrapolada das informações obtidas”.

A alternativa “D” está errada, por contrariar o art. 30 da Resolução, que diz: “Os tribunais e juízes eleitorais poderão, no âmbito de suas jurisdições, autorizar o fornecimento a interessados, desde que sem ônus para a Justiça Eleitoral e disponíveis em meio magnético, dos dados de natureza estatística levantados com base no cadastro eleitoral, relativos ao eleitorado ou ao resultado de pleito eleitoral, salvo quando lhes for atribuído caráter reservado”.

QUESTÃO 29

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em comento, por sua objetividade, encontra respaldo na literalidade de dispositivos da Resolução TSE nº 21.538/2003 (que dispõe sobre o alistamento e serviços eleitorais mediante processamento eletrônico de dados, a regularização de situação de eleitor, a

administração e a manutenção do cadastro eleitoral, o sistema de alistamento eleitoral, a revisão do eleitorado e a fiscalização dos partidos políticos, entre outros).

Vejam os a análise abaixo:

- A alternativa “A” (prova branca) está correta, porquanto coerente com o disposto no art. 48, § 1º da Resolução TSE nº 21 538/2003;
- A alternativa “B” (prova branca) está correta, por reproduzir o art. 48, § 4º da Resolução retromencionada;
- A alternativa “C” (prova branca) está errada, uma vez que, não sendo cogitada a ocorrência de ilícito penal eleitoral a ser apurado, os autos deverão ser arquivados na zona eleitoral onde o eleitor possuir inscrição regular (é, inclusive, o comando insculpido no art. 48, § 6º da Resolução TSE nº 21.538/2003);
- A alternativa “D” (prova branca) está correta, por atender o estabelecido no art. 48, § 5º do mesmo diploma legal.

QUESTÃO 31

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de questões objetivas, cujo enunciado está diretamente relacionado com o conteúdo das alternativas apresentadas e sendo apenas uma correta. A alternativa C é a resposta, conforme gabarito divulgado, por apresentar conteúdo incorreto ao que se refere à efetivação da QVT e por apresentar conteúdo contraditório, ou seja, a *efetividade organizacional* nem sempre *faz reduzir fatores negativos* como a *aposentadoria precoce*.

Fonte: FERREIRA, Mário Cesar; ALVES, Luciana; TOSTES, Natalia. Gestão de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) no serviço público federal: o descompasso entre problemas e práticas gerenciais. Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 25, número 3. Brasília : UnB, Jul/Set 2009.

QUESTÃO 37

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As alternativas apresentadas se articulam com o enunciado da questão e deixam evidente que há uma diferença entre *doença profissional* e *doença do trabalho*. Algumas profissões em si colocam o profissional em maior vulnerabilidade mesmo tendo ótimas condições de realizar seu trabalho, como é o caso da Enfermagem, Medicina, Bombeiros e outras.

Fonte:

- MOTA, Míriam Cristina Zaidan. **Psicologia Aplicada em Segurança do Trabalho**. 2 ed. São Paulo : LTR, 2010.
- PEREIRA, Ana Maria T. Benevides. **Burnout**: quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador. São Paulo : Casa do Psicólogo, 2002.

QUESTÃO 38

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Trata-se de questão objetiva ficando prejudicadas as tentativas de interpretação individualizada e para além do que foi apresentado no enunciado e nas alternativas de respostas da questão. Considerando enunciado e alternativas de respostas (..), apenas a letra B deve ser marcada como correta por apresentar argumento INCORRETO no que se refere aos conceitos de Lewin.

Fonte:

- BOCK, Ana Mercês Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. 13 ed. reform. e ampl. - São Paulo : Saraiva, 2002, p.65.
- LEWIN, Kurt. **Problemas de Dinâmica de Grupo**. 3 ed. São Paulo : Cultrix, 1978.

QUESTÃO 39

RECURSO PROCEDENTE – Gabarito alterado para alternativa B.

O determinismo da afirmação de que *os testes projetivos neutralizam os mecanismos de defesa dos indivíduos*, presente no conteúdo do item II do enunciado da questão, impossibilita se ter esse item como correto.

Fonte: VILLEMOR-AMARAL, Anna Elisa de; PASQUALINI-CASADO, Lílian. **A cientificidade das técnicas projetivas em debate**. Revista Psico-USF, Vol. 11, número 2. Itatiba-SP, dez 2006.

QUESTÃO 40

RECURSO PROCEDENTE – Gabarito alterado para alternativa A.

O item III afirma existir uma relação entre liderança e aspectos físicos e intelectuais, o que não se sustenta nas teorias sobre liderança na atualidade, ou conforme Hersey & Blanchard.

Fonte: HERSEY/ BLANCHARD. *Psicologia para Administradores: a teoria e as técnicas da liderança situacional*. São Paulo : EPU, 1986, p. 103-105.

QUESTÃO 45

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre as técnicas de treinamento de pessoal e o recurso refere-se à liderança.

QUESTÃO 52

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Considerando ser Big Five uma terminologia corrente na literatura especializada e a sua utilização na questão em tela faz esse uso técnico do termo, sem nenhuma conotação discriminatória como sustenta o recurso; é, pois, o mesmo improcedente.

Fonte: DINIZ, Simon Santana; ZANINIA, Daniela S. **Relação entre fatores de personalidade e estratégias de coping em adolescentes**. Revista Psicologia USF, Vol. 15, número 1. Itatiba - SP, abr 2010.

QUESTÃO 60

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os usos dos resultados da análise de cargos são muito amplos: recrutamento e seleção de pessoal, definição de programas de treinamento, etc.

Quase todas as atividades de recursos humanos baseiam-se em informações proporcionadas pela análise de cargos, tais como:

Fornecimento de subsídios (p. ex., demarcação do mercado de mão-de-obra) para o recrutamento de pessoal.

Fornecimento de dados à higiene e segurança do trabalho, no sentido de minimizar a insalubridade e periculosidade comuns a determinados cargos.

Determinação do perfil do ocupante do cargo, como base para a seleção de pessoal, para que a escolha dos candidatos esteja adequada às exigências do cargo.

“A análise ocupacional é um processo que resulta no estabelecimento de elementos componentes de um trabalho, determinando características necessárias ao profissional para o seu exercício adequado.”

Fonte: Minicucci, Agostinho. Psicologia Aplicada à Administração. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1992. p. 140.

Chiavenato, Idalberto. Recursos Humanos. Ed. Compacta. São Paulo: Atlas: 1985. p. 175 e 184.

QUESTÃO 63

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Cabe aos dois recursos a transcrição literal da bibliografia utilizada e abaixo mencionada.

“A função do recrutamento é a de suprir a seleção de matéria-prima básica (candidatos).”

“Finalidade do recrutamento: TRAZER candidatos para a empresa.”

“Finalidade da seleção: ESCOLHER os candidatos mais adequados aos cargos da empresa.”

Portanto, as FINALIDADES (OBJETIVOS) do recrutamento e da seleção são diferentes.

Trazer, captar é diferente de escolher.

Fonte: Chiavenato, Idalberto. Recursos Humanos. Ed. Compacta. São Paulo: Atlas, 1985. p. 121.

Chiavenato, Idalberto. Iniciação à Administração de Pessoal. 3ª Ed. São Paulo: Makron Books, 2000. p. 20 e 33.

QUESTÃO 68

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A comunicação acontece quando duas ou mais pessoas são comuns, ou seja, têm os mesmos interesses. Aí a mensagem flui entre elas. Ser comum (como um) é ter afinidade; ter empatia.

Não é suficiente que as pessoas desejem se comunicar... é preciso mais.

Quanto mais o CONTATO PSICOLÓGICO se estabelece em profundidade, mais a comunicação humana terá possibilidade de ser autêntica.

Segundo Chiavenato, “quanto maior a homogeneidade entre os padrões de referência entre duas pessoas, tanto maior a probabilidade de uma comunicação bem sucedida. Pessoas que têm coisas em comum apresentam melhor comunicação entre si.”

Fonte: Minicucci, Agostinho. Psicologia Aplicada à Administração. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 1992 (p. 249 e 269).

Chiavenato, Idalberto. Administração nos Novos Tempos. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. p. 425.

QUESTÃO 76

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Cerca de 90% dos problemas das organizações giram em torno da comunicação, ou melhor, da sua *ausência* ou *inadequação*.

A comunicação completa e eficaz – troca de informações, ideias, através de palavras, escrita ou oral, ou de sinais – é vital para o ajustamento das pessoas dentro de uma organização.

Difícilmente haverá um aspecto da tarefa do gestor que não envolva comunicações: como transmitir objetivos, orientação, motivação, e, de outro lado, receber informações, resultados, dúvidas.

Por isso, a **RETROAÇÃO** é uma poderosa ajuda para a eficácia da comunicação, porque permite que a fonte verifique se o destino recebeu e interpretou corretamente a mensagem.

O administrador moderno deve configurar toda a sua organização na direção das pessoas e dos clientes e incrementar fortemente as comunicações com eles (intensificando os contatos e relacionamentos).

As comunicações internas e externas não podem reduzir-se a relatórios formais e escritos. A mensagem deve ser direta, clara, simples e sem rebuscamento para que os receptores consigam entendê-la sem distorções.

É preciso que o administrador aprenda a medir a sua terminologia e passe a usar a justa medida. O problema não é somente o canal utilizado e, sim, a terminologia técnica, que necessariamente não é um código padronizado para todos os receptores.

Fonte: Chiavenato, Idalberto. Administração nos Novos Tempos. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

QUESTÃO 77

RECURSO PREJUDICADO – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre o conceito de cultura organizacional e o recurso se refere ao recrutamento de pessoal.

QUESTÃO 78

RECURSO PREJUDICADO – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso apresentado apenas apresenta fundamentação teórica sem nenhuma interposição frente à questão em si, motivo pelo qual resta **PREJUDICADO**.

CARGO: ANALISTA JUDICIÁRIO – JUDICIÁRIA
PROVA TIPO 4: AZUL

QUESTÃO 01

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No trecho "Aquele que age na direção da lei como que age contra a moral caracterizada pelo "fazer como a grande maioria" é possível identificar a ocorrência de oração subordinada adverbial comparativa, verifica-se o sentido de comparação entre "aquele que age na direção a lei" e "que age contra a moral..." pela conjunção "como". "As orações subordinadas adverbiais comparativas são iniciadas principalmente por **que, do que e como**, e representam o segundo termo de uma comparação." "A subordinação ou hipotaxe é o relacionamento de termos dependentes e também de orações dependentes dentro de um período. Dentro de um período, na subordinação uma oração depende de outra." Não é o que ocorre com as coordenadas, "na coordenação há nexos semântico, mas não nexos sintático entre as orações, porque no plano sintático não há dependência entre uma e outra." Portanto, não há propriedade em afirmar que orações subordinadas são coordenadas, ou são coordenadas ou são subordinadas.

Fonte: SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática, Teoria e Prática. São Paulo: Atual, 1994. p. 329, 332, 336.

QUESTÃO 04

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

transvalorada = a honestidade foi transvalorada. O prefixo latino tras- (e variações: tres-, trans-) possui como significado: movimento ou posição para além de, atravésde, ou mudança de estado. Desta forma, o vocábulo "transvalorada" possui no contexto o sentido de que a honestidade teve uma extrapolação quanto ao seu valor, foi além daquele valor original.

- A) transbordar : o mesmo prefixo e significado estão em transbordar.
- B) trasantontem: dia que precedeu o de anteontem. tras + anteontem. (extrapolou ontem,)
- C) tresnoitar: passar a noite, ou grande parte dela, sem dormir, tirar o sono a , não deixar dormir.tres + noite + -ar ("ir além" da noite, ficar em claro)
- D) trastejar: ganhar a vida negociando trastes ou coisas pouco valiosas,cuidar de móveis e utensílios da casa, vigiar, controlar, verificar o andamento dos serviços do lar, vagar de um lado para outro, agir mal, sair da linha, colocar trastos em instrumento, esfregar as cordas do violão contra os trastos. Etimologia: traste ou trasto + -ejar.

Portanto, "trastejar" não possui o prefixo trans (ou variações) .

Fonte:

- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 1872, 1877.
- PASQUALE E ULISSES. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Scipione: 2008. p.84.

QUESTÃO 05

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) *Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar – mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever, é porque – no sistema da corrupção –, o valor da honestidade, que garantiria ao sujeito a sua autonomia, foi substituído pela vantagem do dinheiro.*

GABARITO: D) *Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar – mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever –, é porque, no sistema da corrupção, o valor da honestidade – que garantiria ao sujeito a sua autonomia – foi substituído pela vantagem do dinheiro.*

O travessão substitui com vantagem a vírgula, pois imprime maior força expressiva à palavra, expressão ou frase que ele separa. A vírgula deve ser usada para separar termos ou orações que, deslocados, quebram uma sequência sintática. Após “dever” omitiu-se o travessão na opção A.

C) *Se a conduta de praxe seria não apenas aceitar, mas exigir dinheiro em troca de uma ação qualquer na contramão do dever, é porque, no sistema da corrupção, o valor da honestidade – que garantiria ao sujeito a sua autonomia –, foi substituído pela vantagem do dinheiro.*

A vírgula antes de “foi” na opção C foi usada indevidamente, os travessões têm a função de separar a oração “que garantiria ao sujeito a sua autonomia”, desta forma ao usar a vírgula antes de “foi” há uma incorreção separando-se sujeito e predicado.

Fonte: SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática, Teoria e Prática. São Paulo: Atual, 1994. p. 458, 467

QUESTÃO 06

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) **teológica** (L. 1): Relativo a teologia ou a teólogo, relativo ao conhecimento de Deus. **Teologia** (do grego θεός, transl. *theos* = "divindade" + λόγος, *logos* = "palavra", por extensão, "estudo, análise, consideração, questionamento sobre alguma coisa ou algo"), no sentido literal, é o estudo sobre a divindade. . Palavra composta de acordo com o processo de formação de palavras.

B) **biografia** (L. 74): narração oral, escrita ou visual dos fatos particulares das várias fases da vida de uma pessoa ou personagem. Etim. Bio + -grafia. (vida + escrita). Palavra composta de acordo com o processo de formação de palavras.

C) **narcotráfico** (L. 14) :tráfico de narcóticos, de drogas . Etim. Narc(o) + tráfico. Palavra composta de acordo com o processo de formação de palavras.

D) **desvalorizada** (L. 32) apreciação desfavorável do valor. Etim: des- + valorizada. Palavra formada pelo processo de prefixação.

Des- : prefixo latino: negação, ação contrária.

Na derivação prefixal ou prefixação, o semantema recebe prefixo.

A composição é a formação de palavras pela união de dois ou mais semantemas.

Fonte:

- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 292,673, 1342, 1829.
- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Teoria e Prática. P. 69- 71.

QUESTÃO 09

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Verdade é que (1) a ação em nome de um universal por si só caracteriza qualquer moral.” As orações subordinadas substantivas subjetivas atuam como sujeito do verbo da oração principal. É o que ocorre no período anterior. O período é composto. Nele, “a ação em nome de um universal por si só caracteriza qualquer moral.” é uma oração subjetiva, já que desempenha a função de sujeito da forma verbal *é*. Ela é introduzida pela conjunção “que”.

“É por meio dela que (2) se faz o cálculo do “sentido” no qual, fora da vantagem que (3) define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário. (L. 43-47)” Os pronomes relativos se referem a um termo anterior – chamado antecedente - , projetando-o na oração seguinte, subordinada a esse antecedente. Cumprem, portanto, duplo papel: substituem ou especificam um antecedente e introduzem uma oração subordinada. Atuam, assim, como pronomes e conectivos a um só tempo. A palavra *que* é, na frase em destaque, um pronome relativo. O antecedente a que se relaciona é a “por meio dela”, veja: “por meio dela se faz o cálculo do “sentido” no qual, ...” e em “que define”, o que se refere a “vantagem”.

Fonte: PASQUALE E ULISSES. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Scipione: 2008. p.289, 415.

QUESTÃO 10

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) *Se a moral é medida em dinheiro, não entregar-se a ele poderá parecer um luxo. (L. 48-49) / Se a moral em dinheiro é medida, poderá parecer um luxo não se entregar a ele.* O sujeito de “é medida em dinheiro” é “a moral” nas duas versões do trecho em destaque. O que ocorre é que em “Se a moral em dinheiro é medida”, os elementos não estão na ordem direta, a expressão “em dinheiro” foi apenas deslocada.

B) *Mas teria também todo o perdão? (L. 59) / Mas teria também todo perdão?* O artigo tem a função de determinar o substantivo, a sua omissão resulta em mudança semântica generalizando-o.

C) *O simples fato de que essa pergunta seja colocada implica o pressuposto de que uma verdade ética tal como a honestidade foi transvalorada. (L. 29-31) / O simples fato que essa pergunta seja colocada implica no pressuposto que uma verdade ética tal como a honestidade*

foi transvalorada. A omissão da preposição “de” é feita indevidamente. Fato: ação ou coisa feita, ocorrida ou em processo de realização , ex.: fato de conversar.

D) *É por meio dela que se faz o cálculo do “sentido” no qual, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário. (L. 44-47) / É através dela que faz-se o cálculo do “sentido” onde, fora da vantagem que define a regra, o sujeito honesto se transfigura imediatamente em otário.* O “que” é um fator de próclise (pronome substantivo).

Fonte:

- PASQUALE E ULISSES. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Scipione: 2008. p.236, 346.
- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUES. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 877.
- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática, Teoria e Prática. São Paulo: Atual, 1994. p. 426.

QUESTÃO 11

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O cidadão exótico – pobre e honesto – que deixa de agir na direção de uma vantagem pessoal como que estaria perdoado por antecipação ao agir imoralmente sendo pobre, mas não está. A frase de Brecht seria sua jurisprudência mais básica: “O que é roubar um banco comparado a fundar um?”

Jurisprudência: **1.** Ciência do direito e das leis. **2.** conjunto das decisões e interpretações das leis pelos tribunais superiores, adaptando as normas às situações de fato. **3.** *fig.uso* estabelecido, aquilo que serve como modelo ou exemplo para agir, pensar, dizer.

A expressão “mas não está” no período, demonstra que o cidadão pobre e honesto ao agir imoralmente não é desculpado. O enunciado da questão faz referência à frase de Brecht que completa o período, e a frase é seu modelo de pensar (sua jurisprudência).

E ainda, não se trata de argumento jurídico já que não é um texto da lei ou com tal formalidade, mas sim um juízo de valor.

Fonte: DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUES. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 1140.

QUESTÃO 12

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) substituído (L. 37): Quando a segunda vogal do hiato for i ou u, tônicos, acompanhados ou não de s, haverá acento.

A regra de acentuação das paroxítonas é a seguinte:

Acentuam-se as paroxítonas terminadas em: i, is, us, um, uns, l, n, r, x, os, ã, ãs, ao, aos, ditongo oral, crescente ou decrescente, seguido ou não de s. Portanto a palavra paroxítona que apresentar quaisquer das terminações indicadas enquadra-se dentro desta mesma regra.

É o caso de polícia, jurisprudência e saqueável.

Fonte: PASQUALE E ULISSES. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Scipione: 2008. p. 57, 58, 60.

QUESTÃO 13

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

I. *O humor do quadrinho se constrói com um jogo de palavras com semelhança sonora.*

VERDADEIRA: O humor do quadrinho está no jogo sonoro das palavras "cereal" e "serial"

II. *A noção do verbo dever na segunda fala é de probabilidade.*

VERDADEIRA. “deve ser” = hipótese, probabilidade. Não existe uma certeza,mas uma possibilidade.

III. *O humor do quadrinho é construído na articulação entre texto e imagem.*

FALSA. A imagem de dois rapazes conversando não demonstra qualquer relação com o humor do quadrinho, o diálogo entre eles poderia ter qualquer outro conteúdo sem que houvesse necessidade de alteração da imagem.

Fonte: O próprio texto.

QUESTÃO 14

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado da questão “*Assinale a alternativa em que a alteração da primeira fala do quadrinho tenha respeitado a norma culta.*”, a exigência é de que seja respeitada apenas a norma culta, e não o sentido do texto.

Vossa Senhoria ouvistes falar do menino que morreu comendo sucrilhos? A frase está incorreta de acordo com a norma culta, já que: “a chamada segunda pessoa indireta ocorre quando se empregam pronomes que, apesar de indicarem o interlocutor (portanto, a segunda pessoa), exigem o verbo na terceira pessoa. É o caso dos chamados pronomes de tratamento.

Fonte: O próprio texto.

PASQUALE E ULISSES. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Scipione: 2008. p.282.

QUESTÃO 15

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Você ouviu falar do menino que morreu não obstante comer sucrilhos?

A frase acima é a única que NÃO poderia substituir a fala do primeiro quadrinho conforme requer o enunciado, pois, a locução conjuntiva “não obstante” expressa ideia de oposição, o que não ocorre no quadrinho em que a ideia expressa é de causa.

Fonte: SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Teoria e Prática. P. 270.

QUESTÃO 16

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida não foi aplicada no turno matutino para o cargo de Técnico Judiciário, não ferindo, portanto o princípio da isonomia.

QUESTÃO 17

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na opção B (= 10%D4 e ) o ícone  não está disponível no Microsoft Office Excel 2007. Na opção C e D as fórmulas estão incorretas, pois na expressão =10%\$D4, o símbolo \$ não é válido quando combinado com a célula D4.

Opção correta A (=10%*D4 e )

QUESTÃO 18

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na opção B, o ícone apresentado, quando clicado, permite navegar no site do TSE, que foi previamente adicionado à Barra de Favoritos.

Na opção C, quando se clica no ícone apresentado, uma nova janela pop-up é exibida e nesta nova janela é possível adicionar um site à Barra de Favoritos, entretanto a adição à Barra de Favoritos não foi através do ícone apresentando no item C, e sim através de outro ícone que se encontra nesta janela pop-up mostrada.

Na opção D, este ícone não se encontra no Internet Explorer 8 (idioma Português – Brasil).

A opção correta é a A, pois através deste ícone pode-se adicionar o endereço do site desejado à Barra de Favoritos.

QUESTÃO 20

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A opção A (CC...) permite o envio de mensagens com cópia para outros destinatários, permitindo que os destinatários que receberam o e-mail tomem conhecimento de todos os que receberam o referido e-mail.

A opção B (Bcc...) que tem por significado (Blind Carbon Copy) tem o mesmo efeito que Cco, porém esta opção não está disponível na versão Português – Brasil do Microsoft Outlook 2007.

A opção C (Para...) simplesmente envia um e-mail para um destinatário ou vários destinatários, mas todos tomam conhecimento deste envio.

Opção correta é a D (Cco...) que tem como significado (Com cópia oculta).

QUESTÃO 23

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Estabelece o Regimento Interno do TSE em seu art. 4o “No caso de impedimento de algum dos seus membros e não havendo *quorum*, será convocado o respectivo substituto, segundo a ordem de antigüidade no Tribunal. **Parágrafo único.** Regula a antigüidade no Tribunal: 1o, a posse; 2o, a nomeação ou eleição; 3o, a idade.”

Fonte: art. 4º do Regimento interno do TSE.

QUESTÃO 24

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A afirmativa I está de acordo com o §4º do art. 2º do Regimento Interno do TSE: “Não podem fazer parte do Tribunal pessoas que tenham entre si parentesco, ainda que por afinidade, até o 4º grau, excluindo-se, neste caso, a que tiver sido escolhida por último.” Saliento, inclusive, que o artigo se refere aos membros do Tribunal e não aos servidores. A afirmativa II está correta também. Apesar do entendimento de que a CRFB/88 indicou que sua composição será de, no mínimo, 7 membros, a legislação infraconstitucional estabelece a sua formação com os referidos 7 componentes (art. 1º do Regimento Interno TSE). Portanto, hoje, o TSE é composto sim por 7 membros, de maneira que a afirmativa está correta. Além disso, depende de Lei Complementar para alterar a sua composição. Além disso, o adjetivo “efetivos” foi utilizado em contraposição aos substitutivos (art. 2º do Regimento Interno), não havendo qualquer afirmação de que os membros seriam vitalícios. Por fim, não há, no Regimento Interno do TSE, qualquer proibição ao exercício da advocacia pelos advogados membros da Justiça Eleitoral, não havendo, portanto, que se recorrer ao Estatuto da OAB para resolver a questão. Sobre o tema: Ac.-STF, de 6.10.94, na ADInMC no 1.127: advogados membros da Justiça Eleitoral não estão abrangidos pela proibição de exercício da advocacia contida no art. 28, II, da Lei no 8.906/94 (EOAB). A afirmativa III está equivocada. Em resumo: apenas as afirmativas I e II estão corretas e a questão poderia ser resolvida com conhecimento do Regimento Interno do TSE.

Fonte: BARROS, Francisco Dirceu. **Direito Eleitoral**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. CERQUEIRA, Thales Tácito Cerqueira e CERQUEIRA, Camila Albuquerque Cerqueira. **Direito Eleitoral Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2011.

QUESTÃO 26

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As afirmativas I, II e III estão corretas, pois de acordo, respectivamente, com os §§ 8º, 9º e 6º do art. 16 do Regimento Interno do TSE. A existência da Lei 9.504/97 não tem o condão de alterar o conteúdo do referido §9º, tanto que a redação atual dele foi dada pela Res. TSE - 22.189/2006.

Fonte: artigo 16 do Regimento Interno do TSE.

QUESTÃO 28

RECURSO PROCEDENTE – Gabarito alterado para alternativa A.

As afirmativas I e III estão de acordo, respectivamente, com os artigos 14, e 16 do Regimento Interno do TSE: “**Art. 14.** Os processos e as petições serão registrados no mesmo dia do recebimento, na seção própria, distribuídos por classes (art. 15), mediante sorteio, por meio do sistema de computação de dados e conclusos, dentro em 24 horas, por intermédio do secretário judiciário, ao presidente do Tribunal. **Art. 16.** A distribuição será feita entre todos os ministros. § 1º Não será compensada a distribuição, por prevenção, nos casos previstos no art. 260 do Código Eleitoral. § 2º Haverá compensação quando o processo for distribuído por dependência. § 3º Em caso de impedimento do relator, será feito novo sorteio, compensando-se a distribuição.” Não foram indicados pontos que demonstrassem o equívoco das afirmativas,

posto que o Regimento Interno está em pleno vigor, inclusive os artigos que fundamentam as afirmativas. Sobre a afirmativa II, ela repete a redação do art. 15 do Regimento Interno, a saber: “**Art. 15.** O registro far-se-á em numeração contínua e seriada adotando-se, também, a numeração geral em cada uma das classes seguintes (...)”. Sobre este item tem razão os recorrentes. Isto porque a afirmativa II se refere a ... numeração geral em cada uma das classes dispostas no regimento interno..., mas o art. 15 foi modificado, sendo certo que as classes por ele citadas estão agora dispostas na Resolução 22.676/2007 e não no Regimento Interno.

Fonte: artigos 14, 15 e 16 do TSE.

QUESTÃO 30

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A observação de que a distribuição só se dará nos casos considerados de natureza urgente consta do enunciado da questão.

Fonte: §5º do art. 16 do Regimento Interno do TSE.

QUESTÃO 31

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo cobrado na questão poderia ser extraído tanto da parte de DIREITO CONSTITUCIONAL (...) Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária; do Tribunal de Contas da União(...) quanto da parte de DIREITO ADMINISTRATIVO (...) Controle da Administração Pública. Controles administrativo, legislativo e judiciário. (...). Portanto, está previsto no edital. Pois bem. A regra sobre o julgamento das contas do Prefeito Municipal prevista no art. 31 da CRFB/88 é específica, ou seja, o julgamento das contas do Prefeito e as do Presidente possuem regras distintas. As do Presidente vem previstas nos incisos XI, do art. 49 e I, do art. 71, ambos da CRFB/88. E de uma leitura combinada dos referidos incisos, extrai-se que compete ao TCU emitir parecer sobre as contas do Presidente da República e ao Congresso Nacional compete julgar essas contas sem estar vinculado ao parecer.

Fonte: Artigos 49, XI e 71, I da CRFB/88. E também MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo** – 5ª edição, ver. amp., ref. e atual até 01/01/2011. Niterói: Impetus, 2011.

QUESTÃO 32

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O artigo 175 da CRFB/88 dispõe que “incumbem ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, **sempre através de licitação**, a prestação de serviços públicos”. As hipóteses de dispensa e inexigibilidade previstas na Lei 8.666/93 não se referem à concessão de serviço público. Com efeito, o próprio inciso XXVI, do art. 24 da referida lei não se refere à concessão de serviço público, mas sim à celebração de contrato de programa tudo com vistas a prestação de serviço público de forma **associada**. Repita-se que o inciso citado nos recursos (XXVI) como exceção à obrigatoriedade de licitação trata de gestão associada e não de concessão de serviço público.

Fonte: Art. 175 da CRFB/88 e CHARLES, Ronny. **Leis de Licitações Públicas Comentadas**. 4ª ed. Salvador: Juspodivm, 2011.

QUESTÃO 34

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A matéria encontra-se inserida no Edital no item II DIREITO ADMINISTRATIVO (...) Bens Públicos: classificação, administração e utilização; Proteção e defesa de bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico. E o artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil é claro ao estabelecer que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, **bem de uso comum do povo** e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. Portanto, a natureza jurídica é dada pela própria norma constitucional: bem de uso comum do povo.

Fonte: Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil.

QUESTÃO 35

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

Ab initio deve-se considerar que a Constituição Federal de 1988 não apresenta textualmente a previsão de que “a decretação e a execução da intervenção estadual são de competência exclusiva do Governador do Estado” (somente fazendo menção, no art. 84, inciso X, que compete privativamente ao **Presidente da República** decretar e executar a intervenção **federal**). Logo, em homenagem ao princípio da simetria (princípio federativo que exige uma relação simétrica entre os institutos jurídicos da Constituição Federal e as Constituições dos Estados-Membros), a competência do Governador de decretar a execução da intervenção estadual também será privativa (e não exclusiva). Nesse sentido o ensinamento de Pedro Lenza (*in* “**Direito Constitucional Esquematizado, 11. Ed. São Paulo: Ed. Método, 2007, p. 314**), que diz:

“*A decretação e execução da intervenção estadual é de competência **privativa** do Governador do Estado, através de decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições da execução e, quando couber, nomeará o interventor*” (destaque aposto).

Vale ressaltar, por fim, que segundo a melhor doutrina, dentre outras diferenças, a competência **exclusiva** não pode ser delegada, enquanto a **privativa** admite delegação (o que demonstra que tais expressões não possuem juridicamente o mesmo significado).

Em tempo:

A alternativa “B” (prova branca) está errada, pois a hipótese mencionada versa sobre exceção determinada pela CRFB (art. 36, § 3º);

A alternativa “C” (prova branca) apresenta prazo incorreto (v. art. 36, § 2º);

A alternativa “D” (prova branca) está errada, pois a nomeação do interventor não é obrigatória (art. 36, § 1º).

CONCLUSÃO:

Questão anulada, ante a inexistência de alternativa correta.

QUESTÃO 36

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A” está incorreta, nos termos do que dispõe o art. 60, § 5º da CRFB/88, *verbis*: “A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa”.

A alternativa “B” também encerra uma afirmação incorreta. O *quorum* constitucional para aprovação de PEC é de 3/5, conforme se depreende do art. 60, § 2º da Constituição.

A alternativa “C” está correta, porquanto consonante e coerente com o disposto no *caput* do art. 62 da CRFB/88. V. também os termos do voto do Ministro Celso de Mello na ADIn nº 293.

A alternativa “D” está errada, ante a impossibilidade de se legislar sobre direitos políticos e eleitorais via lei delegada (CRFB/88, art. 68, § 1º, inciso II).

QUESTÃO 37

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ab initio cumpre informar que, ao contrário do sustentado, o diploma legal que responde a questão, a Lei 1079/50, faz parte do conteúdo programático referente ao cargo de **Analista Judiciário – Área Judiciária**.

Além disso, é de serem observadas as seguintes informações:

- A alternativa “A” da avaliação tipo 1 (branca) está errada, por força do que dispõe o art. 86, § 2º da CRFB/88;

- A alternativa “B” da avaliação tipo 1 (branca) também está errada, pois o crime aludido é tipificado como crime contra a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos (v. art. 11 da Lei 1079/50), e não crime contra a lei orçamentária;

- A alternativa “C” da avaliação tipo 1 (branca) está igualmente incorreta, pois o art. 2º da Lei 1079/50 determina que até mesmo a forma tentada dos crimes de responsabilidade está sujeita às penas de uma sentença condenatória, incluindo a perda do cargo;

- A alternativa “D” está correta, como se pode inferir de uma análise contextualizada dos arts. 14, 19 e 22 da Lei 1079/50, *verbis*:

“Art. 14. É permitido a qualquer cidadão denunciar o Presidente da República ou Ministro de Estado, por crime de responsabilidade, perante a Câmara dos Deputados.

Art. 19. Recebida a denúncia, será lida no expediente da sessão seguinte e despachada a uma comissão especial eleita, da qual participem, observada a respectiva proporção, representantes de todos os partidos para opinar sobre a mesma.

Art. 22. Encerrada a discussão do parecer, e submetido o mesmo a votação nominal, será a denúncia, com os documentos que a instruem, arquivada, se não for considerada objeto de deliberação. No caso contrário, será remetida por cópia autêntica ao denunciado, que terá o prazo de vinte dias para contestá-la e indicar os meios de prova com que pretenda demonstrar a verdade do alegado”.

QUESTÃO 38

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso menciona que “*a questão merece ser anulada, uma vez que a previsão do Tribunal de Contas da União no Edital do Concurso se restringe às disposições constitucionais, não havendo na Constituição Federal, nem tampouco em seu art. 74, qualquer menção acerca da responsabilidade solidária dos responsáveis pelo controle interno que se abstiverem de levar ao conhecimento do TCU qualquer irregularidade ou ilegalidade de que tiverem ciência*”. Referido argumento não merece acolhida.

Entretanto, a referida questão encontra, sim, resposta na literalidade do art. 74 § 1º da CRFB/88, *verbis*:

“*Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária*”.

Em tempo: As demais alternativas (“A”, “B” e “C”) estão incorretas nos termos do que dispõe os seguintes dispositivos da Carta Política:

- 73, § 3º;
- 73, § 2º, incisos I e II;
- 73 *caput*.

QUESTÃO 39

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em comento, por sua objetividade, encontra respaldo na literalidade do art. 103, § 3º da Carta Política. Em que pese o Pretório Excelso já ter se posicionado (de forma não vinculante) sobre o fato do art. 103, § 3º da CRFB ser interpretado “com temperamentos”, forçoso é reconhecer que o dispositivo está em pleno vigor e o AGU funciona mesmo como “curador da presunção de constitucionalidade” dos atos emanados do Poder Público (a expressão “curador da presunção de constitucionalidade” foi, inclusive, cunhada pelo Min. Celso de Mello na ADI – MC – AgR 1254, julg. 14.08.1996).

A título de exemplo, a ementa seguinte:

Processo:

ADI-QO 72 ES

Relator(a):

SEPÚLVEDA PERTENCE

Julgamento:

22/03/1990

Órgão Julgador:

Tribunal Pleno

Publicação:

DJ 25-05-1990 PP-04603 EMENT VOL-01582-01 PP-00024

Parte(s):

Governador do Estado do Espírito Santo

Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo

Ementa

Ação direta de inconstitucionalidade. Advogado-geral da união: indeclinabilidade da defesa da lei ou ato normativo impugnado (cf, art. 103, par.3.). Erigido curador da presunção da constitucionalidade da lei, do advogado-geral da união, ou quem lhe faça as vezes, não cabe admitir a invalidez da norma impugnada, incumbindo-lhe sim, para satisfazer requisitos de validade do processo da ação direta, promover-lhe a defesa, veiculando os argumentos disponíveis (destaque apostro).

Em tempo:

A alternativa “A” está incorreta, pois a CF não confere legitimidade à Mesa do Congresso Nacional para propositura de ADIn.

A alternativa “B” está incorreta, por contrariar entendimento pacificado do STF (entendimento este plasmado na ADI 2159 AgR/DF, rel. orig. Min. Carlos Velloso, relator para acórdão Min. Gilmar Mendes, 12.08.2004).

A alternativa “D” está incorreta, vez que o STF não tem competência originária para processar e julgar ADI de ato normativo municipal (v. art. 102, I, “a”, CRFB/88).

QUESTÃO 42

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A resposta da referida questão encontra fundamento no art. 13 *caput* da Lei 9504/97 c/c art. 101, *caput* do Código Eleitoral (Lei 4737/65), *verbis*:

“Art. 13. É facultado ao partido ou coligação substituir candidato que for considerado inelegível, renunciar ou falecer após o termo final do prazo do registro ou, ainda, tiver seu registro indeferido ou cancelado”.

“Art. 101. Pode qualquer candidato requerer, em petição com firma reconhecida, o cancelamento do registro do seu nome”.

Como referência, Indica-se, na oportunidade, no *site* do TSE, à “Consulta nº 1533 – Casse 5ª – Brasília – Distrito Federal”.

QUESTÃO 43

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O edital, ao estabelecer o conteúdo programático da prova de Analista Judiciário (Área Judiciária), absorveu a “Lei 4737/65 (Código Eleitoral) e alterações posteriores”.

Some-se a isso o fato de que a questão exigia conhecimento específico sobre nulidade a anulabilidade da votação (matéria que encontra previsão no Cap. VI do mencionado diploma legal).

CAPÍTULO VI

DAS NULIDADES DA VOTAÇÃO

Art. 219. Na aplicação da lei eleitoral o juiz atenderá sempre aos fins e resultados a que ela se dirige, abstendo-se de pronunciar nulidades sem demonstração de prejuízo.

Parágrafo único. A declaração de nulidade não poderá ser requerida pela parte que lhe deu causa nem a ela aproveitar.

Art. 220. É nula a votação:

I - quando feita perante mesa não nomeada pelo juiz eleitoral, ou constituída com ofensa à letra da lei;

II - quando efetuada em folhas de votação falsas;

III - quando realizada em dia, hora, ou local diferentes do designado ou encerrada antes das 17 horas;

IV - quando preterida formalidade essencial do sigilo dos sufrágios.

V - quando a seção eleitoral tiver sido localizada com infração do disposto nos §§ 4º e 5º do art. 135. (Incluído pela Lei nº 4.961, de 4.5.1966)

Parágrafo único. A nulidade será pronunciada quando o órgão apurador conhecer do ato ou dos seus efeitos e o encontrar provada, não lhe sendo lícito supri-la, ainda que haja consenso das partes.

Art. 221. É anulável a votação:

I - quando houver extravio de documento reputado essencial; (Inciso II renumerado pela Lei nº 4.961, de 4.5.1966)

II - quando fôr negado ou sofrer restrição o direito de fiscalizar, e o fato constar da ata ou de protesto interposto, por escrito, no momento: (Inciso III renumerado pela Lei nº 4.961, de 4.5.1966)

III - quando votar, sem as cautelas do Art. 147, § 2º. (Inciso IV renumerado pela Lei nº 4.961, de 4.5.1966)

a) eleitor excluído por sentença não cumprida por ocasião da remessa das folhas individuais de votação à mesa, desde que haja oportuna reclamação de partido;

b) eleitor de outra seção, salvo a hipótese do Art. 145;

c) alguém com falsa identidade em lugar do eleitor chamado.

Art. 222. É também anulável a votação, quando viciada de falsidade, fraude, coação, uso de meios de que trata o Art. 237, ou emprego de processo de propaganda ou captação de sufrágios vedado por lei.

QUESTÃO 44

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O edital, ao estabelecer o conteúdo programático da prova de Analista Judiciário (Área Judiciária), absorveu a “Lei 4737/65 (Código Eleitoral) e alterações posteriores”, bem como a “Lei 9504/97”. Ora, a questão em comento exigiu conhecimento de infrações eleitorais previstas nas aludidas leis (art. 68 da Lei 9504/97 e arts. 309, 310 e 313 do Código Eleitoral), motivo pelo qual os recursos interpostos não merecem acolhida com base nesse argumento.

Obs.: O crime comum contrapõe-se ao crime próprio, que é aquele que só pode ser cometido por uma determinada categoria de pessoas, pois pressupõe uma particular condição ou qualidade pessoal do agente. Na questão em comento a alternativa “D” (prova branca) não apresenta infração reconhecida pela doutrina com sendo “crime próprio”. Senão vejamos:

Alternativa “A”- Art. 68 da Lei 9504/97: Trata de crime que somente o Presidente da Mesa Receptora pode praticar.

Alternativa “B”- Art. 313 do CE: Trata de crime que somente o Juiz e os membros da Junta podem praticar.

Alternativa “C”- Art. 310 do CE: Trata de crime que somente o membro da Mesa Receptora pode praticar.

Alternativa “D”- Art. 309 do CE: Trata de crime que qualquer pessoa pode praticar, motivo pelo qual é reconhecido como crime comum.

QUESTÃO 45

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O edital, ao estabelecer o conteúdo programático da prova de Analista Judiciário (Área Judiciária), absorveu a “Lei 4737/65 (Código Eleitoral) e alterações posteriores”. Ora, a questão em comento exigiu conhecimento de infrações eleitorais previstas na aludida lei (arts. 309, 310 e 311), motivo pelo qual os recursos interpostos não merecem acolhida.

QUESTÃO 47

RECURSO PROCEDENTE – Gabarito alterado para alternativa A.

O edital, ao estabelecer o conteúdo programático da prova de Analista Judiciário (Área Judiciária), absorveu a “Lei 4737/65 (Código Eleitoral) e alterações posteriores”. Ora, a questão em comento exigiu conhecimento de infrações eleitorais previstas **na aludida lei** (arts. 348, 350 e 289), motivo pelo qual os recursos interpostos com base nesse argumento não merecem acolhida.

Inobstante o comentário supra, forçoso é reconhecer que o gabarito oficial merece reparo. Conforme se infere do art. 350 do Código Eleitoral, aquele que insere ou faz inserir informação falsa com intuito eleitoral comete o crime de falsidade ideológica, prevista no referido artigo. Na questão *sub examen* José insere em documento (petição preenchida junto à Justiça Eleitoral) informação falsa com fins eleitorais (dolo específico), cometendo assim o crime de falsidade ideológica.

“ Art. 350. Omitir, em documento público ou particular, declaração que dêle devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, para fins eleitorais”.

JURISPRUDÊNCIA do TSE: “Deputado Celso Russomano responderá a ação penal por falsidade ideológica STF, 05.06.08. Por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, nesta quinta-feira, receber denúncia do Ministério Público Federal (MPF) contra o deputado federal Celso Russomano (PP-SP), pelo crime de falsidade ideológica, com

base no Código Eleitoral. Com isso, será instaurada ação penal contra o parlamentar, acusado de ter inserido “declaração falsa no requerimento de transferência do domicílio eleitoral que dirigiu à Justiça eleitoral, afrontando o artigo 350 da Lei 4.737/65 (Código Eleitoral)”. “1. A jurisprudência do TSE entende que “para a adequação do tipo penal previsto no art. 350 do Código Eleitoral é necessário que a declaração falsa prestada para fins eleitorais seja firmada pelo próprio eleitor interessado, e não por terceiro” (REspe nº 15.033/GO, rel. Min. Maurício Corrêa, DJ de 24.10.97). 2. V. também acórdão nº 13336 de 13/04/1993”.

QUESTÃO 49

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Inicialmente cumpre salientar que a questão *sub examen* tinha como referência o conteúdo programático de Direito Eleitoral insculpido no edital (e, por conseguinte, a Lei 4737/65). Vale ressaltar, por oportuno, que aludida questão é objetiva, não se baseando em posicionamentos doutrinários ou mesmo jurisprudenciais não exigidos expressamente no enunciado. Isto posto, colaciona-se o dispositivo que, por sua literalidade, soluciona a questão:

Art. 42, PU, da Lei 4737/65: “Para o efeito da inscrição, é domicílio eleitoral o lugar de residência ou moradia do requerente, e, verificado ter o alistando mais de uma, considerar-se-á domicílio qualquer delas”.

QUESTÃO 50

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Cumpre informar, de início, que é inequívoca a menção de que José, Juiz da Justiça Eleitoral do Estado “Y”, não praticou **crime eleitoral no exercício de suas funções** (o que afasta a alternativa “C” como resposta do gabarito oficial).

Reza o art. 96, inciso III da Carta Política que compete privativamente aos Tribunais de Justiça (entenda-se órgão de segundo grau de jurisdição) julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, **nos crimes comuns** e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral. Eis o gabarito correto (letra “B”).

Em tempo: Compete ao Conselho Nacional de Justiça o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, aquelas relacionadas nos incisos do art. 103-B, § 4º da CRFB/88. Logo, a alternativa “D” também não responde a questão.

QUESTÃO 52

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As afirmativas I e III estão corretas, pois a primeira, de acordo com o art. 17, IV do CPC e a segunda com o art. 17, I. A afirmativa II está incorreta. Ela sustenta que atua de má-fé a parte que busca conseguir um objetivo legal, mas o que é vedado pelo CPC é a parte usar do processo

para atingir objetivo **ilegal** (art. 17, III), ou a parte proceder de modo temerário (V). Repita-se: a parte age de má-fé quando usa do processo para atingir fim ilegal ou se ela procede de modo temerário, aí para atingir fim legal ou ilegal. Portanto, ao contrário do que consta na afirmativa III, só será considerada de má-fé a parte que, buscando objetivo legal, proceder de modo temerário. Por fim, a afirmativa IV está incorreta, pois o que é vedado é deduzir pretensão contra fato incontroverso (I), enquanto ela trata de fato controverso.

Fonte: Art. 17 do Código de Processo Civil.

QUESTÃO 53

RECURSO PREJUDICADO – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O recurso objetiva que o gabarito seja alterado da letra “B” para “A”. Ocorre que a letra “A” compreende o gabarito preliminar divulgado.

QUESTÃO 54

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As afirmativas III e IV estão corretas, pois de acordo, respectivamente, com os artigos 509 e 503 do Código de Processo Civil. As afirmativas I e II estão incorretas, pois ferem, respectivamente, os artigos 501 e 499 do Código de Processo Civil. Não há na questão qualquer ambiguidade.

Fonte: Artigos 499, 501, 503 e 509 do Código de Processo Civil.

QUESTÃO 56

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “C” é a única incorreta, pois, de acordo com o art. 469, II não fazem coisa julgada: I – *omissis*; II – a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença. A alternativa “A” está correta, pois de acordo com o inciso VI, do art. 301 do CPC. A alternativa “B”, pois de acordo com o art. 267, V: “Art. 267. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: V – quando o juiz acolher a alegação de preempção, litispendência ou de coisa julgada”. Por fim, a alternativa “D” está correta, pois de acordo com o inciso II, do art. 471, do CPC.

Fonte: Artigos 267, V, 301, VI, 469, II e 471, II, todos do Código de Processo Civil.

QUESTÃO 58

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicitava fosse marcada a alternativa que contivesse a relação de afirmativas corretas. A afirmativa I está correta, pois de acordo com o art. 197, I do Código Civil. A afirmativa II está incorreta, pois se refere a condição resolutiva e o art. 199, I determina que não corre a prescrição enquanto pendente condição suspensiva. A afirmativa III está correta, pois de acordo com o art. 199, II do Código Civil. Por fim, incorreta a afirmativa IV, já que ela sustenta que não corre a prescrição contra incapazes, mas de acordo com o art. 198, I do CC corre sim. Em resumo, corretas as afirmativas I e III, de modo que o gabarito como letra “D” deve ser mantido. Com efeito, a matéria encontra-se inserida no edital, já que dentro do item “Dos

Prazos de Prescrição e Decadência”. É que as causas que suspendem e interrompem fazem parte da análise dos prazos.

Fonte: artigos. 197, 198 e 199 do Código Civil.

QUESTÃO 59

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão solicitava fosse marcada a alternativa incorreta. E a incorreta era apenas a alternativa “B”, que fere o inciso IV, do art. 75 do Código Civil.

Fonte: artigos 70 a 78 do Código Civil.

QUESTÃO 60

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa indicada como correta acompanha o *caput* do art. 496 do Código Civil. A hipótese do parágrafo único não foi aventada na questão, nem posicionamentos doutrinários que não têm o condão de revogar a lei.

Fonte: Artigo 496 do Código Civil.

QUESTÃO 61

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

Analisando detidamente a questão nº 50 (prova branca), verifica-se que a mesma contempla duas respostas corretas: a alternativa firmada no gabarito oficial, letra “C”, e aquela apresentada na letra “A”.

Justificativa: A alternativa “A”, tal qual apresentada na questão, encontra amparo no artigo 32 do Código Eleitoral, *verbis*:

“Cabe a jurisdição de cada uma das zonas eleitorais a um juiz de direito em efetivo exercício e, na falta deste, ao seu substituto legal que goze das prerrogativas do Art. 95 da Constituição”.

Pela anulação da questão.

QUESTÃO 67

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Supremo Tribunal Federal já decidiu que o art. 37, §6º da CRFB/88 consagra uma dupla garantia: uma em favor do particular, possibilitando-lhe ação indenizatória contra a pessoa jurídica de direito público, ou de direito privado que preste serviço público, dado que bem maior, praticamente certa, a possibilidade de pagamento do dano objetivamente sofrido. Outra garantia, no entanto, em prol do servidor estatal, que somente responde administrativamente e civilmente perante a pessoa jurídica a cuja quadro funcionar. Na alternativa “D” se extraem as duas possibilidades.

Fonte: RE 327904/SP, STF – Primeira Turma, Rel. Min. Carlos Britto, julgamento: 15.08.2006, DJ: 08.09.2006.

QUESTÃO 70

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão está hígida. Explica FERNANDA MARINELA que o fato do príncipe “consiste em uma determinação estatal, superveniente e imprevisível, geral e abstrata, que onera o contrato, repercutindo indiretamente sobre ele – incidência reflexa. Por exemplo, a alteração da alíquota de um imposto sobre o serviço prestado. Esta conduta não atinge o objeto principal do contrato, não impede que o serviço continue sendo prestado, entretanto, outro preço atinge-o indiretamente, o que exige a revisão. Alguns autores defendem que ela só pode ser aplicada quando quem praticou a conduta onerosa for da mesma esfera de governo do administrador com o qual se celebrou o contrato”. Ora, a exigência de que seja de outra esfera de governo é amplamente minoritária na doutrina. Na mesma linha do defendido aqui, explica JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO que “entendemos que o ‘príncipe’ é o Estado ou qualquer de suas manifestações internas, de modo que nos parece aplicável a teoria se, por exemplo, um ato oriundo da União Federal atingir um particular que tenha contratado com o Estado-membro.” E a alternativa indicada como correta não entra na discussão. Pelo contrário, cita um exemplo facilmente encontrado em manuais de Direito Administrativo.

Fonte: MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo** – 5ª edição, ver. amp., ref. e atual até 01/01/2011. Niterói: Impetus, 2011. E CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 21ª ed. rev. amp. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

QUESTÃO 71

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão *sub examen* é objetiva e encontra resposta na literalidade do art. 87 da Lei 8112/90, *verbis*:

“Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional”. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)

QUESTÃO 73

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com Baily et al. (2000), o modelo tradicional de estruturação do processo de compras está ultrapassado e é necessário agregar maior valor ao mesmo para torná-lo ágil e eficiente, pois a “compra é vista pela organização bem-sucedida de hoje como uma atividade de importância estratégica considerável” (BAILY et al., 2000, p. 16).

Arnold (1999) aponta que o modelo tradicional de compras contribui para a falta de credibilidade da área e tem as seguintes desvantagens: a) Pressão por eficiência e redução de

custos, mantendo o mesmo quadro de pessoal; b) Compras de materiais de baixo valor unitário possuem grandes custos por transação, gerando um desperdício de recursos humanos; c) Desgaste com colaboradores devido a elevada duração do ciclo de compra e a necessidade de realizar um acompanhamento exagerado do pedido para garantir que o material seja entregue no momento desejado; d) O planejamento estratégico fica comprometido com o fato do pessoal envolvido com compras gastar tempo realizando atividades operacionais.

Para Porter (1991), o enfoque estratégico no processo de compras implica no estreito relacionamento da área com os demais setores da organização, de forma que os envolvidos concentrem grande parte de seus esforços em atividades de negociação de relacionamentos a longo prazo, desenvolvimento de fornecedores e redução de custo total de pacotes de compra, ao invés de efetuar cada pedido de forma isolada e sem visão estratégica.

Conforme Dias (2000), desde os anos 80 as organizações tornaram-se mais conscientes dos ganhos que as atividades com foco estratégico podem gerar ao processo de compras, tornando-o ágil e eficiente diante da integração dos fluxos de materiais e informações na organização.

Segundo Martins e Alt (2006, p. 67), “os objetivos de compras devem estar alinhados aos estratégicos, adotando-se para tanto uma visão holística do processo.”

Dessa forma, a gestão de compras tem assumido cada vez mais um papel estratégico, o que pode ser verificado em diversos autores da área de administração de materiais e estratégias. A utilização da citação de um autor para formular a contextualização da questão não representa sua unicidade na consulta para definição do tópico, conforme pode ser verificado nos diferentes autores citados.

Fonte:

- Arnold, J.R.T. Administração de Materiais. São Paulo: Atlas, 1999.
- Baily, P.; Farmer, D.; Jessop, D.; Jones, D. Compras – Princípios e Administração. 8ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- Porter, M. E. Estratégia Competitiva - Técnicas para Análise de Indústrias e da concorrência. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Campos, 1991.
- Martins, P. G.; Alt, P. R. c. Administração de materiais e recursos patrimoniais. São Paulo: Saraiva, 2006.
- Pozo, Hamilton. Administração de recursos Materiais e Patrimoniais. São Paulo, Atlas, 2001.

QUESTÃO 74 *(decisão de recurso retificada em 07.03.2012, em virtude da constatação de erro material)*

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre a aprendizagem organizacional, especificamente sobre a gestão do conhecimento nas organizações.

- Cruz (2002) aponta para existência de dois tipos de conhecimento: tácito - aquele que possuímos dentro de nós mesmos, fruto do aprendizado e da experiência que desenvolvemos ao longo de nossa vida; explícito - aquele que externamos formalmente ou não.

- Conforme Chiavenato 2005), o conhecimento tácito ou inconsciente é intrínseco, individualizado e pessoal; não verbalizado ou escrito e transmitido socialmente, ele se confunde com a experiência que o indivíduo tem da realidade. Já o conhecimento explícito é seqüencial e fundamento em teorias, registrado de forma escrita; envolve conhecimento dos fatos e é adquirido principalmente pela informação, quase sempre pela educação formal.

Dessa forma, a única alternativa correta para resolução da questão é a letra C.

Ressalta-se que, na elaboração da referida questão foi considerado o seguinte conteúdo programático, constante no Edital: [...] VII - NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Princípios. Descentralização e desconcentração. Administração Direta e Indireta; Características básicas das organizações formais modernas: tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização. Empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público. Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada. Excelência nos serviços públicos. Gestão da Qualidade. Gestão de resultados na produção de serviços públicos. O paradigma do cliente na gestão pública; senão vejamos:

O governo federal, através do Decreto nº. 5.707/2006, instituiu políticas para o desenvolvimento de pessoal na administração pública, tendo em vista o fato de que, como em todas as organizações modernas, o conhecimento passou a ser o recurso de maior importância. A gestão do conhecimento tem uma finalidade ampla na administração pública, pois, as organizações públicas além de aumentar a efetividade de suas ações perante a sociedade, com o mínimo de recursos, devem gerir o conhecimento para: encontrar a maneira mais adequada para responder aos desafios; possibilitar que atores sociais atuem como parceiros do Estado na elaboração e implementação de políticas públicas; contribuir para que a população seja inserida socialmente, reduzindo as desigualdades e melhorando a qualidade de vida por meio de construção, manutenção e ampliação do capital social e do capital intelectual das organizações; possibilitar a educação dos cidadãos para que eles se tornem trabalhadores competentes do conhecimento, mediante o desenvolvimento das organizações em todas as áreas do conhecimento.

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento Organizacional: a dinâmica do sucesso das organizações**. 2 ed. Rio de Janeiro:Elsevier, 2005.
- CRUZ, Tadeu. **Sistemas, Organizações & métodos: estudo das novas tecnologias de informação**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- BRASIL. **Decreto nº. 5.707, de 23 de fevereiro de 2006**. Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretos/decreto5707.htm>. Acesso em: 23 fev. 2012.

QUESTÃO 76

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A assertiva I está correta. Na desistência voluntária, ainda durante a prática dos atos de execução, mas sem esgotar todos os meios que tinha à sua disposição para chegar à consumação da infração, o agente desiste, voluntariamente, de nela prosseguir (*Obs.*: Para que se possa falar em desistência voluntária, é preciso que o agente já tenha ingressado nos atos de execução, de forma que a *cogitatio* e a preparação são impuníveis). No arrependimento eficaz o agente esgota tudo aquilo que estava à sua disposição para alcançar o resultado, mas arrepende-se e tenta evitá-lo. V. art. 15 do CP.

A assertiva II também está correta. A violência e a grave ameaça à pessoa se afiguram como verdadeiros elementos negativos do arrependimento posterior (desta feita é perfeitamente possível o arrependimento posterior no artigo 155, no 163, *caput* etc.). Preconiza o art. 16 do CP: “**Art. 16:** *Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços*”.

A assertiva III está incorreta. Diz o art. 17 do CP: “*Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime*”. Entende-se “meio absolutamente ineficaz” como sendo aquele que não possui a mínima aptidão para produzir os efeitos pretendidos. Por mais que o agente reitere seu emprego, jamais atingirá a consumação do delito pretendido. Ex.: Utilização de revólver sem munição ou com a munição já detonada; o agente que, querendo matar seu desafeto, ministra-lhe açúcar, equivocadamente, no lugar do veneno etc. Se a ineficácia for relativa, estaremos diante de um crime tentado. Isto porque há, no meio relativamente eficaz, uma potencialidade lesiva ao bem juridicamente tutelado. Ex.: Utilização de munição velha no revólver; a gestante que, querendo por termo à sua gravidez, faz uso de medicação abortiva com o prazo de validade expirado, etc.

QUESTÃO 77

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

- A alternativa “a” (prova branca) está errada. Se a participação for de menor importância, a pena do concorrente pode ser diminuída de um sexto a um terço, e não isenta (v. art. 29, § 1º do CP).

- A alternativa “b” (prova branca) está correta, porquanto coerente com o que preceitua o art. 29, § 2º do CP.

- A alternativa “c” (prova branca) está errada. De acordo com o art. 31 do Código Penal, o ajuste, a determinação ou instigação e o auxílio, **salvo disposição expressa em contrário**, não são puníveis, se o crime não chega, pelo menos, a ser tentado.

- A alternativa “d” (prova branca) está errada. Não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime (art. 30, CP). São as elementares dados essenciais à figura típica, sem os quais ocorre uma atipicidade absoluta (o fato praticado torna-se um indiferente penal) ou uma atipicidade relativa (desclassificação).

QUESTÃO 78

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Explica ROGÉRIO GRECO que, quando o agente não atua dolosa ou culposamente, não há ação, não há conduta, como nos casos de:

a) força física irresistível: pode ser proveniente da natureza (quando um sujeito é arrastado pelo vento, por uma corrente de água, é empurrado por uma árvore que cai – se nestas hipóteses esbarra em alguém, causando-lhe lesões, não pode lhe ser imputado o resultado a título de dolo, nem culpa) ou da ação de um terceiro (coação física, *vis absoluta*, bem como quando o agente é jogado de encontro a objetos ou mesmo a outras pessoas, vindo a danificá-los ou a lesioná-las – nestes casos, nada mais é do que um instrumento nas mãos do outro);

b) movimentos reflexos – quando o nosso organismo reage a determinados impulsos. Se gerar algum dano não pode ser imputado a título de dolo ou culpa (ex. de trocar o chuveiro e levar um choque).

c) estados de inconsciência – sonambulismo, ataques epiléticos, hipnose, etc.

Entretanto, a embriaguez completa, se não for proveniente de caso fortuito ou força maior, não exclui a imputabilidade, em virtude da aplicação da teoria da *actio libera in causa*.

Fonte: GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. 5ª ed. ver. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2011.

QUESTÃO 79

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A doutrina indica como espécies de dolo:

a) dolo direto ou determinado – quando o agente quer, efetivamente, cometer a conduta descrita no tipo (art. 18, I, primeira parte). Ele abrange: representação e antecipação mental do resultado pretendido; escolhe dos meios necessários a fim de alcançar o resultado; e a reflexão sobre os efeitos colaterais. Tendo em vista isto pode-se dizer que o dolo também pode ser:

a.1) dolo direto de primeiro grau – em relação ao fim proposto e aos meios escolhidos. Ex. se A atira em B, para matá-lo, este dolo é direito de primeiro grau.

a. 2) dolo direto de segundo grau – em relação aos efeitos colaterais, representados como necessários. Ex. quando um terrorista quer matar uma autoridade e coloca uma bomba no avião, morrendo a autoridade e os passageiros. Em relação à autoridade é dolo direto de primeiro grau. Com relação às outras pessoas é dolo direito de segundo grau (mesmo sem conhecer as outras pessoas e sem saber o número de passageiros). Neste caso as outras mortes foram queridas como consequência necessária.

b) dolo indireto ou indeterminado - que pode ser:

b.1) alternativo – quando a vontade do agente se dirige a um ou outro resultado (objetiva), ou a uma ou outra pessoa (subjativa). Ex. o agente desfere facadas, tentando matar ou ferir. Se o resultado mais grave vier a existir, lhe será imputado.

b.2) eventual – quando o sujeito, embora não querendo praticar a infração, assume o risco de produzir o resultado, isto é, admite e aceita o risco de produzi-lo.

Fonte: GRECO, Rogério. Código Penal Comentado. 5ª ed. ver. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Editora Impetus, 2011.

CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO – ADMINISTRATIVA

PROVA TIPO 4: AZUL

QUESTÃO 01

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sempre que misturamos os dois registros, surgem mal-entendidos.

Adjetivo é a palavra variável que expressa característica, qualidade, estado, aparência dos seres. Modifica substantivos ou pronomes. Os numerais podem assumir caráter substantivo ou adjetivo. Numeral adjetivo: acompanha um substantivo, como se fosse um adjetivo. Os números ordinais são os que mais se aproximam do caráter de adjetivos. Segundo Moura Neves*, “os numerais ordinais são verdadeiros adjetivos classificadores com indicação de ordem numericamente definida.” Aparecem geralmente antepostos ao substantivo.

*Moura Neves, Maria Helena de. Gramática de usos do português. 2. reimpressão. São Paulo: Unesp, 1999.p.591.

“Enquanto o primeiro é regido por valores como amor e lealdade, o segundo tem como marca indexadores monetários e contratos.” O termo destacado trata-se de uma forma nominal do verbo reger compondo uma locução verbal “é regido”.

“Analogamente, você ficará bem se levar um bom vinho para o almoço de Dia das Mães na casa da sogra.” O termo destacado é um advérbio de modo, já que modifica o verbo “ficará”.

Fonte: FARACO*MOURA*MARUXO. 20ª Ed. 2ª impressão. São Paulo: Ática, 2007. p. 256, 326, 357.

QUESTÃO 02

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O imperativo afirmativo é derivado do presente do indicativo na 2ª pessoa do singular e na 2ª pessoa do plural, suprimindo-se o “s” final. As outras pessoas são as mesmas do presente do subjuntivo: -, experimenta (tu), experimente (você), experimentemos (nós), experimentai (vós), experimentem (vocês).

Fonte: FARACO*MOURA*MARUXO. 20ª Ed. 2ª impressão. São Paulo: Ática, 2007. p.314.

QUESTÃO 03

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A) concentrar - fazer convergir ou convergir para um centro ou um ponto. Etim. : con- + centro + -ar.

B) condomínio – a posse ou o direito simultâneo, por duas ou mais pessoas, sobre um mesmo objeto; copropriedade, compropriedade. Etim.: lat. Medv. Condominium “copropriedade”.

C) contabilidade – ciência teórica e prática que estuda os métodos de cálculo e registro da movimentação financeira de uma firma ou empresa. Etim.: contábil + - i - + -dade.

D) confraria – associação laica que funciona sob princípios religiosos, fundada por pessoas piedosas que se comprometem a realizar conjuntamente práticas caritativas, assistenciais, etc.; congregação, irmandade. Associação ou conjunto de pessoas do mesmo ofício, da mesma categoria ou que levam um mesmo modo de vida. Etim. Fr. Confrérie ‘id.’

Prefixo latino “com- (variantes: co-, con-, cor-, cun-)” significado: companhia, sociedade. Portanto, conclui-se que “contabilidade” é a única palavra dentre as alternativas em que “con-“ não indica o mesmo significado de “congêneres” = que é do mesmo gênero, espécie, tipo, classe, modelo, função, etc.

EDITAL: MORFOLOGIA.

Fonte:

- DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUES. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 511, 516, 521, 522, 533.
- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Teoria e Prática. P. 72.

QUESTÃO 04

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“O economista Dan Ariely vai mais longe e propõe que, no mundo das relações sociais, o presente serve para aliviar culpas: ofereça ao presenteado algo de que ele goste, mas acha bobagem comprar, como um jantar naquele restaurante chique ou um perfume um pouco mais caro. O que você está lhe dando, na verdade, é uma licença para ser extravagante.

Segundo Ariely, é esse mecanismo que explica o sucesso de vales-presentes e congêneres, que nada mais são que dinheiro com prazo de validade e restrições de onde pode ser gasto.”

O termo anáfora empregado no âmbito da linguística textual, ao lado de seu cognato catáfora, designa um mecanismo de remissão referencial no interior do texto: a anáfora é um recurso de retorno a uma informação dada ou sugerida no texto, a catáfora aponta para uma informação que será especificada mais adiante. No trecho destacado, “esse” refere-se ao processo descrito no parágrafo anterior.

Fonte: AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. 2ªed. – São Paulo: Publifolha, 2008. p. 494.

QUESTÃO 05

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

diversas origens (L. 9) – origens diversas. **“Melhor, ele pode juntar recursos de diversas origens e comprar um item mais caro, que ninguém sozinho poderia oferecer-lhe.”**

Semântica é a ciência que estuda a significação das palavras. Nesse estudo, levam-se em conta:
1 – o significado básico da palavra registrado nos dicionários.

2 – o significado contextual: aquele que se ajusta ao texto e à situação. Nesse caso, consideram-se: a) o contexto verbal em que ocorre a palavra. b) o contexto extralinguístico em que ocorre a palavra, quer dizer, o contexto de situação. Esse significado que uma palavra ganha em contexto é o que se costuma chamar sentido. Assim, “diversas origens” = diversas fontes de dinheiro como várias pessoas. E, origens diversas = de origens, procedências, nacionalidades variadas.

Tal evento de alteração de sentido não ocorre com a expressão “bom vinho (L. 16-17) – vinho bom. O vinho é um tipo de bebida tanto na primeira expressão quanto na segunda.

O mesmo ocorre em: restaurante chique (L. 33) – chique restaurante. Restaurante refere-se ao mesmo tipo de ambiente nas duas variações.

Fonte: FARACO*MOURA*MARUXO. 20ª Ed. 2ª impressão. São Paulo: Ática, 2007. p. 130.
DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUES. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 1398, 1655, 1947.

QUESTÃO 07

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

ALMEJAR: transitivo direto – almejá-lo ou transitivo indireto – almejar por...Portanto, a incorreção em “...ofereça ao presenteado algo a que ele almeje...” está na escolha da preposição: almejar a em lugar de almejar por.

“...ofereça ao presenteado algo de que ele lembre...” Lembrar de alguém ou de algo é inovação, derivada de *Lembrar-se de alguém* ou *de algo*, por despronominação (perda do reflexivo). Sintaxe condenada por gramáticos (Cunha: 491; Cegalla: 416; Lessa: 192; etc.).

“...ofereça ao presenteado algo que ele aspire...” Aspirar a ... é a sintaxe originária; até por causa do a-, com a redundância [Prefixo a- Verbo + Preposição a]. Mas ocorre também aspirá-lo, transitivo direto, “embora invariavelmente condenado pelos gramáticos...” (Cunha: 483). Em nível culto, registro formal, recomenda-se a sintaxe originária *aspirar a...* = desejar ardentemente, anelar.

Fonte: LUFT, Celso Pedro. Dicionário prático de regência verbal – 1.ed. – São Paulo: Ática, 2008.p. 50,76, 351.

QUESTÃO 08

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Chamamos oração à unidade gramatical centrada em um verbo flexionado em um dado tempo e constituída, tipicamente, de duas partes: sujeito e predicado. Ordinariamente, a função “sujeito” é exercida por um substantivo ou pronome substantivo, e a função “predicado” é exercida por um verbo. Uma oração é, portanto, uma construção identificada por sua forma: é uma unidade da gramática da língua.

“O que você está lhe dando, na verdade, é uma licença para ser extravagante.” (L. 34-35)

I - O período contém três orações.

II - O período é composto por coordenação e subordinação.

III - Há uma oração reduzida.

C) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas. GABARITO OFICIAL.

1ª oração – O que você está lhe dando

2ª oração – é uma licença

3ª oração (reduzida) – para ser extravagante

As orações reduzidas de infinitivo serão sempre adverbiais e substantivas; raramente adjetivas.

Em “para ser extravagante” temos uma adverbial final.

Fonte:

- AZEREDO, José Carlos de. Gramática Houaiss da Língua Portuguesa. 2ªed. – São Paulo: Publifolha, 2008. p. 136.
- SACCONI, Luiz Antonio. Nossa Gramática Teoria e Prática. P. 340, 341.

QUESTÃO 11

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“O economista Dan Ariely vai mais longe e propõe que, no mundo das relações sociais, o presente serve para aliviar culpas: ofereça ao presenteado algo que ele goste, mas acha bobagem comprar, como um jantar naquele restaurante chique ou um perfume um pouco mais caro.” (L. 29-34).

ofereça ao presenteado algo que ele goste, mas acha bobagem comprar, = explicitação como um jantar naquele restaurante chique ou um perfume um pouco mais caro.” = exemplificação.

Explicitação= tornar explícito, claro, sem margem para ambiguidades.

Explicação = explicar, tornar claro ou inteligível. Sinonímia de exposição.

Assim, explicitar é mais que explicar. Explicar se aproxima semanticamente de expor. Explicitar não é apenas expor, mas sim não deixar brechas para que haja algum outro entendimento.

Fonte: DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUES. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 859.

QUESTÃO 12

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Enquanto o primeiro é regido por valores como amor e lealdade, o segundo tem como marca indexadores monetários e contratos.”

“...ofereça ao presenteado algo de que ele goste, mas acha bobagem comprar, como um jantar naquele restaurante chique ou um perfume um pouco mais caro.”

Nas orações, “marca” e “bobagem” são predicativos dos objetos diretos “indexadores monetários e contratos” e “comprar”, respectivamente. Se substituíssemos esses objetos diretos por um pronome pessoal, obteríamos:

“Enquanto o primeiro é regido por valores como amor e lealdade, o segundo tem-nos como marca.”

“...ofereça ao presenteado algo de que ele goste, mas acha-o bobagem, como um jantar naquele restaurante chique ou um perfume um pouco mais caro.” Percebemos que “marca” e “bobagem” não são parte do objeto direto, e sim um termo relacionado (pelo verbo) a esse objeto direto.

“*Analogamente, você ficará bem se levar um bom vinho para o almoço de Dia das Mães na casa da sogra*”. Vinho = objeto direto. Chama-se objeto direto o complemento que se liga ao verbo sem preposição.

Gabarito correto divulgado: C.

Enquanto o primeiro é regido por valores como amor e lealdade, o segundo tem como marca indexadores monetários e contratos. Valores como amor e lealdade tem a função sintática de agente da passiva. É o termo que exprime o executor do processo expresso nessa construção verbal passiva.

Fonte: PASQUALE E ULISSES. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Scipione: 2008. p.369,374, 395.

QUESTÃO 13

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

C) busca contextualizar a motivação pessoal pela escolha temática.

“*Aproveito a chegada do 13º salário e a proximidade do Natal para discutir o presente perfeito. Num mundo perfeitamente racional, ninguém nem pestanejaria antes de presentear seus familiares e amigos com dinheiro vivo.*” Através da 1ª pessoa do discurso, o autor justifica a escolha do tema textual a partir do contexto da realidade vivenciado por ele.

Fonte: O próprio texto.

QUESTÃO 14

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O pronome de tratamento “você” indetermina o agente das ações já que não indica alguém especificamente, mas qualquer um, desta forma não há individualidade.

Fonte: PASQUALE E ULISSES. Gramática da Língua Portuguesa. São Paulo, Scipione: 2008. p.282.

QUESTÃO 15

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“*Num mundo perfeitamente racional, ninguém nem pestanejaria antes de presentear seus familiares e amigos com dinheiro vivo.*”

Em princípio, nada pode ser melhor. Elimina-se o risco de errar, pois o presenteado escolhe o que quiser, e no tamanho certo. Melhor, ele pode juntar recursos de diversas origens e comprar um item mais caro, que ninguém sozinho poderia oferecer-lhe.

Só que o mundo não é um lugar racional. Se você regalar sua mulher com um caríssimo jantar na expectativa de uma noite tórrida de amor, estará sendo romântico. Mas, se ousar oferecer-lhe dinheiro para o mesmo fim, torna-se um simples cafajeste.” O presente ideal não é dinheiro vivo.

“O economista Dan Ariely vai mais longe e propõe que, no mundo das relações sociais, o presente serve para aliviar culpas: ofereça ao presenteado algo de que ele goste, mas acha bobagem comprar, como um jantar naquele restaurante chique ou um perfume um pouco mais caro. O que você está lhe dando, na verdade, é uma licença para ser extravagante.

Segundo Ariely, é esse mecanismo que explica o sucesso de vales-presentes e congêneres, que nada mais são que dinheiro com prazo de validade e restrições de onde pode ser gasto.” O sucesso indicado por Ariely demonstra o presente ideal.

Fonte: O próprio texto.

QUESTÃO 16

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na opção A (WordArt) o usuário tem a possibilidade de inserir um texto decorativo no documento, como texto sombreado ou espelhado.

Na opção B (Formas) o usuário tem a possibilidade de inserir formas prontas, como retângulos, círculos, setas, linhas e símbolos.

Na opção C (SmartArt) o usuário tem a possibilidade de inserir organogramas organizados, além dos diagramas de Venn.

Na opção D (Gráfico) o usuário insere um gráfico para ilustrar e comparar dados, como pizza, linha e barra.

Portanto, a opção correta é a C.

QUESTÃO 17

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na opção B (Shift + F5 e F11) o atalho de teclado Shift + F5 permite a exibição dos slides a partir do slide atual e o atalho de teclado F11 não produz nenhum efeito.

Na opção C (Ctrl + F5 e Alt + F12) o atalho de teclado Ctrl + F5 permite “descolar” a janela que contém o documento atual de trabalho e o atalho de teclado Alt + F12 não produz nenhum efeito.

Na opção C (Ctrl + F5 e Alt + F11) o atalho de teclado Ctrl + F5 permite “descolar” a janela que contém o documento atual de trabalho e o atalho de teclado Alt + F11 aciona o aplicativo Microsoft Visual Basic.

A opção correta é a A (Shift + F5 e F12).

QUESTÃO 18

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na opção A (Exibir e Opções de Internet) através do menu Exibir, não é possível acessar o item de menu – Opções da Internet.

Na opção B (Editar e Opções de Internet) através do menu Editar, não é possível acessar o item de menu – Opções da Internet.

Na opção C (Favoritos e Opções de Internet) através do menu Favoritos, não é possível acessar o item de menu – Opções da Internet.

A opção correta é a D (Ferramentas e Opções da Internet).

QUESTÃO 19

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A opção A copiou o arquivo de C:\Documentos para C:\imagens, o usuário deveria ter executado o atalho de teclado Ctrl + C após ter selecionado o arquivo na pasta C:\Documentos, acessar a pasta C:\imagens e executar o atalho de teclado Ctrl + V.

A opção B copiou o arquivo de C:\imagens para C:\Documentos, o usuário deveria ter executado o atalho de teclado Ctrl + C após ter selecionado o arquivo na pasta C:\imagens, acessar a pasta C:\Documentos e executar o atalho de teclado Ctrl + V.

A opção C moveu o arquivo de C:\Documentos para C:\imagens, o usuário deveria ter executado o atalho de teclado Ctrl + X após ter selecionado o arquivo na pasta C:\Documentos, acessar a pasta C:\imagens e executar o atalho de teclado Ctrl + V.

A opção D moveu o arquivo de C:\imagens para C:\Documentos, o usuário deveria ter executado o atalho de teclado Ctrl + X após ter selecionado o arquivo na pasta C:\imagens, acessar a pasta C:\Documentos e executar o atalho de teclado Ctrl + V.

Opção correta é a D.

QUESTÃO 20

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na opção A (= MULT(\$B\$4;C6) e = MENOR(D4:D7))

a expressão = MENOR(D4:D7) possui um erro de sintaxe, não sendo uma expressão válida no Microsoft Excel 2007 idioma Português – Brasil, pois a mesma deveria conter um segundo argumento para indicar qual será o i-ésimo menor elemento a ser filtrado dentro do conjunto selecionado pelo primeiro argumento.

A opção B (= MULT(\$B\$4;C6) e = MINIMO (D4:D7)) está correta, a primeira irá multiplicar o valor de B4 pelo valor de C6 e a segunda expressão irá selecionar o menor valor dentro da faixa escolhida (D4:D7).

Na opção C (= PRODUTO(\$B\$4;C6) e = MENOR(D4:D7)) a expressão = PRODUTO(\$B\$4;C6) não é válida no Microsoft Excel 2007 idioma Português – Brasil, e a expressão = MENOR(D4:D7) possui um erro de sintaxe, não sendo uma expressão válida no Microsoft Excel 2007 idioma Português – Brasil, pois a mesma deveria conter um segundo

argumento para indicar qual será o i-ésimo menor elemento a ser filtrado dentro do conjunto selecionado pelo primeiro argumento.

Na opção D (= PRODUTO(\$B\$4;C6) e = MINIMO (D4:D7)) a expressão = PRODUTO(\$B\$4;C6) não é válida no Microsoft Excel 2007 idioma Português – Brasil.

Portanto, a opção correta é letra B.

QUESTÃO 21

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com a professora Bellotto, na publicação “Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo”, o ATO é definido como documento diplomático **dispositivo** de correspondência descendente. O AUTO é definido como documento diplomático testemunhal de assentamento, horizontal. A ATA é definida como documento diplomático testemunhal de assentamento, horizontal. E o DOSSIÊ como documento não diplomático informativo. Pelo exposto mantém-se como opção correta, à questão de número 23, a alternativa registrada na letra B.

Fonte: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. p. 48; 49; 66.

QUESTÃO 22 *(decisão de recurso retificada em 07.03.2012, em virtude da constatação de erro material)*

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A professora Bellotto, na publicação “Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo”, afirma que o tipo de documento é dado a partir da espécie documental mais a atividade concernente. Neste contexto boletim se conformaria na espécie e a “ocorrência” no tipo, bem como a certidão na espécie e o registro de “nascimento” no tipo.

Fonte: BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002. p. 96; 97.

QUESTÃO 23

RECURSO PREJUDICADO – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O objeto recursal não faz menção a esta questão.

QUESTÃO 24 *(decisão de recurso retificada em 07.03.2012, em virtude da constatação de erro material)*

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado desta questão está delimitado ao terceiro estágio dos arquivos – Arquivo Permanente. O fundamento para elaboração da questão encontra-se na publicação “Como avaliar documentos de arquivo”, na página 26 estão registradas as características do documento mediato, que são: histórico, probatório e informativo. Estas características apresentam-se de forma correta na alternativa de letra “C”.

Fonte:

BERNARDES, Ieda Pimenta. Como avaliar documentos de arquivo., São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. p. 26. Disponível em: <http://www.arqsp.org.br/arquivos/oficinas_colecao_como_fazer/cf1.pdf>

QUESTÃO 25

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A tabela de temporalidade é um instrumento de Gestão de Documentos, e se inscreve no âmbito processo de avaliação. Bernardes afirma que a avaliação deverá ser realizada no momento da produção, paralelamente ao trabalho de classificação, para evitar a acumulação desordenada de documentos. Verifica-se assim que a tabela de temporalidade bem como o processo de avaliação são procedimentos da fase corrente dos documentos. O protocolo, de acordo, com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, é um serviço encarregado do recebimento, registro, classificação, distribuição, controle de tramitação e expedição de documentos; se inscrevendo assim como um procedimento típico do arquivo corrente. E a descrição, afirma Bellotto: é uma atividade típica dos arquivos permanentes. Dentre as opções elencadas na questão de número 25, verifica-se que o único procedimento característico e correspondente ao arquivo permanente é descrição, é que a avaliação, a tabela de temporalidade e o protocolo são procedimentos da fase corrente.

Pelo exposto mantém-se como opção correta, à questão de número 24, a alternativa registrada na letra B.

Fonte:

- Arquivo Nacional (Brasil). Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas; nº 51). p.140.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O sentido da descrição documental.In:-. Arquivos Permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004. p 173.
- BERNARDES, Ieda Pimenta. Como avaliar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. p. 14.

QUESTÃO 26

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em comento, por sua objetividade, encontra respaldo na literalidade do art. 35 do Código Eleitoral.

- A alternativa “A” (prova branca) está correta, porquanto consonante e coerente com o descrito no art. 35, inciso III do CE;
- A alternativa “B” (prova branca) está incorreta, uma vez que o inciso VII do art. 35, CE (que dizia: “*representar sobre a necessidade de nomeação dos preparadores para auxiliarem o alistamento eleitoral, indicando os nomes dos cidadãos que devem ser nomeados*”) fora revogado pela Lei nº 8.868, de 14.4.94 – DO de 15.4.94;

- A alternativa “C” (prova branca) está correta, de acordo com o descrito no art. 35, inciso V do CE;
- A alternativa “D” (prova branca) está correta, por ser transcrição do descrito no art. 35, inciso XVIII do CE.

QUESTÃO 28

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em comento, por sua objetividade, encontra respaldo na literalidade do art. 12 da Carta Política.

Segue a análise de cada uma das alternativas:

- A alternativa “A” (prova branca) está incorreta, uma vez que os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente, são considerados pela CF/88 brasileiros natos (e não naturalizados). V. art. 12, inciso I, alínea “c”;
- A alternativa “B” (prova branca) está incorreta, uma vez que os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país, são considerados pela CF/88 brasileiros natos (e não naturalizados). V. art. 12, inciso I, alínea “a”;
- A alternativa “C” (prova branca) está incorreta, uma vez que serão considerados brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.(Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994). V. art. 12, inciso II, alínea “b”;
- A alternativa “D” (prova branca) está correta, por ser transcrição do art. 12, inciso II, alínea “a” da Constituição Federal.

QUESTÃO 29

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em comento, por sua objetividade, encontra respaldo na literalidade do art. 14, incisos I, II e III da Carta Política.

QUESTÃO 30

RECURSO PROCEDENTE – Gabarito alterado para alternativa D.

Analisando detidamente as razões apresentadas pelos recorrentes, bem como a legislação pertinente ao tema abordado na questão guerreada, forçoso é reconhecer que o gabarito oficial, de fato, não merecia reparos.

Veamos a questão:

*De acordo com o Código Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais são compostos por eleição e nomeação. Entre os **eleitos**, há:*

- (A) dois advogados de notório saber.
- (B) três desembargadores do Tribunal de Justiça.
- (C) um membro do Ministério Público.

(D) dois juízes de Direito.

Conforme se infere do art. 25 do Código Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

“I - mediante eleição, pelo voto secreto:

a) de dois Juízes, dentre os Desembargadores do Tribunal de Justiça;

b) de dois Juízes de Direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça.

II – do Juiz Federal e, havendo mais de um, do que for escolhido pelo Tribunal Federal de Recursos”.

A composição dos Tribunais Regionais Eleitorais dar-se-á, entretanto, por nomeação:

“... do Presidente da República, de dois dentre seis cidadãos de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça”.

Partindo do pressuposto que a questão exigiu que fosse assinalada a alternativa que contemplasse a hipótese de composição dos TRE's por **eleição**, firmamos como resposta correta a alternativa “D”.

QUESTÃO 31

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Solução:

~P: Hoje não é dia de Natal.

(~P^R): Hoje não é dia de Natal e a família está feliz.

(~P^R) → Q: Se hoje não é dia de Natal e a família está feliz, então eu vou ganhar presente.

Resposta:C

QUESTÃO 32

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Solução:

1º; 2º; 3º; 4º; 5º; 6º; 7º

6; 1; (6 – 1); (1 – 5); (5 – (– 4)); (– 4 – 9); (9 – (– 13))

6; 1; 5; – 4; 9; – 13; 22

Resposta: A

QUESTÃO 33

RECURSO PROCEDENTE – Gabarito alterado para alternativa B.

Tem-se que o mais alto é o mais gordo, mas o mais baixo não é o mais magro:

	PESO 1 (mais magro)	PESO 2	PESO 3 (mais gordo)	ALTURA 1 (mais baixo)	ALTURA 2	ALTURA 3
--	------------------------	-----------	------------------------	--------------------------	-------------	-------------

						(mais alto)
CIRO						
PLÍNIO						
VÍTOR						
ALTURA 1 (mais baixo)	NÃO		NÃO	_____	_____	_____
ALTURA 2			NÃO	_____	_____	_____
ALTURA 3 (mais alto)	NÃO	NÃO	SIM	_____	_____	_____

Agora pode-se preencher mais alguns espaços:

	PESO 1 (mais magro)	PESO 2	PESO 3 (mais gordo)	ALTURA 1 (mais baixo)	ALTURA 2	ALTURA 3 (mais alto)
CIRO						
PLÍNIO						
VÍTOR						
ALTURA 1 (mais baixo)	NÃO	SIM	NÃO	_____	_____	_____
ALTURA 2	SIM	NÃO	NÃO	_____	_____	_____
ALTURA 3 (mais alto)	NÃO	NÃO	SIM	_____	_____	_____

Tem-se que Vítor é mais baixo que Ciro e mais magro que Plínio. Assim, Vítor não é o mais alto e Ciro não é o mais baixo. Vítor não é o mais gordo e Plínio não é o mais magro:

	PESO 1 (mais magro)	PESO 2	PESO 3 (mais gordo)	ALTURA 1 (mais baixo)	ALTUR A 2	ALTURA 3 (mais alto)
CIRO				NÃO		
PLÍNIO	NÃO					
VÍTOR			NÃO			NÃO
ALTURA 1 (mais baixo)	NÃO	SIM	NÃO	_____	_____	_____
ALTURA 2	SIM	NÃO	NÃO	_____	_____	_____
ALTURA 3 (mais alto)	NÃO	NÃO	SIM	_____	_____	_____

Tem-se ainda que Plínio é o mais alto ou Ciro é o mais baixo. Ainda, que Ciro não é o mais baixo, assim Plínio é o mais alto e, portanto, também é o mais gordo:

	PESO 1 (mais magro)	PESO 2	PESO 3 (mais gordo)	ALTURA 1 (mais baixo)	ALTURA 2	ALTURA 3 (mais alto)
CIRO				NÃO		
PLÍNIO	NÃO		SIM			SIM
VÍTOR			NÃO			NÃO
ALTURA 1 (mais baixo)	NÃO	SIM	NÃO	_____	_____	_____
ALTURA 2	SIM	NÃO	NÃO	_____	_____	_____
ALTURA 3 (mais alto)	NÃO	NÃO	SIM	_____	_____	_____

Agora pode-se completar mais alguns espaços na tabela:

	PESO 1 (mais magro)	PESO 2	PESO 3 (mais gordo)	ALTURA 1 (mais baixo)	ALTURA 2	ALTURA 3 (mais alto)
CIRO			NÃO	NÃO	SIM	NÃO
PLÍNIO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM
VÍTOR			NÃO	SIM	NÃO	NÃO
ALTURA 1 (mais baixo)	NÃO	SIM	NÃO	_____	_____	_____
ALTURA 2	SIM	NÃO	NÃO	_____	_____	_____
ALTURA 3 (mais alto)	NÃO	NÃO	SIM	_____	_____	_____

Sabe-se que o mais baixo não é o mais magro. Logo, Vítor sendo o mais baixo, não é o mais magro.

	PESO 1 (mais magro)	PESO 2	PESO 3 (mais gordo)	ALTURA 1 (mais baixo)	ALTURA 2	ALTURA 3 (mais alto)
CIRO			NÃO	NÃO	SIM	NÃO
PLÍNIO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM
VÍTOR	NÃO		NÃO	SIM	NÃO	NÃO
ALTURA 1 (mais baixo)	NÃO	SIM	NÃO	_____	_____	_____
ALTURA 2	SIM	NÃO	NÃO	_____	_____	_____
ALTURA 3 (mais alto)	NÃO	NÃO	SIM	_____	_____	_____

Agora pode ser completar o restante da tabela:

	PESO 1 (mais magro)	PESO 2	PESO 3 (mais gordo)	ALTURA 1 (mais baixo)	ALTURA 2	ALTURA 3 (mais alto)
CIRO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
PLÍNIO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM
VÍTOR	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO
ALTURA 1 (mais baixo)	NÃO	SIM	NÃO	_____	_____	_____
ALTURA 2	SIM	NÃO	NÃO	_____	_____	_____
ALTURA 3 (mais alto)	NÃO	NÃO	SIM	_____	_____	_____

Portanto, Ciro é o mais magro e Plínio é o mais alto.

Resposta: B

QUESTÃO 34

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Solução:

Valor pago por um dos amigos: R\$50,00

Valor pago pelos 4 demais: $235,00 - 50,00 = R\$185,00$

Valor pago por cada um dos 4 amigos: $185,00:4 = R\$46,25$

Valor que deveria ter sido pago por cada um dos 5 amigos: $235:5 = R\$47,00$

Diferença do valor pago: $47,00 - 46,25 = R\$0,75$

Assim cada um dos 4 amigos restantes pagou R\$0,75 a menos do valor que se pagaria se a conta fosse dividida igualmente por 5.

Resposta: A

QUESTÃO 35

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Solução:

Seja V o volume desse reservatório:

Em 1 hora a primeira torneira despeja um volume 2V e a outra 4V, totalizando um volume 6V.

Assim em um sexto da hora elas despejam juntas o volume V necessário para encher o reservatório. Um sexto da hora equivale a 10 minutos.

Resposta: A

QUESTÃO 36

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Solução:

Ano bissexto: $366 \div 7 = 52$ semanas completas e sobram 2 dias

Como o ano considerado começou na segunda-feira:

1ª semana: Segunda 1 ; Terça 2 ; Quarta 3 ; Quinta 4 ; Sexta 5; Sábado 6; Domingo 7

Assim, as semanas completas do ano terminarão no Domingo e como ainda restam 2 dias, o ano terminará na terça-feira

Resposta:B

QUESTÃO 37

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Solução: Lançamento de um dado 3 vezes seguidas:

(1,1,6);(1,6,1);(1,2,5);(1,5,2);(1,3,4);(1,4,3)

(2,1,5);(2,5,1);(2,2,4);(2,4,2);(2,3,3)

(3,1,4);(3,4,1);(3,2,3);(3,3,2)

(4,1,3);(4,3,1);(4,2,2)

(5,1,2);(5,2,1)

(6,1,1)

Total: 21 formas diferentes

Resposta:D

QUESTÃO 38

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Solução: 1ª volta corresponde a 9 horas

O ponteiro na posição mais alta indica um múltiplo de 9 horas.

Para que nesta posição seja meia-noite deve-se ter, portanto, um múltiplo de 9 e de 24 horas.

Múltiplos de 9: 9, 18, 27, 36, 45, 54, 63, 72, 81, ...

Múltiplos de 24: 24, 48, 72, ...

Assim haverá coincidência depois de 72 horas, ou seja, 3 dias depois.

$15 + 3 = 18$ de dezembro

Resposta:B

QUESTÃO 39

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Solução: Sejam as idades de Abel, Bento e Cid, respectivamente, iguais a A, B e C.

Temos que: $A + B + C = 19$ (I)

$A = B + 1$ (II)

$B = C + 3$ (III)

Substituindo (II) em (I) temos: $B + 1 + B + C = 19$

$2B + C = 18$

Temos que $B = C + 3$ $2(C + 3) + C = 18$

$2C + 6 + C = 18$

$$\begin{aligned}3C &= 12 \\C &= 4 \\B &= C + 3 \\B &= 7 \text{ anos}\end{aligned}$$

Resposta: D

QUESTÃO 40

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Solução:

I – Falso: pois pode-se distribuir todos os livros em uma única prateleira.

II – Verdadeiro: pois se forem colocados 2 livros em cada prateleira, ainda sobrarão dois livros que poderão ser colocados em alguma delas, o que garante que uma delas ficará com pelo menos 3 livros.

III – Verdadeiro: pode-se colocar 1 livro na 1ª prateleira, 2 livros na 2ª, 3 livros na 3ª e 4 livros na 4ª.

Resposta: D

QUESTÃO 41

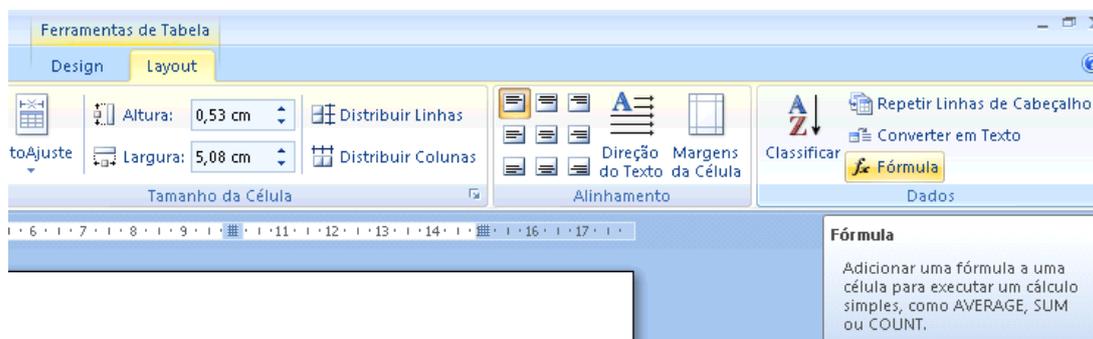
RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O gabarito divulgado apresenta o recurso de tachado, este que confere o efeito mostrado no exemplo contido no enunciado. Ademais, não há que se falar em equívoco na menção ao caminho onde o recurso é encontrado, pois este efetivamente pode ser acessado através da guia “Fonte” (vide: <http://office.microsoft.com/pt-br/word-help/formatar-com-tachado-HP010014411.aspx?CTT=1>). Mantido o gabarito da questão, na forma como foi divulgado preliminarmente.

QUESTÃO 44

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O fato de o comando da questão não dizer expressamente em qual aplicativo (Word ou Excel) a tabela seria inserida, não a invalida. Isso porque o texto de referência, expressamente menciona que o relatório solicitado pelo superior de Augusto deveria ser realizado no Microsoft Word 2007, além do que somente haveria equívoco se acaso determinasse que os comandos fossem feitos no Excel. Não procedem os argumentos recursais, de igual forma, quanto ao argumento de que a fórmula apresentada no gabarito correto da questão somente pode ser realizada no Microsoft Excel, tendo em vista que o Word também admite a inserção de fórmulas em suas tabelas. Igualmente não prospera o argumento de que a fórmula, em inglês, não seria admitida na versão em português do aplicativo, assim como não há vedação no edital para cobrar conhecimentos de comandos do referido aplicativo que usem esta língua. Por derradeiro, também é improcedente o argumento de que o caminho mencionado no enunciado esteja incorreto, conforme pode ser constatado na figura a seguir:

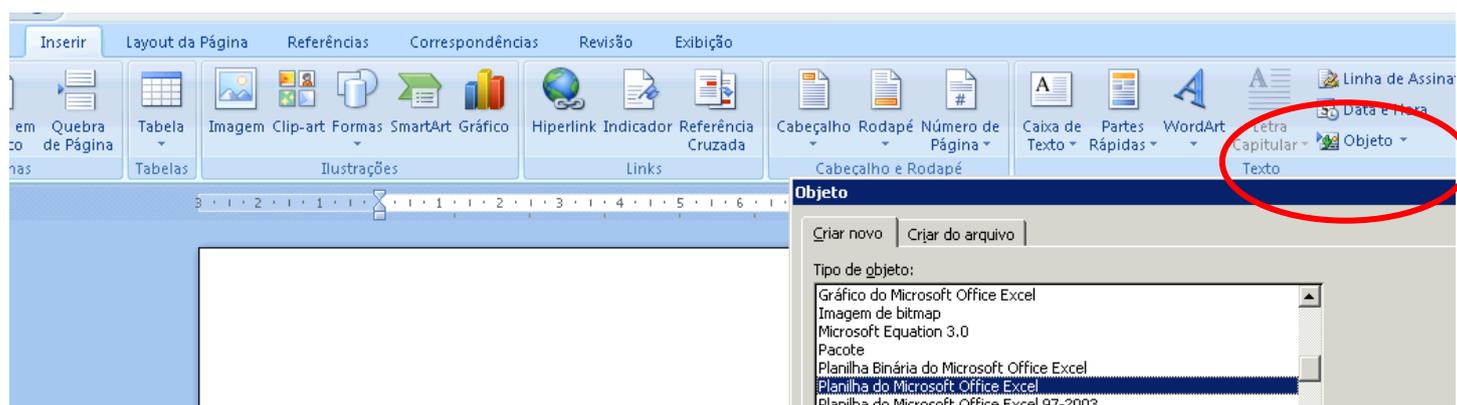


Mantido o gabarito da questão, na forma como foi divulgado preliminarmente.

QUESTÃO 45

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O comando apresentado no gabarito divulgado é uma forma válida de vincular uma planilha do Microsoft Excel no documento do Word. Em outras palavras, acessar a guia “Inserir” e clicar em “Objeto” no grupo “Texto”, no Microsoft Word 2007, é um comando que permite a inserção de objeto, no caso, a Planilha do Microsoft Excel, conforme apresentado na figura abaixo:



Quanto às alegações no que se refere à nomenclatura correta do botão “Objeto”, estas igualmente não prosperam, tendo em vista que o próprio suporte oficial on-line da Microsoft também se refere a ele da forma como apresentado na questão (vide: <http://office.microsoft.com/pt-br/help/menu-inserir-HA010335951.aspx?CTT=1>). Ainda que esse entendimento fosse superado, ressalte-se que não haveria nulidade da questão, considerando que o entendimento do que foi solicitado não estaria prejudicado. Ressalte-se, por fim, que o comando acima, conforme solicitado no enunciado, deve ser executado no Microsoft Word em sua versão 2007, e não no Excel ou em versões anteriores do Word, como lançado em argumentos recursais. Mantido o gabarito da questão, na forma como foi divulgado preliminarmente.

QUESTÃO 46

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado traz todas as informações necessárias à correta resolução da questão. O art. 14, §7º da CR/88 veda a candidatura de cônjuges e parentes dos chefes do Executivo Federal, Estadual, Distrital e Municipal, no território das respectivas jurisdições (circunscrições), não havendo, entretanto, impedimento em relação aos cônjuges e parentes dos vices que não tenham sucedido ou substituído os respectivos titulares. “[...] Elegibilidade. Cônjuge e parentes de vice de primeiro mandato que não substituiu o titular nos seis meses anteriores ao pleito. Candidatura a vice. Possibilidade. Resposta positiva. 1. A restrição constitucional, disposta no § 7º do art. 14 da Constituição Federal, dá-se somente em relação à inelegibilidade de cônjuge e parentes dos detentores dos cargos de chefia do Poder Executivo. 2. O vice não possui, originariamente, atribuições governamentais, exercendo-as tão-somente no caso de substituição do titular do cargo efetivo, quando, dentro dos limites temporais prescritos, incide a norma de inelegibilidade por parentesco. (REspe no 15.394, rel. Min. Eduardo Alckmin, de 31.8.98). 3. Cônjuge e parentes de vice são elegíveis para o mesmo cargo, desde que o vice de primeiro mandato não venha a substituir ou suceder o titular nos seis meses anteriores ao pleito.”(Res. no 22.245, de 8.6.2006, rel. Min. José Delgado.).

O §5º, por sua vez, veda a reeleição dos chefes do Executivo Federal, Estadual, Distrital e Municipal por mais de um período subsequente, ou seja, a vedação refere-se à permanência naquele mesmo cargo, por mais de dois mandatos consecutivos. Logo, considerando que a pretensão esposada pela esposa do vice-governador refere-se ao cargo de vereadora, não há que se falar em inelegibilidade ou desincompatibilização. “[...] Parentesco. Art. 14, § 7º da Constituição Federal. Filho de vice-governadora que não substituiu o titular nos seis meses anteriores ao pleito e que disputa a reeleição. Candidatura a deputado estadual. Possibilidade. [...]” (Ac. de 31.8.98 no REspe no 15.394, rel. Min. Eduardo Alckmin.)

Nesse sentido, as lições de Alexandre de Moraes:

“O Tribunal Superior Eleitoral entende que o Vice-Presidente, o Vice-Governador e o Vice-Prefeito poderão candidatar-se a outros cargos preservando os seus mandatos respectivos, desde que, nos seis meses anteriores ao pleito não tenham sucedido ou substituído o titular”. (...) Ementa: Consulta. Vice-Presidente da República, Vice-Governadores dos Estados e do Distrito Federal e Vice-Prefeitos Municipais podem candidatar-se a outros cargos estando no pleno exercício de seus mandatos, desde que não venham a substituir ou suceder os titulares nos seis meses anteriores ao pleito (§2º, do art. 1º da LC 64/90) – (TSE – Consulta nº. 397 – Classe 5ª – Distrito Federal (Brasília) – Resolução 20.144 – Rel. Min. Eduardo Alckim, Diário da Justiça, Seção I, 9 abr. 1998, p.4).

Fonte: Art. 14, §§ 5º e 7º da CRFB/88

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

QUESTÃO 47

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto informa que Confúcio “fez seu alistamento aos 16 anos, para expressar, por meio do voto, sua indignação acerca da atual administração municipal.” Portanto, para se expressar por

meio do voto sua indignação da atual administração municipal, necessário se faz o alistamento eleitoral e isso está normatizado pela Resolução TSE n. 21.538, de 14 de outubro de 2003:

Art. 14. É facultado o alistamento, no ano em que se realizarem eleições, do menor que completar 16 anos até a data do pleito, inclusive.

E determinado pela Constituição Federal em seu art. 14, §1º, II, c:

§ 1º - O alistamento eleitoral e o voto são:

II - facultativos para:

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

A Constituição Federal de 1988 proíbe, em seu art. 14, §2º, de se alistarem como eleitores os conscritos, aqueles que estão no período do serviço militar obrigatório, *in verbis*:

§ 2º - Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

A norma constitucional é expressa ao não permitir o alistamento eleitoral do conscrito, durante o período do serviço militar obrigatório; no entanto ele já poderá estar alistado eleitoralmente desde os 16 anos de idade, antes, portanto, do período militar obrigatório, conforme determina a norma constitucional em seu art. 14, §1º, II, c, bem como o art. 14 da Resolução TSE n. 21.538, de 14 de outubro de 2003.

A questão está centrada no fato de tratar-se de conscrito, já assim identificado no caso apresentado. A questão expressa que, em 2012, ano em que as eleições se verificarão, Confúcio está prestando o serviço militar obrigatório, fato que o identifica como conscrito impedido de votar.

Neste caso, terá ele o alistamento eleitoral, mas estará impedido de exercer o voto, expresso na Resolução TSE n. 21.538/03, art. 53, II, b, que determina a suspensão do título de eleitor do conscrito.

Art. 53. São considerados documentos comprobatórios de reaquisição ou restabelecimento de direitos políticos:

II - Nos casos de suspensão:

b) para conscritos ou pessoas que se recusaram à prestação do serviço militar obrigatório:

A determinação de que o conscrito que já possua título de eleitor não poderá votar pode ser corroborada, ainda, em Consultas feitas ao Tribunal Superior Eleitoral, que se manifestou por manter a inscrição do conscrito, porém ficando ele impedido de votar, conforme se verifica nas Consultas que seguem:

CTA - CONSULTA nº 9881 - /SP

Resolução nº 15072 de 28/02/1989

Relator(a) Min. SIDNEY SANCHES

Publicação:

DJ - Diário de Justiça, Data 25/07/1989, Página 1 BEL - Boletim Eleitoral, Volume 464, Tomo 1, Página 441

Ementa:

1. Voto. Analfabetos. Maiores de setenta anos. Cf, art. 14, parágrafo 1, II, A e B. Aos analfabetos e maiores de setenta anos alistados e que não votarem, faz-se desnecessária a justificativa, o que os torna isentos de quaisquer penalidades.

2. Alistamento. Maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. O art. 14, parágrafo 1, II, c, da constituição é auto-aplicável.

3. Alistamento. Voto. Serviço militar obrigatório. O eleitor inscrito, ao ser incorporado para prestação do serviço militar obrigatório, devera ter sua inscrição mantida, ficando impedido de votar, nos termos do art. 6, II, c, do código eleitoral. (destaque nosso)

CTA - CONSULTA nº 9923 - /SE

Resolução nº 15099 de 09/03/1989

Relator(a) Min. ANTÔNIO VILAS BOAS TEIXEIRA DE CARVALHO

Publicação:

BEL - Boletim Eleitoral, Volume 465, Página 598 DJ - Diário de Justiça, Data 19/09/1989, Página 1

Ementa:

1. Alistamento. Voto. Serviço militar obrigatório. O eleitor inscrito, ao ser incorporado para prestação do serviço militar obrigatório, devera ter sua inscrição mantida, ficando impedido de votar, nos termos do art. 6, II, "c" do código eleitoral (precedente: res. Tse 15.072, de 28.02.89). (destaque nosso)

PA - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 16337 - /GO

Resolução nº 20165 de 07/04/1998

Relator(a) Min. NILSON VITAL NAVES

Publicação:

DJ - Diário de Justiça, Data 14/05/1998, Página 85
RJTSE - Revista de Jurisprudência do TSE, Volume 10, Tomo 1, Página 305

Ementa:

Alistamento eleitoral - impossibilidade de ser efetuado por aqueles que prestam o serviço militar obrigatório - manutenção do impedimento ao exercício do voto pelos conscritos anteriormente alistados perante a justiça eleitoral, durante o período da conscrição. (destaque nosso)

<http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/pesquisa-de-jurisprudencia/jurisprudencia>

Por fim há que se ressaltar que a questão respalda-se e fundamenta-se na Constituição Federal em seu art. 14, §2º, além da Resolução do TSE n. 21.538/2003, artigos 14 e 53, ambos previstos no conteúdo programático do Edital e o comando da questão é inequívoco, uma vez que pergunta de forma direta se o procedimento adotado pelo presidente da mesa está correto, cabendo apenas uma resposta que é SIM.

Mantido, portanto, o gabarito letra A.

Fonte:

- Constituição Federal de 1988 – art. 14, §2º
- CTA - CONSULTA nº 9881 - Resolução TSE nº 15072 de 28/02/1989

- CTA - CONSULTA nº 9923 - Resolução TSE nº 15099 de 09/03/1989
- Resolução TSE nº 20.165 de 07/04/1998
- Resolução TSE n. 21.538 de 14/10/2003.

QUESTÃO 48

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para se candidatar a vereador José Maria possui os requisitos necessários e o seu domicílio eleitoral é Rio Doce, como está claro no enunciado do comando da questão. A expressão “...cidade circunvizinha de Rio Doce...” significa que a mesma é limítrofe a Rio Novo, posto que o texto faz primeira referência à cidade onde o pai de José Maria fora prefeito. Como a CRFB estabelece em seu art. 14, inciso IV, que o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na circunscrição do pleito onde concorre, não há que se falar em outra cidade senão aquela indicada na alternativa “A”. Assim, ratifica-se o gabarito original.

QUESTÃO 50

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o texto apresentado, José Maria não poderá se candidatar de acordo com o comando e dados apresentados no enunciado da questão a prefeito em nenhuma cidade haja vista que ele não cumpre o requisito de elegibilidade estabelecido na CRFB em seu art. 14, § 3º, inciso VI, alínea “c”, que é a idade mínima de 21 anos. Somente em dezembro de 2013 ele alcançaria esta condição necessária para se candidatar ao cargo de prefeito. Assim, ratifica-se o gabarito original.

QUESTÃO 51

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre o motivo explicitado no texto referente à questão pelo qual o dirigente optou para reter seus funcionários que estavam em busca de maiores salários nos concorrentes. O texto deixa claro que 12 dos 98 pintores deixaram a Max Pinturas em busca de maiores salários na concorrência.

Portanto, as políticas de gestão de pessoas são utilizadas para garantir um perfeito entrosamento entre empresa e seu ambiente. No caso do texto apresentado, a política de reter talentos é utilizada também no intuito de atender à demanda crescente através da qualidade dos serviços prestados por funcionários que já se encontram entrosados com os serviços e produtos da empresa e com a exigência dos clientes.

Em momento algum foi mencionada no texto alguma exigência por políticas de recursos humanos imposta pelos sindicatos.

Logo, a resposta correta é a letra A, ou seja, reter funcionários e garantir o atendimento da demanda em crescimento com qualidade dos serviços prestados.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

QUESTÃO 52

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre a empresa como sistema aberto e a participação dos elementos seleção e treinamento como componentes desse sistema.

Ao considerar a empresa como um sistema aberto, a teoria de sistemas considera todos os resultados oriundos das operações de uma empresa.

Em se tratando de um sistema aberto, a empresa tem como entradas (inputs) uma série de recursos materiais, financeiros, humanos, tecnológicos e informativos. Portanto, a seleção e o treinamento permitem à empresa captar no seu ambiente pessoas e informações necessárias para desenvolver suas atividades.

A seleção é a captação dessas pessoas e o treinamento é a captação de informações necessárias que serão transformadas em conhecimento na empresa e difundidas aos funcionários.

Logo, a resposta correta é a letra A, ou seja, entradas no sistema.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

QUESTÃO 53

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre os conceitos de eficiência e eficácia.

Para Chiavenato (2002) a eficiência salienta a ênfase nos meios e nos recursos disponíveis.

Já a eficácia, Chiavenato (2002) afirma que a ênfase está nos resultados e fins, ou seja, no alcance dos objetivos estabelecidos.

Padilha utilizou de uma estratégia para reter seus funcionários, isto é, a implantação de um plano de carreiras para premiar os mais produtivos. O objetivo da ação de Padilha não era simplesmente conceder aumento aos mais produtivos. Esse era o meio utilizado por Padilha para reter os talentos e ele utilizou como método a implantação de um plano de carreiras baseado na produtividade. Logo, ele utilizou um método, um meio para atingir seus resultados.

Com a implantação do plano de carreiras, Padilha conseguiu atingir seus objetivos e resultados esperados. Logo, ele obteve eficácia.

No enunciado da questão é mencionado que Padilha atingiu seus resultados e a questão apresenta um comando salientando que os resultados obtidos com a implantação do plano de carreiras estão relacionados à eficácia, visto que ele atingiu os resultados e fins esperados.

Como Padilha conseguiu atingir seu objetivo de reter seus funcionários, os resultados obtidos com a implantação do plano de carreiras estão relacionados à eficácia, já que a ênfase está nos resultados e no alcance dos objetivos.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

QUESTÃO 54

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre recrutamento externo e suas desvantagens.

É importante salientar que a questão trata exclusivamente de recrutamento externo. Em momento algum foi considerado o recrutamento interno ou recrutamento misto. Logo, não há com desvantagem do recrutamento externo conflitos entre os candidatos internos à(às) vagas e os candidatos externos à(às) vaga(s).

Para Chiavenato (1999 e 2002), o recrutamento externo, quando monopoliza as vagas e as oportunidades dentro da empresa, pode gerar frustração do pessoal que já trabalha na empresa e visualiza o recrutamento externo como uma barreira para seu crescimento profissional. Em momento algum foi mencionado, na avaliação desse autor e de outros da área, a geração de conflitos de interesse entre os candidatos à(às) vaga(s).

O conflito de interesses, conforme Chiavenato (1999 e 2002), é uma desvantagem do recrutamento interno, já que, ao oferecer oportunidades de crescimento gera uma atitude negativa nos empregados que não possuem condições de aproveitar aquelas oportunidades. Portanto, recrutamento interno é que pode gerar conflitos de interesses entre os candidatos à(às) vaga(s), já que tende a gerar uma disputa interna.

O recrutamento externo afeta a política salarial da empresa, pois influencia as faixas salariais existentes, principalmente quando a oferta e a procura de recursos humanos encontram-se em desequilíbrio (CHIAVENATO, 1999 e 2002).

Logo, a resposta correta é a letra A.

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- **Recursos humanos.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

QUESTÃO 55

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre a produtividade dos recursos humanos.

Para Chiavenato (2003), a produtividade é uma relação de quantidade produzida e de gastos de recursos. A produtividade dos recursos humanos é alcançada quando existe uma maior produção com um menor volume de gastos dos recursos.

De acordo com o conceito de produtividade, alcançá-la significa produzir uma maior quantidade com menos gastos de recursos. Está associado, portanto, à relação produção x gastos de recursos.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. **Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos: como incrementar talentos na empresa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

QUESTÃO 56

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre o processo de seleção.

Chiavenato (1999) afirma que o processo de seleção de pessoas refere-se ao processo de escolha do melhor candidato para o cargo. Significa dizer que são levados em consideração, nesse processo, os requisitos exigidos pelo cargo e as características que se apresentam do candidato à vaga.

Atendendo às relações de demanda e oferta, o processo de seleção tende a ser cada vez mais exigente quanto maior for o número de candidatos disputando a vaga. O processo tende a ser menos exigente quando há escassez de recursos humanos aptos a assumirem a vaga.

Significa dizer que existem muitos candidatos para a vaga ofertada. Isso permite a empresa adotar critérios de seleção cada vez mais exigentes e rígidos para selecionar o melhor candidato à vaga.

O processo tende a ser menos exigente quanto menor for o número de candidatos à vaga ofertada. Significa dizer que, com a escassez de recursos humanos, a empresa tende a adotar processos de seleção menos exigentes.

Logo, a resposta correta é a letra B.

Fonte:

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

QUESTÃO 57

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa, especificamente, sobre a análise organizacional (sistema organizacional) quando é efetuado uma das etapas do ciclo de treinamento que é o levantamento das necessidades de treinamento.

Para efetuar a etapa de levantamento das necessidades de treinamento, são realizados dois critérios de análises, a saber:

- a) a análise organizacional, que compreende o estudo da empresa no que se refere à sua missão, seus objetivos, seus recursos, à distribuição desses recursos, estabelece a filosofia do treinamento e subsidia a responder o que se pretende com o treinamento para toda empresa;
- b) a análise dos recursos humanos, que compreende o estudo quantitativo e qualitativo dos recursos humanos no que se refere ao número de empregados, nível de qualificação, nível de habilidades, de competências, de conhecimento e de atitudes dos recursos humanos, além de diversos outros índices relacionados à força de trabalho.

Logo, a resposta correta é a letra B que especifica exatamente o que compõe uma análise organizacional para fins de levantamento das necessidades de treinamento.

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

- **Recursos humanos.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

QUESTÃO 58

RECURSO PREJUDICADO – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre o caráter da função de recursos humanos como responsabilidade de linha e função de *staff*.

O texto esclarece que Padilha é proprietário da empresa Max Pinturas e em momento algum é mencionado que ele é consultor ou o gerente de recursos humanos da empresa.

No texto, também fica evidenciado que Padilha solicitou aos seus gerentes uma avaliação do desempenho dos funcionários. Logo, os gerentes representam responsabilidade de linha e os que atuam diretamente com os funcionários possuem melhores condições de avaliar o desempenho deles. Cabe ressaltar que avaliação de desempenho é uma função que também pode ser realizada por gerente de linha como avaliador, conforme mencionado por Chiavenato (1999, 2002).

Em momento algum o texto menciona, deixa subentendido ou tem a intenção de induzir à interpretação de forma dúbia. Foi atribuída uma função de recursos humanos aos gerentes de linha para que o gestor da empresa pudesse utilizar dos resultados da execução da função para adotar uma estratégia. Qualquer decisão numa empresa passa pelo levantamento de informações e tomada de decisão.

No caso específico do texto apresentado, ao atribuir responsabilidade aos gerentes de avaliar o desempenho dos funcionários, a avaliação de desempenho como uma das funções de gestão de pessoas é definida como responsabilidade de linha, já que cada gerente deverá desempenhar essa função de avaliar as pessoas em seu respectivo departamento.

Logo, a resposta correta é a letra A, ou seja, responsabilidade de linha.

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas:** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- **Recursos humanos.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

QUESTÃO 59

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre os fatores higiênicos e motivacionais propostos na teoria dos dois fatores de Herzberg (1923). Também apresenta no seu contexto o plano de carreiras como um de seus objetivos, ou seja, a trajetória do funcionário na organização (empresa) e o salário dele durante essa trajetória. Logo, os salários a serem pagos é uma política da empresa.

Herzberg (1923), conforme citado por Chiavenato (2003, p 333), definiu os fatores higiênicos como fatores extrínsecos. Significa dizer que são fatores “localizados no ambiente que rodeia as pessoas na empresa e as condições dentro das quais elas desempenham seu trabalho”. Tais condições são geridas e decididas pela empresa, sendo o salário um desses fatores geridos e decididos pela empresa como política e diretriz dela.

Chiavenato (2003) cita, além do salário, os benefícios sociais, o tipo de chefia, as políticas e diretrizes da empresa, o clima de relacionamento entre empresa e funcionários e outros fatores como fatores externos. Logo, está relacionado ao fato como o funcionário se sente em relação à sua empresa.

Quanto aos fatores motivacionais, segundo Herzberg (1923), conforme citado por Chiavenato (2003), são fatores “relacionados com o conteúdo do cargo e com a natureza das tarefas que a pessoa executa”. Como a própria citação do autor, tais fatores estão relacionados a como o funcionário se sente em relação ao seu cargo.

A remuneração é considerada um fator extrínseco, ou seja, está localizada no ambiente que rodeia as pessoas e abrange as condições dentro das quais elas desempenham seu trabalho. Logo, a remuneração está relacionada a como o funcionário se sente em relação à empresa.

Ao mencionar o termo “à sua empresa”, não existe nenhuma conotação equivocada afirmando que a empresa é do funcionário. A linguagem utilizada está clara ao definir que o termo “à sua empresa” refere-se à empresa onde o funcionário trabalha. Além disso, os novos modelos de Gestão de Pessoas salientam que a empresa deve ser vista pelo funcionário como algo que é seu e que deve ser tratada como de sua propriedade. O funcionário é encarado como parceiro.

Logo, a resposta correta é a letra B, ou seja, como o funcionário se sente em relação à sua empresa.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

QUESTÃO 60

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Recrutamento é considerado uma função do processo de provisão de pessoas nas organizações e treinamento é considerado uma função do processo de desenvolver pessoas nas organizações.

Logo, a resposta correta é a letra A, ou seja, provisão de pessoas e desenvolvimento de pessoas.

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- **Recursos humanos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

QUESTÃO 61

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre o objetivo de compras apresentado no texto da questão.

É claro e notório que qualquer coordenação de investimentos mínimos em estoque deve ser planejada para atender à programação da empresa para atender ao mercado. Dessa forma, trabalha-se com investimentos menores, sem correr o risco de falta de materiais para atender o mercado.

O texto se refere a uma alternativa para melhorar o fluxo de caixa das empresas quando se refere aos objetivos de compras. Atentando para a contextualização e para o comando da

questão quando menciona que “*de acordo com o texto apresentado, o objetivo de compras é*”, o objetivo deve atender às necessidades de melhoria de fluxo de caixa.

Como o texto está se referindo ao fluxo de caixa da empresa mediante uma boa gestão de estoques, o objetivo de compras evidenciado no texto acima se refere a coordenar os fluxos com o mínimo de investimentos em estoques de forma que atenda à programação da empresa.

Logo, a resposta correta é a letra B.

Fonte: POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais:** uma abordagem logística. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

QUESTÃO 62

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre a responsabilidade do setor de compras no que se refere à qualificação de fornecedores.

Pozo (2004) aponta que a atuação de compras é pautada em duas ações: a) ações de suprimentos e b) ações de apoio.

As ações de apoio referem-se, especificamente a:

- a) desenvolvimento de fornecedores;
- b) desenvolvimento de novos materiais;
- c) qualificação de fornecedores;
- d) negociação.

Em relação à qualificação de fornecedores, Pozo (2004) afirma que a área de compras tem a função de ligação entre o fornecedor e a engenharia/produção através de pesquisa de mercado, localizando e coletando informações das empresas fornecedoras.

A função de selecionar os futuros fornecedores que foram aprovados para compor o quadro de fornecedores da empresa está relacionada à ação de apoio classificada como desenvolvimento de fornecedores.

Portanto, a qualificação de fornecedores é desenvolvida pela área de compras de forma que compras é responsável pela ligação entre o fornecedor e engenharia/produção, realizando atividades como pesquisa de mercado, localização e coleta de informações da empresa fornecedora. A função de selecionar os futuros fornecedores que foram aprovados para compor o quadro de fornecedores refere-se à ação de desenvolvimento de fornecedores.

Fonte: POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais:** uma abordagem logística. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

QUESTÃO 63

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre a atuação da empresa do texto de forma logística no que se refere à administração de materiais e à cadeia de suprimentos.

Slack, Chambers e Johnston (2002), afirma que as atividades componentes de uma cadeia de suprimentos que compreende a gestão de materiais se referem à gestão do fluxo de materiais e informações através da cadeia de suprimentos.

Na gestão de materiais, a gestão da cadeia de suprimentos inclui compras ou aquisições, gestão de estoques, gestão de lojas, planejamento e controle da produção e gestão da distribuição física.

Logo, a resposta correta é a letra B.

Fonte: SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da produção**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

QUESTÃO 64

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre o entendimento do conceito de distribuição física.

Para Slack, Chambers e Johnston (2002), a distribuição física refere-se ao transporte físico de bens desde a empresa produtora até o cliente, permitindo ao cliente ter acesso ao bem. Portanto, refere-se ao pronto-atendimento aos clientes.

O pronto-atendimento aos clientes não compreende o ato de compra e venda, visto que compra, no contexto especificado, é uma ação do cliente e vendas, uma ação da empresa.

Logo, a resposta correta é a letra A.

Fonte: SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da produção**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

QUESTÃO 66

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre a relação entre a gestão de recursos materiais e a gestão dos recursos financeiros representada no texto pela ferramenta denominada fluxo de caixa.

O fluxo de caixa de uma empresa é caracterizado pela sequência de gastos e recebimentos efetuados pela empresa durante determinado período. Representa a projeção de todas as entradas e saídas de recursos financeiros para determinado período.

Quando na alternativa B é apresentado o termo “*recebimento dos clientes*”, é claro que esse termo, em qualquer linguagem de negócios ou empresarial, refere-se ao pagamento efetuado pelos clientes à empresa pela aquisição de produtos ou serviços. Portanto, refere-se ao recebimento de valores monetários pela empresa quando do pagamento efetuado pelos clientes à empresa.

Diante dessas considerações, a gestão de recursos materiais é caracterizada pela saída de caixa referente ao pagamento efetuado aos fornecedores e à entrada de caixa pelo recebimento referente ao pagamento efetuado pelos clientes.

Logo, a resposta correta é a letra B.

Fonte: SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da produção**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

QUESTÃO 67

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre o entendimento no que diz respeito à ação acompanhamento dos pedidos na função compras. Portanto, a questão refere-se exclusivamente à ação de acompanhamento dos pedidos.

Para Pozo (2004) o acompanhamento de pedidos refere-se ao procedimento utilizado pela empresa para manter sob controle todos os pedidos em carteira que a empresa possui com a finalidade de evitar atrasos ou problemas na entrega para o cliente.

Logo, a resposta correta é a letra B.

Fonte: POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais:** uma abordagem logística. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

QUESTÃO 68

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre as atividades consideradas primárias e de apoio no que se refere à abordagem logística.

Pozo (2004) salienta que as atividades da abordagem logística são divididas em duas grandes ações, a saber:

- a) **atividades primárias:** são atividades de importância fundamental para o alcance dos objetivos logísticos de custo e nível de serviço que o mercado deseja. Contribuem, portanto, com a maior parcela do custo total da logística e são essenciais. São consideradas atividades primárias: transportes, manutenção de estoques e processamento de pedidos;
- b) **atividades de apoio:** são atividades que dão suporte ao desempenho das atividades primárias. São consideradas atividades de apoio: armazenagem, manuseio de materiais, embalagem, suprimentos, planejamento e sistema de informação.

Ballou (2006) define logística empresarial como todas as atividades de movimentação e armazenagem que tem como objetivo facilitar o fluxo de produto desde o ponto de aquisição de matéria-prima até o consumidor final, inclusive dos fluxos de informação que colocam os produtos em movimento, visando atingir níveis de serviço adequados aos clientes a um custo razoável. Logo, a abordagem logística não trata exclusivamente de fatores internos, mas do fluxo de produto desde o fornecedor ou ponto de aquisição até o consumidor final.

Armazenagem, movimentação e embalagem se referem apenas aos processos de apoio ou internos da logística.

Como salientado, a abordagem logística da administração de recursos materiais tem como atividades primárias: o transporte, a manutenção dos estoques e o processamento de pedidos. A armazenagem, o manuseio de materiais e a embalagem prática dos produtos são algumas atividades de apoio da abordagem logística da administração de materiais.

Fonte:

- BALLOU, Ronald H. **Gerenciamento da cadeia de suprimentos: logística empresarial**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.
- POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

QUESTÃO 69

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

A questão versa sobre o princípio de Pareto aplicado aos fornecedores.

Conforme análise da Curva ABC e do princípio de Pareto, aproximadamente 20% dos fornecedores de uma empresa são responsáveis por 80% dos itens comprados por ela. Logo, a classificação ABC e o princípio de Pareto auxiliam no registro, cadastro e análise dos fornecedores e uma empresa. Logo, os outros 80% dos fornecedores são responsáveis por 20% dos itens comprados por uma empresa.

Logo, as duas alternativas estão corretas, pois as duas se complementam.

Fonte: POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

QUESTÃO 70

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre a relação existente entre a função compras e a função de produção.

Em momento algum a questão ou uma de suas alternativas mencionam que é a produção ou compras que cria a necessidade do mercado.

Todas as empresas trabalham ou desenvolvem suas ações ou estratégias, visando uma maior interação da empresa com o seu mercado. O objetivo é atender às exigências e necessidades do mercado. Para que uma empresa possa atender às necessidades do mercado deve moldar sua estrutura de forma que possa atender tais necessidades.

Quando se afirma que é o setor que produz as necessidades do mercado, não está se referindo ao setor de compras, já que esse setor é responsável por “suprir a organização com os recursos materiais para seu perfeito desempenho e atender às necessidades do mercado” (POZO, 2004, p. 149).

Portanto, quando se afirma que o setor que produz as necessidades do mercado, logicamente se refere ao setor de produção. O termo “*é o setor que produz as necessidades do mercado*” refere-se ao fato do setor de produção produzir o que o mercado tem de necessidades. Pozo (2004, p. 156) afirma que no que se refere ao relacionamento de compras com produção, compras atende ao setor de produção com o processo de aquisição, pois atende às “necessidades de programa de produção, materiais auxiliares necessários, relacionamento de benefícios comuns e globais da empresa”.

O setor de compras é responsável por atender, em relação à função de produção, às necessidades de produção e de materiais auxiliares, produzindo a necessidade do mercado para que a empresa atenda com as vendas.

Logo, a resposta correta é a letra A.

Fonte: POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais:** uma abordagem logística. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

QUESTÃO 71 (*decisão de recurso retificada em 07.03.2012, em virtude da constatação de erro material*)

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre os resultados advindos com um programa de treinamento no que se refere aos recursos humanos da empresa.

A questão não é uma artimanha relacionada ao termo “pegadinha”, pois é bem clara e concisa na contextualização, no comando da questão e na clareza das alternativas.

A questão solicita do candidato conhecimento na área de gestão de pessoas (recursos humanos), mais precisamente na área de treinamento e desenvolvimento de pessoal, conforme consta no conteúdo programático abrangido pelo cargo e publicado no edital.

Chiavenato (2002), afirma que a avaliação dos resultados do treinamento é realizada em três níveis, a saber:

- a) ao nível organizacional;
- b) ao nível dos recursos humanos;
- c) ao nível das tarefas e operações.

No que diz respeito ao nível dos recursos humanos, que é o que a questão solicita, os resultados advindos de um programa de treinamento são, segundo Chiavenato (2002, p. 516): “a) redução da rotatividade de pessoal; b) redução do absenteísmo; c) aumento da eficiência individual; d) aumento das habilidades das pessoas; e) elevação do conhecimento das pessoas; e f) mudanças de atitudes e de comportamento das pessoas etc.”

Em relação às alternativas, ao nível dos recursos humanos, o treinamento deve proporcionar como resultados redução da rotatividade e do absenteísmo, aumento da eficiência do funcionário e mudança de atitudes e de comportamento do funcionário, constantes na alternativa A. Melhoria da qualidade dos produtos e serviços e aumento da produtividade dizem respeito aos resultados ao nível das tarefas e operações, constantes na alternativa B. Já a melhoria do clima organizacional e melhoria da imagem da empresa referem-se aos resultados ao nível organizacional, também constantes na alternativa B.

Logo, a resposta correta é a letra A.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

QUESTÃO 72

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre os resultados advindos com um programa de treinamento no que se refere aos recursos humanos da empresa.

A questão solicita ao candidato conhecimento na área de gestão de pessoas (recursos humanos), mais precisamente na área de treinamento e desenvolvimento de pessoal, conforme consta no conteúdo programático abrangido pelo cargo e publicado no edital.

Chiavenato (2002) afirma que a avaliação dos resultados do treinamento é realizada em três níveis, a saber:

- d) organizacional;
- e) dos recursos humanos;
- f) das tarefas e operações.

No que diz respeito ao nível dos recursos humanos, os resultados advindos de um programa de treinamento são, segundo Chiavenato (2002, p. 516): “a) redução da rotatividade de pessoal; b) redução do absenteísmo; c) aumento da eficiência individual; d) aumento das habilidades das pessoas; e) elevação do conhecimento das pessoas; e f) mudanças de atitudes e de comportamento das pessoas etc.”

Em relação às alternativas, ao nível dos recursos humanos, o treinamento deve proporcionar como resultados redução da rotatividade e do absenteísmo, aumento da eficiência do funcionário e mudança de atitudes e de comportamento do funcionário, constantes na alternativa A. Melhoria da qualidade dos produtos e serviços e aumento da produtividade dizem respeito aos resultados ao nível das tarefas e operações, constantes na alternativa B. Já a melhoria do clima organizacional e melhoria da imagem da empresa referem-se aos resultados ao nível organizacional, também constantes na alternativa B.

Logo, a resposta correta é a letra A.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

QUESTÃO 73

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre o conteúdo comportamento organizacional, constante no edital do concurso. Os conhecimentos relativos à equipe e ao grupo são abordados pelo item comportamento organizacional, no que se refere às relações indivíduo/organização, motivação, liderança e desempenho. Portanto, a questão está dentro do que foi solicitado no edital no que se refere ao conteúdo programático referente ao cargo.

Oliveira (2010) afirma que uma equipe é considerada um pequeno número de pessoas que possuem habilidades que se complementam e que são comprometidas umas com as outras no que se refere à partilha do mesmo objetivo, metas e formas de trabalho. Portanto, os requisitos básicos de partilharem o mesmo objetivo, metas e forma de trabalho são atendidos pelo conceito exposto na alternativa B.

Fonte: OLIVEIRA, Marco A. **Comportamento organizacional para a gestão de pessoas**. São Paulo: Saraiva, 2010.

QUESTÃO 74

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre o treinamento e desenvolvimento de pessoal, conforme consta no edital do concurso.

A questão exige que o candidato tenha conhecimento da diferença entre treinamento e desenvolvimento.

O texto em momento algum menciona que o programa de treinamento vai durar de 2010 a 2014. No texto, é claro que, até 2014, o dirigente da empresa citada deve investir pouco mais de 1 milhão de reais. Em momento algum foi mencionada a duração do treinamento e sim do montante de investimento a ser realizado.

Chiavenato (2003) afirma que o treinamento é um processo educacional de curto prazo que envolve a transmissão de conhecimentos específicos relativos ao trabalho, atitudes frente a aspectos da organização, da tarefa e do ambiente, e desenvolvimento de habilidades. Já o desenvolvimento organizacional é o processo educacional de longo prazo, orientado no sentido de melhorar os processos de resolução de problemas.

Logo, a resposta correta é a letra A.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. **Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos:** como incrementar talentos na empresa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

QUESTÃO 75

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre conhecimentos sobre treinamento e desenvolvimento de pessoal.

O texto esclarece que os funcionários que ocupam cargos de governantas e chefes de recepção terão aulas de finanças e marketing entre outras disciplinas. O intuito é propiciar a esses funcionários desenvolvimento de ideias e conceitos de forma mais ampla e não somente habilidades para desenvolver uma ou outra tarefa ou alguma função específica.

De acordo com o texto, o treinamento propiciará aos funcionários da Inter City o desenvolvimento de conceitos, já que permitirá o desenvolvimento de ideias e conceitos para ajudar as pessoas a pensar em termos mais amplos.

Logo, a resposta correta é a letra B.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas:** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

QUESTÃO 76

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre o processo de seleção de pessoas.

Para Chiavenato (2002) o processo de seleção compreende a um processo de comparação entre duas variáveis, a saber:

- a) os requisitos do cargo a ser preenchido (o que o cargo requer);
- b) o perfil das características dos candidatos (o que o candidato oferece).

Dessa forma a empresa busca atender à demanda do cargo e seus requisitos com as características que o candidato apresenta para desenvolver as atividades do cargo.

Logo, a resposta correta é a letra A.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

QUESTÃO 79

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre a interpretação do texto no que se refere às estratégias de valorização e retenção de pessoas, principalmente por falta de pessoas qualificadas.

O texto no trecho ‘...o dinheiro será usado num programa de treinamento interno de funcionários que ocupam cargos como de governantas e chefes de recepção. “Selecionei quem tem mais potencial para liderar equipes’, diz Gehlen...” deixa clara a estratégia de treinamento para reter e valorizar os talentos da empresa. A seleção mencionada no texto refere-se aos funcionários que foram selecionados para participar do treinamento e não ao processo de seleção de pessoas relacionado à gestão de pessoas.

Qualificar o próprio pessoal da empresa tem sido uma estratégia de gestão de pessoas utilizadas pelas empresas que sofrem com a escassez de pessoal qualificado nos setores onde atuam. Dessa forma, a empresa desenvolve condições de reter seus talentos e valorizar o pessoal interno.

Logo, a resposta correta é a letra B.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

QUESTÃO 80

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre o entendimento de um termo da atualidade, principalmente nos aspectos econômicos e de gestão de pessoas denominado “*apagão humano*”.

Almeida (2004, p. 16) afirma que

“O mercado de trabalho, a exemplo de outros países, passou por mudanças significativas, muitas delas relacionadas às políticas econômicas e sociais empreendidas pelo governo. O fim do emprego em massa, com a eliminação de postos de trabalho, o encolhimento do mercado formal e a expansão do mercado informal, a precarização do trabalho e o desemprego estrutural são algumas das características marcantes do mercado atual.”

O apagão humano refere-se ao desemprego estrutural, isto é, quando o número de desempregados é superior ao número de empregados ou colaboradores que o mercado deseja contratar e esse desequilíbrio não é um fator temporário, principalmente pela baixa qualificação dos profissionais no mercado de trabalho.

A escassez de profissionais qualificados e a dificuldade de preencher vagas que possibilitem às empresas aproveitar o período de crescimento foram designadas pelos pesquisadores e analistas de mercado como apagão humano.

Logo, a resposta correta é a letra A.

Fonte: ALMEIDA, Walnice. **Captação e seleção de talentos: repensando a teoria e a prática.** São Paulo: Atlas, 2004.

QUESTÃO 81

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Questão 84 (Prova branca) Pedroso Pereira, deputado federal eleito e diplomado, ainda não empossado, é investigado como mandante do crime de homicídio qualificado ocorrido no município onde mantém sua base eleitoral. No espaço de tempo entre a diplomação e a posse do parlamentar, o Ministério Público denuncia o político em face do fato ocorrido. Considerando a situação apresentada, é correto afirmar que a denúncia

- (A) *não poderá ser recebida, em razão da imunidade processual do deputado.*
- (B) *pode ser recebida e processada pelo Tribunal de Justiça do Estado em que ocorreu o crime.*
- (C) *pode ser recebida e processada pelo Supremo Tribunal Federal (gabarito oficial).*
- (D) *poderá ser recebida, mas o processo judicial será suspenso até o término do mandato do parlamentar.*

Ab initio cumpre informar que, baseado na situação-problema apresentada, a denúncia ofertada pelo MP contra Pedroso Pereira (já diplomado) processar-se-á no STF em acatamento ao art. 53, § 1º da CF/88, *verbis*: “Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal”. Desta feita não há que se questionar a alternativa “C” como resposta da questão.

Ainda que fosse considerado que o crime em apuração tenha ocorrido após a diplomação de Pedroso Pereira (informação que não consta do enunciado), o gabarito não admitiria a alternativa “D” como resposta. Isto porque o art. 53, § 3º diz que ação *poderá* ser suspensa até a decisão final, sendo que a alternativa “D” refere-se ao fato da ação *ser* (diferente de poder ser) suspensa até o término do mandato do parlamentar.

QUESTÃO 82

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida questão, por sua objetividade, encontra resposta segura na literalidade dos dispositivos constitucionais relacionados abaixo. Vamos à análise de cada uma das assertivas:

- A alternativa “A” está errada, com base no que dispõe o art. 62, § 3º da CF/88: “As medidas provisórias, ressalvado o disposto nos §§ 11 e 12 perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de sessenta dias, prorrogável, nos termos do § 7º, uma vez por igual período, devendo o Congresso Nacional disciplinar, por decreto legislativo, as relações jurídicas delas decorrentes”. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001\)](#)

- A alternativa “B” está errada porque a medida provisória, se não for apreciada em até quarenta e cinco dias contados de sua publicação, entrará em regime de urgência, subseqüentemente, em

cada uma das Casas do Congresso Nacional, ficando sobrestadas, até que se ultime a votação, todas as demais deliberações legislativas da Casa em que estiver tramitando (62, § 6º).

- A alternativa “C” está incorreta, porque as medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados (62, § 8º).

- A alternativa “D” está correta. 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral (62, § 1º, alínea “a”, CF/88).

QUESTÃO 83

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em comento é objetiva e encontra resposta na literalidade dos artigos da Carta Política abaixo mencionados:

“Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

[..]

II - julgar, em recurso ordinário:

a) o "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão”.

“Art. 121, § 3º - São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que contrariarem esta Constituição e as denegatórias de 'habeas-corpus' ou mandado de segurança”.

Muitos recorrentes argumentaram que não seria o STF o destinatário do recurso ordinário, fundamentando tal argumento no que dispõe o art. 121, § 4º, V da CRFB. Ora, referido dispositivo trata de hipótese de cabimento de recurso em decisões que denegarem "habeas-corpus", mandado de segurança, "habeas-data" ou mandado de injunção proferidas pelos TRE's. A questão em comento é clara ao tratar, em seu enunciado, de decisão proferida pelo TSE (que denegou a segurança em ação mandamental impetrada por FS).

QUESTÃO 84

RECURSO PROCEDENTE – Gabarito alterado para alternativa D.

O gabarito oficial da questão *sub examen* considerou como alternativa correta a letra “C”. Desta feita o problema proposto apresentou, como verdadeira, a seguinte hipótese:

*“A Presidente da República vetou três artigos do Projeto de Lei XY/2011, que foi regularmente aprovado pelo Congresso Nacional. De acordo com a Constituição Federal de 1988, é correto afirmar que o veto poderá ser apreciado pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta, e rejeitado pelo voto da **maioria relativa** de seus membros”* (grifamos).

Analisando detidamente a situação problema, chegamos à conclusão que o gabarito oficial merece reparo, por apresentar de forma equivocada a alternativa correta. Conforme se infere do art. 66, § 4º da CRFB/88, *“o veto será apreciado em sessão conjunta, dentro de trinta dias a*

contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto” (grifamos).

Ante o exposto, necessário se faz a alteração do gabarito oficial, apresentando a alternativa “D” como correta.

QUESTÃO 85

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão em comento é objetiva e encontra resposta na literalidade do artigo 56, inciso I da Carta Política, *verbis*:

“Art. 56. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

I - investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária”.

O constante na alternativa “C” não responde a questão, pois não se coaduna perfeitamente com o descrito no art. 53, § 8º da Carta Política: “As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida”.

QUESTÃO 86

RECURSO PROCEDENTE – Gabarito alterado para alternativa B.

A referida questão versa sobre a classificação econômica das receitas orçamentárias, que em conformidade com a Lei nº 4.320/64,

Art. 11 – A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital. [...]

4º – A classificação da receita obedecerá ao seguinte esquema:

RECEITAS CORRENTES

RECEITA TRIBUTÁRIA

Impostos

Taxas

Contribuições de Melhoria

RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES

RECEITA PATRIMONIAL

RECEITA AGROPECUÁRIA

RECEITA INDUSTRIAL

RECEITA DE SERVIÇOS

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

OUTRAS RECEITAS CORRENTES

RECEITAS DE CAPITAL

OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ALIENAÇÃO DE BENS
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL

A questão apresenta os seguintes dados: “Considere o seguinte demonstrativo financeiro hipotético: Receita agropecuária = R\$50,00; Receita industrial = R\$400,00; Receita de serviços = R\$1.000,00; **Alienação de Bens = R\$200,00**; e **Operações de Crédito = R\$300,00**.

Com base nas informações e de acordo com o disposto na Lei nº 4.320/64:

Receitas de Capital

Alienação de bens	R\$ 200,00
Operações de Crédito	R\$ 300,00
Total das Receitas de Capital	R\$ 500,00

Fonte: BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em 18 fev. 2012.

QUESTÃO 87

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida questão versa sobre a classificação econômica das despesas orçamentárias, que em conformidade com a Lei nº 4.320/64,

Art. 12. A despesa será classificada nas seguintes categorias econômicas:

DESPESAS CORRENTES – Despesas de Custeio. Transferências Correntes.

DESPESAS DE CAPITAL – Investimentos. Inversões Financeiras. Transferências de Capital.

[...]

Art. 13. Observadas as categorias econômicas do art. 12, a discriminação ou especificação da despesa por elementos, em cada unidade administrativa ou órgão de governo, obedecerá ao seguinte esquema: DESPESAS CORRENTES – Despesas de Custeio. Pessoa Civil. Pessoal Militar. Material de Consumo. Serviços de Terceiros. Encargos Diversos. Transferências Correntes. Subvenções Sociais. Subvenções Econômicas. Inativos. Pensionistas. Salário Família e Abono Familiar. Juros da Dívida Pública. Contribuições de Previdência Social. Diversas Transferências Correntes.

DESPESAS DE CAPITAL – Investimentos: Obras Públicas. Serviços em Regime de Programação Especial. Equipamentos e Instalações. Material Permanente. Participação em Constituição ou Aumento de Capital de empresas ou Entidades Industriais ou Agrícolas. Inversões Financeiras: Aquisição de Imóveis. Participação em Constituição ou Aumento de Capital de empresas ou Entidades Comerciais ou Financeiras. Aquisição de Títulos Representativos de Capital de Empresa em

Funcionamento. Constituição de Fundos Rotativos. Concessão de Empréstimos. Diversas Inversões Financeiras. Transferências de Capital. Amortização da Dívida Pública. Auxílios para Obras Públicas. Auxílios para Equipamentos e Instalações. Auxílios para Inversões Financeiras. Outras Contribuições.

A questão apresenta os seguintes dados: “Considere o seguinte demonstrativo financeiro hipotético: **Pessoal e encargos = R\$2.000,00; Juros e encargos da dívida = R\$1.500,00;** Investimentos = R\$500,00; Inversões financeiras = R\$100,00 e Amortização de dívida = R\$200,00.

Com base nas informações e de acordo com o disposto na Lei nº 4.320/64:

<u>Despesas Correntes</u>	
Pessoal e encargos	R\$ 2.000,00
Juros e encargos da dívida	R\$ 1.500,00
Total das Receitas de Capital	R\$ 3.500,00

Fonte: BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320.htm>. Acesso em 18 fev. 2012.

QUESTÃO 88

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A referida questão trata do orçamento público, especificamente da comparação entre o orçamento tradicional e orçamento programa.

Comparando o Orçamento Tradicional X Orçamento Programa, Giacomini (2010) aponta:

Orçamento Tradicional	Orçamento Programa
1 – O processo orçamentário é dissociado dos processos de planejamento e programação;	1 – O orçamento é o elo de ligação entre o planejamento e as funções executivas da organização;
2 – A alocação de recursos visa à aquisição de meios;	2 – A alocação de recursos visa à consecução de objetivos e metas organizacionais;
3 – As decisões orçamentárias são tomadas tendo em vista as necessidades das unidades;	3 – As decisões orçamentárias são tomadas com base em avaliações e análises técnicas das alternativas possíveis;
4 – Na elaboração do orçamento são consideradas as necessidades financeiras das unidades organizacionais;	4 – Na elaboração do orçamento são considerados todos os custos dos programas, inclusive os que extrapolam o exercício;
5 – A estrutura do orçamento dá ênfase aos aspectos contábeis da	

gestão;	<u>5 – A estrutura do orçamento está voltada p/ os aspectos administrativos e de planejamento;</u>
<u>6 – Principais critérios classificatórios: unidades administrativas e elementos;</u>	<u>6 – Principal critério de classificação: funcional-programática;</u>
7 – Inexistem sistemas de acompanhamento e medição do trabalho, assim como dos resultados;	7 – Utilização sistemática de indicadores e padrões de medição do trabalho e dos resultados;
8 – O controle visa avaliar a honestidade dos agentes governamentais e a legalidade no cumprimento do orçamento.	8 – <u>O controle visa avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações governamentais.</u>

Fonte: Giacomoni, J. Orçamento Público. 15ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

QUESTÃO 90

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal é clara ao definir as proibições ao ente público no caso de excesso de dívida consolidada

Art. 31 – Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.

§ 1º Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido:

I – estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária;

II – obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, na forma do art. 9º.

Fonte: BRASIL. Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 13 jan. 2012.

QUESTÃO 91

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre as atribuições da função de gestão de pessoas.

Chiavenato (1999 e 2002) apresenta os seguintes processos de recursos humanos ou gestão de pessoas, a saber:

- processos de agregar pessoas: recrutamento e seleção;
- processos de aplicar pessoas: desenho e descrição de cargos e avaliação de desempenho;

- c) processos de recompensar pessoas: remuneração e benefícios e serviços;
- d) processos de desenvolver pessoas: treinamento, mudanças e comunicações;
- e) processos de manter pessoas: disciplina, higiene, segurança e qualidade de vida e relações com sindicatos;
- f) processos de monitorar pessoas: banco de dados, sistemas de informações gerenciais.

Portanto, na referida questão as alternativas A (analisar e descrever cargos), B (desenhar cargos) e C (avaliar desempenho de funcionários) são consideradas atribuições da função de gestão de pessoas.

Porém, a letra D, que apresenta como afirmativa “realizar planejamento de produção” não é função da gestão de pessoas e sim da gestão de produção e operações.

Fonte: CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

QUESTÃO 92

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre treinamento e desenvolvimento de pessoas.

Chiavenato (1999 e 2002) salienta que o processo de desenvolver pessoas engloba as funções de treinamento e desenvolvimento.

O processo de agregar pessoas compreende as funções de recrutamento e seleção de pessoas.

Logo, a resposta correta é a letra A.

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- **Recursos humanos.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

QUESTÃO 93

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre conhecimentos na área de treinamento e desenvolvimento de pessoas.

Chiavenato (1999; 2002; 2003) afirma que treinamento é o processo de ensinar aos novos funcionários ou colaboradores, as habilidades básicas necessárias para o desempenho de suas funções em seus cargos. Também o treinamento constitui-se em um processo educacional, aplicado de maneira sistemática e organizada e possui objetivos mais restritos e imediatos, visando dotar a pessoa de elementos essenciais para o exercício de um determinado cargo na organização.

O desenvolvimento está relacionado a preparar a pessoa para desenvolver funções mais complexas relacionadas a habilidades futuras exigidas pelo cargo, ampliando e aperfeiçoando-a para o crescimento profissional na carreira na organização (CHIAVENATO, 1999; 2002; 2003). Portanto, somente as afirmativas I e II estão corretas.

Logo, a resposta correta é a letra A.

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas:** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- **Recursos humanos.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- **Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos:** como incrementar talentos na empresa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

QUESTÃO 94

RECURSO PROCEDENTE – Gabarito alterado para alternativa B.

A questão versa sobre conhecimentos na área de treinamento e desenvolvimento de pessoas, mais especificamente sobre o ciclo de treinamento, que compreende as seguintes etapas, a saber:

- a) levantamento das necessidades de treinamento (diagnóstico);
- b) programação ou elaboração do treinamento (desenho);
- c) execução do treinamento (implementação);
- d) avaliação do treinamento.

É solicitado que seja assinalado o item que corresponde à atividade relacionada à elaboração do programa de treinamento para atender às necessidades identificadas. A etapa ou atividade do ciclo de treinamento que corresponde à elaboração é exatamente a alternativa B, isto é, desenho. Logo, a resposta correta é a letra B e não a letra A, conforme informado no gabarito preliminar.

Fonte:

- CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas:** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.
- **Recursos humanos.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- **Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos:** como incrementar talentos na empresa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

QUESTÃO 95

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão versa sobre conhecimentos referentes às funções do gerente de operações.

Segundo Peci e Sobral (2008), as funções do gerente de operações compreendem, a saber:

- a) Formulação de estratégias que devem ser alinhadas com os objetivos organizacionais e estratégicos da empresa.
- b) Tomada de decisões relacionadas ao layout das instalações.
- c) Controle da produção no que se refere às unidades sob sua responsabilidade.

d) Administração de estoques.

Corrêa e Corrêa (2004, p. 58) salienta ainda que a gestão de operações tem como tarefas típicas: “o projeto dos processos, a escolha, configuração, implantação e manutenção das tecnologias de processo, o projeto do trabalho das pessoas envolvidas, o planejamento e controle das atividades, filas, fluxos e estoques, a garantia de níveis adequados de qualidades das saídas, a garantia de níveis adequados de uso de recursos, entre outros.”

Cabe salientar que o gestor de operações contempla em suas atividades as funções relacionadas à produção, materiais e logística de operações.

Fonte:

- CORRÊA, Henrique L e CORRÊA, Carlos A. **Administração de produção e operações: manufatura e serviços – uma abordagem estratégica.** São Paulo: Atlas, 2004.
- PECI, Alketa e SOBRAL, Filipe. **Administração: teoria e prática no contexto brasileiro.** São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2008

QUESTÃO 96

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão comporta apenas uma resposta. A alternativa “A” está incorreta. A doutrina indica como pressuposto da revogação que o ato seja legal e perfeito, mas inconveniente ao interesse público. E justamente por estar de acordo com a lei é que os efeitos da revogação não retroagem. Equivoca-se o recorrente quando argumenta que os efeitos são *ex tunc*. A doutrina é uníssona no ensinamento de que por estar o ato revogado de acordo com a lei, seus efeitos serão *ex nunc*. De outro lado a anulação exige um ato ilegal. E justamente pelo fato do ato ser ilegal que seus efeitos serão *ex tunc*, ou seja, retroagirão. A alternativa “B” está incorreta, na medida em que o Poder Judiciário não pode revogar ato administrativo. Enquanto a anulação pode ser feita pelo Judiciário e pela Administração, a revogação é privativa desta última porque os seus fundamentos (oportunidade e conveniência) são vedados à apreciação do Poder Judiciário. Não há dúvida de que o Poder Judiciário pode revogar os seus próprios atos administrativos, mas aí estará atuando como administração e não como Poder Judiciário. Não pode o Poder Judiciário, na condição de Poder, ingressar na seara administrativa e por critérios de conveniência e oportunidade, revogar um ato. Outra feita, a alternativa “C” está correta, pois é pacífico o ensinamento de que na revogação há análise do mérito do ato administrativo, enquanto na anulação a análise é de legalidade. Por fim, ao contrário do que consta da alternativa “D”, a revogação é um ato discricionário, enquanto a anulação é um ato vinculado.

Fonte: MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo – 5ª edição, ver. amp., ref. e atual até 01/01/2011.** Niterói: Impetus, 2011. Ainda DI PIETRO, Maria Sylvia Direito Administrativo, 11.ed. São Paulo: Atlas.

QUESTÃO 97

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O Poder Hierárquico só existe dentro da própria pessoa jurídica. Segundo MARINELA “é conferido ao administrador a fim de distribuir e escalonar as funções dos seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo uma relação de hierarquia, de subordinação”. Ela difere da vinculação que se dá entre os entes da Administração Direta e Indireta. Enquanto a hierarquia tem caráter interno a vinculação tem caráter externo. Vale ressaltar, ainda, que a fiscalização que a Administração faz no caso de concessão de serviço público tem natureza contratual e não fundamento no Poder Hierárquico.

Fonte: MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo** – 5ª edição, ver. amp., ref. e atual até 01/01/2011. Niterói: Impetus, 2011. E CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 21ª ed. rev. amp. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

QUESTÃO 98

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão indica três alternativas, estando corretas as de número I e III. **A assertiva I está correta.** Conforme salienta Maria Sylvia Zanella Di Pietro (*in* Direito Administrativo, 11.ed. São Paulo: Atlas, p. 230), “*revogação é o ato discricionário pelo qual a Administração extingue um ato válido, por razões de oportunidade e conveniência*”. Enquanto a anulação pode ser feita pelo Judiciário e pela Administração, a revogação é privativa desta última porque os seus fundamentos (oportunidade e conveniência) são vedados à apreciação do Poder Judiciário. V. também a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal. Como esclarecido na afirmativa, a doutrina indica como pressuposto da revogação que o ato seja legal e perfeito, mas inconveniente ao interesse público. E justamente por estar de acordo com a lei é que os efeitos da revogação não retroagem. **A assertiva II está incorreta.** O ato administrativo a que falte um dos elementos essenciais de validade é um ato inválido e não inexistente. Apesar disso, ele goza de presunção de legalidade até decisão em contrário. Como se sabe, a presunção de legalidade ou legitimidade é atributo do ato administrativo. **A assertiva III está correta.** A assertiva apresenta exatamente o conceito de permissão apresentado pelo mestre Hely Lopes Meirelles em sua obra “Direito Administrativo Brasileiro”. Vale ressaltar que a permissão não se confunde com a concessão (que é contrato administrativo bilateral), nem com a autorização (que é ato administrativo unilateral). A permissão como ato administrativo é a de uso de bens públicos, nos moldes do referido na questão. Quando referente a serviços públicos será considerada um contrato e não ato administrativo. Portanto, ao se referir a permissão de uso de bem público, a questão foge da discussão quanto à natureza jurídica da permissão de serviços públicos.

Fonte: MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo** – 5ª edição, ver. amp., ref. e atual até 01/01/2011. Niterói: Impetus, 2011. Também: DI PIETRO, Maria Sylvia *Direito Administrativo*, 11.ed. São Paulo: Atlas, p. 211.

QUESTÃO 99

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Explica FERNANDA MARINELA que “hoje a responsabilidade objetiva é a regra no país, acatada como padrão a teoria do risco administrativo”. Na mesma linha JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO também ensina que o fundamento da responsabilidade no caso indicado na questão é a teoria do risco administrativo. Argumentaram alguns recorrentes que há confusão na doutrina entre a teoria do risco integral e a do risco administrativo. Não concordo. O posicionamento prevalente na doutrina e jurisprudência é o de que risco administrativo e risco integral não são sinônimos, permitindo a primeira hipótese situações de exclusão da responsabilidade, enquanto a segunda não.

Fonte: MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo** – 5ª edição, ver. amp., ref. e atual até 01/01/2011. Niterói: Impetus, 2011. E CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 21ª ed. rev. amp. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

QUESTÃO 100

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

FERNANDA MARINELA indica como atributos do ato administrativo a presunção de legitimidade, legalidade e de veracidade, autoexecutoriedade, imperatividade (ou coercibilidade) e tipicidade. No mesmo sentido MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO. Para finalizar, explica JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO, Coercibilidade é o mesmo que Imperatividade.

Fonte: MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo** – 5ª edição, ver. amp., ref. e atual até 01/01/2011. Niterói: Impetus, 2011. E DI PIETRO, Maria Sylvia Direito Administrativo, 11.ed. São Paulo: Atlas. Ainda, CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 21ª ed. rev. amp. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

QUESTÃO 101

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo cobrado na questão encontra-se previsto no edital no item “V DIREITO ADMINISTRATIVO: (...) Atos Administrativos: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies, revogação, anulação e invalidação. Poderes Administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso de poder (...)”. Não há que se falar em anulação ou mudança de gabarito **A alternativa “A” é verdadeira**. Nos atos administrativos vinculados não há espaço para apreciação de conveniência e oportunidade do ato. Estes já vêm regulados na lei, não havendo apreciação subjetiva por parte do agente que pratica o ato (não há, pois, que se falar em mérito do ato administrativo vinculado). Entende-se por mérito administrativo a liberdade do administrador, ou seja, a discricionariedade do ato administrativo que só está presente nos atos discricionários, mas não nos vinculados. Como explica FERNANDA MARINELA “para os atos vinculados, todos os seus elementos são vinculados, tendo em vista que, para a prática desse ato, o administrador não tem liberdade, ou seja, preenchidos os requisitos legais, ele é obrigado a praticar o ato (...) é nos elementos motivo e objeto dos atos discricionários que se encontram a discricionariedade do ato administrativo, a

liberdade do administrador e o juízo de conveniência e oportunidade, também denominado mérito administrativo”. **A alternativa “B” é falsa.** Embora a autorização seja, de fato, ato administrativo discricionário (unilateral e precário), a licença é ato administrativo vinculado. MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO (*in* Direito Administrativo, 11.ed. São Paulo: Atlas, p. 211), com propriedade, define a licença como sendo “*o ato administrativo unilateral e vinculado pelo qual a Administração faculta àquele que preencha os requisitos legais o exercício de uma atividade*” (destaque apostro). **A alternativa “C” é falsa.** De fato, abuso de poder é gênero, donde são espécies o excesso de poder (que ocorre quando o agente público exorbita de suas atribuições) e o desvio de poder (que ocorre quando o agente público pratica o ato com finalidade diversa da que decorre implícita ou explicitamente da lei). Entretanto as formas de cometimento do abuso de poder podem ser comissivas (por meio de um comportamento positivo) ou omissivas, quando o agente público, devendo agir, deixa de fazê-lo. A omissão caracteriza abuso de poder porque a Administração Pública está legalmente obrigada a agir diante de um caso em concreto e, no entanto, omite-se. Não se trata da prática de um ato administrativo e, sim, da **ausência** de manifestação de vontade do agente público que **está obrigado a agir.** **A alternativa “D” é falsa.** O poder de polícia é exercido com base na discricionariedade, que refere-se à livre escolha, por parte da Administração Pública, da oportunidade e conveniência de exercê-lo.

Fonte: MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo** – 5ª edição, ver. amp., ref. e atual até 01/01/2011. Niterói: Impetus, 2011. E CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** 21ª ed. rev. amp. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. Ainda DI PIETRO, Maria Sylvia Direito Administrativo, 11.ed. São Paulo: Atlas, p. 211.

QUESTÃO 102

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Insurgem-se os recorrentes contra o gabarito oficial, ao argumento básico de que o §6º, do art. 37 da CRFB/88 exige que o agente atue “nessa qualidade” para que o Estado responda pelos danos. Tem razão. E justamente por isso, a resposta deve ser mantida como alternativa “B”. Ora, se o agente se utiliza da função para causar dano, ele está agindo na qualidade de agente do Estado na forma do parágrafo citado. Veja que a única exigência da norma é que o agente esteja na qualidade de agente do Estado. E quando ele se utiliza da função para causar dano, obviamente está na qualidade de agente do Estado. Aliás, este é o ensinamento da doutrina e da jurisprudência do direito administrativo.

Fonte: MARINELA, Fernanda. **Direito Administrativo** – 5ª edição, ver. amp., ref. e atual até 01/01/2011. Niterói: Impetus, 2011. E CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo.** 21ª ed. rev. amp. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

QUESTÃO 103

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A questão delimita que os bens objeto de questionamento são aqueles pertencentes à administração pública e que são sujeitos à licitação. E da combinação do inciso I do art. 17 com o art. 19 da Lei 8.666/93 percebe-se que a alienação de bens imóveis da administração pública, quando sujeitos a alienação, deverão ser feitos na modalidade concorrência, tendo como exceção os imóveis adquiridos em procedimentos judiciais ou através de dação em pagamento.

Fonte: Lei 8.666/93.

QUESTÃO 105

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo da questão está previsto no edital dentro do item “V NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO: Princípios básicos da administração.” Sobre o tema, explica José dos Santos Carvalho Filho que “segundo a doutrina alemã, para que a conduta observe o princípio da proporcionalidade, há de revestir-se de tríplice fundamento: 1) adequação (...); 2) exigibilidade (...); 3) proporcionalidade em sentido estrito (...)” (*in Manual de Direito Administrativo*, 21ª ed. rev. amp. e atual. até 31/12/2008. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009, p. 38). O que foi cobrado estava previsto no edital, sendo facilmente encontrado em Manuais de Direito Administrativo.

Fonte: CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 21ª ed. rev. amp. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

QUESTÃO 106

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “A” está incorreta. A doutrina é firme no sentido de que os poderes administrativos são instrumentos, prerrogativas, que tem o Estado para a busca de seus interesses. São irrenunciáveis, importando num dever, tanto que são chamados por muitos doutrinadores de poder-dever. **A alternativa “B” está incorreta.** Ao contrário do previsto na afirmativa, o Regulamento Executivo é aquele que complementa a lei, contendo normas para sua fiel execução e não podendo inovar na ordem jurídica. De outra parte estão os decretos autônomos que seriam aqueles que tem o poder de inovar a ordem jurídica, estabelecendo normas sobre matérias não disciplinadas em lei. **A alternativa “C” está incorreta.** A hierarquia é o escalonamento em plano vertical dos órgãos e agentes da Administração, estabelecendo uma relação de subordinação. **A alternativa “D” está correta.** Explica FERNANDA MARINELA que “o Poder Disciplinar conferido à Administração Pública lhe permite punir e apenar a prática de infrações funcionais dos servidores e de todos que estiverem sujeitos à disciplina dos órgãos e serviços da Administração...Eventual troca de termos na redação da questão não tem o condão de alterar o seu entendimento pelo candidato. Já que no caso de infração funcional é a Administração, através de seus servidores (teoria do órgão) que aplica sanções aos outros servidores.

Fonte: CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 21ª ed. rev. amp. e atual. até 31/12/2008. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009. MARINELA, Fernanda.

QUESTÃO 107

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo Meirelles (2009),

Na Administração pública não há liberdade pessoal, enquanto que na particular é permitido, é lícito, fazer tudo que a lei não proíbe, na administração pública só é permitido fazer aquilo que a lei não proíbe.

Conforme Leite (1994),

SETOR PRIVADO X SETOR PÚBLICO

Focos	Empresa	Setor Público
Missão	Aumentar recursos financeiros e econômicos	Promover o bem estar social
Modelo Decisorial	Autonomia decisorial	Subordinação aos preceitos legais
Objetivo	Lucro	Bem estar social

De acordo com Stoner e Freeman (1999), as variáveis políticas influem o clima político e ideológico geral que o governo pode criar e a estabilidade ou instabilidade política e institucional do país em geral, já que estes fatores repercutem em algum grau no comportamento das organizações. São componentes das variáveis políticas: partidos políticos, sindicatos, forças armadas, associações de classe, empresas multinacionais, empresas estatais, ministérios, secretarias de Estado, poder legislativo, poder judiciário, poder executivo, regime de governo, políticas monetárias etc.

Para Hall (1984), as leis não são aprovadas sem que haja pressão política, que repercute sobre as organizações. Uma das ações políticas de maior pressão é o lobby que, em períodos eleitorais, afetam organizações.

As organizações do setor privado são menos afetadas do que as organizações do setor público, o que não as isenta de ficar sintonizadas com o clima político.

Dessa forma, a única opção correta é apresentada na letra D.

Fonte:

- Leite, M. G. Qualidade no setor público: uma alternativa sistematizada de implantação. Empresas & Tendências. São Paulo. p. 25-27, 30 de set. 1994.
- Meirelles, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 35ª Ed. São Paulo. Malheiros, 2009.
- Hall, R. Organizações: estrutura e processos. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1984.
- Stoner, J.A.F.; FREEMAN, R. E. Administração. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.

QUESTÃO 108

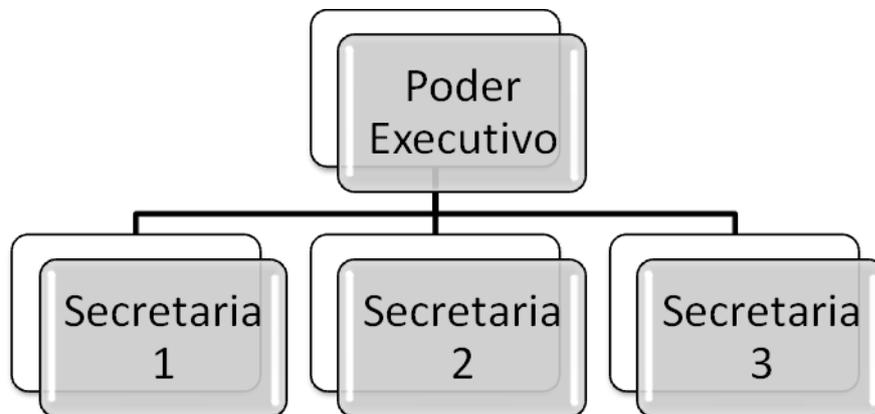
RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo Hall (1984), a departamentalização por funções consiste no agrupamento das atividades e tarefas de acordo com as principais funções desenvolvidas dentro da empresa. Compreende a criação de alguma utilidade dentro de uma economia de troca e as funções fundamentais de qualquer empresa consistem em produção, venda e financiamento, nada mais lógico do que agrupar tais atividades básicas em departamento: de produção, de vendas e de finanças.

A departamentalização por funções é o critério mais empregado para organizar atividades empresariais e existe em todas as empresas, em algum nível da estrutura da organização.

A estrutura funcional é mais indicada para circunstâncias estáveis, de pouca mudança e que requeiram desempenho constante de tarefas rotineiras. É aconselhada para empresas que tenham poucas linhas de produtos ou de serviços e que permaneçam inalterados por longo tempo.

O organograma que representa a departamentalização por funções tem o seguinte formato:



Dessa forma, a única opção correta é apresentada na letra B.

Fonte: Hall, R. Organizações: estrutura e processos. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1984.

QUESTÃO 109

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Segundo a Lei nº 8987/1995,

Art. 2º – Para os fins do disposto nesta Lei, considera-se:

[...]

II – concessão de serviço público: delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação. [...]

IV – permissão de serviço público: delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica.

[...]

Art. 40 – A permissão de serviço público pode ser formalizada mediante contrato de adesão que observar os termos desta Lei. [...]

Para Meirelles (2009), autorização é um ato administrativo discricionário, unilateral e precário, "pelo qual o Poder Público torna possível ao pretendente a realização de certa atividade, serviço ou utilização de determinados bens particulares ou públicos, de seu exclusivo ou predominante interesse, que a lei condiciona à aquiescência prévia da Administração" (MEIRELLES, 2009, p. 190).

Fonte:

- Brasil. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8987cons.htm>. Acesso em 19. fev. 2012.
- Meirelles, H. L. Direito Administrativo Brasileiro. 35ª Ed. São Paulo. Malheiros, 2009.

QUESTÃO 110

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Para Di Pietro (2007), a Administração Pública é organizada hierarquicamente. As competências são outorgadas aos vários órgãos que compõem a organização administrativa ou mesmo delegadas a pessoas jurídicas diversas para proporcionar um desempenho mais adequado e satisfatório da máquina pública. Essa divisão de competências pode ser realizada entre órgãos pertencentes à mesma pessoa jurídica ou entre pessoas jurídicas diversas. Quando há uma repartição interna de atribuições, isto é, no interior de uma mesma pessoa jurídica mediante um vínculo de hierarquia, essa repartição é chamada de desconcentração.

Assim, percebe-se que a desconcentração refere-se à distribuição interna de competências, ou seja, divisão de funções entre vários órgãos menores e uma mesma organização, sem que haja quebra de hierarquia.

Fonte: Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 20ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

QUESTÃO 112

RECURSO PROCEDENTE – Gabarito alterado para alternativa D.

Segundo Di Pietro (2007)

[...] a autarquia por ser entidade administrativa, “difere da União, Estados e Municípios – pessoa públicas políticas – por não ter capacidade política, ou seja, o poder de criar o próprio direito: é pessoa pública administrativa, porque tem apenas o poder de autoadministração, nos limites estabelecidos em lei.

Dessa forma, o Estado cria autarquias, visa a atribuir-lhes algumas funções que merecem ser executadas de forma descentralizada. As autarquias não podem criar regras jurídicas de auto-organização, nem terem capacidade política. Sua função é administrativa, sendo a autonomia do próprio Estado.

Em relação à administração de pessoal, tendo sido extinto o regime jurídico único e, por conseguinte, desvinculando-se a autarquia da administração direta, o regime de pessoal das autarquias poderá ser estatutário ou trabalhista, conforme o que a lei estabelecer.

Conforme dispõe a EC 19/98,

Art. 5º – O art. 39 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 39 – A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos poderes [...]”.

Fonte:

- BRASIL. Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc19.htm>. Acesso em 19 fev. 2012.
- Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 20ª Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

QUESTÃO 113

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A alternativa “B” traz o conceito de transferência. Esta compreendida no inciso IV do art. 8º da lei 8.112/90, dispositivo este que fora revogado pela lei 9.527/97.

A doutrina é uníssona ao estabelecer que a promoção é forma de provimento derivado vertical em que o servidor passa a ocupar cargos mais altos, progredindo dentro da mesma carreira. Com a devida vênia, não se desconhece que alguns estatutos funcionais diferenciam promoção de progressão. Mas não é o caso da Lei 8.112/90 (expressa no enunciado da questão), que não faz tal diferenciação. Além disso, a alternativa “A” não utiliza a terminologia em contraposição à promoção, mas sim em sentido similar (elevação profissional), interpretação que pode ser facilmente extraída do contexto da questão. Como explica FERNANDA MARINELA, "o provimento derivado vertical consiste na atribuição de um novo cargo ao servidor, dentro da mesma carreira, mas que representa uma progressão funcional, uma ascensão em sua vida profissional. Existiam no Brasil duas formas de provimento vertical: a promoção e a ascensão." (in Direito Administrativo – 5ª edição, ver. amp., ref. e atual até 01/01/2011. Niterói: *Impetus*, 2011, p. 605). No mesmo sentido JOSÉ DOS SANTOS CARVALHO FILHO (in Manual de Direito Administrativo. 21ª ed. rev. amp. e atual. Rio de Janeiro: *Lumen Juris*, 2008, p. 588) explica que promoção é a forma de provimento pela qual o servidor sai de seu cargo e ingressa em outro situado em classe mais elevada. É a forma mais comum de progressão funcional.

Fonte: Art. 8º, II e IV da Lei 8.112/90

QUESTÃO 114

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o parágrafo único do art. 34 da Lei 8.112/90, a exoneração de ofício dar-se-á quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido. A vacância do cargo, ao seu turno, decorre da exoneração (art. 33, I do mesmo diploma). Logo, a vacância decorre da exoneração e não, de forma imediata, da ausência do exercício no prazo estabelecido.

Fonte: art. 33, I e 34, parágrafo único da Lei 8.112/90.

QUESTÃO 115

RECURSO PREJUDICADO – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais apenas corroboram para o gabarito preliminar divulgado.

QUESTÃO 118

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Ab initio cumpre informar que o problema proposto versa sobre Direito Constitucional (e não Direito Penal.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a vedação de tortura como direito fundamental individual. No caso *sub examen* houve violação do devido processo legal ao ser aviltado o mandamento constitucional que diz: "Art. 5º, III - Ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante". Vale ressaltar, por oportuno, que o direito de não ser acusado nem condenado com base em provas obtidas ilegalmente é um dos pressupostos para o devido processo legal ("Art. 5º, LVI - São inadmissíveis, no processo, as provas obtidas por meios ilícitos").

O devido processo legal, verdadeiro princípio constitucional, traz duas vertentes: por um lado, dispõe que o Estado, sempre que impuser qualquer tipo de restrição ao patrimônio ou à liberdade de alguém, deverá seguir a lei; por outro lado, significa que todos têm direito à jurisdição prestada nos termos da lei, ou seja, a prestação jurisdicional deve seguir o que está previsto em lei. O respeito à forma é uma maneira de garantir a segurança do devido processo legal.

QUESTÃO 120

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Questão: Para se eleger prefeito de qualquer município brasileiro, deve o cidadão possuir idade mínima de

- (A) 21 anos.
- (B) 18 anos.
- (C) 30 anos.
- (D) 35 anos.

Referida questão é objetiva, pautando-se tão-somente no seguinte comando constitucional:

“Art. 14, § 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

VI - a idade mínima de:

- c) *vinte e um anos para Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital, Prefeito, Vice-Prefeito e juiz de paz*” (grifamos).

CARGO: TÉCNICO JUDICIÁRIO – APOIO ESPECIALIZADO – PROGRAMAÇÃO DE SISTEMAS
PROVA TIPO 4: AZUL

QUESTÃO 01

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Sempre que misturamos os dois registros, surgem mal-entendidos.

Adjetivo é a palavra variável que expressa característica, qualidade, estado, aparência dos seres. Modifica substantivos ou pronomes. Os numerais podem assumir caráter substantivo ou adjetivo. Numeral adjetivo: acompanha um substantivo, como se fosse um adjetivo. Os números ordinais são os que mais se aproximam do caráter de adjetivos. Segundo Moura Neves*, “os numerais ordinais são verdadeiros adjetivos classificadores com indicação de ordem numericamente definida.” Aparecem geralmente antepostos ao substantivo.

*Moura Neves, Maria Helena de. Gramática de usos do português. 2. reimpressão. São Paulo: Unesp, 1999.p.591.

“Enquanto o primeiro é regido por valores como amor e lealdade, o segundo tem como marca indexadores monetários e contratos.” O termo destacado trata-se de uma forma nominal do verbo reger compondo uma locução verbal “é regido”.

“Analogamente, você ficará bem se levar um bom vinho para o almoço de Dia das Mães na casa da sogra.” O termo destacado é um advérbio de modo, já que modifica o verbo “ficará”.

Fonte: FARACO*MOURA*MARUXO. 20ª Ed. 2ª impressão. São Paulo: Ática, 2007. p. 256, 326, 357.

QUESTÃO 02

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O imperativo afirmativo é derivado do presente do indicativo na 2ª pessoa do singular e na 2ª pessoa do plural, suprimindo-se o “s” final. As outras pessoas são as mesmas do presente do subjuntivo: -, experimenta (tu), experimente (você), experimentemos (nós), experimentai (vós), experimentem (vocês).

Fonte: FARACO*MOURA*MARUXO. 20ª Ed. 2ª impressão. São Paulo: Ática, 2007. p.314.

QUESTÃO 05

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

diversas origens (L. 9) – origens diversas. **“Melhor, ele pode juntar recursos de diversas origens e comprar um item mais caro, que ninguém sozinho poderia oferecer-lhe.”**

Semântica é a ciência que estuda a significação das palavras. Nesse estudo, levam-se em conta: 1 – o significado básico da palavra registrado nos dicionários.

2 – o significado contextual: aquele que se ajusta ao texto e à situação. Nesse caso, consideram-se: a) o contexto verbal em que ocorre a palavra. b) o contexto extralinguístico em que ocorre a palavra, quer dizer, o contexto de situação. Esse significado que uma palavra ganha em contexto é o que se costuma chamar sentido. Assim, “diversas origens” = diversas fontes de dinheiro como várias pessoas. E, origens diversas = de origens, procedências, nacionalidades variadas.

Tal evento de alteração de sentido não ocorre com a expressão “bom vinho (L. 16-17) – vinho bom. O vinho é um tipo de bebida tanto na primeira expressão quanto na segunda.

O mesmo ocorre em: restaurante chique (L. 33) – chique restaurante. Restaurante refere-se ao mesmo tipo de ambiente nas duas variações.

Fonte: FARACO*MOURA*MARUXO. 20ª Ed. 2ª impressão. São Paulo: Ática, 2007. p. 130. DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUES. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. p. 1398, 1655, 1947.

QUESTÃO 11

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“O economista Dan Ariely vai mais longe e propõe que, no mundo das relações sociais, o presente serve para aliviar culpas: ofereça ao presenteado algo que ele goste, mas acha bobagem comprar, como um jantar naquele restaurante chique ou um perfume um pouco mais caro.” (L. 29-34).

ofereça ao presenteado algo que ele goste, mas acha bobagem comprar, = explicitação como um jantar naquele restaurante chique ou um perfume um pouco mais caro.” = exemplificação.

Explicitação= tornar explícito, claro, sem margem para ambiguidades.

Explicação = explicar, tornar claro ou inteligível. Sinonímia de exposição.

Assim, explicitar é mais que explicar. Explicar se aproxima semanticamente de expor. Explicitar não é apenas expor, mas sim não deixar brechas para que haja algum outro entendimento.

Fonte: DICIONÁRIO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUES. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. P. 859.

QUESTÃO 13

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

C) busca contextualizar a motivação pessoal pela escolha temática.

“Aproveito a chegada do 13º salário e a proximidade do Natal para discutir o presente perfeito. Num mundo perfeitamente racional, ninguém nem pestanejaria antes de presentear

seus familiares e amigos com dinheiro vivo.” Através da 1ª pessoa do discurso, o autor justifica a escolha do tema textual a partir do contexto da realidade vivenciado por ele.

Fonte: O próprio texto.

QUESTÃO 15

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

“Num mundo perfeitamente racional, ninguém nem pestanejaria antes de presentear seus familiares e amigos com dinheiro vivo.

Em princípio, nada pode ser melhor. Elimina-se o risco de errar, pois o presenteado escolhe o que quiser, e no tamanho certo. Melhor, ele pode juntar recursos de diversas origens e comprar um item mais caro, que ninguém sozinho poderia oferecer-lhe.

Só que o mundo não é um lugar racional. Se você regalar sua mulher com um caríssimo jantar na expectativa de uma noite tórrida de amor, estará sendo romântico. Mas, se ousar oferecer-lhe dinheiro para o mesmo fim, torna-se um simples cafajeste.” O presente ideal não é dinheiro vivo.

“O economista Dan Ariely vai mais longe e propõe que, no mundo das relações sociais, o presente serve para aliviar culpas: ofereça ao presenteado algo de que ele goste, mas acha bobagem comprar, como um jantar naquele restaurante chique ou um perfume um pouco mais caro. O que você está lhe dando, na verdade, é uma licença para ser extravagante.

Segundo Ariely, é esse mecanismo que explica o sucesso de vales-presentes e congêneres, que nada mais são que dinheiro com prazo de validade e restrições de onde pode ser gasto.” O sucesso indicado por Ariely demonstra o presente ideal.

Fonte: O próprio texto.

QUESTÃO 16

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

O art. 20, § 2º, da Lei 8.112/90 dispõe que o servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, não sofrendo reversão, o que torna a assertiva “b” incorreta. No tocante a alternativa “c”, embora a Lei 8.112/90 disponha que o servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa, a EC nº19/98, que deu nova redação ao art. 41 da CRFB, trouxe outra possibilidade de perda do cargo:

41. (...)

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo:

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado;

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

III - **mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho**, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. ([Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998](#))

Como o enunciado não delimitou o diploma legal segundo o qual o conhecimento específico seria exigido na questão, a alternativa “c” é incorreta quando contraposto ao texto constitucional. Por haver duas alternativas que atendem ao enunciado da questão (incorretas) a banca decide pela anulação.

Fonte: art. 20, §2º da Lei 8.112/90 e art. 41, §1º da CRFB/88

QUESTÃO 19

RECURSO PREJUDICADO – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

As razões recursais apenas corroboram a alternativa indicada como correta pelo gabarito preliminar.

QUESTÃO 28

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O conteúdo programático prevê a exigência de conhecimento acerca dos temas: Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado.

Embora o Tribunal de Contas exerça, dentro de suas atribuições, o “julgamento” das contas dos administradores, não é técnico e correto afirmar que tais tribunais tenham função jurisdicional, posto que a amplitude desta função transcende a mera verificação e julgamento da regularidade contábil, financeira e orçamentária.

Nas palavras de Alexandre de Moraes, a função jurisdicional consiste “na imposição da validade do ordenamento jurídico, de forma coativa, toda vez que houver necessidade”. No mesmo sentido, citando Arruda Alvim, o autor explica que a função jurisdicional “é aquela realizada pelo Poder Judiciário, tendo em vista aplicar a lei a uma hipótese controvertida mediante processo regular, produzindo, afinal, coisa julgada, com o que substitui, definitivamente, a atividade e vontade das partes”.

Formalmente e no sentido técnico da palavra, a doutrina majoritária sustenta que os Tribunais de Contas não possuem função jurisdicional, já que dentre outros motivos, suas decisões não produzem coisa julgada, de forma que resta impossibilitado tal enquadramento como órgão jurisdicional ou detentor de jurisdição.

Nesse sentido, Eldir Coelho:

“O Tribunal de Contas não exerce uma função jurisdicional em relação às contas do Presidente (âmbito federal). Ele não julga pessoas, julga contas, e o efeito de suas decisões não fazem coisa julgada, pois são de cunho administrativo. O Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Legislativo, emitindo um parecer técnico a respeito das contas a ele apresentadas”.

Desta feita, tem-se que o Tribunal de Contas é órgão auxiliar e de orientação do Poder Legislativo, embora a ele não subordinado, praticando atos de **natureza administrativa**, concernentes, basicamente, à fiscalização.

No que concerne à veracidade do afirmado na alternativa “B”, esclarece-se que a Administração tem a prerrogativa de rever seus próprios atos, anulando-os, quando eivados por vícios de

legalidade, ou revogá-los, por motivos de conveniência e oportunidade (princípio da autotutela). Entendimento sumulado pelo STF.

Fonte:

- OLIVEIRA, Éldir Coelho de Souza. Apontamentos de direito financeiro. p. 44
- MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

QUESTÃO 40

RECURSO PROCEDENTE – Gabarito alterado para alternativa D.

Analisando detidamente as razões apresentadas pelos recorrentes, bem como a legislação pertinente ao tema abordado na questão guerreada, forçoso é reconhecer que o gabarito oficial, de fato, não merecia reparos.

Vejam a questão:

*De acordo com o Código Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais são compostos por eleição e nomeação. Entre os **eleitos**, há:*

- (A) dois advogados de notório saber.
- (B) três desembargadores do Tribunal de Justiça.
- (C) um membro do Ministério Público.
- (D) dois juízes de Direito.

Conforme se infere do art. 25 do Código Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

*“I - mediante **eleição**, pelo voto secreto:*

- a) de dois Juízes, dentre os Desembargadores do Tribunal de Justiça;*
- b) de dois Juízes de Direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça.*

II – do Juiz Federal e, havendo mais de um, do que for escolhido pelo Tribunal Federal de Recursos”.

*A composição dos Tribunais Regionais Eleitorais dar-se-á, entretanto, **por nomeação**:*

“... do Presidente da República, de dois dentre seis cidadãos de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça”.

Partindo do pressuposto que a questão exigiu que fosse assinalada a alternativa que contemplasse a hipótese de composição dos TRE's por **eleição**, firmamos como resposta correta a alternativa “D”.

QUESTÃO 41

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

O conhecimento dos objetos de avaliação contidos na questão se mostra incongruente com relação ao que foi estabelecido para as provas do cargo de Técnico Judiciário - Programação de Sistemas.

QUESTÃO 42

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

O conhecimento dos objetos de avaliação contidos na questão se mostra incongruente com relação ao que foi estabelecido para as provas do cargo de Técnico Judiciário - Programação de Sistemas.

QUESTÃO 43

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

O conhecimento dos objetos de avaliação contidos na questão se mostra incongruente com relação ao que foi estabelecido para as provas do cargo de Técnico Judiciário - Programação de Sistemas.

QUESTÃO 44

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

O conhecimento dos objetos de avaliação contidos na questão se mostra incongruente com relação ao que foi estabelecido para as provas do cargo de Técnico Judiciário - Programação de Sistemas.

QUESTÃO 45

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

RECURSO PROCEDENTE – QUESTÃO ANULADA.

O conhecimento dos objetos de avaliação contidos na questão se mostra incongruente com relação ao que foi estabelecido para as provas do cargo de Técnico Judiciário - Programação de Sistemas.

QUESTÃO 46

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O enunciado traz todas as informações necessárias à correta resolução da questão. O art. 14, §7º da CR/88 veda a candidatura de cônjuges e parentes dos chefes do Executivo Federal, Estadual, Distrital e Municipal, no território das respectivas jurisdições (circunscrições), não havendo, entretanto, impedimento em relação aos cônjuges e parentes dos vices que não tenham sucedido ou substituído os respectivos titulares. “[...] Elegibilidade. Cônjuge e parentes de vice de primeiro mandato que não substituiu o titular nos seis meses anteriores ao pleito. Candidatura a vice. Possibilidade. Resposta positiva. 1. A restrição constitucional, disposta no § 7º do art. 14 da Constituição Federal, dá-se somente em relação à inelegibilidade de cônjuge e parentes dos detentores dos cargos de chefia do Poder Executivo. 2. O vice não possui, originariamente, atribuições governamentais, exercendo-as tão-somente no caso de substituição do titular do cargo efetivo, quando, dentro dos limites temporais prescritos, incide a norma de inelegibilidade por parentesco. (REspe no 15.394, rel. Min. Eduardo Alckmin, de 31.8.98). 3. Cônjuge e parentes de vice são elegíveis para o mesmo cargo, desde que o vice de primeiro mandato não venha a substituir ou suceder o titular nos seis meses anteriores ao pleito.”(Res. no 22.245, de 8.6.2006, rel. Min. José Delgado.).

O §5º, por sua vez, veda a reeleição dos chefes do Executivo Federal, Estadual, Distrital e Municipal por mais de um período subsequente, ou seja, a vedação refere-se à permanência naquele mesmo cargo, por mais de dois mandatos consecutivos. Logo, considerando que a pretensão esposada pela esposa do vice-governador refere-se ao cargo de vereadora, não há que se falar em inelegibilidade ou desincompatibilização. “[...] Parentesco. Art. 14, § 7º da Constituição Federal. Filho de vice-governadora que não substituiu o titular nos seis meses anteriores ao pleito e que disputa a reeleição. Candidatura a deputado estadual. Possibilidade. [...]” (Ac. de 31.8.98 no REspe no 15.394, rel. Min. Eduardo Alckmin.)

Nesse sentido, as lições de Alexandre de Moraes:

“O Tribunal Superior Eleitoral entende que o Vice-Presidente, o Vice-Governador e o Vice-Prefeito poderão candidatar-se a outros cargos preservando os seus mandatos respectivos, desde que, nos seis meses anteriores ao pleito não tenham sucedido ou substituído o titular”. (...) Ementa: Consulta. Vice-Presidente da República, Vice-Governadores dos Estados e do Distrito Federal e Vice-Prefeitos Municipais podem candidatar-se a outros cargos estando no pleno exercício de seus mandatos, desde que não venham a substituir ou suceder os titulares nos seis meses anteriores ao pleito (§2º, do art. 1º da LC 64/90) – (TSE – Consulta nº. 397 – Classe 5ª – Distrito Federal (Brasília) – Resolução 20.144 – Rel. Min. Eduardo Alckim, Diário da Justiça, Seção I, 9 abr. 1998, p.4).

Fonte: Art. 14, §§ 5º e 7º da CRFB/88

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 23. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

QUESTÃO 47

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O texto informa que Confúcio “fez seu alistamento aos 16 anos, para expressar, por meio do voto, sua indignação acerca da atual administração municipal.” Portanto, para se expressar por meio do voto sua indignação da atual administração municipal, necessário se faz o alistamento eleitoral e isso está normatizado pela Resolução TSE n. 21.538, de 14 de outubro de 2003:

Art. 14. É facultado o alistamento, no ano em que se realizarem eleições, do menor que completar 16 anos até a data do pleito, inclusive.

E determinado pela Constituição Federal em seu art. 14, §1º, II, c):

§ 1º - O alistamento eleitoral e o voto são:

II - facultativos para:

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

A Constituição Federal de 1988 proíbe, em seu art. 14, §2º, de se alistarem como eleitores os conscritos, aqueles que estão no período do serviço militar obrigatório, *in verbis*:

§ 2º - Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

A norma constitucional é expressa ao não permitir o alistamento eleitoral do conscrito, durante o período do serviço militar obrigatório; no entanto ele já poderá estar alistado eleitoralmente

desde os 16 anos de idade, antes, portanto, do período militar obrigatório, conforme determina a norma constitucional em seu art. 14, §1º, II, c, bem como o art. 14 da Resolução TSE n. 21.538, de 14 de outubro de 2003.

A questão está centrada no fato de tratar-se de conscrito, já assim identificado no caso apresentado. A questão expressa que, em 2012, ano em que as eleições se verificarão, Confúcio está prestando o serviço militar obrigatório, fato que o identifica como conscrito impedido de votar.

Neste caso, terá ele o alistamento eleitoral, mas estará impedido de exercer o voto, expresso na Resolução TSE n. 21.538/03, art. 53, II, b, que determina a suspensão do título de eleitor do conscrito.

Art. 53. São considerados documentos comprobatórios de reaquisição ou restabelecimento de direitos políticos:

II - Nos casos de suspensão:

b) para conscritos ou pessoas que se recusaram à prestação do serviço militar obrigatório:

A determinação de que o conscrito que já possua título de eleitor não poderá votar pode ser corroborada, ainda, em Consultas feitas ao Tribunal Superior Eleitoral, que se manifestou por manter a inscrição do conscrito, porém ficando ele impedido de votar, conforme se verifica nas Consultas que seguem:

CTA - CONSULTA nº 9881 - /SP

Resolução nº 15072 de 28/02/1989

Relator(a) Min. SIDNEY SANCHES

Publicação:

DJ - Diário de Justiça, Data 25/07/1989, Página 1 BEL - Boletim Eleitoral, Volume 464, Tomo 1, Página 441

Ementa:

1. Voto. Analfabetos. Maiores de setenta anos. Cf, art. 14, parágrafo 1, II, A e B. Aos analfabetos e maiores de setenta anos alistados e que não votarem, faz-se desnecessária a justificativa, o que os torna isentos de quaisquer penalidades.

2. Alistamento. Maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. O art. 14, parágrafo 1, II, c, da constituição é auto-aplicável.

3. Alistamento. Voto. Serviço militar obrigatório. O eleitor inscrito, ao ser incorporado para prestação do serviço militar obrigatório, devera ter sua inscrição mantida, ficando impedido de votar, nos termos do art. 6, II, c, do código eleitoral. (destaque nosso)

CTA - CONSULTA nº 9923 - /SE

Resolução nº 15099 de 09/03/1989

Relator(a) Min. ANTÔNIO VILAS BOAS TEIXEIRA DE CARVALHO

Publicação:

BEL - Boletim Eleitoral, Volume 465, Página 598 DJ - Diário de Justiça, Data 19/09/1989, Página 1

Ementa:

1. Alistamento. Voto. Serviço militar obrigatório. O eleitor inscrito, ao ser incorporado para prestação do serviço militar obrigatório, devera ter sua inscrição mantida, ficando impedido de votar, nos termos do art. 6, II, "c" do código eleitoral (precedente: res. Tse 15.072, de 28.02.89). (destaque nosso)

PA - PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 16337 - /GO

Resolução nº 20165 de 07/04/1998

Relator(a) Min. NILSON VITAL NAVES

Publicação:

DJ - Diário de Justiça, Data 14/05/1998, Página 85

RJTSE - Revista de Jurisprudência do TSE, Volume 10, Tomo 1, Página 305

Ementa:

Alistamento eleitoral - impossibilidade de ser efetuado por aqueles que prestam o serviço militar obrigatório - manutenção do impedimento ao exercício do voto pelos conscritos anteriormente alistados perante a justiça eleitoral, durante o período da conscrição. (destaque nosso)

<http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/pesquisa-de-jurisprudencia/jurisprudencia>

Por fim há que se ressaltar que a questão respalda-se e fundamenta-se na Constituição Federal em seu art. 14, §2º, além da Resolução do TSE n. 21.538/2003, artigos 14 e 53, ambos previstos no conteúdo programático do Edital e o comando da questão é inequívoco, uma vez que pergunta de forma direta se o procedimento adotado pelo presidente da mesa está correto, cabendo apenas uma resposta que é SIM.

Mantido, portanto, o gabarito letra A.

Fonte:

- Constituição Federal de 1988 – art. 14, §2º
- CTA - CONSULTA nº 9881 - Resolução TSE nº 15072 de 28/02/1989
- CTA - CONSULTA nº 9923 - Resolução TSE nº 15099 de 09/03/1989
- Resolução TSE nº 20.165 de 07/04/1998
- Resolução TSE n. 21.538 de 14/10/2003

QUESTÃO 61

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Todo SGBD tem como função básica persistir os dados, ou seja garantir que os dados devam ser armazenados para posterior recuperação (acesso). Ou seja a persistência dos dados é um requisito fundamental de qualquer SGDB independente de ter ocorrido falhas de hardware ou software. Quando uma falha ocorre, os dados podem ficar inconsistentes gerando problemas de integridade, mas em um SGDB robusto este problema deve ser contornado em caso de falha.

Portando quando se diz:

I – ser capaz de acessar, processar e alterar grandes volumes de dados com qualidade e corretamente, está relacionado à eficiência pois o tratamento de grandes volumes de dados deve se dar de forma eficiente.

II – manter os dados de forma consistente, mesmo após falhas de hardware ou erros de software, está relacionado à robustez, pois um SGBD robusto deve manter os dados íntegros (consistentes) mesmo após falhas terem ocorrido.

Na opção B, quando se diz persistência, a persistência não está relacionado com a consistência, pois sua principal função é armazenar os dados não garantido sua integridade.

Fonte:

Livro: Sistema de Banco de Dados.

Autores: Silberschatz A; Korth H. F; Sudarshan S;

Editora: Makron Books

Edição: 3ª, 1999

QUESTÃO 71

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A instrução repetir até que, tem sua execução assegurada enquanto o teste lógico for falso. Quando o teste lógico tornar-se verdadeiro, o comando é interrompido.

Como a variável X possui valor inicial 13, e dentro da estrutura de repetição seu valor é diminuído em 2 unidades a cada iteração, logo seus valores serão: 13, 11, 9, 7, 5, 3, 1, - 1, - 3.

Quando X chegar a ter o valor - 1, o teste lógico $X < - 1$ será falso, gerando, portanto, uma nova execução da repetição da instrução dentro do laço de repetição atribuindo-se, portanto, - 3 à variável X.

Portanto a opção correta é item B (- 3)

Fonte:

- Manzano, J. A. N.G.; Oliveira, J. F. Estudo dirigido de Algoritmos. 9ª Ed. São Paulo: Érica. 1997
- Forbellone, A. L. V.; Eberspacher, H. F. Lógica de Programação. 2ª Ed, São Paulo: Makron Books. 2000

QUESTÃO 79

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Os conectores USB são do tipo A e B, não existem as nomenclaturas I e II. O conector USB tipo B é um tipo comum de ser encontrado em dispositivos de porte maior, como impressoras e scanners, já o conector USB tipo A é o tipo mais comum, estando presente na maioria absoluta dos computadores atuais. É o tipo mais utilizado para dispositivos de armazenamento de dados conhecidos.

Fonte: <http://www.infowester.com/usb.php> acessado em 21/02/2012

QUESTÃO 90

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

No edital de abertura do concurso, na sessão: ANEXO I – dos objetivos de avaliação (Habilidades e conhecimentos) os conhecimentos específicos para o cargo: Técnico Judiciário –

Área: Apoio Especializado – Especialidade: Programação de Sistemas, apresenta o seguinte item: Metodologias de desenvolvimento. Análise e projeto orientado a objetos.

Fonte: Edital de abertura do concurso

QUESTÃO 92

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Um dicionário de dados em um sistema de banco de dados precisa manter dados sobre as relações tal como o esquema das relações. Essa informação é chamada de dicionário de dados ou catálogo do sistema, e serve como repositório de informações e organizações.

O Modelo semântico de dados ao qual se refere a opção D, representa, dentre os diversos modelos de dados, um modelo lógico com base em objetos, que pode ser dividido em: Modelo Entidade – Relacionamento, Modelo Orientado a Objetos, Modelo Semântico de Dados e Modelo Funcional de Dados.

O objetivo do modelo semântico de dados é semelhante ao da orientação a objetos: modelar o mundo o mais próximo possível da realidade. A diferença fundamental é que os modelos semânticos de dados não incorporam a abstração de comportamento, mas sim, modelam abstrações estruturais. O precursor dos modelos semânticos foi o modelo entidade relacionamento. Portanto, a opção D (mostrar o modelo semântico de dados) não está relacionada como o dicionário de dados.

Fonte:

Livro: Sistema de Banco de Dados.

Autores: Silberschatz A; Korth H. F; Sudarshan S;

Editora: Makron Books

Edição: 3ª, 1999

QUESTÃO 96

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na UML existem diversos tipos de relacionamentos entre classes em um diagrama de classe. O relacionamento e a comunicação entre as classes definem responsabilidades e podem ser de 3 tipos: 1) Associações: Agregação e Composição; 2) Generalização (herança); e 3) Dependências.

O relacionamento de generalização constitui um relacionamento entre um elemento mais geral e um mais específico, onde o elemento mais específico herda as propriedades e métodos do elemento mais geral. Portanto, a opção correta é a D.

A opção A (extensão) não se caracteriza dentre os diversos tipos de relacionamentos da UML, como um relacionamento entre classes no modelo de classes da UML, pois extensão é um conceito e não um relacionamento.

Fonte:

• Guedes, G. T. A. UML Uma Abordagem Prática. Ed. Novatec, São Paulo, 2004.

• Furlan, J. D. Modelagem de Objetos através da UML. Ed. Makron Books, São Paulo, 1998.

QUESTÃO 99

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

A opção A (independência de dados) está relacionada à capacidade de modificar a definição dos esquemas em determinado nível, sem afetar o esquema do nível superior. A independência de dados pode ser física ou lógica.

A opção C (integridade de dados) diz que determinados valores dos dados atribuídos e armazenados em um BD devem satisfazer certas restrições para manutenção da consistência.

A opção D (replicação de dados) se refere ao armazenamento de dados e à estratégia de backups entre computadores em locais distintos. Replicação é mais popularmente dito como SGBD's relacionais onde pode ser feita a redundância controlada ou balanço de dados entre vários servidores de banco de dados.

A opção B (inconsistência de dados) está relacionada quando a mesma informação pode ser repetida em diversos lugares (arquivos) e com o passar do tempo estas informações, se não controladas, podem divergir, apresentando conteúdos diferentes, devido ao problema da redundância dos dados, ocasionando assim a inconsistência de dados, ou seja, informações com conteúdos diferentes sendo armazenados em arquivos (locais) diferentes. Essa redundância aumenta os custos de armazenamento e acesso, originando inconsistência de dados.

Portanto a opção correta é B (inconsistência de dados).

Fonte:

Livro: Sistema de Banco de Dados.

Autores: Silberschatz A; Korth H. F; Sudarshan S;

Editora: Makron Books

Edição: 3ª, 1999

QUESTÃO 105

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

De acordo com o enunciado, fica evidente que se deseja deletar a tabela e não os seus registros.

EM SQL, um comando para deletar uma tabela é o comando DROP, que representa um comando do DDL (Data Definition Language).

EM SQL, um comando para deletar os registros de uma tabela é o comando DELETE, que representa um comando do DML (Data Manipulation Language).

Portanto, opção correta é a A (DROP TABLE GLOBAL).

Fonte:

Livro: Sistema de Banco de Dados.

Autores: Silberschatz A; Korth H. F; Sudarshan S;

Editora: Makron Books

Edição: 3ª, 1999

QUESTÃO 109

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

O valor inicial da variável BB é falso; como BB será passado para o procedimento KEPLER, utilizando passagem de parâmetro por valor, qualquer modificação deste valor dentro do procedimento não causará mudança em seu valor fora do procedimento; logo, como BB possui valor falso, este valor irá permanecer quando o procedimento terminar sua execução; portanto, as opções C e D estão descartadas.

O valor inicial da variável N1 é 26, como N1 é passado para o procedimento em questão utilizando-se passagem de parâmetro por referência, o endereço de memória de N1 será atribuído ao parâmetro NP do procedimento. Logo qualquer modificação em NP causará uma mudança em N1. Como NP terá seu valor modificado para 38, a variável N1 também será modificada, sendo seu valor inicial 26 alterado para 38.

Como a variável BB permanece falso, o teste lógico se (não BB), será verdadeiro, o comando $N2 < - N1 / 2$ será executado atribuindo-se 19 a N2. Portanto o gabarito correto é a opção B.

Fonte:

- Manzano, J. A. N.G.; Oliveira, J. F. Estudo dirigido de Algoritmos. 9ª Ed. São Paulo: Érica. 1997.
- Forbellone, A. L. V.; Eberspacher, H. F. Lógica de Programação. 2ª Ed, São Paulo: Makron Books. 2000.

QUESTÃO 119

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Na referida questão apresenta uma placa mãe com os slots PCI (G3) e PCI-Express (G2). Eu seu enunciado pergunta-se: Na versão OFFBOARD da placa mãe apresentada na figura, uma placa de vídeo **deve** ser instalada em qual slot ?

Considerações:

Desde o lançamento do primeiro PC em 1981 até os dias de hoje, uma série de tipos de barramentos foram desenvolvidos para permitir a comunicação dos periféricos de entrada e saída com o processador. Podemos citar os seguintes barramentos já lançados:

- ISA, EISA, MCA, VLB, PCI, AGP, PCI Express

A principal diferença entre os diversos tipos de barramentos está na quantidade de bits que podem ser transmitidos por vez e na frequência de operação utilizada. Atualmente, os dois tipos de barramentos de expansão mais rápidos do micro são os barramentos PCI e AGP.

O barramento PCI foi lançado pela Intel em junho de 1992. Desde então, praticamente todos os periféricos de expansão do micro, tais como discos rígidos, placas de som, placas de rede e placas de vídeo utilizam o barramento PCI. Acontece que a taxa de transferência máxima do barramento PCI, 133 MB/s, mostrou-se insuficiente para aplicações 3D modernas e estava limitando o desenvolvimento de placas de vídeo mais sofisticadas. Para resolver esse problema, a Intel criou um novo barramento, chamado AGP, com o intuito de aumentar a taxa de transferência das placas de vídeo e fazer com que elas não fossem mais instaladas no barramento PCI, e sim no barramento AGP, que é mais rápido. Com isso, o barramento PCI

ficou mais “folgado”, já que as placas de vídeo eram grandes responsáveis pelo intenso tráfego no barramento PCI.

Com o advento de chips gráficos mais rápidos e de novas tecnologias de rede, como a Gigabit Ethernet, e da tecnologia RAID, novamente a taxa de transferência máxima do barramento PCI mostrou ser insuficiente para suportar essas novas aplicações. Algo precisava ser feito e a resposta veio com o lançamento do barramento PCI Express.

O barramento PCI Express (originalmente conhecido como 3GIO) representa um avanço extraordinário na forma como os dispositivos periféricos se comunicam com o micro. Ele diferencia-se do barramento PCI em vários aspectos, mas o principal deles é a forma com que os dados são transferidos. O barramento PCI Express é mais um exemplo de como as transferências de dados com o micro estão migrando da comunicação paralela para a comunicação em série.

Praticamente todos os barramentos do micro (ISA, EISA, MCA, VLB, PCI e AGP) utilizam comunicação paralela. A comunicação paralela diferencia-se da serial por transmitir vários bits por vez, enquanto que na comunicação em série é transmitido apenas um bit por vez.

Na tabela abaixo são comparadas as taxas de transferências dos barramentos PCI, AGP e PCI Express.

Barramento	Taxa de Transferência
PCI	133 MB/s
AGP 2x	533 MB/s
AGP 4x	1.066 MB/s
AGP 8x	2.133 MB/s
PCI Express x1	250 MB/s
PCI Express x2	500 MB/s
PCI Express x4	1.000 MB/s
PCI Express x16	4.000 MB/s
PCI Express x32	8.000 MB/s

O slot PCI Express x16, foi desenvolvido para ser utilizado por placas de vídeo.

Considerando que na figura da questão 82, o slot em questão, é um slot PCI Express x16, e considerando-se que o termo utilizado no enunciado da referida questão é: **deve ser instalado**, a banca examinadora considera, portanto, como correta a letra C (G3), baseada nos fatos descritos acima.

Fonte: <http://www.clubedohardware.com.br/artigos/1060>, acessado em 22/02/2012

QUESTÃO 120

RECURSO IMPROCEDENTE – Ratifica-se a opção divulgada no gabarito preliminar.

Quando uma unidade de disco está em operação, o disco gira a uma velocidade constante. Para ler ou escrever um valor, o cabeçote deve ser posicionado sobre a trilha desejada e no início do

setor desejado da trilha. A seleção da trilha requer a movimentação do cabeçote em um sistema de cabeçote móvel, ou a seleção eletrônica de um dos cabeçotes, em um sistema de cabeçote fixo. Em um sistema de cabeçote móvel, o tempo para posicionar o cabeçote na trilha é denominado **tempo de busca** (seek time). Em ambos os sistemas, uma vez selecionada a trilha, o controlador de disco espera que o disco gire até que o setor desejado esteja alinhado com o cabeçote. O tempo decorrido até que o início do setor esteja sob o cabeçote é denominado atraso rotacional ou **latência rotacional**. A soma do tempo de busca, se houver com o atraso rotacional é denominada **tempo de acesso**, isto é, o tempo requerido para atingir a posição em que deve ser feita a leitura ou a escrita. Uma vez que o cabeçote esteja na posição correta, a operação de leitura ou escrita é feita à medida que o setor se move sob o cabeçote essa parte da operação corresponde à transferência de dados. De acordo com as definições acima, considerando que tempo de acesso é a soma do tempo de busca com o atraso rotacional, as opções C e D podem ser descartadas. O tempo de latência corresponde ao tempo para que o HD atinja a velocidade de rotação, pois a partir desta velocidade é possível localizar o setor desejado, sendo, no pior caso, necessário dar uma volta completa no disco, podendo ser calculado de acordo com sua velocidade de rotação, sendo inversamente proporcional a esta velocidade do HD. O tempo de busca é o tempo que a cabeça de leitura demora para ir de uma trilha à outra do disco, portanto a opção correta é item B (latência e busca).

Fonte: Stallings, W. Arquitetura e Organização de Computadores, Pearson, 8ª Edição, 2010

Em 6 de março de 2012.

CONSULPLAN